T/UNICAMP
AL87m
v.1
14821

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida pelo aluno Francisco José da Costa Alves em 07/10/91 e orientada pelo Prof. Dr. José F. Graziano da Silva.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ALVES

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SINDICALISMO: LUTAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS DA REGIÃO CANAVIEIRA DE RIBEIRÃO PRETO

Tese de doutoramento apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas

ORIENTADOR: JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

Campinas - 1991

AL87m
v.1
14821/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

porque se chamava moço
também se chamava estrada
viagem de ventania
nem lembra se olhou pra trás
ao primeiro passo aço aço aço aço

porque se chamavam homens
também se chamavam sonhos
e sonhos não envelhecem
em meio de tantos gases lacrimogênios
ficam calmos calmos calmos calmos

e lá se vai mais um dia
e basta contar compasso
e basta contar consigo
que a chama não tem pavio
de tudo se faz canção
e o coração na curva de um rio rio rio rio
e o coração na curva de um rio
e lá se vai mais um dia

e o rio de asfalto e gente
entorna pelas ladeiras
entope o meio-fio
esquina mais de um milhão quero ver então
a gente gente gente gente gente
(Lô Borges, Milton Nascimento e Márcio Borges)

Dedico este trabalho à Maria Rita, minha grande companheira, e aos meus filhos Gabriel, Pedro, Ivo e Luiza, sem os quais as dificuldades superadas seriam absolutamente insossas.

Í N D I C E

AGRADECIMENTOS.....I

INTRODUÇÃO.....V

CAPÍTULO 1 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....1

1.1- Os projetos de Desenvolvimento no Pré 1964.....4

1.2- Modernização da Lavoura Canavieira em São Paulo.....15

1.2.1- Histórico da Cana em São Paulo.....15

1.2.2- Açúcar e Concentração da Terra.....20

1.2.3- Importância Modernizadora do Programa Nacional do Álcool em São Paulo.....32

CAPÍTULO 2: AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: ANÁLISE DO PROGRESSO TÉCNICO E DAS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....50

2.1- MUDANÇAS TÉCNICAS DO SETOR SUCRO-ALCOLEIRO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO.....57

2.1.1-O Progresso técnico na Agricultura e no Setor Sucro-Alcoleiro.....57

2.2- INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA aGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM SÃO PAULO.....62

2.3- A MECANIZAÇÃO DO CORTE DE CANA: PROGRESSO TÉCNICO E MODIFICAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO.....76

2.4- MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SUBORDINAÇÃO REAL DO TRABALHO AO CAPITAL.....91

CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS.....100
3.1- PROCESSO DE LUTA DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS.....106
3.2- O MOVIMENTO SINDICAL PRÊ GUARIBA.....111
3.3- AS ORGANIZAÇÕES NÃO SINDICAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS EM GUARIBA.....119
3.4- ANTECEDENTES DA GREVE DE GUARIBA.....124
3.5- A DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DE GUARIBA.....130
3.6- ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO NA GREVE.....145
3.7- CONSEQUÊNCIAS DA GREVE PARA O MSTR.....146
3.8- SALDO ORGANIZATIVO DA GREVE DE GUARIBA.....159
3.9- GUARIBA VOLTA ÀS MANCHETES.....166
3.10- COMEÇA A ENTRE-SAFRA DE 1984/1985.....180
3.11- GREVE NA SAFRA DE 1985: MAIS UM PASSO NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE.....189
3.12- A DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DE MAIO DE 1985.....193
3.13- GREVE NA SAFRA DE 1986.....212
3.14- GREVE DE 1987.....226
3.15- A PREPARAÇÃO DA GREVE DE 1987.....234
3.16- PREPARAÇÃO DA GREVE DE 1988.....240
3.17- DESDOBRAMENTOS DA PREPARAÇÃO DA GREVE DE 1988: NECESSIDADE DE ORGANIZAR O CONJUNTO DOS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA.....248

CAPÍTULO 4 - CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS NA AGRICULTURA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO.....260

4.1- UMA NOVA CONFIGURAÇÃO SINDICAL: ALGUMAS DÚVIDAS.....262

4.2- UM POUCO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS: A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE.....264

4.3- O GOLPE DE 1964 E AS LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS.272

4.4- A RECONSTRUÇÃO DO MSTR.....273

4.5- GREVE DE GUARIBA E MUDANÇA DA PRÁTICA SINDICAL.....280

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES: PARA ONDE AVANÇA A LUTA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS.....288

5.1- PROCESSO DE LUTA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS DA AGRICULTURA.....292

5.2- OS NOVOS CAMINHOS DA LUTA SINDICAL.....298

5.3- A LUTA PELA TERRA.....307

BIBLIOGRAFIA.....310

ANEXO 1 - ANÁLISE DAS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES E DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO DOS ASSALARIADOS RURAIS.....319

AGRADECIMENTOS

É sempre complicado fazer os agradecimentos porque corre-se sempre o risco de omitir e esquecer pessoas ou instituições, o que sempre provoca problemas. Tentando não cometê-los, inicio agradecendo à Universidade Federal de São Carlos, não apenas a ela como instituição, mas acima de tudo aos meus colegas professores, alunos e funcionários, que me deram a noção e a vivência da construção cotidiana da democracia. Neste espaço, pude exercer o inseparável exercício da docência, da pesquisa, da extensão e da representação. Este exercício não foi desprovido de crises e problemas, principalmente devido às dificuldades enfrentadas pelas Universidades Federais Autárquicas e pelo sistema de ensino público como um todo, mas devido também às dificuldades advindas do exercício da democracia.

Dos amigos do Departamento de Engenharia de Produção devo agradecer ao Alceu; ao Targino; ao Nicky e ao Roberto pelo apoio e pelas contribuições dadas nas apresentações de parte da tese. Devo agradecer também à Lelis; à Denise e à Janete, funcionárias e amigas. Aos meus alunos Hamilton e Berthollo, pela ajuda na pesquisa, meus agradecimentos.

Não posso deixar de passar para o espaço da pesquisa, que se funde com o da amizade e companheirismo, porque a investigação científica não está separada da amizade. Aqui, ficam meus agradecimentos aos amigos da UNICAMP: ao Aldenor; ao Mário Lima; à Catou; à Cláudia Heller; ao Tartaglia; ao Bastiaan; ao Rogério; ao Schineider; à Silvia Possas; ao José Maria; ao Bellik e à Marcia, que conviveram comigo durante os cursos e durante parte da minha vida.

Não posso deixar de agradecer também ao Graziano, não apenas porque orientou esta tese, mas porque como amigo, me deu apoio e "toques" importantes em todas as fases deste trabalho, que foi

longo, que foi gestado no meu ritmo, nem sempre no exigido pela academia.

Para a pesquisa colaboraram várias pessoas, agradeço inicialmente às pessoas do PIPSA, principalmente aos companheiros do Grupo Movimentos Sociais no Campo, que tiveram paciência e contribuíram com minhas apresentações, mesmo nos momentos em que minha intransigência e auto-suficiência, me tornam insuportável. Agradecimentos à Leonilde Medeiros e Regina Novaes coordenadoras, que além de segurarem a "peteca" do grupo seguram também o clima. Não posso deixar de mencionar, mais uma vez, a Leonilde Medeiros com quem sempre aprendi muitíssimo e me cedeu material importante de seu arquivo particular. A Regina Novaes tambem tem um agradecimento em destaque, porque na nossa longa amizade sempre se misturaram todos os ingredientes profissionais e pessoais indispensáveis para pensar esta nossa complicada realidade. Com ela, mesmo nas nossas brigas, sempre aprendí muito e me ajudou a pensar mais antes de concluir. Falando da Regina não posso deixar de falar e agradecer ao José Roberto Novaes, grande amigo e compadre duplo que trilha há anos os mesmos caminhos que eu para entender e contribuir na luta dos assalariados rurais.

Agradeço também ao CEDI e ao Luciano Padrão, pelo apoio dado na pesquisa de campo.

A Ana Mota tem tambem lugar de destaque nesta lista de agradecimentos, não apenas pelo apoio nas discussões do nosso grupo do PIPSA, como nas longas reuniões na CUT, onde sempre pude contar com ela, não apenas para contribuir nos debates, mas tambem para juntar o que não deve nunca estar separado: a luta e o prazer.

A lista vai ficando longa, mas não posso deixar de agradecer a minha amiga Vera Botta, que sempre teve enorme paciência em discutir comigo, mesmo quando as discordâncias eram grandes. Posteriormente, quando as nossas discordâncias se tornaram mínimas sempre pude contar com ela, que se dispôs a passar para mim a sua vivência da Região, da problemática e das fontes. Agradeço também ao amigo Gebara, sempre muito paciente e, acima de tudo, disponível à colaborar em material de pesquisa e

vivência, mesmo com a sua tríplice jornada de trabalho. Não posso deixar de agradecer ao José dos Reis, que desde o primeiro momento deu força para esta pesquisa que ía muito além da minha capacidade.

No Movimento Sindical, não posso deixar de agradecer aos sindicalistas da Região, nas pessoas de Élio Neves; do Cidinho; do Cezinha; do Mauro e do Crispim que me deram grande ajuda nesta pesquisa e com quem convivi as agruras de pensar e de agir para o novo. Agradeço também ao pessoal da FASE Jaboticabal, nas pessoas de Moacyr Botelho e Luis da Silva, que me ajudaram bastante a refletir sobre a Região e sobre a problemática dos trabalhadores assalariados rurais. Junto com Moacyr enfrentei a ira daqueles que combatiam sem entender e nos viam como agentes da destruição e da divisão do Movimento Sindical.

Devo agradecimentos especialíssimos à Lea Silvia, minha amiga, que pacientemente me ajudou a dominar a máquina, o computador, martelado insitentemente pelos meus dedos nervosos. Agradeço, nesta área computacional, também ao José de Carvalho Assumpção Jr..

Agradeço também a Regina, que pacientemente revisou os originais deste trabalho e me deu dicas bem interessantes.

Passando para a esfera doméstica agradeço muitíssimo à Maria Rita, minha companheira querida, que apesar da barra de criar junto comigo quatro lindos filhos, se desdobrou, até comprometendo sua carreira acadêmica, para me dar condições de produzir este trabalho. Segurou as pontas nas ausências: pesquisando e escrevendo, e nas minhas crises de mau humor, que foram se tornando frequentes, na medida em que o trabalho se alongava e demorava para terminar. Agradeço ao Gabriel, Pedro, Ivo e Luiza, meus filhos, por suportarem um pai não tão presente, que adiava tudo para depois do término da tese e todos os dias eles perguntavam nas suas lindas inocências: "-pai já terminou a tese?

Ainda na esfera doméstica, agradeço a todos os meus amigos, que como amigos, sempre contribuem para nosso trabalho. Sem eles viver não seria preciso.

Para finalizar, é necessário dizer o óbvio, que os erros e incorreções existentes neste trabalho devem-se a minha pessoa, um taurino empedernido.

INTRODUÇÃO

A dinâmica capitalista, o seu ritmo e intensidade, provocou, num curto espaço de tempo, mudanças significativas na agricultura brasileira. Ao mesmo tempo em que essas mudanças se processavam na base produtiva, na base técnica de produção, mudanças também ocorriam junto aos trabalhadores rurais, os imediatamente atingidos pelo processo de modernização da agricultura. Trabalhadores, pequenos produtores rurais, foram expulsos de suas terras, outros foram expulsos das propriedades onde trabalhavam como colonos, parceiros, rendeiros etc.

Em pouco tempo, em duas décadas, na agricultura brasileira a relação de trabalho predominante passou a ser a relação de trabalho assalariada. Porém, um assalariado nas atividades rurais, sem direito à carteira assinada, sem contrato de trabalho o ano inteiro, sem sequer direito a reconhecer o seu patrão, quem lhe paga e para quem produz riquezas.

O meu contato com esta problemática da modernização da agricultura não se deu em São Paulo, onde o processo de modernização da agricultura mais rapidamente ocorreu, mas sim no Nordeste, no qual estas transformações ocorrem não apenas com um retardo temporal cada vez mais curto, mas de forma e com ritmos e intensidades diversos do que ocorreu em São Paulo. O meu contato com esta realidade se deu em Campina Grande, na Universidade Federal da Paraíba, no decorrer de uma pesquisa sobre comercialização do algodão na Paraíba. Esta pesquisa, que forneceu o material para minha dissertação de mestrado, revelou que a parceria, relação de trabalho fundamental para a produção de algodão, rapidamente cedia lugar à relação de trabalho assalariada.

Posteriormente, ainda na Paraíba, pesquisando o processo de produção no Brejo Paraibano, percebi, que também ali se concentrava, nas periferias das cidades, um grande contingente de trabalhadores, recém expulso da terra e das condições de

reprodução anteriores como: parceiros, rendeiros, foreiros etc. Para nosso espanto, percebemos que os dirigentes sindicais da Região do Brejo não haviam se dado conta desta nova realidade. A partir do grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical, formado por professores e alunos dos cursos de mestrado em Economia e Sociologia Rural, iniciamos um trabalho com os dirigentes sindicais, no sentido de fornecer meios para que eles entendessem a dinâmica destas transformações e pudessem a partir daí direcionar suas práticas.

A partir deste trabalho pude perceber que, na medida em que os dirigentes sindicais se aproximavam mais dos trabalhadores rurais residentes nas cidades, mas trabalhadores assalariados-volantes da agricultura, estes trabalhadores impunham mudanças na postura sindical, na forma de encaminhar as lutas e nas próprias lutas. Dessa forma, pude compreender a imbricação existente entre o processo de modernização, que cria o trabalhador assalariado rural, com a organização e luta destes trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, provocando alterações na dinâmica e forma de luta dos sindicatos e estas lutas insidindo sobre os capitalistas, que como donos do capital decidem o processo de modernização.

Já na Paraíba pude perceber a imbricação existente entre estes três níveis: processo de modernização, criação dos trabalhadores assalariados rurais e movimento sindical e suas lutas.

Quando cheguei a São Paulo, na Universidade Federal de São Carlos, junto à Região de Ribeirão Preto, percebí concretamente, que o processo que eu havia percebido no seu início, na Paraíba, aqui já estava cristalizado. Quando lá as lutas dos trabalhadores e atuação sindical era para conter a expulsão, lutar para permanecer na terra, aqui já não havia espaço para tais lutas. Aqui a luta era para arrancar dos patrões melhoria nas condições de vida e trabalho, não havia mais no horizonte dos trabalhadores a volta para a situação anterior.

Logo depois explode Guariba, a greve de 1984, na qual os trabalhadores mostraram que não eram pacatos e complacentes

figurantes de um processo perverso, mas sim trabalhadores. Queriam, como produtores de riqueza não apenas participar delas, mas ter o controle de como ela era produzida. Nas greves de Guariba e nas que se seguiram a ela, os trabalhadores assalariados rurais mostraram que as principais reivindicações são as que apontam para o controle do processo de trabalho e não apenas os ganhos salariais.

A partir das greves, o elo para a imbricação entre os três processos referidos acima se fecha. Daí o objetivo do trabalho, que é mostrar a relação existente entre o processo de modernização da agricultura e sindicalismo. Mostrar como o processo de modernização da agricultura ao criar o trabalhador assalariado rural, cria um segmento de trabalhadores que se organiza em entidades próprias para melhor representá-los e encaminhar suas lutas. Nestas lutas os trabalhadores assalariados passam a constituir sua identidade própria como trabalhadores e a identificar o seu contrário. Neste processo, os trabalhadores tecem novas reivindicações e formas de luta, que ao mesmo tempo que os une, propicia novas alianças, novas mediações, com outros segmentos de trabalhadores, que como eles lutam pelo controle do processo de trabalho: os trabalhadores urbanos industriais.

Os trabalhadores assalariados rurais, ao travarem lutas contra os capitalistas das agroindústrias, se percebem como trabalhadores assalariados, exatamente como os demais assalariados do complexo agroindustrial e que, portanto devem se unificar nas lutas. Nesta medida, os trabalhadores assalariados rurais passam a se identificar mais com os trabalhadores urbanos industriais do que com os demais trabalhadores rurais que têm na terra, na sua posse ou propriedade, na pequena produção, a forma por excelência de reprodução. Assim, os assalariados rurais não reivindicam a volta à terra, mas o controle do processo de trabalho.

Nem sempre a trajetória da pesquisa obedece a trajetória da exposição. A da pesquisa privilegiou, simultaneamente, tanto o conhecimento do processo de produção de açúcar e álcool, como as condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados

rurais e sua organização sindical. Ao efetuar a pesquisa desta forma pude perceber que o processo de modernização da agricultura não é independente das lutas dos trabalhadores. Pelo contrário, ficou claro que a modernização da agricultura tem seu ritmo e intensidade alterados pelo grau de organização e luta dos trabalhadores. O problema é como passar tudo isto para os leitores.

No primeiro capítulo apresento o processo de modernização da agricultura, seus principais traços e a forma como o observo. Ainda aí apresento também o processo de modernização da agricultura na cultura canavieira em São Paulo; como a sua dinâmica é alterada com o Próálcool, após 1975.

No segundo capítulo, mostro como o processo de modernização na lavoura canavieira se apresenta na Região de Ribeirão Preto. Mostro que o progresso técnico, ao mesmo tempo em que modifica a base técnica de produção, modifica as condições de trabalho. Dessa forma, caracterizo o progresso técnico não apenas como as técnicas aplicadas à produção de cana mas também como o trabalho se organiza. Mostro que o objetivo principal deste processo não é apenas aumentar a produtividade do trabalho, através da parafernália tecnológica posta à disposição da produção, mas é também a subordinação real do trabalho ao capital. Neste processo não estão descartadas, mas, pelo contrário, supervalorizadas, as formas de controle e subordinação dos trabalhadores ao ritmo e à disciplina do trabalho fabril.

No terceiro capítulo, o foco de análise está centrado nas lutas dos trabalhadores assalariados rurais. Neste capítulo, privilegio os momentos das greves e os seus interregnos, centrando a análise no período após a célebre greve de Guariba. Esta opção não significa desprezar as lutas que ocorreram nos períodos anteriores. Considero que as lutas anteriores foram importantes para as greves, mas procuro apenas ressaltar que nestas os trabalhadores assalariados rurais passam a se tornar visíveis para fora e para dentro e que a segunda é mais importante do que a primeira.

Ainda neste terceiro capítulo, que é propositalmente maior,

procuro enfatizar que nas greves os trabalhadores levantam a bandeira do controle do processo de trabalho e empreendem um vigoroso processo de transformação da prática e da estrutura sindical. Nas greves, nas lutas, e no maior conhecimento do processo de modernização da agricultura, é que os trabalhadores assalariados rurais da Região de Ribeirão Preto constituem novas entidades sindicais para representá-los exclusivamente.

A criação dos Sindicatos de Empregados Rurais (SERs) e de uma Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), a necessidade destas entidades, as dificuldades e as críticas a elas formuladas, são os objetivos do Quarto capítulo.

No Capítulo Quinto, à guisa de conclusão, apresento os novos desafios e para onde aponta a luta dos trabalhadores assalariados rurais. Isto é, nas conclusões procuro, acima de tudo, mostrar que a organização e a luta dos trabalhadores assalariados rurais apontam para o enfrentamento direto às agroindústrias e para tal, torna-se fundamental aprofundar a articulação com os demais trabalhadores assalariados do complexo agroindustrial. Desta forma, as conclusões do trabalho não procuram apenas dar conta do que me propus a formular no trabalho, mas, além disto, fazer um exercício de indicar os novos desafios e os novos contornos que as lutas dos trabalhadores assalariados rurais da Região de Ribeirão Preto têm pela frente.

No Anexo 1 são apresentadas as pautas de reivindicações, os acordos coletivos de trabalho e as minhas observações sobre ambos, que ficaram ausentes do Capítulo 3. Nestas observações privilegio o esclarecimento das reivindicações nas pautas e um pouco da forma como se deram os acordos.

CAPÍTULO 1 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Introdução

A agricultura brasileira passa, ao longo da história do Brasil, por inúmeras fases e assume distintos papéis na dinâmica da economia. Apresentamos a seguir uma fase da agricultura brasileira que recebeu inúmeros adjetivos: "Modernização Conservadora"; "Modernização dolorosa"; "Modernização Selvagem" etc. Estamos nos referindo à fase do processo de modernização da agricultura que vai do início da década de 60, até meados da década de 80, num primeiro período, onde há elevadas taxas de crescimento. Este processo se mantém até hoje, 1990, porém, sem o dinamismo inicial.

Apesar de todos os adjetivos que tentam caracterizar esta fase, existe uma unanimidade entre eles que é o de reconhecê-la como modernizante. Isto é, todos os nomes pelos quais esta etapa é conhecida referem-se a ela como de modernização da agricultura, porque é inegável o salto dado pela agricultura em todos os parâmetros: produção, produtividade, incorporação de capital, de progresso técnico etc., em suma de avanço e modificação da base técnica de produção.[1]

Este longo período, que vai de meados da década de 60 até hoje, irá constituir um modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Este modelo tem várias fases, onde se alternaram períodos de elevadas taxas de crescimento da economia, medida através do crescimento do PIB, com períodos de baixas taxas de crescimento. Porém, a partir da metade da década de 80, este modelo não mais conseguiu reproduzir as elevadas taxas de

1- Existe uma vasta bibliografia sobre esta fase, dentre ela destacamos: KAGEYAMA, Ângela (1985). "Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - Uma Análise Regional, Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, mimeo, outras obras serão destacadas ao longo do texto.

crescimento alcançadas no início da década de 70. Em outro quadro de articulação de forças políticas, numa outra conjuntura internacional, já a partir de meados da década de 80, o modelo começa a apresentar sinais de esgotamento.

Todo modelo de desenvolvimento no capitalismo é, na verdade, apenas o conjunto de condições em que se gera a produção de mais-valia. Quando ocorre contínua retração na produção de mais-valia o modelo entra em crise[2]. Quando isto ocorre, significa que algumas das condições existentes já não são mais suficientes para mantê-lo. Portanto, é necessário a implementação de novas alternativas para a produção de mais-valia. Estas novas alternativas podem ser geradas ainda sob o mesmo modelo: os famosos ajustes, ou pode se tornar necessário um novo modelo de desenvolvimento do capitalismo: o que só ocorre numa determinada correlação de forças políticas internas e externas.

Qualquer modelo de desenvolvimento do capitalismo tem três dimensões articuladas e profundamente imbricadas. Uma é a do **Paradigma Tecnológico e de Organização Social do Trabalho**, que é a dimensão onde se dá a produção de mais-valia. É a dimensão produtiva, na qual o capital constante se desenvolve e, neste processo, subordina a força-de-trabalho (capital variável), que para se reproduzir, reproduz também o capital através da produção de mais-valia. Outra dimensão é dada pelo **Regime de Acumulação**, que é o conjunto de condições nas quais se dá a realização da mais-valia produzida na primeira dimensão. Nesta, está presente a forma na qual se processa o consumo do que a sociedade produziu, isto é, o padrão de distribuição e consumo do produto social. A terceira dimensão é a do **Modo de Regulação**, que são as instituições criadas na sociedade para gerir o processo de produção e realização da mais valia. Nesta dimensão está presente a forma como as distintas classes sociais vão se relacionar. Portanto, está presente nesta dimensão as normas, leis e políticas criadas para administrar os conflitos sociais, presentes numa sociedade

---

2- MARTINE George.(1989) "Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira", Projet BRA/87/006-OIT/PNUD/IPLAN, mimeo, pag 5 a 13.

estruturada em classes sociais .[3]

É necessário ter claro, que um modelo não é algo que se dá sem conflitos. Um modelo de desenvolvimento é o resultado do embate político, ideológico, econômico, de diferentes projetos de desenvolvimento do capitalismo, gerados pelas diferentes classes sociais, grupos sociais ou conjuntos de interesses, que se articulam em torno de um projeto comum de desenvolvimento do capitalismo, elaborado, via de regra, por um partido político.

O início da década de 1960 é um rico período de debate entre distintos projetos de desenvolvimento. Após o período de crescimento econômico experimentado pela economia, na segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas, a economia começa a reduzir as taxas de crescimento alcançadas e a dar sinais de esgotamento de uma fase. No plano político, a subida ao poder de João Goulart, com a renúncia de Jânio Quadros, abre espaço para o ascenço do movimento de massas e para que as distintas classes sociais, ou frações de classe, inclusive os trabalhadores, formulem suas propostas.

Do lado dos trabalhadores, as propostas tinham como eixo central "as reformas de base": um amplo conjunto de medidas, capitaneados pela Reforma Agrária, cujo principal objetivo era a distribuição de renda. Do lado das classes dominantes, a parcela da burguesia articulada,- ou com pretensões a se articular-, com o capital internacional, que se beneficiou do "boom" econômico do período anterior, queria, fundamentalmente, ampliar seus ganhos, independentemente da distribuição de renda.

3-GRZYBOWSKI, Cândido.(1989), "Questão Agrária, Estado e Democracia" entrevista a Leonilde Sérvulo Medeiros e Mariana Pantoja Franco, publicada em Tempo e Presença, Publicação do CEDI, número 243, ano 11, pag. 17 a 20.

1.1 - Os Projetos de Desenvolvimento no Pré 1964

O modelo de desenvolvimento agrícola, o qual estamos chamando de modernização conservadora, é parte do modelo de desenvolvimento do capitalismo, que se implanta no Brasil após o golpe militar de 1964. Como qualquer modelo, ele é o resultado da luta entre distintas concepções de desenvolvimento da economia brasileira que se defrontaram, no Brasil, no início da década de 60.

O outro projeto, o perdedor, o que foi vencido pelo golpe militar de 64, colocava claramente a necessidade de se constituir, para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, um amplo mercado interno. Para a constituição deste mercado interno, era necessário a distribuição de renda, para que o conjunto dos trabalhadores fossem alçados à condição de consumidores. Naquele modelo, a agricultura, caracterizada por algumas das correntes que defendiam esta concepção como setor atrasado, "feudal", deveria se modernizar e esta passava pela necessidade de realização de uma Reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores. Ao se democratizar a propriedade da terra, através da Reforma Agrária, um amplo contingente de trabalhadores teria acesso ao consumo. Crescendo o consumo, cresceria a produção industrial e agrícola para atender a este novo mercado, o que estimularia o desenvolvimento econômico auto-sustentado.

Se esta concepção tivesse sido vitoriosa, as três dimensões, já abordadas, teriam uma configuração distinta da que tiveram no modelo vencedor.

Este modelo foi vencido e os militares, junto com a parcela da burguesia que saiu vitoriosa, implementaram um outro. Neste, a proposta de Reforma Agrária foi abortada e a a agricultura passou a ter um novo papel: de absorvedora de parte da produção industrial e produtora de insumos industriais a ser processado pelo próprio setor industrial. A agricultura passa a compor o Complexo Agroindustrial (CAI) constituído pelo modelo.

A indústria comanda o crescimento econômico, dentro desta,

o setor de produção de bens de consumo duráveis é o setor chave. Assim, não é necessário um amplo mercado consumidor, ao contrário, é necessário um mercado restrito, porém, de alta renda, capaz de consumir a produção deste setor industrial produtor de bens de consumo durável.[4] A concentração da renda e o arrocho salarial são objetivos explícitos das políticas econômicas postas em prática no período.

Por outro lado, mas no mesmo sentido, o relacionamento entre as classes sociais para o sucesso do modelo será alcançado mediante a prática do autoritarismo e do clientelismo comuns às ditaduras.

Neste período, os sindicatos, as organizações dos trabalhadores, assim como os partidos políticos de oposição serão duramente reprimidos. Lideranças sociais de oposição serão presas ou serão obrigadas a amargar o exílio ou a clandestinidade. Estas são as marcas da dimensão política deste modelo.

Para que a agricultura se tornasse consumidora de insumos modernos, produzidos pelo setor industrial, foi necessário a introdução de incentivos, que teve na Política Nacional de Crédito Rural o carro chefe de todo o processo.[5]

A agricultura brasileira passou por um processo de radical transformação em função da sua integração à dinâmica industrial de produção de incentivo à constituição do CAI. Essa transformação significou alteração da base técnica de produção, com maior consumo, por parte da agricultura, de insumos modernos produzidos pelo setor industrial. A indústria fornecedora de insumos para a agricultura é incentivada num duplo movimento: de um lado o governo incentiva a montagem no Brasil de filiais de multinacionais produtoras de insumos modernos; de outro, o Estado, através do crédito rural sub-sidiado, incentiva o consumo destes insumos modernos pela agricultura. KAGEAMA e GRAZIANO DA SILVA (1987), caracterizam esta fase como de passagem do "Complexo Rural" para o "Complexo Agroindustrial", na qual se dá

4- TAVARES, Maria da Conceição (1986)-"Acumulação de Capital e Industrialização do Brasil", 2ª edição, Campinas: Editora da UNICAMP, pag.117

5- DELGADO, Guilherme (1985)- "Capital Financeiro e Agricultura no Brasil", Tese de doutoramento em economia, IFCH UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1985.

a internalização de um setor específico produtor de bens de capital para a própria agricultura (D_1 agrícola), que se estende de 1965 a 1980.[6]

Durante este período, o crédito rural subsidiado é o principal instrumento de política econômica no sentido de impor à agricultura estas transformações. Além dos juros cobrados terem estado sistemáticamente abaixo da inflação, caracterizando subsídio direto, não havia um sistema de controle da aplicação do crédito muito rígido, o que permitiu uma grande sangria de recursos para outros setores da economia. Segundo Kageyama et alli (1987),

" a concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas pré-determinadas, induziu um padrão de modernização compulsória, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo".[7]

Assim, criou-se uma estrutura de produção agrícola absolutamente dicotômica, isto é, impondo diferenças profundas entre as propriedades que se inserem neste novo padrão de industrialização da agricultura e aquelas que não se inserem e ficam à margem do processo. As primeiras serão as maiores propriedades, que ocuparão as melhores terras e terão acesso ao crédito subsidiado. O acesso ao crédito é dado à grandes propriedades que produzirão determinadas culturas e produtos utilizando determinadas práticas impostas pelo pacote tecnológico prescrito no crédito. Trata-se de uma ação de crédito casada com determinadas culturas e determinados processos produtivos, que requerem a utilização de determinados insumos. Serão estes produtores que, preferencialmente, terão acesso à pesquisa, à tecnologia e à assistência técnica para produzirem produtos que serão exportados ou serão insumos para a agroindústria.

Fora deste processo, na outra ponta, estarão as pequenas propriedades e os produtores menos capitalizados, que ocuparão as terras menos férteis, utilizando-se de práticas tradicionais e

---

6- KAGEYAMA, Ângela e GRAZIANO DA SILVA, José (1987). "Dinâmica da Agricultura Brasileira: dos Complexos Rurais aos Complexos Agroindustriais", UNICAMP, mimeo, pag. 15 a 25..

7- KAGEYAMA, Ângela et alli (1987) - "O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais", UNICAMP, mimeo, pg107

mão de obra familiar. Será nestas unidades produtivas que se concentrará a produção de produtos destinados ao consumo dos trabalhadores urbanos e por conta disto serão pior remunerados.

O processo de modernização da agricultura será chamado de perverso ou conservador, devido às características que ele assume em relação à concentração fundiária, ao êxodo rural, a superexploração dos empregados e à concentração da renda, ou seja, parâmetros definidores da sorte da classe trabalhadora; indubitavelmente, a classe perdedora do desenlace do golpe de 1964.

Os novos pacotes tecnológicos prescritos, ao provocarem mudanças na escala de produção, provocam também mudança nas relações de trabalho, passando o assalariamento da força de trabalho, principalmente o sazonal, a ser a relação que mais cresceu proporcionalmente às demais[8]. Graziano da Silva (1980), utilizando dados do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, verificou que a mão-de-obra ocupada na agricultura, no Estado de São Paulo, entre 1964/1975 reduziu-se de quase 1/3, ao mesmo tempo em que a mão-de-obra ocupada nas fazendas reduziu-se de 1,7 milhões para 0,8 milhões, ao passo que os não residentes aumentaram de 324 mil para 465 mil pessoas.[9]

Utilizando-se da mesma fonte de dados de Graziano da Silva, mas para outro período, Vicente e Baptistela,(1987), mostram que o emprego de trabalhadores volantes na agricultura paulista, entre 1975/1986 cresceu de 334.162 para 439.974, respectivamente, ainda que pese a tendência à redução de mão-de-obra, que se manteve no período,- confirmando a tendência apontada por Graziano-. Em 1986 a mão-de-obra da agricultura paulista era estimada em apenas 960000 trabalhadores.[10]

8- ALVES, Francisco J. C. (1978). "Fatores do Crescimento das Cidades do Sertão da Paraíba", Tese de Mestrado apresentada à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), UFRJ, mimeo pag. 50 a 65.

9- GRAZIANO DA SILVA, José (1980). "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista", Tese de Doutoramento do Departamento de Economia e Planejamento Econômico do IFCH da UNICAMP, Campinas, 1980, pag. 90 a 109.

10- VICENTE, Maria Carlota Meloni e BAPTISTELA, Celma da Silva (1987). "Trabalho Volante na Agricultura Paulista, 1975 a 1986", Instituto de Economia

A estrutura fundiária da agricultura brasileira tornou-se mais concentrada e excludente no decorrer da década de 70, até início da década de 80. Só a partir da segunda metade da década de 80 é que esta tendência pareceu diminuir de ímpeto. Durante a década de 70 cresceu a área média por estabelecimento e as participações relativas dos estabelecimentos se alteraram, provocando alteração no coeficiente de Gini, que mede o grau de concentração. Os estabelecimentos menores, com menos de 50 hectares, que na década de 70 detêem 3,0% da área total, em 80 passam a deter apenas 2,4%. Os estabelecimentos maiores, acima de 5000 hectares, na década de 70 ocupavam 67% da área, na de 80 ocuparão 69,7%. [11]

O padrão de concentração da terra se deu em função do crescimento maior das propriedades gigantescas, de mais de 100 mil hectares. Entre 1972 e 1978 o Índice de Gini cresceu de 0,837 para 0,849.[12]

Por outro lado, cresce a tendência especulativa com a terra, que passa a ser não apenas meio de produção básico da agricultura, mas reserva de valor e ativo financeiro, que se valoriza e pode ser vendido e trocado como qualquer outro ativo.[13] Em decorrência destes dois processos: aumento da escala de produção e tendência especulativa com a terra, haverá aumento da concentração da propriedade da terra, que provocará também expulsão de trabalhadores rurais para as cidades.

A modernização da agricultura, como um todo, e, dentro dela, o aumento da mecanização, provoca também expulsão de trabalhadores e reduz, de forma geral, a quantidade de terra ocupada por parceiros posseiros e pequenos produtores.[14]

A migração campo/cidade teve como reflexo principal a criação de de um contingente populacional maior nas cidades para

---

Agrícola, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Relatório de Pesquisa 16/87, pag. 8 e seguintes.

11- PINTO, Luis Carlos Guedes e GRAZIANO DA SILVA, José (1988). " Questão Agrária, População e Emprego: Lições da Experiência Brasileira", Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, mimeo pag. 6

12- idem,idem

13- DELGADO (1985), op.cit.

14- GRAZIANO DA SILVA (1980), op. cit. 134 a 154

atender ao crescimento industrial, ou à agricultura que se modernizou. Entre 1960 e 1980, cerca de 28 milhões de pessoas deixaram o campo e foram se estabelecer nas cidades. O Estado de São Paulo foi responsável pela migração de 4,5 milhões de pessoas do campo para a cidade nas duas décadas.

Evidentemente, que todo este processo de transformação na agricultura: na propriedade da terra, no processo de produção e nas relações de trabalho, não se dá da mesma forma e com a mesma intensidade em todas as regiões do país. Esta dinâmica é modificada e se adapta ao quadro de relações sociais pré existentes.

O ritmo e a intensidade do processo de modernização da agricultura é determinado por dois fatores opostos, com dinâmicas próprias e independentes, mas interrelacionados. Isto é, dependem, dentre outros fatores, do grau de organização e luta dos trabalhadores e dos demais segmentos que se opõem ao modelo, de um lado, e do cacife econômico e político da burguesia e do Estado, de outro, interessados em implantar o mesmo, o qual, para se tornar concreto terá de carrear alianças e interesses de outros setores sociais.

A rapidez e a forma como se dá este processo provocará reações de distintos setores dos atingidos. Em determinadas regiões são os pequenos proprietários que se opõem à concentração da propriedade. Em outros locais, onde a modernização da agricultura não concentrou a terra, mas transformou pequenos proprietários em quase assalariados a domicílio, com a prática da produção integrada, há reação destes pequenos proprietários contra as agroindústrias e contra a integração.

A luta contra a forma do processo de modernização será capitaneada ainda, em outros locais, pelos trabalhadores que se opõem à expulsão e lutam pela permanência na terra. As lutas de resistência na terra afloram em quase todas as regiões onde a modernização provoca concentração da terra, porém, nem sempre ela será visível e explícita em todos os locais em que se manifesta.

Em algumas regiões a luta pela terra quase não aparece, é

quase velada, surda, mas de grande intensidade, envolvendo: posseiros, parceiros, foreiros, seringueiros e etc.. Em outros locais, serão os auto intitulados "Sem Terra"[15], que se oporão ao processo e promoverão invasões e assentamentos em grandes propriedades. Em outros locais, a luta explodirá em grandes conflitos que exigirão a participação do Estado, inclusive assentando e mantendo a terra com os trabalhadores e provocando derrotas aos capitalistas.

Em outros locais, a luta ganhará visibilidade exatamente junto ao segmento de trabalhadores já expropriados e transformados em assalariados, mas não terá como objeto central da disputa a terra, mas, fundamentalmente, a melhoria das condições de vida e trabalho como assalariados e o controle do processo de trabalho.

É a existência de luta e de contradições,-tanto intra classe dominante, quanto entre esta e os trabalhadores-, que provocarão alterações no rítmo e intensidade do processo de modernização da agricultura, embora seja mantida a dinâmica do processo.

Em algumas regiões, onde as lutas dos assalariados provoquem ganhos salariais e aumento no custo da força-de-trabalho para o capitalista, o desfecho poderá se dar na direção da intensificação da utilização do progresso técnico, poupador de mão-de-obra, ou no sentido do aumento da demanda às indústrias produtoras, ou ao Estado, de tecnologia necessária para a mecanização da atividade. Por outro lado, as conquistas salariais poderão ser minoradas ou eliminadas através de outras mudanças no processo de trabalho que alterem o rítmo e a intensidade do trabalho, sem que haja aumento da mecanização. Os capitalistas, assim como os trabalhadores, têm a sua disposição um leque

---

15- "Sem Terra" é o conjunto de trabalhadores que já não consegue acesso a terra para se reproduzir como pequenos produtores independentes, quer porque a propriedade da terra se concentrou, quer porque a utilização econômica da mesma já não permite parcelamentos, etc, ou seja, um conjunto de condições que interrompem a forma de reprodução tradicional de pequenos arrendatários, parceiros, filhos de pequenos proprietários e etc, que formam a base do que posteriormente se chamou de Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

variado de alternativas, que serão usadas de acordo com o momento, de acordo com o grau e a capacidade de luta do oponente.

Isto quer dizer, que o processo de modernização da agricultura não está pré definido, pré determinado. Também não está definida a forma como a luta vai se dar, ela vai depender da própria luta. Isto é, somente a existência de luta determina a sua própria dinâmica; o seu ritmo e intensidade, e para que haja luta é necessário que as partes opostas se ponham em movimento. Ou seja, a luta só existe se houver partes que se definam em luta, que assumam a sua identidade em quanto categorias ou "coletivo social" que sabem onde estão e para onde querem ir, ou ainda, não sabem para onde querem ir, mas, sabem, acima de tudo, para onde não querem ir, o que significa a existência de movimento. O fato de existir movimento coloca a necessidade de eleger determinados objetivos, os quais não são estanques, são dinâmicos, variam de acordo com o oponente e com as condições em que a luta se estabelece.[16]

Além da resistência dos trabalhadores à intensidade ou ao rítmo do processo de modernização da agricultura, este é também alterado por outros fatores, alheios aos trabalhadores. No período entre 1980 e 1984 o padrão de financiamento, baseado no crédito subsidiado, começará a dar sinais de esgotamento, em função da crise da economia internacional e na crise do sistema financeiro, que impôs limites ao endividamento externo e interno. Entre 1980 e 1985, as aplicações totais na agropecuária caíram de Cz$ 250 bilhões de cruzados para Cz$ 124 bilhões[17].

"Entre 1979 e 1984 o volume de crédito foi reduzido em mais de 50%. Praticamente todos os itens foram atingidos....; entre 1980 e 1984, a redução do crédito de custeio foi da ordem de 40%

16- Para maior aprofundamento sobre o conceito de identidade sugiro o excelente livro de SADER, Eder (1988), "Quando Novos Personagens Entram em Cena Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980", Editora Paz e Terra, São Paulo, pags 46 a 56,especialmente 55:" Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas."

17- MARTINE (1989). op. cit. pag 5

e a do crédito de comercialização chegou perto de 70%"[18].

Como a alínea de crédito de investimentos foi duramente atingida pela restrição de crédito, a modernização da agricultura não pode mais se processar no ritmo anterior. Com isto, começaram a ocorrer dissensões internas à própria classe capitalista, que se beneficiou, por um certo tempo, com a liberalidade de créditos. No período anterior, quando o crédito era farto e barato, os capitalistas do setor agropecuário e dos demais setores com interesse cruzados na agroindústria, se comportaram como um bloco, junto ao estado e frente aos demais setores sociais que se opunham ao processo. Quando o crédito começou a ficar escasso, a classe deixa de se comportar como bloco e passa a se comportar em grupos de interesse.

Dessa forma, a partir deste período, proliferam, com maior intensidade, a criação de Associações por produtos, que têm como função básica trazer para o subgrupo do produto agropecuário as vantagens e incentivos não mais distribuídos amplamente pelo Estado. Prevalecerá, neste período, os grupos de pressão ou Lobbies. A unificação dos capitalistas só se dará nos momentos e nas questões onde estiver em jogo a propriedade da terra, ou o enfrentamento direto aos trabalhadores.

Na década de 80, quando escasseiam os recursos para o crédito agrícola, o Estado passa a ter uma postura mais seletiva na distribuição de recursos. Neste período, os grupos e setores mais modernos passam a dispor de mais recursos do que no período anterior. Assim, os produtos de maior peso no dinamismo da economia serão os que dispõem, além do crédito, de outros mecanismos de valorização, tais como subsídios e incentivos. Por isso, o maior crescimento no período foi registrado na cana da açúcar, devido às múltiplas formas de proteção do Proálcool.

Outros produtos com desempenho favorável foram o trigo, a soja, o cacau, o algodão e a laranja, devido aos favorecimentos proporcionados por mecanismos especiais de preço, de crédito ou a fatores externos relevantes, tais como: crescimento da demanda

---

18- KAGEYAMA et alli (1987). op. cit. pag. 61, citado por MARTINE (1989). op. cit pag. 5..

externa; dos preços pagos no exterior; à política de crédito de incentivo à exportação etc..[19]

TABELA 1 - PRODUTO REAL DA AGROPECUÁRIA (PERCENTAGEM)

AGROPECUARIA	81/80	82/81	83/82	84/83	85/84	86/85	87/88
PROD.VEGETAL	109.6	96.7	98.2	108.5	113.2	89.6	115.5
PROD.ANIMAL	106.1	103.7	101.9	94.2	103.7	97.2	111.7
TOTAL							
INDICE	108.2	99.4	99.7	102.9	109.4	92.6	114.1
TAXA	8.2	-0.6	-0.3	2.9	9.4	-7.4	14.1

FONTE: MARTINE (1989)[20]

Neste período, com a redução de crédito subsidiado, houve queda na demanda de insumos modernos, mas não houve queda da produtividade agrícola. Isto ocorreu, provavelmente, porque os insumos modernos passaram a ser usados com mais comedimento, evitando desperdícios e maiores despesas. Ou seja, diante do crédito racionado, os produtores modernos tiveram que adaptar as bulas de utilização dos insumos à nova realidade, portanto, passaram a seguir não apenas a recomendação estreita do fabricante, mas a recomendação prática da experiência e do bolso. O que revela que há, por trás da aparente frieza técnica do processo de modernização da agricultura, espaço para a tomada de decisão dos capitalistas, levando em consideração, além da relação entre receita e despesa, a observação da realidade.

As receitas técnicas de recomendação do uso de determinado insumo têm, em geral, mais a ver com a necessidade de vender do fabricante, a qual se defronta com o bolso do demandante. Nesta medida, surgem inúmeros exemplos de bulas com recomendações de dosagem muitas vezes superior à capacidade de absorção da planta e do solo, causando problemas de poluição, erosão, desgaste, riscos à saúde etc. Acrescente-se a isto o total despreparo do Estado para fiscalizar a composição de cada um dos diferentes insumos agrícolas utilizados no Brasil, onde vários componentes, apesar de estarem proibidos, continuam constando da composição de

19- idem, pag.8
20- idem, pag.6

vários produtos.[21]

Por outro lado, a maior parte dos insumos modernos aqui produzidos foram criados para outros países, com diferentes condições de solo, clima e preparo, sem que houvesse tempo, sequer, para a adaptação destas técnicas e destes insumos às condições reais da agricultura no Brasil, com enorme diversidade de condições de produção. Esta necessária adaptação foi feita empiricamente pelos usuários, que se encarregaram de repassá-la de uns para os outros. A partir daí, os próprios vendedores passaram a incorporar a observação empírica dos usuários para melhor vender o produto a outros produtores.

Alguns autores argumentam que a manutenção do dinamismo da agricultura, no momento de redução de crédito e de redução de preços internacionais, estaria ligada ao estágio de maturidade do novo padrão agrícola. Neste período, alguns dos grandes demandantes de crédito do período anterior já dispunham agora de recursos próprios em condições suficientes para manter o investimento.[22] Por outro lado, o Estado ao mesmo tempo em que reduziu crédito, manipulou os preços mínimos de determinados produtos importantes para a continuidade do modelo.

Sem dúvida, as últimas décadas foram fundamentais para que ocorresse vigorosa mudança no padrão técnico de produção agrícola e para que houvesse uma crescente integração intersetorial na economia. A agricultura se converteu num ramo de produção industrial, que compra insumos e vende matérias primas para outros ramos industriais. Agora, grande parte das atividades agrícolas são parte da matriz de relações intersetoriais e estão subordinadas à dinâmica do ramo de produção ou do complexo agroindustrial do qual é parte. Desta forma, não dá mais para se falar de uma dinâmica da agricultura como um todo nem de uma dinâmica do setor industrial, ambos são agora partes de um

21- Em vários momentos têm surgido acusações de fraudes ou adulterações de compostos utilizados na agricultura, o caso recente mais famoso é o das batatas contaminadas por mercúrio, que redundou em decreto estadual obrigando a necessidade de receitas prescritas por agrônomos na compra de defensivos agrícolas. Vide Folha de São Paulo, 1/10/89, caderno C.

22- KAGEYAMA et alli (1987). op. cit. pag. 65-67.

processo geral de produção capitalista, submetidos à lógica da produção e realização da mais-valia.

Para se ter uma idéia do grau de integração da agricultura com o setor industrial, basta ver que em São Paulo, do total de despesas de operação dos estabelecimentos agrícolas, na safra de 80/81, 44,90% advieram do grupo de despesas com produtos de consumo intermediário; 23,51% dá remuneração ao trabalho e 31,58% de despesas com investimentos e manutenção. Dentro do ítem de despesas com produtos de consumo intermediário, as despesas com produtos de consumo intermediário de natureza industrial são responsáveis por mais de 75% do referido grupo. Portanto, não apenas a dependência da agricultura para com insumos provenientes da indústria é elevada, quanto o mercado agrícola para produtos industriais é importante, o que reforça a idéia de integração.[23]

Por outro lado, embora a integração seja inequívoca, não dá para falar de um complexo agroindustrial único ou ideal, porque existem complexos e complexos. Existe, sem dúvida, um setor agrícola que se modernizou e diversificou, porém este movimento não foi homogêneo e não se deu da mesma forma em todas as regiões, produtos e produtores. Embora o processo de Caificação seja inegável e irreversível, o seu significado e abrangência é passível de discussão.

Dentre os setores/produtos/regiões que conseguiram se modernizar e se integrar à dinâmica moderna de Caificação da economia está, sem dúvida, o setor produtor de cana de açúcar da Região de Ribeirão Preto. É sobre este setor que falaremos a seguir.

1.2 -Modernização da Lavoura Canavieira em São Paulo

1.2.1 - Histórico da Cana em São Paulo

Embora a cana seja cultivada no Brasil desde o desco-

23- MARQUES, Samira Aoun et alli (1987). "Composição de Gastos da Agricultura Paulista, 1980/81", in Agricultura em São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, SeAg. Ano XXIV - Tomos I e II,pg 81.

brimento, trazida pelos portugueses, ela somente será produzida em São Paulo em fins do século XIX. Ela será por muito tempo, séculos XVI e XVII, o principal produto exportado pelo Brasil e terá nos estados do Nordeste sua principal região produtora.

Com a concorrência do açúcar produzido nas colônias do Caribe, a rentabilidade do cultivo cairá bastante (século XVIII). Foi necessário a queda na rentabilidade, combinada com a diversificação da produção de outros produtos exportáveis, para retirar o açúcar do seu posto de principal produto de exportação da economia colonial brasileira.[24]

No início do século XX, São Paulo era ainda um grande consumidor do açúcar nordestino, que tinha neste crescente mercado consumidor, sua válvula de escape da concorrência no mercado internacional com o açúcar caribenho. A Primeira Guerra Mundial provocará subida nos preços internacionais do açúcar, com isto a produção paulista começará a se aquecer e competirá mais diretamente com a produção nordestina.

A crise de 29 provoca grande superprodução de açúcar e vai suscitar a necessidade de criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) (Decreto 22789 de 23/05/1933). Cuja função era coordenar o crescimento da produção de açúcar no país, que apresentava crises frequentes de superprodução. Ao IAA coube a condução da política de produção, comercialização e exportação, porém a sua principal atribuição, a nível interno, será a de regulamentar a relação entre fornecedores de cana e produtores de açúcar e álcool (Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto-lei no.3855, de 21/11/41), coordenando cotas, preços e excedentes de açúcar, para não prejudicar os produtores.

O decreto de criação do IAA, não deixa dúvidas sobre os principais objetivos que presidiram a sua criação:

> *"a) Assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria prima, a determinar o fabrico do álcool";*

24- SZMRECSÁNYI, Tamas. (1979) " O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975), Hucitec-UNICAMP, Série Economia e Planejamento, São Paulo. pg. 41.

"b) Fomentar a fabricação do álcool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou auxiliando...as cooperativas e sindicatos de usineiros que para tal fim se organizarem, ou os usineiros individualmente, a instalar destilarias ou melhorar suas instalações atuais."[25]

Pelo exposto, fica claro, que o IAA, desde sua criação, terá uma postura de não apenas regulamentar ou normatizar o setor de açúcar e álcool, mas, pelo contrário, será mais intervencionista, interessado inclusive, neste primeiro momento, em participar da produção de álcool anidro através da instalação e fomento de destilarias centrais.

Como o açúcar produzido em São Paulo e no Rio de Janeiro eram consumidos localmente, a crise de 29 irá afetar mais fortemente o açúcar nordestino destinado ao mercado externo. A intervenção do IAA, delimitando cotas e preços e retirando do mercado o açúcar excedente, irá beneficiar os produtores do Rio de Janeiro e São Paulo e sua respectiva agroindústria. Nesta etapa, o açúcar em São Paulo ainda estava restrito, praticamente, à região produtora de Piracicaba, ainda não havia se espalhado para o norte, centro e oeste do Estado.[26]

A crise de 29 terá forte influência na cultura cafeeira do Estado de São Paulo, provocando a quebra de inúmeros produtores e a retração da cultura. A cana-de-açúcar se expandirá, a partir de 30, nas antigas áreas de café, alcançando no final da década mais de 100 mil hectares plantados no Estado e já se equiparando em magnitude com a produção de Pernambuco. Em 1935, São Paulo já era o segundo estado produtor de açúcar, produzindo mais de 2 milhões de sacos, equivalente a 17,4% do total, sendo superado apenas por Pernambuco, com 37,6% e sendo seguido de perto pelo Rio de Janeiro, 16,9% e Alagoas, 11%.[27]

Os fazendeiros de café encontram no açúcar a cultura capaz

25- ídem, pg 46.
26 BELIK, Walter.(1984) "Project Agricultural Organization and Performance", PROAGRO, Relatório de Pesquisa número 2. A Pesquisa Agrícola no Setor de Açúcar e Álcool em São Paulo. Instituto de Economia, UNICAMP, versão preliminar pag.3.
27- SZMRECSÁNYI (1979), op. cit. pg 194

de proporcionar rentabilidade sem os riscos das bruscas oscilações de preço do mercado internacional. Ao mesmo tempo, a fertilidade relativa das terras paulistas será um atributo adicional para garantir a rentabilidade desejada, comparativamente a outras regiões produtoras de solos mais pobres.

A intervenção do IAA no preço do açúcar, através do controle do estoque do produto, para equilibrar a oferta e a demanda e a política de transformação em álcool do açúcar adquirido, irão constituir em forte estímulo para os estados açucareiros do Centro-Sul (São Paulo e Rio de Janeiro).

A Segunda Guerra Mundial irá provocar sérias dificuldades às exportações brasileiras de açúcar. Dificuldades provocadas pelo fato dos principais países importadores estarem envolvidos no esforço de guerra e, portanto, estavam priorizando o gasto com armamentos, e pelo fato do comércio internacional sofrer as perdas decorrentes dos torpedeamentos de embarcações de carga. A ameaça de torpedeamento prejudicará inclusive o comércio de cabotagem do Brasil, principal meio de transporte interno do período, prejudicando o abastecimento interno. Nesta época o açúcar nordestino era em grande parte responsável pelo abastecimento do Centro-Sul, que sofre escasseamento do produto, provocando filas e uma demanda insatisfeita.

A guerra provocará também a valorização do parque alcooleiro nacional, face a escassez dos derivados de petróleo, principalmente gasolina, que era quase que integralmente importada. Entre 1939 e 1941 a capacidade de produção de álcool anidro mais do que duplicou, passando de 38 milhões de litros para 76,6 milhões respectivamente.

A principal decorrência da guerra foi a transferência do eixo da agroindústria canavieira, definitivamente do Nordeste para o Centro-Sul e São Paulo será o estado mais beneficiado desta mudança. Em 1946 a produção de São Paulo já se equipara à de Pernambuco em volume, e suplanta a deste estado em modernização do parque. Nesta época já se delineava a mudança da supremacia do Nordeste para o Centro-Sul provocada por um

conjunto de condições sócio econômicas, tais como: maior capacidade financeira dos produtores do sul, especificamente os de São Paulo; mercado em posição vantajosa; um parque industrial moderno com eficientes instalações e condições agrícolas melhores que no Nordeste. Esses fatores faziam com que os custos médios de produção tanto agrícola quanto industrial fossem mais baixo no Sul do que no Nordeste. Deve-se acrescentar a isto a alta dos fretes e a decadência do transporte de cabotagem, para que se tenha todos os elementos demonstrativos da perda de hegemonia dos produtores nordestinos, em relação aos do Centro-Sul na produção açucareira.

TABELA 2
QUOTAS DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINA AUTORIZADAS PELO IAA POR ESTADO E REGIÃO PRODUTORA EM 1000 SACOS

Estados/ Região	1935 Sacos	1935 %	1946 Sacos	1946 %	1951 Sacos	1951 %	1957 Sacos	1957 %
Norte/ NE	7439,0	62,8	11958,2	49,9	16781,7	52,2	22116,7	46,3
PA;MA; PI;CE	-	-	92,4	0,4	118,7	0,4	140,6	0,3
RN	54,4	0,4	63,1	0,3	180,0	0,6	309,1	0,7
PB	225,9	1,9	610,3	2,7	727,0	2,3	920,3	1,9
PE	4450,2	37,6	6490,5	28,9	9360,3	28,9	12717,9	26,6
AL	1301,9	11,0	2319,9	10,3	3041,1	9,4	4148,0	8,7
SE	721,5	6,1	1213,0	6,0	1755,3	5,4	2026,3	4,2
BA	685,1	5,8	1169,0	1,3	1598,3	5,2	1854,5	3,9
C./Sul	4407,6	37,2	10079,2	44,8	14716,4	45,4	24168,4	50,6
ES	-	-	87,1	0,4	260,7	0,8	327,6	0,7
MG	339,6	2,9	1256,6	5,6	1825,3	5,6	2480,6	5,2
RJ	2000,1	16,9	3735,5	16,6	4909,7	15,2	6275,5	13,1
SP	2067,9	17,4	5000,0	22,2	7710,7	23,8	15084,7	31,6
Sul	-	-	278,9	1,3	666,7	2,0	1107,1	2,3
PR	-	-	150,0	0,7	458,9	1,4	852,8	1,8
SC	-	-	128,9	0,6	207,8	0,6	254,3	0,5
C.Oeste	-	-	154,9	0,7	227,9	0,7	357,5	0,8
GO	-	-	-	-	-	-	187,8	0,4
MT	-	-	-	-	-	-	169,7	0,4
BR	1184,7	100,0	2247,1	100,0	3238,2	100,0	4774,9	100,0

Szmrecsányi (1979)

1.2.2 - Açúcar e Concentração da Terra

O alto grau de concentração, tanto da terra quanto do capital, encontrado nas regiões canavieiras, é, em parte, explicado pelas próprias características químicas do processo de

produção do açúcar. A sacarose, extraída da cana, para a produção do açúcar sofre perda se levar muito tempo entre a colheita e a sua transformação industrial, mais ou menos 48 horas. Dependendo da variedade e das condições de corte, a cana pode azedar mais rapidamente, prejudicando a conversão da sacarose, básico para a produção do acúcar, mas não fundamental para a produção do álcool, que se dá a partir da destilação da garapa.

A perda de sacarose se dá, mais ou menos, nesta ordem, em função da modalidade do corte: a cana cortada crua, sem queimar, é mais resistente; em seguida vem a cana cortada crua e picada; depois vem a cana cortada inteira e queimada e, por último, a cana cortada queimada e picada. Segundo alguns técnicos agrícolas consultados, a cana de variedade mais precoce, por ser menos robusta, azeda mais rapidamente depois de cortada do que as variedades cortadas mais tardiamente, como as canas cortadas com 18 ou 20 meses.[28] Como no Brasil, após década de 1960, passou- se a adotar o sistema de corte de cana queimada, o que provocou aceleração da deterioração da cana. Com isto, passou a ser recomendável que a área de plantio e corte não deva distar mais de 30 km. da usina. Além destes limites aumenta o risco de deterioração e ocorre aumento do custo provocado pelo maior peso do custo de transporte, o que compromete a rentabilidade do processo.

Outro fator que contribuiu para a concentração de terras e capital na atividade canavieira é a economia de escala das grandes unidades de transformação industrial da cana em açúcar ou álcool. A produção de açúcar e álcool têm ganhos de escala consideráveis para estabelecimentos maiores, o que é explicado em parte pelo fato da atividade transformadora ser de produção contínua, como em qualquer indústria de transformação química.

Na produção contínua, a atividade de transformação de uma

28- Esta informação não foi comprovada cientificamente, porém observei que em várias usinas as variedades de cana cortadas tardiamente, a cana cortada com 18 ou mais meses, são utilizadas frequentemente para o estoque estratégico realizado pelas usinas para suprir as moendas de cana durante os finais de semana, quando o corte está paralisado. Não pude confirmar se isto se deve à variedade da cana ou à grossura do colmo.

matéria prima se dá em consequência de uma cadeia de reações, que transformam o produto integralmente, alterando a qualidade das matérias primas empregadas. O processo contínuo é tipico das indústrias de transformação química, onde a matéria prima é transformada em cadeia, sem manipulação e sem interferência direta do trabalhador, como a existente em processos de produção descontínuos, nos quais os componentes do produto final são produzidos separadamente e agrupados na fase da montagem. A indústria automobilística, por exemplo, se constitui no arquétipo do ramo de processo de produção descontínuo e a petrolífera no arquétipo da produção contínua. Tanto a produção do açúcar quanto do álcool são, em essência, processos de produção químico e, portanto, contínuo.

Neste tipo de indústria, o custo das instalações necessárias para a produção é muito elevado e exige ser rateado por quantidades elevadas de produto final, para viabilizar-se economicamente. São indústrias que têm as carac-terísticas dos oligopólios concentrados[29]. Por ser um processo de produção contínuo, com características de oligopólio concentrado, a concorrência intercapitalista não se dá em preço, mas fundamentalmente em custos de produção; as empresas que operam com menores custos auferem margens de lucro maiores. O que no caso do açúcar e álcool é agravado pelo fato de serem produtos controlados e protegidos pelo Estado, que além de regulamentar a produção, determina o preço, uniformemente para todo o território nacional.

A obtenção de custos de produção mais baixos e margens de lucro mais elevadas dependem da produtividade do trabalho. Esta, por seu turno, depende da qualidade do maquinário empregado. Porém, na estrutura de oligopólio concentrado a qualidade do maquinário é praticamente homogênea para todas as empresas de um mesmo porte ou escala de produção. Assim, a produtividade diferenciada entre empresas do mesmo porte, na indústria sucro-alcoleira, depende do fluxo de entrada de matéria prima

29- POSSAS, Mario L. (1985). "Estruturas de Mercado em Oligipólio", Hucitec, São Paulo, especialmente capítulos 3 e 4.

adequado à capacidade instalada da planta. Ou seja, é necessário que entre um volume regular de matéria prima, o qual é determinado pela escala de produção da planta industrial, em suma, pelo processo de produção industrial e não pelo processo de produção agrícola. Cabe à parte agrícola determinar apenas o início e o final do processo de produção industrial, que é decorrente da safra da cana. Neste caso, o crescimento da escala de produção industrial, tem como contra-partida o crescimento também da escala de produção agrícola. Esta, por sua vez, pode ser parte de uma mesma empresa ou pode ser produzida por uma outra empresa fornecedora de cana.

O fato da cana não poder distar muito da usina, o fato da atividade transformadora exigir uma grande escala de produção e o fato da eficiência do processo depender do fluxo de matéria prima (cana), contribuem para que os usineiros concentrem as terras próximas às usinas para a produção de cana.

Por outro lado, mas no mesmo sentido, as usinas que dependem de um grande número de fornecedores, em áreas onde existe uma elevada concentração de usinas, têm menor poder de barganha frente aos fornecedores. Estes sabem que, caso entre matéria prima em quantidade muito inferior à capacidade de produção da unidade produtora (usina ou destilaria), os custos de produção industrial se elevam bastante. Neste caso, os fornecedores podem tentar leiloar a produção entre os usineiros, através da consecução de vantagens, não apenas de preço, que tendem a encarecer os custos de produção.

Em locais onde os fornecedores são produtores autônomos, sem vínculos de dependência com as usinas, o que determina a produção destes produtores, ou seja a cultura comercial a ser empreendida e a quantidade produzida e fornecida de cana, caso esta seja a cultura escolhida, é a lucratividade do produto comparativamente à outras culturas que poderiam estar sendo produzidas. Caso a lucratividade da produção e fornecimento de cana estejam ameaçados por outras culturas, haverá a tendência à mudança de produto, o que prejudicará os usineiros dependentes daquela cana produzida por fornecedores autônomos.

Estes fatos fazem com que os usineiros, particularmente em São Paulo e mais especificamente na Região de Ribeirão Preto, produzam diretamente pelo menos uma parte substancial de suas necessidades de cana, deixando o restante para os fornecedores. Isto transforma a produção de cana em apenas uma seção da empresa, que é única: a seção agrícola e a industrial tornam-se partes articuladas do todo, que é a usina e ou destilaria, porém, a sua dinâmica é determinada pela capacidade de produção industrial.

A proporção de cana própria em relação à cana de terceiros será uma das preocupações do IAA, desde a sua fundação, que tentará regulamentar as relações entre usineiros e fornecedores. A quantidade de cana própria das usinas não pode exceder a 60% do total de cana esmagado pela usina. Porém, existem inúmeras formas de burlar esta determinação do IAA. A regra geral, em São Paulo, mais especificamente na Região de Ribeirão Preto, é cada usina ter uma quantidade muito maior de cana própria em relação a cana de terceiros do que os 60% regulamentados.

Em São Paulo, historicamente, sempre houve uma participação pequena de fornecedores, comparativamente a outras regiões produtoras de cana no país. Isto pode ser explicado pelo fato de outras atividades e produtos agrícolas serem, em São Paulo, economicamente concorrentes com a cana, devido à lucratividade comparada da cana em relação à outras culturas, para os produtores autônomos, ou com pouca terra, tais como: algodão; amendoim; milho; café; frutas etc. Dessa forma, os usineiros tendem a concentrar para si as terras mais próximas à usina, deixando as mais distantes e piores para os produtores autônomos, ou fornecedores.

Outra alternativa para os pequenos produtores, com pouca terra, é o arrendamento da sua terra à usina para a produção de cana. Com este procedimento o proprietário recebe líquido da usina uma quantia como arrendamento e fica absolutamente isento de gerir à produção, a qual é realizada pela usina. Além disto, o arrendamento praticado em São Paulo não é fixo, varia de acordo com a produtividade da cana da área arrendada. Assim, os

produtores independentes preferem o arrendamento à produção de cana como fornecedores. Em alguns casos, estes produtores convertem-se em arrendatários de outras terras para a produção de leguminosas.

A cana, por outro lado, tende a tornar pouco atraente o estabelecimento de outras culturas muito próximas a ela, isto porque a cana, por ser gramínea, não respeita muito cercas e aceiros. Naturalmente, a soca da cana tende a se espalhar a criar moitas com inúmeras varas, que se não for bem cuidada, acaba atravessando cercas, prejudicando outras culturas. Além disso, a cana, no período seco, tem muita palha, o que provoca sempre o risco de incêndio, que, se não for controlado a tempo, pode provocar inúmeros prejuízos, principalmente se o fogo se alastrar para outras culturas. A prática de queimar a cana na colheita, afugenta para outros áreas os animais peçonhentos existentes, tornando-se em risco adicional para pequenos produtores situados próximos. O incêndio é um dos principais inimigos, até para os produtores de cana, porque pode tornar um talhão improdutivo por dois ou mais anos. Como a cana é colhida queimada, após a década de 1960, é necessário, no período seco, que antecede ao corte, uma equipe de controle de incêndio. É esta mesma equipe encarregada de por fogo apenas nos talhões que serão colhidos. Esta atividade tem que ser efetuada por pessoas especializadas que devem atentar para as seguintes preocupações: cuidar para que o fogo não se alastre para outras culturas; para que não calcine a soqueira, apenas queime a palha, e que não queime uma extensão de cana maior do que a capacidade de colheita da usina no dia.

Este risco permanente de incêndio é, de um lado, e dependendo das condições do produtor, fator de expulsão de pequenos produtores; de outro, ele é impeditivo, de certa forma, da produção de cana pelos pequenos proprietários policultores, porque aumenta bastante a necessidade de cuidado com a cana em detrimento de outras culturas.

Em algumas regiões do país, principalmente na zona da mata da Paraíba, o plantio de determinadas áreas com cana é utilizado como instrumento de expulsão de pequenos produtores, quer

proprietários ou não de terras, e de barateamento das terras que os usineiros querem incorporar. Algumas vezes, é melhor para o proprietário a utilização de métodos mais dissimulados, como este, para a expulsão de pequenos produtores e concentração da terra[30].

A partir do Proálcool os incentivos de créditos do programa para aquisição de terras e o fato das destilarias autônomas não terem limites de produção de cana própria, como as usinas, colaboraram para o aumento da concentração. Vários estudos mostram que a área média dos estabelecimentos é maior em regiões monocultoras de cana do que em regiões não monocultoras.

Vilarinho(1984), elaborou duas amostras de municípios no Estado de São Paulo: uma com municípios monocultores de cana e outra, com municípios não monocultores. Na amostra de municípios monocultores de cana, esta participa com mais de 60% do valor da produção, na segunda amostra, com municípios não monocultores, a cana participa apenas com, no máximo, 5% do valor da produção agropecuária. Com base nestas duas amostras, concluiu que a terra é bem mais concentrada na região monocultora do que na outra.

A pesquisa mostra, para o primeiro grupo (municípios monocultores), que em 1970 , os estabelecimentos com menos de 100 hectares eram 83,9% do total e detinham 21.6% da área; em 1980, este estrato detinha 79,3% do número e 15,5% da área. Para os maiores estabelecimentos, com mais de 1000 hectares, há comportamento inverso. Enquanto estes eram 1,3% do número e detinham 32,5% da área, em 1970, em 1980, pós Proálcool, estes são 2,6% do número e detêem 45% da área(vide Tabelas 3 e 4). O que demonstra, que a intensificação da produção de cana redundou em concentração da propriedade da terra.

Na tabela 3, na amostra de municípios monocultores de cana de Vilarinho, fica claro a redução do número de estabelecimentos agropecuários, para o estrato de produtores com área inferior a 100 hectares, com redução significativa da área ocupada, entre

30- ALVES, Franciso J.C.(1979) e GARCIA, Fernando."Conflitos de Terra na Paraíba", Comunicação apresentada na 29ª Reunião Anual da SBPC, Fortaleza, CE, julho de 1989, mimeo.

1970 e 1980, com aumento pequeno da área média por estabelecimento. Para os estabelecimentos com mais de 1000 ha. há, no mesmo período, aumento do número,; aumento da área total ocupada por estes estabelecimentos e, também, aumento da área média.

TABELA 3:NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS: ÁREA TOTAL; ÁREA MÉDIA, POR ESTRATO DE ÁREA DA AMOSTRA DOS MUNICÍPIOS MONOCULTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, ANOS DE 1970; 1975; 1980 E 1985

ESTR	Menos de 100 ha			De 100 a 1000 ha.			Mais de 1000 ha.		
Anos	Numero Estab.	Area Total	Área Média	Numero Estab.	Area Total	Area Media	Numer Estab	Area Total	Área Média
1970	7599	183164	24.1	1331	389790	292.9	122	275423	2257.6
1975	5822	152213	26.1	1224	366623	299.5	149	352885	2368.4
1980	4734	128335	27.1	1080	327534	303.3	155	372644	2404.2
1985	5032	130541	25.9	956	308233	322.4	172	368919	2144.9

FONTE: VILARINHO (1984). FIBGE: Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985

Na amostra com municípios não-monocultores os resultados são bem diferentes: enquanto o estrato de menor área praticamente mantém inalterada a sua situação entre 70 e 80, o mesmo ocorre para os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, o estrato intermediário tem a sua situação ligeiramente alterada. Assim, os estabelecimentos com menos de 100 hectares, que em 70 eram 84,2% do total de estabelecimentos e detinham 25,2% da área total, em 80, este estrato passa a ser 81,6% do número e detém 23,7% da área; os estabelecimentos com mais de 1000 hectares são apenas 1% do número, em 70, e detéem 26,3% da área. Em 80, este estrato continua sendo 1,3% do total de estabelecimentos e detem 24,4% da área.[31]

A pesquisa de Vilarinho é realizada tanto com os dados dos Cadastros do INCRA de 1972 e 1978,-com base nas propriedades-, quanto com os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975 e

31- VILLARINHO, Carlyle Ramos de O..(1984) "Um Estudo das Mudanças na Estrutura Agrária em Municípios "Monocultores" de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo. 1970/1980". Relatório de pesquisa de Iniciação Científica. Instituto de Economia, UNICAMP, 1984,pg.9 a 13.

1980,- com base nos estabelecimentos rurais-, e chega, com fontes diversas aos mesmos resultados: os municípios monocultores de cana têm uma estrutura fundiária mais concentrada do que os não monocultores de cana.

Ampliando-se a análise de Vilarinho para o ano de 1985, com base na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, verifica-se que, neste novo período, embora a terra permaneça concentrada, houve, sem dúvida, um recuo da tendência à concentração verificado no início da década de 70 (70 a 75), conforme Tabela 4.

Na amostra 1, isto é, dos municípios monocultores de cana, houve no período 80/85 um aumento de 6,3% no número de estabelecimentos com menos de 100 hectares. Este aumento no número de estabelecimentos no estrato de pequenas e médias propriedades, também foi acompanhado pelo aumento da área ocupada pelo estrato, porém um aumento muito modesto se comparado com redução sofrida entre 1970 e 1980; um aumento de 1,7%, entre 80/85, frente a uma perda acumulada de menos 29,9% na década de 70 a 80. O estrato entre 100 e 1000 hectares houve redução no número de estabelecimentos, entre 80/85 de -11,5% e redução de área ocupada, no mesmo período, em -5,9%, o que redundou em aumento da área média. No estrato das maiores propriedades,de mais de 100 hectares, houve aumento no número de estabelecimentos e redução na área total, 11% e -1%, respectivamente, redundando numa redução de 10% na área média destes estabelecimentos, no período (vide tabela 4).

TABELA 4: TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, DA ÁREA TOTAL E DA ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE MUNICÍPIOS MONOCULTORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO , 1970 A 1985 (EM PERCENTAGEM)

Estratos de área	Menos de 100 ha.			Mais de 100 e menos de 1000 ha.			Mais de 1000 Ha.		
Período	1	2	3	1	2	3	1	2	3
70 a 75	-23.4	-16.9	8.5	-8.0	-5.9	2.3	22.1	28.1	4.9
75 a 80	-18.7	-15.7	3.7	-11.8	-10.7	1.3	4.0	5.6	1.5
80 a 85	6.3	1.7	-4.3	-11.5	-5.9	6.3	11.0	-1.0	-10.8
70 a 80	-37.7	-29.9	12.5	-18.9	-16.0	3.6	27.1	35.3	6.5
75 a 85	-13.6	-14.2	-0.8	-21.9	-15.9	7.6	15.4	4.5	-9.4
70 a 85	-33.8	-28.7	7.6	-28.2	-20.9	10.1	41.0	34.0	-5.0

1- Número de estabelecimentos; 2- Área Total; 3- Área Média
FONTE: VILARINHO (1984): FIBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985

TABELA 5: COMPARATIVO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, DA ÁREA TOTAL E DA ÁREA MÉDIA ENTRE A AMOSTRA 1 (MONOCULTORES) E AMOSTRA 2 (NÃO MONOCULTORES) 1970 A 1985 (EM PERCENTAGEM)

Período	Amostra 1			Amostra 2		
	Número Estabel	Área Total	Área Média	Número Estabel	Área Total	Área Média
70 a 75	-20.5	2.8	29.3	-20.5	-5.3	19.1
75 a 80	-17.0	-4.9	14.6	6.3	-0.6	-6.5
80 a 85	5.2	3.3	-1.8	5.9	4.5	-1.3
70 a 80	-34.1	-2.3	48.2	-15.4	-5.9	11.3
75 a 85	-12.8	-1.8	12.6	12.6	3.9	-7.7
70 a 85	-30.7	0.9	45.5	-10.5	-1.6	9.9

FONTE: VILARINHO (1984), FIBGE, Censos Agropecuários de 1970; 1975 e 1980, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985

Estes dados (Tabelas 4 e 5) demonstram que entre 1980 e 1985 não houve aumento da concentração fundiária nos municípios monocultores de cana no Estado de São Paulo, porém, não houve desconcentração de terra, porque o que foi concentrado na década de 70, principalmente na primeira metade, não foi desconcentrado agora. O que os dados parecem indicar é que está havendo um reacomodamento, porque houve uma expansão de área plantada na amostra, com ocupação de terras ociosas para agricultura (áreas

de floresta nativa; morros e várzeas com matas ciliares), e esta foi absorvida, provavelmente, pelos menores estabelecimentos. Os estabelecimentos com mais de 1000 hectares continuam detendo 43,1% da área, basicamente o mesmo que detinham em 80. Os estabelecimentos menores também não mudaram sua situação.

Na amostra dos municípios não monocultores de cana, houve, para o estrato de menos de 100 hectares, no período 1980/85, aumento no número, aumento na área ocupada e aumento na área média em 4,0%, 10% e 5,8%, respectivamente, porém este estrato manteve a mesma participação que tinha na amostra na década de 70, em termos de número de estabelecimentos e área ocupada: 80 e 25%, respectivamente. O estrato dos maiores estabelecimentos também manteve a mesma representação do início da década de 70. A modificação mais acentuada se deu nos estabelecimentos entre 100 e 1000 hectares, que aumentaram em número em 12,2%, em área ocupada em 6,8% e reduziram a área média em -4,8%, indicando que as mudanças mais acentuadas da amostra se deram neste estrato. Isto indica que as médias propriedades estão, entre 80 e 85, aumentando a sua participação na área explorada, tendência completamente antagônica ao que se observou na primeira amostra, no mesmo período (vide tabelas 6 e 7), o que demonstra que a terra é menos concentrada nesta segunda amostra.

TABELA 6: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS; ÁREA TOTAL: ÁREA MÉDIA, POR ESTRATO DE ÁREA, PARA A AMOSTRA 2, DE MUNICÍPIOS NÃO MONOCULTORES DE CANA, PARA OS ANOS DE 1970, 1975, 1980 E 1985

	Menos de100 ha.			De 100 a 1000 ha.			Mais de 1000 ha		
ANOS	Número Estab.	Área Total	Área Média	Número Estab.	Área Total	Área Média	Número Estab.	Área Total	Área Média
1970	7082	176878	25.0	1235	341215	276.3	88	184916	2101.3
1975	5395	153675	28.5	1137	329409	289.7	103	182650	1773.3
1980	5799	156859	27.0	1218	343212	281.8	91	161834	1178.4
1985	6029	172541	28.6	1367	366719	268.3	85	152518	1794.3

FONTE: VILARINHO (1984); FIBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975 e 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985.

TABELA 7: TAXAS DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, DA ÁREA TOTAL E DA ÁREA MÉDIA PARA OS ESTRATOS DE ÁREA, 1970 A 1985, (EM PERCENTAGEM)

Período	Menos de 100 ha.			De 100 a 1000 ha.			Mais de 1000 ha.		
	Número Estab.	Área Total	Área Média	Número Estab.	Área Total	Área Média	Número Estab.	Área Total	Área Média
70 a 75	-23.8	-13.1	14.0	-7.9	-3.5	4.9	17.0	-1.2	-15.6
75 a 80	7.5	2.1	-5.0	7.1	4.2	-2.7	-11.7	-11.4	0.3
80 a 85	4.0	10.0	5.8	12.2	6.8	-4.8	-6.6	-5.8	0.9
70 a 80	-18.1	-11.3	8.3	-1.4	0.6	2.0	3.4	-12.5	-15.4
75 a 85	11.8	12.3	0.5	20.2	11.3	-7.4	-17.5	-16.5	1.2
70 a 85	-14.9	-2.5	14.6	10.7	7.5	-2.9	-3.4	-17.5	-14.6

FONTE: VILARINHO (1984): FIBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975 e 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985

Quanto à ocupação de mão de obra, na cana, a densidade de ocupação (relação entre mão-de-obra e área ocupada) é pequena e com grande oscilação de uso, no decorrer do ano. Há maior ocupação no período da colheita e queda durante a entre-safra. Outras culturas, embora com menor utilização total de mão de obra na safra do que a cana, mantém estes níveis de ocupação também na entre-safra, o que minora os problemas de emprego nas regiões não monocultoras. Nas regiões em que há predomínio da cultura de cana, as áreas urbanas dos municípios tendem a ter períodos bem marcados: um com elevado número de trabalhadores, quando a cana está empregando, na safra, e outro quando um grande número de trabalhadores migram para outras regiões na entre-safra, dado que a cana está empregando menor número de trabalhadores.

Outro problema, é que, ao crescer a área plantada com cana, decresce também a utilização de trabalho familiar e a utilização de assalariados permanentes, isto é cresce, como foi dito, a utilização de assalariados rurais temporários, volantes e bóias-frias. A cana, ao mesmo tempo em que aumenta o emprego nas regiões que ampliam o seu plantio, paradoxalmente, reduz a quantidade de bons empregos existentes. Isto porque, de um lado, a cana remunera mal os seus trabalhadores e, de outro, transforma uma grande parte de trabalhadores, que antes astavam produzindo diretamente, ou eram trabalhadores permanentes, em trabalhadores

assalariados temporários.

1.2.3 - A Importância Modernizadora do Programa Nacional do Álcool em São Paulo

O álcool é um resíduo natural da produção de açúcar, resultado do cozimento, centrifugação, destilação do melaço pobre, que sobra da fabricação do açúcar, ou resultado da destilação do caldo da cana moída. Desta forma, a produção de álcool sempre foi, como mostrado anteriormente, a fórmula encontrada pelos usineiros para: aumentar e otimizar ao máximo o produto final propiciado pelo esmagamento da cana, ou como meio para equilibrar o caixa nas épocas de queda do preço do açúcar. Para que os usineiros pudessem utilizar melhor a alternativa posta pela produção de álcool de cana, era fundamental dispor também de uma destilaria anexa.

A origem do Proálcool só pode ser explicada pela queda colossal nas cotações internacionais do açúcar verificada a partir de 1973.

> *" O ano de 1975 marcou o término de um período de euforia no comércio externo de açúcar , com uma acentuada queda dos preços do produto no mercado internacional. Estes preços vinham apresentando uma tendência ascendente desde o final da década de 1960. Depois de ter atingido o seu nível máximo de todos os tempos, em novembro de 1974 (cerca de US$ 1400 por TM), as cotações do açúcar demerara foram baixando abrupta e ininterruptamente, alcançando US$ 268 por TM em dezembro de 1975, e fixando-se em torno de US$ 300 ao final do primeiro trimestre de 1976."*[32]

Esta queda na cotação do açúcar atinge o setor quando ele estava começando a pagar os investimentos realizados no final da década de 1960 e início da década de 1970, visando a sua modernização, que apesar da elevada produção tinha uma das mais baixas produtividade do mundo.[33] Foi a partir da constatação da

---

32- SZMRECSÁNYI (1979), op. cit. pg. 93.
33- BELIK (1984), op. cit, pg. 67-71.

baixa produtividade, que fica claro para o IAA e para os usineiros, que o crescimento do setor, através de exportações, teria de se dar através do acréscimo de produtividade para tornar o produto competitivo no mercado internacional,- no que se refere a custos e rendimentos-, e para este fim era necessária a interveniência mais uma vez do Estado.

Com este objetivo o IAA cria, em 1971, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, que necessita, para implementá-lo, de uma nova entidade, o PLANALSUCAR. O programa objetivava a implantação e execução de projetos de pesquisa nos campos da genética, fitossanidade e agronomia, para obtenção de novas variedades de cana com maiores produtividades agrícola e industrial. A eficácia deste programa de melhoria da qualidade da matéria prima dependia de outros programas de modernização da agroindústria, tendo em vista também o aumento da produtividade industrial.

Assim, em 1971, foi criado o Programa Nacional de Racionalização da Agroindústria Açucareira, que previa uma conjunto de medidas para a modernização do setor, compreendendo: fusões e incorporações de unidades de produção; desenvolvimento de novos produtos e processos; construção de terminais açucareiros etc. Todas estas medidas visavam reduzir os custos de produção, bem como, diminuir a histórica dependência do setor para com os recursos e medidas do Estado.[34]

A subida dos preços do açúcar no mercado externo fez com que aumentassem os recursos acumulados no Fundo Especial de Exportações, constituído ao fim da década de 50, destinado à financiar a modernização do setor. Em 1972 o fundo dispunha de 15 bilhões de Cruzeiros, dos quais 8 bilhões foram destinados à modernização das usinas, 2 bilhões foram destinados à construção de terminais marítimos de exportação e 5 bilhões destinaram-se a subsidiar o preço do açúcar para a exportação.[35]

Paralelamente, há deterioração da situação das reservas

34- NOVAES, José Roberto P. (1989). "Cana de Açúcar e Estado: Novos Elementos de uma Velha Amizade", in Tempo e Presença, No. 243, ano 11, Revista Mensal do CEDI, pag 22.

35- idem,idem.

brasileiras, provocada pela elevação do preço do petróleo importado, que passou de US$ 2,5 por barril em 1973, para US$10,5 em 1974, para mais de US$ 20,0 em 79, chegando a US$ 34,4 em 1981. Estas subidas agravaram os desembolsos do Brasil com o petróleo, que sobem de US$ 0,6 bilhões em 1973, para US$ 10,6 bilhões em 1981. Além desta subida de preços do petróleo, havia o perigo do, na época influente, cartel da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) promover aumentos sucessivos no preço do produto. Estes aumentos visavam, segundo a OPEP, compensar o efeito perverso da deterioração dos termos de intercâmbio, que beneficiava os países industrializados e penalizava os exportadores de matérias primas, incluindo aí os exportadores de petróleo. No mesmo sentido, eram divulgados os sombrios levantamentos sobre as reservas mundiais de petróleo, que apontavam pela necessidade urgente do mundo encontrar um sucedâneo energético do petróleo, um mineral não rapidamente renovável, o que é ainda hoje uma questão não resolvida.

Este era o pano de fundo utilizado pela mídia para promover o programa, que se propunha a produzir um produto energético renovável e nacional, que tinha seu custo computado em cruzeiros e não em dolares como o petróleo.

Nesta conjuntura, o programa, que vendia a imagem de ser a saída brasileira para a crise do petróleo, passa a ser o principal projeto de continuidade do processo de modernização conservadora da agricultura, acima caracterizado, e o principal instrumento do Estado de ajuda aos usineiros para superarem a crise a que estavam submetidos. Isto significa, que o Proálcool ao mesmo tempo em que se constitui num instrumento econômico de salvação de um setor de atividade, é, também, continuidade e aprofundamento de um projeto de desenvolvimento da agricultura.

Como um dos resultados do programa, a área ocupada com cana, nas duas principais regiões produtoras, São Paulo e Nordeste, aumentou em 3 e 2 vezes, respectivamente, entre 1975 e 1985, passando de 619 mil hectares em 1975 para 2 milhões em 1985, em São Paulo, e no Nordeste, no mesmo período, cresceu de 596,2 mil

para 1,2 milhões.[36] A nível nacional, cresce a área ocupada com cana à taxa média anual de 6% ao ano. A área plantada sai de 1.969.200 hectares em 1975, para 2.607.600 em 1980 e 4.310.400 hectares em 1987. A produção de cana também apresenta aumentos consideráveis, tanto em função do crescimento da área quanto em função do crescimento da produtividade da cana por hectare plantado (Tonelada/Hectare), de acordo com a Tabela 7, que sai de 40 toneladas por hectare na década de 1960 e chega a 60 na década de 1980. O crescimento da produtividade foi decorrente do desenvolvimento de novas variedades de cana, realizado tanto pelo Planalsucar, do IAA, quanto pela Coopersucar, em São Paulo.

O desenvolvimento de novas variedades mais produtivas e resistentes à pragas, deu novo impulso à produtividade da cana. A produtividade cresceu também pela utilização mais racional de práticas agrícolas e pela utilização do vinhoto como ferti-irrigador e pelo desenvolvimento de novas variedades de cana adaptadas a solos mais fracos.

36- idem pg.12.

TABELA 7: EVOLUÇÃO DA ÁREA; PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO DE CANA NO BRASIL E AS RESPECTIVAS TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO, 1958 À 1988

ANO	ÁREA 1000 Ha.	PRODUTIVIDADE (T/H	PRODUÇÃO 1000 Ton.	TAXA CRESC. ÁREA	TAXA CRESC. PRODT	TAXA CRESC. PRODÇ.
1958	1208.1	41.4	50020.1	-	-	-
1959	1291.1	41.4	53512.3	6.9	0.1	7.0
1960	1339.9	42.5	56926.9	3.8	2.5	6.4
1961	1366.6	43.4	59377.4	2.0	2.3	4.3
1962	1466.6	42.6	62534.5	7.3	-1.9	5.3
1963	1509.0	42.2	63722.9	2.9	-1.0	1.9
1964	1519.5	43.7	66399.0	0.7	3.5	4.2
1965	1705.1	44.5	75852.9	12.2	1.8	14.2
1966	1635.5	46.3	75787.5	-4.1	4.2	-0.1
1967	1680.8	45.9	77086.5	2.8	-1.0	1.7
1968	1686.7	45.4	76610.5	0.4	-1.0	-0.6
1969	1672.1	45.0	75247.1	-0.9	-0.9	-1.8
1970	1725.1	46.2	79752.9	3.2	2.7	6.0
1971	1728.0	46.5	80380.4	0.2	0.6	0.8
1972	1802.6	47.2	85106.2	4.3	1.5	5.9
1973	1958.8	47.0	91994.0	8.7	-0.5	8.1
1974	2056.7	46.5	95623.7	5.0	-1.0	4.0
1975	1969.2	46.5	91524.6	-4.3	0.0	-4.3
1976	2093.5	49.3	103173.4	6.3	6.0	12.7
1977	2270.1	52.9	120081.7	8.4	7.3	16.4
1978	2391.5	54.0	129145.0	5.4	2.1	7.6
1979	2537.0	54.7	138898.9	6.1	1.4	7.6
1980	2607.6	57.0	148650.6	2.8	4.1	7.0
1981	2825.9	55.2	155924.1	8.4	-3.2	4.9
1982	3084.3	60.5	186646.6	9.1	9.7	19.7
1983	3478.8	62.1	216037.0	12.8	2.6	15.8
1984	3655.8	60.8	222317.8	5.1	-2.1	2.9
1985	3912.1	63.2	247199.5	7.0	3.9	11.2
1986	3951.8	60.5	239178.3	1.0	-4.2	-3.2
1987	4310.4	62.3	268584.8	9.1	3.0	12.3
1988	4128.9	62.6	258560.2	-4.2	0.5	-3.7

FONTE: IEA, ESTATÍSTICAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A implantação do Proálcool pode ser dividida em duas fases bem marcadas: a primeira, iniciada em 1975, baseou-se, fundamentalmente, no aproveitamento da estrutura e capacidade existentes; a segunda, pós 79, caracteriza-se pela expansão da capacidade produtora de cana e álcool, sendo priorizado o álcool hidratado.

Na primeira fase do programa, se aproveita a capacidade

ociosa do setor açucareiro, com a implantação de destilarias anexas às usinas de açúcar existentes. Nesta, se prioriza a produção de álcool anidro, para ser misturado como aditivo à gasolina, em substituição ao poluente chumbo-tetraetila, na proporção de 20% de álcool para 80% de gasolina para cada litro do produto. Esta mistura prescindia de qualquer alteração nos veículos disponíveis no mercado.[37]

A segunda fase do Proálcool apresentou profundas modificações tanto na estrutura produtiva do álcool, quanto na estrutura de consumo de automóveis. Esta se caracteriza pela produção de álcool hidratado para consumo direto dos automóveis. Desta forma, os automóveis, produzidos e existentes no país tiveram que ter seus motores projetados ou adap-tados para o consumo deste combustível, o qual não necessitava, para ser consumido, de nenhuma mistura com a gasolina.

A produção de álcool hidratado, nesta fase, incentivou a expansão da cultura de cana para áreas pioneiras. Isto é, onde a cana não era ainda produzida e incentivou também a produção de álcool em destilarias autônomas, ou seja, destilarias que não são complemento da usina, como as anexas.

De saída, o programa visava obter 3,0 bilhões de litros de álcool anidro e hidratado em 1980,- isto é, em apenas 5 anos após lançamento-. A obtenção desta produção se daria através de: utilização da área plantada com cana para açúcar destinado à exportação, em descenso, dado o declínio dos preços internacionais e o excesso de oferta no mercado, e com ampliação da área plantada com cana, através de créditos subsidiados para aquisição de terra, e também com instalação de destilarias anexas e autônomas. O consumo de álcool anidro e hidratado foi estimulado através de: 1) aumento da mistura de álcool anidro para 20% em cada litro de gasolina, já mencionado; 2) integração com a indústria automobilística, que passa a produzir automóveis movidos a álcool, que substitui a gasolina; 3) através da conversão de motores de automóveis de gasolina para álcool,

37- COPERSUCAR (1988). "Proálcool: fundamento e Perspectivas- Dezembro de 1988", Edição da COPERSUCAR, Piracicaba, pag.7.

realizado quer por oficinas autorizadas, com profissionais treinados pelo Ministério da Indústria e Comércio, ou quer pelas oficinas de fundo de quintal, existentes em abundância em todo o país.

Toda esta articulação entre os setores de produção de açúcar e álcool, com a indústria automobilística, as oficinas de manutenção de automóveis, Petrobrás e o setor distribuidor de petróleo foi prevista no Modelo Integrado de Oferta de Energia elaborado pelo Ministério da Indústria e Comércio, Ministério ao qual estava afeito o Programa, no qual os usineiros sempre tiveram grande influência, e Ministério das Minas e Energia, ao qual estava vinculado a Petrobrás, mais imune à influência política dos usineiros, mas sob grande influência de setores militares chamados de nacionalistas.

Esta subordinação do Modelo a dois Ministérios será fonte de seguidas divergências entre usineiros e Petrobrás, quando os déficits provocados pelo álcool reduziram a capacidade de investimentos da empresa estatal, o que ocorre posteriormente, quando os preços do petróleo internacional decresceram.

Na safra de 1978/79, a produção de álcool atinge o volume de 2,6 bilhões, volume que só era esperado para 1981. A produção de álcool em 1976 foi de apenas 625.000.000 de litros, mas graças aos incentivos financeiros que tornavam a inversão no setor um ótimo negócio, atinge 3,7 bilhões, na safra 80/81 , 9,2 bilhões, em 84/85 e estaciona nos 11 bilhões de litros em 85/86 (vide TABELA 8), quando a capacidade instalada para a produção de álcool já estava em 16 bilhões de litros.

TABELA 8: PRODUÇÃO DE ÁLCOOL,
EM BILHÕES DE LITROS,
1975/76 A 1988/89

SAFRA	PRODUÇÃO	TAXA DE CRESC.(%)
75/76	0.6	--
76/77	0.7	19.4
77/78	1.5	121.4
78/79	2.5	69.5
79/80	3.4	36.3
80/81	3.7	9.1
81/82	4.2	14.4
82/83	5.8	37.3
83/84	7.9	35.1
84/85	9.2	17.5
85/86	11.8	27.9
86/87	10.5	-11.0
87/88	11.5	8.9
88/89	11.6	1.3

FONTE: REVISTA DO ÁLCOOL

Para se ter uma idéia do incentivo financeiro, basta citar que os juros cobrados aos usineiros para a instalação da parte industrial, destilarias anexas ou autônomas, eram, até 1979, final da década de 70, primeira parte do programa, de 17% ao ano sem correção monetária, quando somente a inflação era de 60% ao ano, o que significa que o financiamento tinha juros reais negativos, porque sequer repunham o valor nominal. Os financiamentos recebidos para a parte agrícola, isto é, compra de terra e investimentos para o aumento da produção de cana, tais como: máquinas; tratores etc, eram até 79 concedidos a juros de 15% ao ano sem correção monetária. Estes financiamentos tinham prazos variáveis de pagamento, mas em média perfaziam 12 anos, com 3 de carência, que era o tempo médio entre a instalação da destilaria e a sua operação em ritmo comercial.[38] O reembolso dos empréstimos, tomados nesta época, não ultrapassava a marca de 14% reais, o que significa que 86% do valor dos financiamentos se

38- BELIK (1984), op. cit. pg.46.

constituiram em doações, sem retorno algum aos cofres públicos.[39]

O Proálcool, contando com toda esta gama de incentivos, rapidamente atingiu tanto as regiões já produtoras de cana, como se estendeu para outras regiões, sem tradição alguma no cultivo da gramínea, provocando uma série de modificações nestas novas regiões.

Na sua primeira etapa (1975/1979), o programa privilegiou a instalação de destilarias anexas, isto é, destilarias instaladas junto à usinas já em operação, como foi dito. Na segunda etapa (após 1980), ele se destinou também à instalação de usinas autônomas, isto é, destilarias não contíguas à usinas, para atender a expansão da frota de veículos à álcool em todo o território nacional, também incentivada. É nesta segunda etapa, que vai haver a atração para a cultura de capitalistas sem tradição no setor, mas que se deslumbraram a possibilidade de reproduzir seu capital num setor que aparentava ter, nesta etapa, risco diminuto em relação a outros.

Com estas medidas, o setor cresceu à estrondosa taxa de 35,8% ao ano, no Brasil, sendo que apenas em São Paulo o crescimento foi de 35,6% ao ano, no período de 1975/1986. Este crescimento pode ser creditado ao Estado, que garante, numa ponta do processo, o capital para a compra da destilaria e para a compra de terra, e na outra, o preço de compra da produção, através de sua estatal, a Petrobrás, encarregada de distribuir o produto, junto com outras empresas, diretamente ao mercado consumidor, através de sua rede de postos de abastecimento.

O mercado continua em expansão porque a maior parte dos automóveis de passeio produzidos serão à álcool. Neste sentido, a indústria automobilística irá gradativamente aumentando a produção de veículos a álcool, até atingir a proporção de 95,8% dos veículos de passageiros e uso misto em 1988. Entre 1981 e 1985, apenas, a frota de veículos a álcool cresceu de 440.000 unidades para 2.500.000, respectivamente.

39- SZMRECSÁNYI, Támas, coordenador (1986)."O mercado de Álcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo: Estudo das Políticas de Preços e de Incentivos, SICCT, Governo do Estado de São Paulo, mimeo, pg 110.

O preço do álcool hidratado, que abastece a frota de carros à álcool, será mantido num nível que garante a demanda do produto, independentemente da rentabilidade do programa, dado que será fixado com base em dois parâmetros: um deles é a manutenção do diferencial de preço entre álcool e gasolina, o outro é o custo médio de produção de açúcar e álcool. A nível do produtor, o preço recebido pelo álcool é equivalente ao preço do açúcar, baseado na transformação de toneladas de cana moída para sacos de açúcar e para litros de álcool. Isto é, para o produtor é indiferente produzir álcool ou açúcar, dado que o preço do primeiro é igual ao preço do segundo, o que implica que o preço do álcool, para o produtor, não tem como parâmetro o custo de produção do álcool, mas apenas o custo de produção do açúcar.

Para o consumidor de álcool, o preço pago no posto é inferior ao preço da gasolina em 35%, fixado pela defasagem de octanagem do álcool em relação à octanagem da gasolina, diferencial de preço que prevalecerá de 1979 a 1985, posteriormente este diferencial cai para 25%, em 1985. Para o consumidor de álcool, o preço pago para abastecer o seu carro é estipulado com base em dois critérios: 1º, o diferencial do preço do álcool e da gasolina fixado em termos de octanagem; 2º, a determinância de preço é da gasolina para o álcool, isto é, subida de preço da gasolina implica em subida de preço de álcool.

Estes dois critérios de fixação do preço do álcool hidratado para o consumidor final têm duas consequências: 1º, o consumidor não se beneficia de crescimentos de produtividade do produto, dado que o preço não leva em consideração os custos de produção do álcool; 2º, o preço do álcool é um incentivo ao seu consumo.

O preço da gasolina, na maior parte dos países do mundo capitalista, tem como parâmetro o preço do petróleo. Isto significa que o seu preço a nível internacional varia de acordo com as variações no preço do petróleo. No Brasil, os preços da gasolina e dos demais derivados do petróleo, assim como os preços dos produtos produzidos pelas empresas estatais, são fixados de acordo com os objetivos da política econômica em vigor, não levando em consideração as variações para cima ou para baixo dos

custos de produção. Assim, no caso dos derivados de petróleo, seus preços no mercado interno não têm como parâmetro nem os preços internacionais do petróleo, nem os custos de produção do petróleo nacional.

Com o Proálcool, as variações para baixo nos preços internacionais do petróleo, verificadas após o segundo choque, em 1979, não implicaram em reduções do preço da gasolina, dado que isto implicaria em queda do preço do álcool, mantido o diferencial, ou manutenção do preço, com redução do diferencial, prejudicando o consumo do álcool.[40]

O diferencial de preço entre álcool e gasolina, combinado com medidas fiscais, que reduziram o preço dos veículos à álcool, pela redução de impostos, foram as formas encontradas para incentivar os consumidores, a classe média alta, a comprarem carro a álcool. Na primeira etapa da segunda fase do programa, as indústrias automobilísticas ainda estavam iniciando a produção do carro a álcool, loga, a performance do carro a gasolina ainda era bem superior. Vários estudos, realizados pelas revistas especializadas e por institutos de pesquisas, mostraram que o custo de manutenção do carro à gasolina ainda era inferior ao carro a álcool, mesmo com o diferencial do preço de aquisição do carro à álcool e com o diferencial do preço dos combustíveis.[41]

A viabilidade econômica do programa, a nível dos produtores, passa pelo estabelecimento do preço do produto que cubra pelo menos o custo de produção e assegure uma lucratividade média, compatível com a lucratividade média da indústria. Um dos problemas mais importantes do setor internamente, mesmo desconsiderando a lucratividade média da indústria, será a existência de grande diferencial de custos entre as unidades de produção modernas e produtivas, localizadas em locais de tradição no cultivo da cana e estabelecimentos arcaicos, com elevado custo de produção, em áreas sem tradição no cultivo da gramínea.

O estabelecimento de um custo médio para todas as unidades

40- Para aprofundamento deste assunto ver SZMRECSÁNYI (1986). op.cit.
41- Revista Quatro Rodas, abril de 1982, Editora Quatro Rodas, Teste dos Carros Fiat 147 à álcool e à gasolina.

produtivas de álcool, pelo governo, que encarrega a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo para os cálculos, significa o reconhecimento de que as unidades de produção não são homogêneas, mas guardam profunda heterogeneidade. Existem inúmeros fatores que interferem no custo do álcool e contribuem para esta heterogeneidade. Estes podem ser subdivididos em dois grandes grupos: os custos de natureza agrícola e os de natureza industrial. Nos custos de natureza agrícola, chama atenção aqueles provenientes das características do processo de produção, tais como: fertilidade natural do solo, distância, clima etc. e os fatores criados pelo homem como o grau de utilização de insumos modernos e a combinação destes com a mão-de-obra.

Dentre os custos industriais, de processamento da cana para obtenção do açúcar e do álcool, tem importância o processo de produção utilizado, o manejo da tecnologia, a assistência técnica etc. Ao se levar em conta estes grupos de custos percebe-se que é absolutamente natural a existência de custos diferenciais de produção. Ao se estabelecer um custo médio e um preço geral, igual no país como um todo, é natural, tanto a existência de unidades de produção com custo acima da média, quanto a existência de unidades de produçao com custos abaixo dela. A grande controvérsia no setor é o fato do preço e o custo médio serem estipulados pelo Estado e não livremente pelo mercado. Embora o Estado seja privatizado e suas determinações sejam resultados de pressões dos próprios produtores, sempre surgem acusações de que o Estado ou está agindo em benefício próprio; de sua própria tecnoburocracia, ou que esteja representando interesses minoritários no setor.

Os problemas do Estado com o setor sucro-alcooleiro serão exacerbados após 1983, quando as regras do crédito rural se modificam, e em 86, quando se avolumam os problemas de caixa da Petrobrás e quando se tornam gritantes, dentro do setor, os diferenciais de custos e produtividade entre as unidades mais bem situadas economicamente e as periféricas.

Até 1979, os financiamentos ao programa, mantidos pelo Estado, previam o financiamento das instalações industriais, bem

como, os gastos com as atividades agrícolas com taxas de juros fixas, em 17 e 15% ao ano , respectivamente, sem correção monetária. Em 1985, refletindo as dificuldades provocadas pela profunda recessão que a economia enfrentou no início da década, somada às dificuldades da dívida interna e externa, os juros nominais caíram para 5% ao ano, ao passo que a correção monetária para os financiamentos industriais, antes inexistentes, passou a 95% da variação da OTN no ano. Os financiamentos para a formação dos canaviais passaram a ter juros de 3% ao ano , mais 100% de correção monetária. Até 85, havia uma linha especial de crédito para custeio da produção de cana, porém em 85 ela foi eliminada, passando a estar incluída nos recursos gerais do crédito rural, que foi bastante reduzido.

Esta linha de crédito especial para a cana começa a se modificar já a partir de 1980, quando mudam as proporções entre capital do governo e próprio, para a formação de lavoura de cana: em 1980 para estabelecimentos pequenos, médios e grandes o Governo financiava, respectivamente, 100 %, 80 % e 60 %; em 1983, estas percentagens se modificaram para 100 %, 70 % e 50 %; em 1985, o governo só financia 50% do capital necessário independentemente do tamanho e em 1986 deixou de haver crédito especial para a cana.[42] .

Estas medidas fizeram agravar ainda mais a situação das destilarias autônomas de álcool implantadas pós 1980. Isto porque grande parte destas destilarias ainda não tinham conseguido autosuficiência na produção de cana, para completar o investimento e aproveitar a totalidade de sua capacidade instalada. As destilarias só se tornam rentáveis depois de atingida uma certa capacidade de produção, que varia de acordo com o tamanho da destilaria, o que ocorre depois de 5 ou 6 safras, acompanhando o acréscimo da disponibilidade de cana. Isto provocou, em 87, uma ociosidade de 4 bilhões de litros de álcool, resultado da diferença entre a capacidade - instalada do setor industrial, de 16 bilhões de litros, e a capacidade do setor

---

42- GONTIJO, Cícero Ivan F. "Financiamento Agrícola - Urgente e Essencial" in Revista do Álcool, ano6, no. 36 pag. 46.

agrícola de produzir 12 bilhões de litros. O setor agrícola tinha uma necessidade de expandir a área plantada em cerca de 800.000 hectares. Para isto necessitava de uma linha especial de crédito, porque grande parte desta ociosidade estava circunscrita às destilarias autônomas instaladas em área sem tradição no cultivo do produto, como a região Centro Oeste, por exemplo, ou em regiões onde existe forte concorrência pelo uso da terra entre a cana e outras culturas, ou onde é forte a concorrência entre as usinas e destilarias instaladas na mesma região: o caso de São Paulo.[43]

A capacidade ociosa do setor, provocada pela redução de crédito para formação de canaviais, o crescimento da demanda interna de álcool hidratado, para abastecer o mercado em expansão do carro a álcool, deixavam claro a possibilidade de vir a claudicar o abastecimento interno de álcool. Esta possibilidade foi se tornando mais clara quando os preços pagos pelo governo aos agricultores começam a crescer abaixo do crescimento dos custos, ou abaixo da inflação, a partir do Plano Cruzado.

Em 87 já se aconselhava a redução da exportação de açúcar do Nordeste para permitir o aumento da produção de álcool para abastecer o mercado interno. Em 1988, quando se aquece o mercado externo de açúcar e os preços pagos ao produtor de cana e de álcool continuam defasados da inflação, ocorreu o esperado: crise de abastecimento do álcool.

Esta crise demonstrou, no fundamental, que os produtores de açúcar e álcool, isto é, os proprietários de usina com destilarias anexas, dirigem o fluxo de garapa, extraída da cana moída, para a produção de açúcar ou para a produção de álcool, de acordo com a lucratividade esperada. Se o preço do açúcar está mais atrativo do que o do álcool, isto é, se a lucratividade é maior com a produção de açúcar, vale mais a pena dirigir o fluxo para o açúcar, se ocorre o inverso, passa a ser mais atrativo dirigir o fluxo para as dornas de destilação do álcool. Isto, do ponto de vista econômico privado, é absolutamente válido. O problema passa a existir quando a redução da produção de álcool

43- SOPRAL, Revista do Álcool, maio e abril de 1987, ano 6 no. 36, pag. 15-17.

afeta os consumidores de carro à álcool, que acreditaram no Estado e compraram carros. Esta crise vai demonstrar o objetivo não revelado do programa, desde o seu lançamento, que ficou escondido pelo ufanismo do combustível nacional renovável: o Proálcool antes de ser uma alternativa à crise do petróleo foi a forma encontrada pelo Estado-privatizado para auxiliar econômicamente um setor capitalista, os usineiros, detentores de elevado poder político. Foram necessários mais de 10 anos para que a verdade se revelasse, o que ocorreu depois da elevação do preço do açúcar no mercado internacional.

A elevação do preço do açúcar no mercado externo, fez aumentar as dissensões internas do setor, porque começa a haver uma pressão forte para que o abastecimento de álcool hidratado seja de responsabilidade das destilarias autônomas, exatamente a parcela do setor que está atravessando séria crise, devido, dentre outros aspectos, às modificações na política de crédito agrícola para formação de canavial, que já foi apontado.

A produção de álcool encontra-se concentrada na região Centro-Sul, sendo que apenas São Paulo é responsável por 60% desta. Mais de 40% da produção de açúcar do Nordeste é destinado à exportação. Com esta estrutura assim concentrada, a subida de preços do açúcar no mercado externo fez com que se agravasse a "guerra de secessão"[44] entre produtores sucroalcooleiros sulistas e nordestinos, onde os primeiros já vinham defendendo desde 1985, através da SOPRAL, o fim dos subsídios de equalização de custos sobre açúcar e álcool dado aos produtores do Nordeste, que "É um prêmio à ineficiência.."[45].

Na verdade, após 1985, começa a surgir dissensões sérias dentro do setor, que apenas em parte podem ser explicadas pela questão regional. O problema de fundo é que tornou-se impossível para o Estado, continuar bancando o crescimento de 35% ao ano

---

44- Termo tomado de empréstimo de um tema recorrente da seção de cartas existente na Revista Isto é Senhor, durante todo o ano de 1989, no qual alguns leitores trataram do abastecimento de álcool, que claudicou já no início do ano e condenaram a existência de subsídios aos produtores de açúcar e álcool do Nordeste.

45- FRANCO, Cícero Junqueira. in Revista do Álcool, SOPRAL, idem pag. 17.

para todo o setor. Enquanto o Estado garantia os recursos, a fundo perdido, para o crescimento do setor, ninguém reclamava. Quando os recursos se tornaram escassos e o Estado passou a ter uma política seletiva de crédito e incentivos, as diferenças foram realçadas, com cada um dos grupos tentando trazer para si o pouco existente.

A diferença de produtividade entre o Nordeste e o Sudeste, particularmente São Paulo, já é reconhecida desde a década de 1930 e é utilizada tanto por uns, quanto por outros, para a defesa de privilégios. Mas a diferença hoje não é mais Norte/Nordeste versus Sudeste ou São Paulo, a diferença está situada entre produtores mais modernos, com maior produtividade e os menos modernizados e de mais baixa produtividade e tanto no Norte/Nordeste quanto no Sudeste, mesmo São Paulo, existem os dois grupos.

A nível de entidades, existem inúmeras delas defendendo um e o outro grupo, porém as de maior peso político, em São Paulo, são a COPERSUCAR e a SOPRAL. Na COPERSUCAR encontram-se representados as usinas com maior peso e tradição no setor sucro-alcoleiro, estando a maior parte das unidades filiadas, localizadas em São Paulo, nas regiões de maior importância: Campinas, Ribeirão Preto e Bauru. A SOPRAL tem dentre seus associados uma participação maior de destilarias autônomas, grande parte delas situadas em regiões novas, sem tradição no setor, unidades que sairam prejudicadas pela redução de créditos agrícolas de investimentos e operam com baixa produtividade.

O Conselho Estadual de Energia (1987) dividiu os produtores de álcool do Estado de São Paulo em 8 grupos homogêneos, de acordo com os seguintes critérios: escala de produção; rendimento industrial; rendimento agrícola e percentagem de horas trabalhadas no segmento industrial durante a safra. Assim, chegou-se, á partir dos dados do IAA para três safras (1982/1983;1983/1984;1984/1985), aos oito grupos homogêneos que apresentam as seguintes características:

- *Grupo 1: grandes unidades com altos rendimentos agrícolas e industriais;*

- *Grupo 2: grandes unidades com rendimentos agrícolas médios e altos rendimentos industriais;*
- *Grupo 3: unidades médias e grandes com altos rendimentos agrícolas e rendimentos industriais médios;*
- *Grupo 4: unidades médias e grandes com rendimentos agrícolas e industriais médios;*
- *Grupo 5: unidades médias e pequenas com rendimentos agrícolas e industriais médios;*
- *Grupo 6: unidades pequenas (algumas novas) com altos rendimentos agrícolas e rendimentos industriais médios e baixos;*
- *Grupo 7: unidades pequenas (algumas novas) com rendimentos agrícolas médios e rendimentos industriais predominantemente baixos;*
- *Grupo 8: unidades com baixos rendimentos agrícolas e industriais";*[46]

Neste trabalho, fica claro, que as unidades de maior produtividade, medidas pela relação litros de álcool por hectare, estão nos grupos de 1 a 4, ainda que pese alguma flutuação. Os grupos de de 1 a 4 são responsáveis por mais de 70% da produção de álcool no Estado de São Paulo, na safra 1984/1985 e tem apenas 30% do nûmero de unidades em funcionamento. Deste grupo, somatório dos grupos 1 ao 4, 42 unidades são usinas (87% do grupo) e apenas 7 (13%) do grupo são destilarias.[47] O que colabora a afirmação de que a maior parte das unidades de produção com maior produtividade são usinas antigas e em regiões onde há tradição no cultivo de cana.

As áreas novas de expansão da cana, após o Proálcool, são as

46- CEE (1987), op. cit. pag. 59.
47- ídem pag.64.

que apresentam menor produtividade e só sobrevivem enquanto o Estado bancar créditos e incentivos a preços e condições extremamente favoráveis. E é deste segmento do setor, destilarias, onde, na atual crise do Programa surgem as propostas mais ufanistas de defesa do Proálcool como programa viável de substituição da gasolina. Do outro segmento, das maiores usinas e com estrutura mais produtiva, a proposta já é no sentido do redimensionamento do Programa; redução da produção de carros a álcool e manutenção da produçãqo de álcool anidro para substituir o chumbo tetra-etila. Essas propostas, capitaneadas pela Copersucar, parecem estar tendo maior aceitação no atual quadro de correlação de forças políticas e econômicas.

Fica claro para os produtores, principalmente após 1983, quando cessam os incentivos do programa à instalação de novas destilarias e à aquisição de terra, que a produtividade agrícola e industrial é instrumento fundamental para a sobrevivência no setor. As unidades de produção com custos abaixo do médio desfrutam de lucro diferencial, ao passo que as situadas acima da média, além de não desfrutarem de tais lucros, acumulam prejuízos. Dessa forma, passa a haver um grande icentivo à modernização do setor. O incentivo à produção do álcool irá contribuir para que seja implementado com maior dinamismo mudanças em todas as fases de produção, tanto na produção de cana quanto na produção de álcool, o que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: Agroindústria Canavieira Na Região de Ribeirão Preto: Análise do Progresso Técnico e das Mudanças na Organização do Trabalho

INTRODUÇÃO

Como foi mostrado no capítulo anterior, o padrão de desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira e especificamente do setor sucro-alcoleiro, foi definido, em suas linhas centrais, na década de 1960, quando foram articulados, num mesmo projeto, os interesses da burguesia industrial, nacional e internacional, com os setores modernos, ou de tendência modernizadora, da agricultura brasileira. Esta articulação se concretiza com o golpe de 1964, que vai, ao longo do seu curso, selando um pacto entre estes setores e sepulta, de certa forma, as reivindicações populares, do período anterior, por democracia e distribuição de renda, a qual passava pela necessidade de Reforma Agrária.

Neste processo conservador modernizante, ficou assegurado a manutenção de elevados níveis de concentração da propriedade e uso da terra, já característicos da forma de colonização do país desde a sua descoberta. A política de concessão de créditos subsidiados à agricultura, a partir de 1965, com a criação dos Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), foi o carro-chefe da articulação entre crescimento econômico e modernização do campo. Este se deu com intensificação de mudanças na base técnica de produção agrícola, acompanhada de mudança nas relações de trabalho, com predomínio de assalariamento da força-de-trabalho, sobre outras relações préexistentes no período anterior.

Como vimos, o SNCR possibilitou as mudanças na base técnica de produção, que intensificaram a organização do processo produtivo agrícola em bases capitalistas avançadas, culminando com uma integração verticalizada, agricultura/indústria, sob comando desta última. Neste processo, teve papel importante o cunho conservador e parcial das políticas modernizantes, que

concentrou renda em ramos específicos e viabilizou o capital necessário para parte dos agentes econômicos e sociais envolvidos. O cunho conservador pode ser confirmado pela intocabilidade da grande propriedade da terra e pela sua reconcentração. A parcialidade, pelo seu lado, é confirmada pela concentração e distribuição de capital para ramos de produção agrícola estrategicamente escolhidos para aumentar a integração com o setor industrial e pelo alijamento de setores de pequena produção considerados, pelos idealizadores do modelo, como menos afeitos à modernização conservadora. Será nesta estratégia, que alguns ramos agrícolas serão bem aquinhoados em recursos econômicos, materiais e políticos, ao passo que outros receberão apenas migalhas.

O processo de modernização da agricultura, ao promover a articulação de interesses industriais e agrícolas com o sistema financeiro, possibilitou uma crescente integração de capitais, que tornou a agricultura uma opção de investimento dentro da lógica da valorização e acumulação de capital.

Nesta lógica, no final da década de 1960 se dá um passo importante na constituição do chamado Complexo Agroindustrial (CAI) Brasileiro. Este se caracteriza pela constituição de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura (chamado de D_I agrícola) e consolidação em bases modernas de um mercado de produtos industrializados de origem agropecuária, constituindo-se num sistema de agroindústrias, que dirige parte de sua produção para o mercado interno e parte para o mercado externo.

É necessário esclarecer, que este processo não alcança o conjunto da agricultura brasileira, no sentido da homogeneização de suas formas de produção. Deixa intacto alguns segmentos com produção tecnicamente atrasada.

O setor sucro-alcoleiro será um dos que consegue constituir, neste processo, um CAI completo, articulado ao setor industrial, tanto à montante, quanto à jusante da produção agrícola.

O Estado de São Paulo, neste processo, torna-se, além do principal produtor de açúcar e álcool, no que mais rapida e

solidamente constitui o CAI sucro-alcoleiro. Aqui, duas regiões se destacam como tradicionais produtoras de açúcar e álcool: a Região de Piracicaba e a de Ribeirão Preto. Nesta segunda, objeto deste trabalho, a capacidade instalada de produção de açúcar e álcool vem se diferenciando das demais pelo maior dinamismo na incorporação do progresso técnico, de um lado, e pelo crescimento do grau de organização e luta dos trabalhadores assalariados rurais, de outro.

A Região de Ribeirão Preto, definida pelo Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura do governo do Estado, como Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto, é composta por 80 municípios e situa-se na região Norte do Estado. Nesta, a produção de cana concentra-se fundamentalmente no seu centro-sul, onde destacam-se os municípios de Sertãozinho, Pontal, Barrinha, Guariba, Jaboticabal e Pradópolis, conhecidos como coração regional da cana, pelo volume de produção apresentado, bem como pela quantidade de trabalhadores mobilizados em todas as fase de produção do produto.

Até 1975, existiam na DIRA de Ribeirão Preto 25 destilarias de álcool, sendo apenas 1 destilaria autônoma. Após a implantação do Proálcool, 22 novas destilarias foram criadas e houve um grande impulso na produção de açúcar e álcool, bem como de cana produzida. Em 1975 a capacidade total de produção de álcool, segundo o IAA, era de 1,7 milhões de litros por dia, com média de 67.000 litros/dia. Em 1983, ano do fim dos subsídios para investimento do setor, a capacidade instalada já era de 11,1 milhões de litros/dia, com média de 240.000 litros/dia por unidade de produção. O que demonstra que não houve apenas um crescimento do número de destilarias, mas também crescimento na capacidade de produção de cada uma, tanto das recém instaladas, quanto das já em funcionamento há muito tempo.

Das 22 novas destilarias instaladas na Região, pós Proálcool, 11 foram instaladas na região centro-sul da DIRA, região tradicionalmente produtora. Das 11 restantes, a maior parte instalou-se próxima à região tradicional, à oeste desta, e parte instalou-se mais distante, no seu norte. A cidade de

Guaíra, tradicional produtora de lavouras brancas irrigadas, recebeu 3 novas destilarias, constituindo-se também num grande centro subregional produtor de álcool.

A partir de 1975, houve também um crescimento acelerado da área plantada e da produção de cana em todo o Estado de São Paulo, em decorrência dos incentivos do Proálcool, que na sua primeira fase estava voltado para a produção de álcool em destilarias anexas, como foi visto no Capítulo 1. Desta forma, serão as Regiões já tradicionais produtoras de cana, que partirão na frente, aumentando a área plantada.

Dentre as Regiões já tradicionais produtoras, a de Ribeirão Preto, DIRA de Ribeirão Preto, será a que mais fortemente aumentará a sua área plantada com cana. Na TABELA 9, vemos que na safra 68/69, o Estado de São Paulo tinha uma área plantada com cana industrial de 563.376 ha. A DIRA de Ribeirão Preto, no mesmo período, tinha uma área plantada com cana de 182.492 ha. A região de Piracicaba, DIRA de Campinas, no mesmo período, tinha uma área plantada de 215.670 ha, portanto, a sua área plantada era superior à de Ribeirão Preto. Na safra 1975/1976, após Proálcool, o Estado de São Paulo já tinha uma área cultivada com cana de 932.000 ha, Ribeirão Preto 352.000 ha. e Campinas 281.700 ha. Isto significa, que as duas Regiões tradicionais produtoras crescem a área plantada, mas o crescimento é maior na DIRA de Ribeirão Preto, que passa a ser a principal produtora do Estado. Neste mesmo período, a DIRA de BAURU, também produtora tradicional, embora mais modesta que as outras duas Regiões, dobra a área plantada.

Na tabela 9 vemos, ainda, que a área plantada vai apresentar crescimento acelerado durante o final da década de 1970 e início da década de 1980, porém, no início da década de 1980, as Regiões que têm sua área plantada com cana mais fortemente acrescida serão as novas Regiões de expansão da cana. Será a segunda fase do Proálcool, onde incentiva-se mais fortemente a instalação de destilarias autônomas, produtoras apenas de álcool anidro e hidratado, que embora sejam criadas também nas Regiões tradicionais produtoras de cana, como já mostrado, se instalarão

em novas Regiões, como as DIRAS de Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, à oeste do Estado de São Paulo. A DIRA de Araçatuba, de modestos 4.600 hectares plantados com cana em 68/69 chegará a 112.000 hectares em 186/1987. O mesmo crescimento acelerado é verificado na DIRA de Presidente Prudente, que em 1968/1969 não tinha 300 hectares plantados com cana industrial,- que é uma área pequena mesmo para a produção de aguardente em alambique tradicional-, chegrá ao final da década de 1980 com quase 80.000 hectares plantados.

Estes dados demonstram que o mapa agrícola de São paulo é fortemente modificado com o advento do Proálcool, que incentiva e intensifica a produção nas áreas já tradicionais produtoras, principalmente na Região de Ribeirão Preto, e expande a produção para novas Regiões sem nenhuma tradição no cultivo da gramínea.

TABELA 9

AREA TOTAL CULTIVADA COM CANA INDUSTRIAL, POR DIRA, NO ESTADO DE SAO PAULO 1968/69 - 1988/89 (1000 Ha)

SAFRA	IS.PA	IV.PA	ISOROC	ICAMPI.	IR.PRET	IBAURU	IS.J.RP	IARAÇAT	IP.PR	IMARILI	ESTADO
68/69	2.9	2.5	36.2	215.7	182.5	70.5	17.4	4.6	0.2	31.1	563.4
69/70	3.9	2.9	47.2	233.8	237.2	93.3	21.1	5.1	1.2	32.1	677.6
70/71	3.9	2.3	53.2	278.3	256.5	93.6	21.8	5.3	0.4	33.9	749.2
71/72	3.7	2.8	55.3	271.5	260.0	97.8	25.6	5.2	0.4	36.3	758.5
72/73	3.1	2.7	54.3	266.4	250.7	93.5	24.4	7.2	2.5	38.1	742.9
73/74	2.5	2.5	50.0	300.0	256.5	100.0	20.0	11.0	2.5	45.0	790.0
74/75	2.0	3.5	54.4	253.9	300.0	104.3	28.1	9.2	8.3	38.3	802.0
75/76	2.1	1.8	60.0	281.7	352.0	135.1	36.5	9.3	8.1	45.4	932.0
76/77	2.4	6.8	69.5	290.0	385.9	143.8	37.5	13.3	10.7	51.2	1011.0
77/78	2.3	1.8	54.5	315.2	486.9	159.1	42.4	13.1	13.1	55.9	1144.1
78/79	1.5	1.7	52.4	326.1	518.2	168.2	37.2	10.8	18.0	66.9	1200.8
79/80	1.8	1.8	76.6	337.0	508.0	167.2	67.2	22.3	23.8	84.3	1290.0
80/81	2.2	2.4	83.0	335.6	532.2	187.8	78.3	32.0	38.0	88.3	1379.8
81/82	1.8	2.7	91.0	355.3	581.3	239.2	98.9	46.2	54.3	124.5	1595.2
82/83	1.9	2.6	97.7	390.8	631.4	216.4	109.2	83.3	61.6	138.7	1733.5
83/84	1.5	2.5	110.2	391.5	656.6	241.2	131.7	96.8	72.4	138.4	1842.8
84/85	0.3	2.2	85.4	435.5	689.3	261.1	139.2	89.7	64.2	185.1	1951.7
85/86	0.1	2.8	90.4	430.8	707.4	288.1	133.1	111.4	74.0	193.1	2031.1
86/87	-	-	91.3	431.7	717.0	282.4	148.6	112.9	70.1	203.4	2057.4
87/88	-	-	95.5	422.3	731.2	291.3	162.1	109.8	76.5	209.4	2098.0
88/89	-	2.3	89.5	361.6	624.7	218.1	128.1	90.3	70.0	181.3	1765.9

FONTE: IEA

Na TABELA 10, vemos que na safra 1968/1969 o Estado de São Paulo produzia 25,975 milhões de toneladas e no final da década de 1980 estará produzindo mais de 1230 milhões de toneladas. A Região de Ribeirão Preto, que em 1968/1969, já tinha, com uma área menor, uma produção mais elevada do que a Região de Piracicaba, irá ,ao longo das décadas de 1970 e 1980, garantindo a sua posição de primeira produtora de cana no "Ranking" estadual e nacional. A DIRA de Ribeirão Preto, que em 1968/1969 produzia 8.978 mil toneladas de cana, passará a produzir 47 milhões de toneladas.

TABELA 10:

PRODUÇAO DE CANA INDUSTRIAL, POR DIRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO 1968/69 - 1988/89 (MIL TON.)

SAFRAS	PAIV.	PAISORO	CAMPI.	IR.PRETO	BAURU	SJR	ARAÇAI	P.PRI	MARILI	ESTADO
68/69	142	145	1364	8543	8978	3300	1280	294	9	1740	25795
69/70	225	145	2550	13560	14420	5528	1365	370	14	1823	40000
70/71	200	175	2000	13500	12000	4450	1500	415	10	1750	36000
71/72	260	120	2700	14400	15100	5200	2000	400	20	2100	42300
72/73	100	130	2630	14000	14300	4900	1600	420	20	1900	40000
73/74	70	80	2200	11000	12000	5000	1300	750	120	1480	34000
74/75	70	80	2150	9400	14470	4840	1570	510	460	2050	35600
75/76	80	80	3500	14440	17700	6200	2000	500	500	2500	47500
76/77	100	350	2900	14800	22600	7500	2400	850	800	3000	55300
77/78	80	65	3230	15410	26130	7230	1850	660	415	3000	58070
78/79	45	73	2830	17130	27910	7855	1769	649	620	3319	62200
79/80	66	71	3730	19000	29400	8500	3950	851	1319	4113	71000
80/81	90	100	4390	18279	29160	8900	4840	1290	1530	4570	73149
81/82	70	120	5660	21450	33900	14600	6000	2910	3150	6330	94190
82/83	73	122	5973	24330	38973	14980	6910	5060	3909	8120	108450
83/84	60	115	6715	24690	41085	15580	8595	7060	4690	8080	116670
84/85	10	105	5490	27125	42005	17360	9335	6755	3710	10055	121950
85/86	9	141	5150	26800	42670	18330	8110	6860	4090	10750	122910
86/87	-	-	6230	28060	45630	18910	8900	7100	4220	13000	132050
87/88	-	-	6450	26780	46350	19000	9480	6910	4790	14340	134100
88/89	-	135	6770	26900	47650	14500	9580	6765	4900	14350	131550

FONTE: IEA

Todos estes dados demonstram que a Região de Ribeirão Preto, para aumentar a sua participação na área plantada, na produção de cana industrial e na produção de açúcar e álcool, teve que

investir maciçamente no produto. A sua produtividade por hectare saltou de 49,2 toneladas por hectare em 68/69 para a média de 60 ton/ha. pós década de 1980, o que revela que os capitalistas do setor passaram a empregar a tecnologia mais moderna disponível no período.

TABELA 11

PRODUTIVIDADE DA CANA INDUSTRIAL, POR DIRA,
ESTADO DE SAO PAULO 1968/69 - 1988/89 (Ton/Ha)

SAFRAS	PAUI	V.PARI	SOROCI	CAMPI	IR.PRETI	BAURUI	S.J.RPI	ARAÇAI	P.PR	IMARILI	ESTADO
68/69	49.3	58.8	37.7	39.6	49.2	46.8	73.8	64.6	46.4	56.0	45.8
69/70	58.1	49.9	54.0	58.0	60.8	59.3	64.8	72.8	11.6	56.8	59.0
70/71	51.7	77.2	37.6	48.5	46.8	47.6	68.9	78.0	27.6	51.6	48.1
71/72	71.2	42.9	48.8	53.0	58.1	53.2	78.1	76.9	57.1	57.8	55.8
72/73	32.3	48.2	48.4	52.6	57.0	52.4	65.6	58.3	52.6	49.9	53.8
73/74	28.0	32.0	44.0	36.7	46.8	50.0	65.0	68.2	48.0	32.9	43.0
74/75	35.0	22.9	39.5	37.0	48.2	46.4	55.9	55.4	55.4	53.5	44.4
75/76	37.6	45.7	58.3	51.3	50.3	45.9	54.8	53.8	61.6	55.1	51.0
76/77	42.4	51.9	41.7	51.0	58.6	52.2	64.0	64.2	74.5	58.6	54.7
77/78	35.1	37.1	59.3	48.9	53.7	45.4	43.7	50.6	31.7	53.7	50.8
78/79	31.0	42.9	54.1	52.5	53.9	46.7	47.6	60.1	34.4	49.7	51.8
79/80	36.7	39.4	48.7	56.4	57.9	50.8	58.8	38.2	55.4	48.8	55.0
80/81	41.9	41.5	52.9	54.5	54.8	47.4	61.8	40.3	40.3	51.8	53.0
81/82	38.9	44.4	62.2	60.4	58.3	61.0	60.7	63.0	58.0	50.8	59.1
82/83	38.8	46.9	61.1	62.3	61.7	69.2	63.3	60.8	63.5	58.6	62.6
83/84	40.0	46.0	60.9	63.1	62.6	64.6	65.3	72.9	64.8	58.4	63.3
84/85	40.0	48.8	64.3	62.3	60.9	66.5	67.1	75.4	57.8	54.3	62.5
85/86	64.3	50.4	57.0	62.2	60.3	63.6	60.9	61.6	55.3	55.7	60.5
86/87	--	--	68.2	65.0	63.6	67.0	59.9	62.9	60.2	63.9	64.2
87/88	--	--	67.6	63.4	63.4	65.2	58.5	63.0	62.6	68.5	63.9
88/89	--	58.7	75.6	74.4	76.3	66.5	74.8	74.9	70.0	79.2	74.5

FONTE: INSTITUTO DE ECONOMIA AGRICOLA

Agora, dividiremos a nossa análise em três eixos fundamentais: primeiro, observaremos as mudanças técnicas ocorridas no setor sucro-alcoleiro da Região de Ribeirão Preto; no segundo, verificaremos o impacto destas mudanças técnicas no emprego de trabalhadores assalariados e, em terceiro, lugar observaremos as principais modificações na administração da força de trabalho decorrentes das duas análises anteriores e corroborada pelo crescimento do grau de organização e luta dos

trabalhadores assalariados, que em greves anuais, a partir de 1984, passaram a reivindicar melhoria de suas condições de vida e trabalho, arrancando uma série de conquistas e formulando estratégias, que passaram a ser contrarrestadas pelos capitalistas. As lutas, estratégias dos trabalhadores e tendências serão abordadas, de forma mais aprofundada, nos dois capítulos posteriores, bem como nas conclusões do trabalho.

2.1 - MUDANÇAS TÉCNICAS DO SETOR SUCRO-ALCOLEIRO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

2.1.1 - O Progresso Técnico na Agricultura e no Setor Sucro-Alcoleiro.

Nessa altura do trabalho, é necessário o esclarecimento da conceituação teórica que utilizamos sobre progresso técnico na agricultura.

Na nossa forma de ver, que não é original, o progresso técnico significa o progresso das técnicas capitalistas de produção, visando a subordinação do trabalho ao capital e a subordinação, também, do conjunto das forças da natureza que possam inibir, ou atrasar ou até mesmo reduzir o processo de valorização do capital. Graziano da Silva (1980), aproveitando-se de Coriat (1976), coloca, que na análise marxista está implícito que:

"a) todo progresso técnico está relacionado ao aumento da produtividade do trabalho;
b) a questão da técnica e de seu desenvolvimento, não pode ser dissociada das condições do seu emprego;
c) tanto como propiciar uma maior eficiência da força produtiva do trabalho, o objetivo do progresso técnico no capitalismo é a submissão do trabalho ao capital."[1]

É importante destacar aqui, que a aplicação do progresso técnico à produção, apesar de subordinar o trabalho, não é contra

1 - Graziano da Silva, José (1980). "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista", Tese de Doutoramento, apresentada ao IFCH da UNICAMP, pag.31

os trabalhadores, ou mesmo contra a natureza, ele é a favor da valorização do capital, a favor do aumento da taxa de lucro do empresário que o emprega[2]. É verdade também que esta aplicação não está isenta de risco, como toda e qualquer inversão capitalista, dado que é sancionada no mercado e, como tal, tem implícito um risco; o cálculo da possibilidade de dar ou não certo é algo próprio à produção capitalista.

O progresso técnico, em geral e especificamente na agricultura, visa superar limitações naturais existentes à valorização do capital e visa também subordinar formalmente o trabalho ao capital, de modo que permaneçam somente os limites próprios do capital, tais como o risco mencionado acima. Vale a ressalva, de que o progresso técnico não é geral nem muito menos linear, mas depende, fundamentalmente, da luta de classes, quer a luta intra-classe capitalista, quer a luta histórica entre capitalistas e trabalhadores. A inversão de capital para o progresso técnico é uma decisão dos capitalistas, mediada por toda uma análise conjuntural e estratégica das possibilidades de retorno, de valorização de capital, que leva em consideração, não apenas variáveis de natureza financeira, mas variáveis políticas. Estas variáveis políticas podem alterar o ritmo e a intensidade do progresso técnico, o qual não é um "Deus ex machina", mas não podem alterar a sua dinâmica, que é históricamente dada.

Na agricultura, o processo de valorização do capital sofre a ação das forças da natureza mais fortemente do que em outros ramos de produção industrial. As forças da natureza, apesar do progresso técnico, ainda afetam o desempenho da produção agrícola.[3] Porém, as barreiras à valorização do capital na agricultura não são somente as da natureza, podem também ser observadas as seguintes: a) a propriedade da terra, que se coloca como um desestímulo às inversões de capital na agricultura, devido à existência da renda da terra, quando o proprietário não é o arrendatário, e a imobilização de capital na compra de uma parte do planeta, quando o capitalista é também proprietário; b)

---

2 - idem, pag.34.
3 - idem, pag.36.

a persistência de formas de extração do sobretrabalho não próprias ao modo de produção capitalista, como a subordinação da produção ao capital usurário e comercial, que embora não sejam específicas da agricultura, podem ser percebidas em alguns ramos atrasados da produção industrial, e têm na agricultura maior visibilidade; c) a duração maior do período de trabalho e a grande diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção, isto porque o tempo de rotação do capital é a soma do tempo de produção (período no qual o capital está imobilizado na produção até se transformar em mercadorias) com o tempo de circulação ou de realização da mais-valia.

Esta terceira barreira é particularmente importante na agricultura, porque nela existe um tempo de não trabalho mais acentuado do que na indústria. Isto porque, na agricultura e em outros ramos de produção que dependem da ação das forças da natureza, o tempo de produção excede ao tempo de trabalho, dado que nem todo o tempo de produção é tempo de executar trabalho, porque há um tempo em que as forças naturais agem sozinhas, tais como o tempo em que as sementes levam para germinar, o tempo em que as plantas levam para crescer etc. É claro que a engenharia genética, a química, a física aplicadas à produção, têm conseguido reduzir o tempo em que as sementes levam para germinar, as plantas para crescer, o gado para engordar etc. Mas, mesmo com o desenvolvimento da ciência aplicada à produção conseguiu-se apenas reduzir o tempo de não trabalho na agricultura, mas não eliminá-lo, o que já é regra na maior parte dos ramos de produção industrial.

A partir destas questões, Graziano da Silva (1980) classificou em 3 níveis as inovações que acompanham o progresso técnico da agricultura, do ponto de vista do processo de produção capitalista:

"a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
b) inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
c) inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da

redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas."[4]

Graziano da Silva, alerta que:

"Esta classificação é apenas uma primeira aproximação. Ela peca tanto por não ser exaustiva, como por não ser mutuamente exclusiva. Assim, por exemplo, algumas alterações nos meios de transporte podem reduzir substancialmente o periodo de circulação, aumentando também a velocidade de rotação do capital. Mas, fixando-se apenas nas inovações que afetam o processo produtivo em si, pode-se examinar os efeitos das principais formas que afetam o progresso técnico na agricultura moderna."[5]

As inovações mecânicas não afetam o tempo de circulação do capital na agricultura, o tempo de produção, elas afetam fortemente a redução do tempo de trabalho, dado que elas agem tanto no sentido da redução do tempo de trabalho, quanto no aumento da intensidade do trabalho. Quando as inovações mecânicas são aplicadas no plantio e na colheita, elas reduzem o tempo de produção, porque abreviam o tempo em que o produto seria plantado ou seria colhido unicamente com a força-de trabalho. Porém, como o tempo de produção agrícola leva meses, esta redução provocada pela mecanização da agricultura é de pequena monta.

As inovações físico-químicas, por alterarem as condições de fertilidade da terra, aumentando a produtividade do trabalho nela aplicado, não interferem também em alterações no tempo de produção. O aumento da produtividade do trabalho, neste caso, não decorre de aumento da intensidade do trabalho ou na redução do tempo de trabalho, como os verificados com a mecanização da agricultura. O aumento de produtividade é decorrente de reduções de perdas, provocadas por pragas, por falta de nutrientes para o crescimento adequado das plantas, por falta d'água, no caso dos canais de irrigação, curvas de nível, etc.

As inovações biológicas interferem diretamente na redução do tempo de produção, dado que elas atuam modificando, aperfeiçoando, as determinações naturais. A produção de uma semente de germinação precoce, por exemplo, faz com que um determinado produto, que seria plantado e colhido em três meses,

---

4 - ídem ,pag.42.
5 - idem, ídem.

tenha seu tempo de produção reduzido para um ou dois. Isto permite que o produto seja encontrado numa época distinta do que a natureza o ofertaria normalmente. Da mesma forma, uma nova variedade de frango, com mais carne e crescimento acelerado, através de seleção genética, significa alterar tão drasticamente um produto da natureza, que eles quase não lembram, em alguns casos, os seus ancestrais nativos.

"O ponto crucial das inovações biológicas é que elas colocam a Natureza a seviço do capital, possibilitando a transformação da agricultura num ramo da indústria.[6]

As inovações biológicas, de outro lado, também beneficiam as inovações mecânicas e físico-químicas, no sentido de contribuir para superação das barreiras naturais. Desta forma, as inovações biológicas passam a se constituir na base do processo que leva o capital a superar as barreiras naturais que encontra para o seu desenvolvimento na agricultura. [7]

"Em resumo, o que dificulta o progresso técnico na agricultura é o próprio capital; ou melhor, a contradição entre a necessidade de desenvolver as forças produtivas e a impossibilidade de garantir a apropriação privada de seus benefícios. É por isso, fundamentalmente, que as pesquisas biológicas nos países capitalistas são quase todas de responsabilidade do Estado ou de associações de empresas e raramente dos capitalistas tomados individualmente. Isto ocorre pelo fato de exigirem grandes investimentos e prazos relativamente longos para os retornos desejados, seja porque é muito difícil a apropriação privada desses resultados por capitalistas individuais".[8]

Essa contradição entre a necessidade de desenvolver as forças produtivas capitalistas, para a valorização do capital, e dificuldade de apropriação privada dos benefícios econômicos gerados, é resolvida, pelo elevado grau de complexidade exigido pelo processo de inovação tecnológica.

"Vários estudos apontam para uma mudança decisiva na estrutura de geração de tecnologia agropecuária nos países avançados no pós guerra, com a incorporação de empresas privadas. Essas mudanças dizem respeito, primeiro, a certas características intrínsecas das novas tecnologias geradas, resultantes da sua

---

6 - ídem,pag.43.
7 - ídem, pag. 44.
8 - ídem, pag.46.

maior complexidade, e, segundo, à possibilidade que essas tecnologias mais complexas ofereçam (talves por essa mesma razão) de apropriação privada dos benefícios econômicos por elas gerados".[9]

2.2 -Inovações Tecnológicas na Agroindústria Canavieira em São Paulo

Após esta breve introdução teórica, vamos agora observar os aspectos da agroindústria canavieira que foram gradativamente modificados pela introdução de inovações técnicas, que redundaram em modificações da base técnica de produção de cana.

As fases de produção agrícola da cana são: o preparo do solo; o plantio; os tratos culturais e a colheita. Esta sequenciação de fases ainda permanece a mesma desde que a cana é plantada na Região, o que se modificou profundamente foi a forma com que essas atividades passaram a ser realizadas com a mudança da base técnica de produção, devido à introdução do progresso técnico, fortemente incentivado pelo Estado.

A grande modificação na produção agrícola da cana foi a extensão do tempo de colheita do produto. Ou seja, a produção de cana, devido ao fato de ser um insumo básico para a produção de açúcar e álcool, é determinante da produção do setor agroindustrial, situado à jusante. Assim, só haverá produção de açúcar e álcool caso haja cana colhida, pronta para ser moída, inexistindo colheita inexiste produção de açúcar e álcool. Isto significa, que, dado a inexistência de possibilidade de armazenamento da cana colhida, o tempo de produção da atividade industrial é delimitado pela safra da matéria-prima principal (cana). Se a colheita de cana é realizada durante um período muito concentrado do ano, 3 meses como era efetuado até fins da década de 1950, significa um alto período de ociosidade (9meses) para o equipamento industrial de transformação da cana em açúcar

---

9 - GRAZIANO DA SILVA, José (1985)."A Relação do Setor Público-Privado na Geração de Tecnologia Agrícola no Brasil" in Cadernos de Difusão de Tecnologia,EMBRAPA, Brasília, V.2, n. 2,pag. 185 a 232, pag. 211.

e álcool. Elevada capacidade ociosa da indústria, implica elevação dos custos, porque significa que o capital investido na parte industrial tem um pequeno período de tempo no ano de trabalho para ser amortizado, transferindo parte do seu valor para o produto.

Do ponto de vista do capitalista, um pequeno tempo de produção significa um reduzido tempo de trabalho produtivo, reduzido tempo de trabalho onde o seu capital se encontra produzindo valor, se valorizando.

A extensão do tempo de duração da safra, da colheita do produto, depende, fundamentalmente, do desenvolvimento de novas variedades da cana que possam ser colhidas antes do período que a natureza oferece o produto. A produção de novas variedades depende de pesquisa biológica capaz de selecionar geneticamente variedades, até chegar àquelas adaptadas a serem colhidas antecipada ou retardadamente. No caso da cana em São paulo, as duas grandes preocupações e objetivos da pesquisa biológica da cana eram, primeiro, a produção de novas variedades com diferentes períodos de maturação, que permitisse a colheita antecipada, e, segundo, a produção de variedades com maior produtividade e maior resistência à pragas e doenças.

O retardamento da colheita não é um grande problema para países com os níveis de insolação existentes no país, que permitem o plantio de cana em diferentes períodos do ano, embora a existência de um período muito seco possa prejudicar o crescimento e embora, também, a insolação permita a proliferação de pragas, que aumentam a necessidade de defensivos, encarecendo a produção. Mas, se o plantio é efetuado retardadamente, a colheita será também em período posterior, dado que o produto tem um tempo de maturação definido. Porém, passa a ser necessário, para melhor aproveitamento da capacidade industrial a produção de variedades precoces e variedades com alto teor de sacarose fora do período normal de safra. Ou seja, não basta apenas, para reduzir a ociosidade do processo industrial ter uma colheita mais extensa, é importante ter uma colheita mais extensa de variedades profícuas, que permitam maior produção de açúcar e álcool.

Em resumo, o crescimento do capital constante fixo empregado na parte industrial da agroindústria canavieira coloca dois desafios para a parte agrícola: o primeiro é o de existir uma quantidade de cana a ser beneficiada compatível com a dimensão da usina e ou destilaria; segundo, que essa quantidade de cana seja entregue à usina e/ou destilaria ao longo de um período de produção industrial maior e não concentrado no tempo. A usina e/ou destilaria tem uma capacidade fixa de moagem por dia, numa jornada de 24 horas. Essa capacidade tem limites estreitos para ser estendida, ela pode apenas ser reduzida, caso haja por dia uma quantidade de cana para ser processada inferior à sua capacidade. Isto porque a capacidade de produção é tecnicamente rígida, não pode ultrapassar certos limites. Porém, se a usina moer cana durante um período maior de tempo, ela amplia a sua capacidade de moagem no ano e, portanto, otimiza o investimento realizado, dado que aumentando o número de dias ela aumenta a sua produção total.

O PLANALSUCAR (Plano Nacional de Melhoramento da Lavoura Açucareira), implantado no início da década de 1960, tinha como principal objetivo o aumento da produtividade do setor, apoiado em dois pilares básicos: um era a melhoria técnica das usinas, outro era a o desenvolvimento de novas variedades de cana de maior produtividade capazes de estender o período de produção para melhor aproveitamento da capacidade instalada.

O surgimento de variedades precoces de cana, a cana-de-ano, ao invés da cana-de-ano-e-meio será um grande impulso ao aumento da produtividade do setor como um todo.

A cana normalmente plantada era a cana-de-ano-e-meio, ou seja a cana que levava um ano e meio para, depois de plantada, estar em condições de ser colhida com bom teor de sacarose. Após o primeiro corte, a cana-de-ano-e-meio era novamente cortada a cada ano até completar seu ciclo de vida produtivo (quatro safras). A época do plantio coincidindo com o período de chuvas, janeiro e fevereiro, significava que a cana somente estaria pronta para o corte em julho e agosto do ano seguinte, período de pico da safra. O plantio de variedades precoces, a cana de ano,

possibilita antecipação da colheita em seis meses. Com a difusão do plantio de leguminosas (feijão, amendoim e soja) nas áreas de reforma de talhão, houve um retardamento do período de plantio da cana para março e abril, permitindo aí a introdução de variedades precoces, que estão prontas para a colheita em maio do ano seguinte, ampliando, desta forma o tempo de produção das unidades industriais.

A introdução da cana de ano e de outras variedades precoces e mais produtivas exige, do seu lado, que as unidades de produção agrícola estejam áptas a realizar as atividades de preparo do solo e plantio em tempo mais curto, para, de um lado, melhor aproveitar os períodos da natureza (seca e chuva) e, de outro, permitir uma melhor utilização da terra com outras culturas. Assim, o desenvolvimento de variedades da cana potencializa a utilização da mecanização para as atividades de preparo do solo e cultivo, o que confirma o posto, em páginas anteriores, que:

"*as inovações biológicas nao apenas viabilizam, mas sobretudo potenciam e aceleram os efeitos do progresso técnico, especialmente nos ramos da química e da mecânica*"[10].

O desenvolvimento de novas variedades de cana, a partir de seleção estatística, é uma árdua tarefa, que leva em média de 7 a 10 anos para gerar resultados concretos, que é uma nova variedade, com características bem desenvolvidas, consolidadas e testadas para entrar em produção comercial. Em São Paulo, esta tarefa, durante muitos anos, coube ao IAC (Instituto Agronômico de Campinas) desenvolver. Posteriormente, devido a uma série de variáveis políticas o IAC se afastou da pesquisa biológica com cana e esta foi assumida pelo PLANALSUCAR do IAA e pelo CTC (Centro Tecnológico da Cana) da Coopersucar[11].

As variáveis determinantes da pesquisa biológica são o tempo de maturação do investimento, que só se completa quando o produto é comercializado, e a dificuldade de manter a propriedade da descoberta, evitando a proliferação sem venda do produto. Isto é

---

10 - GRAZIANO DA SILVA (1980). op. cit. pag. 43

11 - BELIK, Walter (1985). "A Tecnologia em um Setor Controlado: O Caso da Agroindústria Canavieira em São Paulo". Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília. 2(1): 99-136 (jan/abril)

agravado, no caso da cana, devido a peculiaridade dela ser plantada a partir de toletes, colmos, da própria cana e não a partir de semente. O plantio através de sementes, de uma série de produtos, dentre os quais o milho é o arquétipo, permite às empresas produtoras de sementes, impedir a proliferação da variedade através de produção de híbridos, que não se reproduzem, o que força ao agricultor a todos os anos renovar a compra da semente. No caso de novas variedades de cana, o produtor, a partir de uma área relativamente pequena com cana planta, pode se independentizar da compra, reproduzindo ininterruptamente a variedade. Este é um dos problemas enfrentados pelo CTC, onde a maior parte das variedades por eles desenvolvidas já se encontra sendo produzida por fornecedores de cana que nem sequer são sócios da Coopersucar, que só distribui as variedades para os associados. A saída para este problema está no lançamento contínuo de novas variedades mais produtivas, com resultados melhores do que das variedades já em uso. Porém, esta solução é tremendamente cara, dado o grande tempo de geração de novas variedades, que embora esteja sendo reduzido através de seleção genética e não estatística, mas a um custo muito alto.

A definição das variedades a serem plantadas é feita a partir de um minucioso processo científico, conforme o revelado por inúmeras entrevistas realizadas em usinas da Região de Ribeirão Preto. Esta definição leva em consideração inúmeras variáveis, tanto de natureza agrícola, quanto de natureza industrial, porém, são determinantes as segundas. Ou seja, a definição das variedades a serem plantadas levam em consideração, básicamente, a necessidade do setor agrícola fornecer ao setor industrial um fluxo constante de matéria-prima, que otimize o funcionamento industrial durante uma maior número de meses possível, dada as limitações técnicas da própria unidade industrial, tais como: capacidade de processamento/dia e necessidade de parada para manutenção preventiva das máquinas e equipamentos.

Para que a parte agrícola atenda às necessidades do setor industrial, as unidades de produção mais modernas utilizam

sofisticados modelos de programação linear para otimizar inúmeras variáveis determinantes da produção e produtividade agrícola. As variáveis observadas são:a) determinação das áreas de reforma de talhão; b) tipos de solo disponíveis em cada uma das áreas de reforma, cada tipo de solo disponível tem a ele associado variedades de cana melhor adaptadas, bem como as necessidades de correção de PH, nutrientes etc; c) escolha, dentre as variedades adaptadas e disponíveis a cada tipo de solo, aquelas que obtêem maior produtividade por hectare plantado e têm períodos de maturação variáveis para estender o tempo de colheita; d) distância de cada talhão à usina, dado que é necessário racionalizar o gasto com combustível, na medida em que, devem estar próximas, espacialmente, variedades de mesma época de maturação, para racionalizar tratos culturais e colheita; espaçamento das fileiras; dimensionamento do talhão; declividade; maquinário; insumos e força-de-trabalho necessária para cada etapa de produção do solo; necessidade de plantio de leguminosas, etc.

Fica claro, que a produção da parte agrícola do complexo é determinada, em última instância, pelas necessidades do setor industrial, que tem menor flexibilidade de processo, por ser, como já dito, um processo de produção contínuo. Para que o setor agrícola atenda plenamente a estas necessidades postas pelo setor industrial é necessário que ele disponha de meios para atendê-lo. Dentre tais meios, sobressai a existência de um grande número de variedades de cana, com períodos de maturação diferenciados, de modo que se estenda o período de colheita e se preserve a produtividade do setor industrial.

Como vímos no capítulo anterior, o estabelecimento de grandes unidades de transformação industrial de cana em açúcar e álcool requer maior concentração da terra e, em consequência, a transformação desta terra concentrada em áreas de monocultura de cana. Estas grandes unidades, com vastas extensões de terra com plantio de cana, para viabilizarem-se, utilizarão intensivamente tanto a terra como o seu parque industrial. A intensificação da utilização da terra se dá com a redução do tempo de não trabalho

da terra. E esta se dá com a utilização alternativa da terra com outras culturas comerciais de curta duração, que se aproveitam dos períodos de não utilização da terra com cana. Ou seja, sem a realização de culturas comerciais de curta duração, a terra, pós colheita da cana, fica até o próximo plantio sem nenhuma utilização, sob a ação do tempo e da erosão e, acima de tudo, sem ser meio para a produção de produtos comerciais.

O plantio de leguminosas propicia três tipos de ganhos às usinas: ganho com a fixação do nitrogênio deixado por elas, que reduz a necessidade de adubação; ganho com a venda do produto dessas culturas suplementares e, por evitar que a terra fique por um longo período sem cobertura vegetal, sob ação do tempo, reduz os efeitos da erosão, que permite a manutenção da fertilidade natural da terra, agravada pelo fato da cana ser colhida queimada.

Como as leguminosas são culturas suplementares, dado que a cana é a cultura comercial por excelência, nem sempre será a própria usina que assumirá a sua produção. É comum, na Região de Ribeirão Preto, as usinas arrendarem estas terras para outros produtores executarem o plantio, os tratos culturais, a colheita e a comercialização, fundamentalmente, de amendoim e, em menor grau, da soja. Nestes casos, a usina arrenda a esses produtores a terra já arada e preparada para o plantio e recebe, pós colheita, a terra com a cobertura vegetal ou restos das leguminosas, que são transformados em massa vegetal, adubo orgânico, incorporada ao solo, própria para o plantio da cana, executado pela usina. Para estas, nem sempre vale a pena realizar o plantio de leguminosas, por que exige uma inversão em maquinários ou implementos e trabalhadores que não serão aproveitados na cana. De outro lado, como uma parte das terras das usinas são arrendadas de outros produtores, que no verão arrendam terras para o plantio de leguminosas, basicamente amendoim, as usinas re-arrendam a estes as terras de reforma de talhão. Algumas vezes, estes arrendatários arrendam suas próprias terras, agora sob o controle da usina, para o plantio de amendoim.

Deve ser considerada nesta análise a intensa competição por

terra para o plantio de cana existente na Região de Ribeirão Preto, proporcionada pela elevada concentração de usinas e destilarias. Neste sentido, as usinas travam um vigoroso processo de competição por terra para arrendamento, que beneficia os pequenos proprietários, que deixam de ser produtores em suas próprias terras e passam a ser produtores de leguminosas em terras alheias. Desta forma, fica implícito um certo jogo de interesses entre as usinas, arrendatárias de terra, e os pequenos proprietários arrendadores e também arrendatários. Em algumas usinas pesquisadas, ficou claro, que elas arrendam suas terras para o plantio de leguminosas preferencialmente para pequenos proprietários que têm suas terras arrendadas pela usina.[12]

O plantio da cana leva em consideração, portanto, os rendimentos da variedade (agrícolas, industriais e financeiros) e o destino da cana (açúcar, álcool, aguardente etc.) A utilização da cana para a produção do álcool possibilitou também a extensão da safra, além das novas variedades, dado que para a produção de açúcar, diferentemente do álcool, exige-se uma maior maturação da cana.

O quadro a seguir mostra o período de colheitas das variedades mais plantadas em São Paulo.

12- Esta prática de arrendamento também foi verificada, mas não explorada por THOMAZ JUNIOR, Antonio (1988). "A Territorialização do Monopólio: As Agro-indústrias Canavieiras em Jaboticabal", Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. da USP, xerox, pag. 260 a 286.

```
I-----------I-----------------------------------------I
I Variedades I abril maio jun jul ago set out nov dez I
I-----------I-----------------------------------------I
I NA56-79    I   XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX               I
I IAC48-65   I            XXXXXXXX                     I
I IAC51-205  I            XXXXXXXXXX                   I
I IAC52-150  I            XXXXXXXXXXXXXXX              I
I IAC58-480  I   XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX       I
I IAC64-257  I               XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX     I
I IAC64-368  I   XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX                 I
I IAC68-12   I        XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX            I
I IAC68-104  I                XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX     I
I RB725147   I                      XXXXXXXXXXXXXXXXXXI
I RB725828   I                XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI
I RB735275   I                          XXXXXXXXXXXXXXXI
I SP70-1078  I            XXXXXXXXXXXXXXXXXX           I
I SP70-1143  I                XXXXXXXXXXX              I
I SP70-1284  I   XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI
I SP70-3370  I   XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI
I SP71-799   I   XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI
I SP71-1081  I             XXXXXXXXXXXXXX              I
I SP71-1406  I             XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI
I SP71-3146  I        XXXXXXXXXXXXXXXXX                I
I SP71-6163  I        XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI
I-----------I-----------------------------------------I
```

Como dissemos, é importante que o plantio não se resuma a uma única variedade para garantir, durante toda a safra (abril a dezembro), um rendimento industrial elevado e constante. Geralmente, costuma-se plantar três espécies diferentes, em talhões diferentes, distribuídas da seguinte maneira: 20% de variedades precoces (1 ano), 60 a 70% de espécies de maturação média (1,5 anos) e 10 a 15% de variedades de maturação tardia (2 anos, conhecida, pelos trabalhadores como cana biz). Devido ao avanço técnico, foi possível obter 8 a 9 meses de colheita de cana, que representa uma significativa extensão, quando comparado aos 4 ou 5 meses dos anos 60.

Para as usinas, é importante além da produtividade a longevidade da plantação. Isto porque, quanto mais tempo for possível manter em produção o canavial, maior será o tempo que o usineiro precisará investir em novo plantio e assumir os elevados custos de preparo do solo. Hoje, devido ao manejo adequado de solos e tratos culturais, é possível realizar pelo menos 4 cortes, 5 cortes em média. Até a década de 1960, a reforma dos

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

talhões ocorria a cada 3 ou 4 anos (3 cortes, mais um ano de plantio), hoje as usinas reformam os talhões a cada 5 anos (4 cortes mais 1 de plantio), renovando, anualmente, 20% do canavial.

A maior longevidade dos canaviais foi conseguida, em parte, pela utilização de novas variedades e pela utilização mais adequada de fertilização artificial, principalmente, com a utilização do vinhoto, resíduo do álcool que até o fim dos anos 1970 era jogado fora pelas usinas. O aumento do tempo de vida útil dos canaviais também foi decorrente da mudança do sistema de plantio, com a utilização de cana-de-ano-e-meio (18 meses) com maturação precoce, isto é, anterior ao período de seca (junho, julho e agosto). Esse novo sistema possibilitou o melhor aproveitamento dos canaviais, quer em termos de produção, quer em termos de longevidade e em termos de aumento da intensidade de uso da terra, com o plantio de leguminosas, como foi anteriormente mostrado.

Um outro aspecto importante, na cultura canavieira em São Paulo e especificamente da Região de Ribeirão Preto, foi o desenvolvimento de variedades de cana mais adaptadas a so-los pobres. A pesquisa biológica de variedades permitiu um elenco de variedades para diferentes tipos de solo, o que permitiu a utilização de áreas anteriormente ociosas, a um custo mais baixo, tanto de arrendamento quanto para torná-la produtiva. Na Região de Ribeirão Preto, isto permitiu a incorporação de terras de cerrado e cerradão, antes ocupadas com pecuária ou de matas, porque, ao contrário do que se imagina, a Região não é somente de terra roxa.

A pesquisa química também teve uma importância crucial no desenvolvimento da lavoura canavieira, por permitir, dentre outras contribuições, a utilização de herbicida em substituição as carpas manuais ou mecânicas. Essa contribuição particular se deve ao fato da cana ser também gramínea, portanto, da mesma família da maior parte das ervas daninhas, cujos herbicidas comuns combatem. Dessa forma, só foi possível a carpa química quando foram desenvolvidos herbicidas diferenciados para cada

tipo de gramínea e de atuação seletiva. Mas, o desenvolvimento de novas variedades de herbicidas de atuação seletiva exige ainda carpas manuais ou mecânicas para combater determinadas ervas daninhas imunes, como a cana, aos efeitos do herbicida, ou ainda, ervas daninhas cujo prejuízo causado à lavoura é pequeno frente ao gasto com a adubação química. Na realidade, o capitalista, ao utilizar herbicida, realiza o mesmo tipo de cálculo que o utilizado para mecanizar determinada etapa do processo produtivo: trata-se de comparar o gasto com o herbicida frente ao gasto com força-de-trabalho na carpa manual ou o gasto com carpa mecânica. O capitalista irá utilizar uma ou outra prática de acordo com o menor custo apresentado.

A recomendação do uso de herbicida é feita mediante comparação entre os prejuízos causados à cultura pelas ervas daninhas existentes e o custo de aplicação do produto. A Coopersucar orienta as usinas cooperadas a deixarem algumas áreas do canavial sem aplicação de herbicida, para, posteriormente, comparar a produtividade da cana nas duas áreas. Ao final da safra, mede-se a produtividade das duas áreas e verifica-se o prejuízo causado frente ao custo de utilização do produto. Através de métodos simples como este foi possível reduzir bastante a utilização de determinados produtos caros, como os herbicidas, mas de eficácia duvidosa e de forte destruição ambiental e à saúde dos trabalhadores. Em alguns casos, segundo técnicos da Coopersucar, percebeu-se que a cana cresceu mais com determinadas ervas daninhas do que com a erradicação delas através de herbicida.

O Brasil, especificamente o Estado de São Paulo, utiliza uma maior quantidade de defensivos por hectare, comparativamente a outros países de agricultura moderna. Existem duas explicações para esta observação. Uma delas é a velocidade do progresso técnico da agricultura, incentivado pelo Estado e sob o comando das indústrias situadas à montante, que induz o crescimento da demanda independentemente das necessidades objetivas. A outra explicação é de natureza agronômica, na qual sobressai as dificuldades de produção, em grande escala, em países tropicais,

devido à proliferação de pragas, as mais variadas, devido ao clima, à insolação e a ausência de um inverno rigoroso, como nos países europeus, que impede, naturalmente, a permanência de pragas.

Segundo BELIK (1985), em São Paulo, em 1965, utilizava-se, em média, 0,64 Kg de herbicida por hectare, na cana. Em 1980, no Brasil, a lavoura canavieira utilizava, em média 3,05 kg/ha, sendo que São Paulo utilizava, pelo menos, o dobro disto, em média.[13] Embora o consumo de herbicida tenha se mostrado crescente é possível perceber, através de entrevistas, que começa a haver uma preocupação maior com a redução desta prática, através de uma preocupação maior dos usineiros, nem tanto com o meio ambiente, mas fundamentalmente, com a redução de custos, que tem sido a tônica da atuação da Coopersucar na fase recente do setor sucro-alcoleiro, com sérios problemas de autofinanciamento. De outro lado, a utilização de herbicida sempre foi direcionada para a redução da utilização de força-de-trabalho na carpa. Em algumas usinas, preocupadas em nivelar a utilização de trabalhadores ao longo do ano, assunto que trataremos adiante, começam novamente a incentivar a carpa manual.

A introdução das inovações mecânicas na lavoura canavieira teve quatro tipos de repercussões imediatas e mutuamente relacionadas: o primeiro foi o de redução do tempo de realização de determinadas tarefas; o segundo foi o da redução da mão-de-obra empregada para a realização dessas tarefas executadas pelas máquinas; o terceiro foi o de reduzir a necessidade de mão-de-obra residente na propriedade; o quarto sentido, foi o de introduzir uma mudança qualitativa na demanda de trabalhadores, ao utilizar trabalhadores com maior grau de especialização (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas) e trabalhadores sem especialização.

As primeiras atividades a se tornarem mecanizadas na lavoura canavieira foram as de preparo do solo e plantio. Nestas, os efeitos da mecanização foram principalmente de reduzir o tempo de realização da atividade e de redução da utilização de

13 - BELIK (1985). op. cit.

trabalhadores.

O preparo do solo anteriormente era basicamente feito através de tração animal. Esta, além de exigir grande utilização de trabalhadores, requer trabalhadores com elevado grau de conhecimento sobre as características do trabalho. O arado à tração animal requer habilidade do trabalhador que o maneja e não apenas força física, porque a força é despendida pelo animal de tração. Cabe ao homem o manejo do animal e da ferramenta, o que requer um tempo de aprendizagem.

" O arado não requeria em si um princípio novo e se prestava pouco a uma revolução industrial. Em troca, era muito útil dentro dos limites de uma pequena produção. Neste caso, os animais trabalham como antes, puxando e transportando a carga, ou seja, fingiam de locomotivas vivas. Estes são capazes de movimento livre, como o homem, que sem dúvida, aprendeu a submeter a sua vontade este último. Seu movimento era por si mesmo irregular, devido à aspereza do solo, o que podia suceder que o homem não somente devia conduzir continuamente os animais, como também prestar seu próprio trabalho quando, por exemplo, o carro caía num buraco. Do mesmo modo, a união da força motriz com a máquina operadora não requeria em si um princípio novo. Era igualmente cômodo unir os bois ou os cavalos ao arado ou ao carro. Recorrendo simplesmente à força animal fica a salvo, para o que dirige, o princípio do movimento livre, o trabalho meramente mecânico se oculta sob o véu do movimento livre e por tanto não salta à vista. O caso dos moinhos é totalmente distinto, já que neste os animais são guiados com os olhos vendados e obrigados a girar em círculo. Neste caso, seu movimento é contra a natureza e são obrigados mecanicamente a seguir uma linha reta ou uma circunferência. Para o camponês, antigo ou moderno, (...), o animal é um ajudante e não um certo mecanismo. O animal é, grosso modo, o mais antigo instrumento do homem,...O arado à vapor pressupõe não somente um elevado grau de desenvolvimento da agricultura, se não, também a uniformidade do terreno, como a locomotiva pressupõe os trilhos."[14]

A mecanização das atividades de preparo do solo permitiu, de uma só vez, reduzir tanto o número de trabalhadores empregados quanto o tempo de execução das atividades. Porque um trator, operado por um homem, realiza num menor tempo o que seria executado por um maior número de homens em maior tempo de trabalho. A utilização do trator permitiu também o aumento da área trabalhada, permitindo crescer a concentração das

---

14 - MARX, Karl. "Capital y Tecnologia", manuscritos de 1861-1863 al cuidado de Piero Bolchini, Terra Nova, México, 1980, pag. 80, Tradução do autor

propriedades.

Em São Paulo, a tratorização do preparo do solo permitiu também a mudança da relação de trabalho, ao impulsionar a expulsão dos colonos ou trabalhadores residentes na propriedade[15]. A atividade, ao se mecanizar, passou a exigir menos trabalhadores e passou a ter demandas específicas de utilização de força-de-trabalho: plantio; tratos culturais e colheita. Com o progresso técnico atingindo também os tratos culturais, através da utilização de defensivos, como foi visto, os picos de demanda por força-de-trabalho na cana reduziram-se a plantio e colheita, mais fortemente o segundo.

A mecanização do plantio não apenas diminui o tempo de trabalho para a realização da atividade, mas vai aumentar bastante, no caso da cana, a intensidade do trabalho. O plantio é efetuado com uma combinação eficiente de homens e máquinas, dispostos de forma a permitir que o ritmo do trabalho seja determinado pelas máquinas. Assim, os trabalhadores têm de executar atividades ritmadas pela velocidade de operação das máquinas.

Na maior parte das usinas, o plantio sucede à preparação do solo, no qual este já foi arado, gradeado e já foram efetuados, através de máquinas. os sulcos ou valas onde a cana será depositada. O plantio, propriamente dito, é efetuado com carretas, puxadas por tratores, ou caminhões, que transportam a cana planta inteira. Em cima das carretas, ou caminhões, vão aproximadamente 5 trabalhadores, que arremeçam a cana nos sulcos ou nas margens destes. Atrás do caminhão vai uma turma de trabalhadores a pé, correndo, para dispor as canas nos sulcos e cortá-las em toletes de 20 cm. Atrás destes trabalhadores vem um trator jogando adubo e fechando os sulcos. Tanto os trabalhadores que vão em cima do caminhão, quanto os que vão a pé, cortando a cana nos sulcos, têm que executar a atividade no ritmo dos caminhões e tratores. Em geral, as usinas já providenciam um número de caminhões ou tratores com a cana planta, suficiente para substituir os que estão em atividade, de modo a não faltar

15 - GRAZIANO DA SILVA (1980). OP. CIT.,pag.74 a 86

cana e executar a atividade em menor tempo possível. Esta tarefa é tão estafante, que uma das principais reivindicações dos trabalhadores é a existência de pelo menos um trabalhador substituto para assumir o lugar dos que param para alguma necessidade fisiológica, ou por esgotamento físico.

A introdução deste sistema misto, máquinas/homens, permitiu que as usinas passassem a pagar os trabalhadores na diária e não por produção como era anteriormente efetuado. Ou seja, antes da mecanização do plantio, o aumento da intensidade do trabalho era alcançado através do pagamento por produção, que incentiva o trabalhador a produzir mais para ganhar mais. Com a mecanização, a intensidade é determinada pela máquina, o que prescinde do pagamento por produção.

É interessante perceber, que o pagamento por produção é característico da fase manufatureira do capitalismo. Com a introdução do sistema de máquinas, na indústria, o pagamento por produção, como meio de aumentar a intensidade dentro da jornada de trabalho, torna-se desnecessário. A mesma transformação ocorre com a industrialização da agricultura. O pagamento por produção somente é utilizado nas atividades que ainda dependem da velocidade e destreza do trabalhador, como o corte manual da cana. Aí o capital ainda não executou a completa subordinação do trabalho ao capital, isto é, a subordinação é apenas formal e não real, como acontece no sistema de máquinas.

2.3 - A Mecanização do Corte de Cana: Progresso Técnico e Modificação no Processo de Trabalho

A colheita de cana compreende três fases interdependentes: o corte; o carregamento e o transporte até a usina. A mecanização da colheita de cana se dá lentamente: primeiro ocorre, em São Paulo, a mecanização do carregamento e transporte da cana colhida e posteriormente se dá a mecanização do corte, etapa fundamental da colheita. A mecanização atinge primeiro o transporte, com o desenvolvimento de caminhões cada vez maiores e mais adaptados ao transporte de cana. Posteriormente, a

mecanização, de fato, atinge o carregamento.

Até a década de 1950, o trabalhador cortava e enfeixava a cana, amarrando os fardos com as folhas, quando era executado o corte da cana crua, sem queimar. Esta cana cortada e enfeixada era transportada nas costas dos homens até os pequenos caminhões, ou carroças puxadas a animais. Nesta etapa, os talhões de cana eram de menor tamanho, cada trabalhador cortava em duas ou três ruas e em cada talhão trabalhava um número reduzido de trabalhadores, em geral residentes na propriedade.

Com o aumento das unidades de produção, na década de 1960, e o aumento da necessidade de cana para alimentar estas grandes unidades, a cana passa a ser queimada, para aumentar a produtividade do corte e já não é mais enfeixada. Nesta etapa, com a mecanização do preparo do solo e plantio, ocorre também o redimensionamento dos talhões.

A queima da cana antes do corte foi a primeira grande inovação introduzida na organização do trabalho e data do início da década de 1960. Com a queima, a produtividade do trabalho do cortador cresce de 2,5 Toneladas/Dia para 4,0 toneladas/Dia. Com a queima da cana passa a ser necessário também carregadores, que eram os homens mais fortes fisicamente, que transportavam, nas costas, a cana desamarrada e a atiravam nos caminhões [16]. Ao se elevar a produtividade do corte passa a ser necessário que outros trabalhadores, que não os cortadores, executem o carregamento de cana. Com a separação da atividade do cortador e carregador também passa a ser introduzido o pagamento por produção, para aumentar a intensidade do trabalho. Nesta etapa, os caminhões de transporte de cana também cresceram de tamanho para transportar uma quantidade maior de cana.

Na etapa seguinte, final da década de 60, os carregadores foram substituídos pelos guinchos mecânicos[17], que empilham e

---

16 - Este sistema ainda é bastante utilizado em algumas áreas do nordeste, principalmente nas áreas de terreno mais acidentado, onde a cana é primeiro transportada em lombo de burro, pelos cambiteiros, e depois é atirada na carroceria dos caminhões pelos carregadores, que dependendo da distância, tambem transportam a cana colhida até os caminhões.

17 - Uma carregadeira substitui, em média, cerca de 30 homens, durante a safra.GRAZIANO DA SILVA (1980). op. cit. pag. 147

carregam a cana do chão para as carrocerias dos caminhões, que também cresceram em tamanho e passaram a levar, em alguns casos, um ou dois reboques: os famosos "Romeus e Julietas" ou "triminhões" que trafegam nas estradas paulistas. As carregadeiras mecânicas, ou guinchos, substituíram os fortes carregadores, mas surgiu a figura do catador de cana, ou bituqueiro, que acessora a máquina, recolhendo e empilhando a cana que a máquina não consegue pegar, com as suas garras, ou recolhendo as canas que caem dos caminhões, no momento do embarque.

É interessante perceber, que a máquina substitui o homem, no caso os carregadores, mas exige um outro homem para complementar o seu trabalho, que são os bituqueiros. Na realidade, estes não são nada mais do que apêndices das máquinas. O bituqueiro trabalha acompanhando os guinchos, catando a cana que a máquina não consegue pegar. Do ponto de vista físico, os guinchos têm braços e mãos, como tinham os carregadores, têm rodas e aqueles tinham pés, só que carregam uma quantidade de cana muitas vezes superior aos fortes carregadores. Os bituqueiros têm braços, mãos e pés para recolher as migalhas que as máquinas, com o seu tamanho, são incapazes de pegar. Os carregadores eram, naquela etapa, os homens mais jovens e fortes, ao passo que os bituqueiros hoje não precisam mais ser fortes. É grande, inclusive, o emprego de bituqueiros idosos, ou muito jovens e de mulheres. Os carregadores recebiam, naquela etapa, remuneração superior ao dos cortadores. Hoje a hierarquia de salário, em ordem decrescente, é: operador de guincho; cortador e bituqueiro. A introdução do guincho e o emprego do bituqueiro significaram mais uma passo em direção à subordinação real do trabalho ao capital na agricultura[18].

No corte de cana, como vimos, o trabalhador ainda detém o controle do seu processo de produção, porque o ritmo e a

---

18 - O trabalho do bituqueiro como um trabalho meramente auxiliar, não pode ser tomado como um trabalho especializado particular, se não unicamente, como posto por MARX,..."de atividades particulares, que não requerem força e não pressupõem o desenvolvimento de uma especialização qualquer". MARX, K. op. cit. pag. 134

intensidade do trabalho ainda é determinado por ele, devido a sua habilidade e destreza. Os capitalistas interferem na intensidade condicionando o pagamento à produção diária. Porém, é um controle, uma subordinação apenas formal, porque é mediatizada pela forma de pagamento. Desta forma, a introdução das carregadeiras mecânicas não pode ser tomada como um meio de subordinação real do trabalho do cortador ao capital, por que estas interferem na intensidade do trabalho. Na realidade, as carregadeiras somente entram em operação depois da cana estar cortada e esteirada, ou amontoada no chão, portanto, depois que o cortador executou o seu trabalho, normalmente quando ele já encerrou o corte naquele talhão. Somente em alguns casos, quando a demanda de cana pela usina é grande, é que as carregadeiras começam a retirar a cana enquanto os trabalhadores estão cortando no mesmo talhão.

Na introdução do corte mecânico de cana, ocorre a substituição do trabalhador assalariado pela máquina, e a sua introdução é antecedida pelo cálculo comparativo entre custo de operação da máquina e o salário pago por unidade colhida. Porém, o que se percebe, no caso da Região de Ribeirão Preto, é que este cálculo não foi determinante na introdução e, principalmente, na ênfase de mecanizar o corte de cana, observadas após 1984.[19]

A colheita mecanizada de cana de açúcar pressupõe uma série de modificações técnicas, que vão desde o plantio até o recebimento da cana por parte da usina. Apesar dos melhoramentos técnicos ocorridos nas máquinas, desde a sua introdução no Brasil, ainda continuam existindo certas limitações técnicas. A primeira delas é que as máquinas para operarem bem, isto é, com elevada produtividade, necessitam de redimensionamento dos talhões, com aumento do comprimento dos mesmos, para evitar manobras, com perda de tempo. Em segundo lugar, é necessário nivelamento do terreno, porque as máquinas não podem trabalhar em terrenos acidentados. Em terceiro lugar, é necessário correção de

---

19 - ALVES, Francisco J. C. (1988). "A Mecanização do Corte de Cana e o Movimento dos Trabalhadores Assalariados Volantes Na Região de Ribeirão Preto: Algumas Reflexões", Anais do 13º Encontro de Grupos Temáticos do P.I.P.S.A., Volume 3 pag. 1165 a 1182, Rio de Janeiro, junho de 1988.

falhas no terreno, tais como, tocos; árvores; buracos; pedras etc. Em quarto lugar, é necessário um espaçamento adequado entre as fileiras (1,50 m), para que as máquinas trafeguem com as rodas entre as linhas de cana e não danifiquem as soqueiras. E, finalmente, é necessário um plantio mais raso e a cana deve preferencialmente crescer ereta, sem tombamento.

A correção dessas limitações técnicas visam aumentar a produtividade da máquina e aumentar a sua longevidade, para viabilizar o investimento. Ainda existem limites técnicos intransponíveis para a mecanização do corte, tais como a declividade e as falhas do terreno. Os demais limites técnicos vêem sendo gradativamente corrigidos pelos novos modelos de máquina, postos à venda no mercado, que incorporaram melhoramentos sugeridos pelos próprios departamentos de manutenção mecânica das usinas. Mas a correção destes limites exige, por outro lado, vultosos investimentos, que não são acessíveis a todos os produtores: redimensionamento dos talhões; modificação no espaçamento e correção das falhas do terreno etc.

As primeiras máquinas introduzidas no país datam do final da década de 1960. Estas máquinas cortavam cana inteira e a depositava, em sentido transversal, nas linhas. Embora essas máquinas já apresentassem rendimento superior em 7,2% ao corte manual, de acordo com dados de 1976 da Coopersucar, frente aos salários baixos dos cortadores, a sua utilização ainda estava restrita a um número pequeno de produtores, que as utilizavam somente no início da safra para diminuir os salários. Eram, o que GRAZIANO DA SILVA (1980) chama de máquinas de "vitrine", pois entravam em operação ao início da safra e em seguida eram substituídas pelos cortadores e postas de volta na vitrine.

Nesta etapa, início da década de 1970, o incentivo à mecanização do corte se devia a perspectivas pessimistas quanto a existência, no Estado de São Paulo, de um contingente de trabalhadores assalariados temporários, capaz de dar conta do corte sem pressionar os salários para cima. Nesta etapa, tanto o IEA quanto a Coopersucar, emitiam relatórios dando conta da possibilidade de falta de braços a uma lavoura que crescia a

elevadas taxas de crescimento. Porém, o processo de modernização da agricultura, no Brasil, e a dinâmica populacional se encarregaram de resolver o problema, pondo a disposição do setor um enorme contingente de trabalhadores, nas cidades dormitórios da Região. O qual é anualmente acrescido de um elevado número de trabalhadores vindos de várias partes do país, principalmente do Vale do Jequitinhonha, que afluem à Região e pressionam os salários para baixo[20]. Isto significa, que o incentivo à mecanização pela falta de braços para o corte, com a consequente tendência à elevação dos salários, já não se verifica. Daí, o estímulo à mecanização existente deve ser buscado em outro campo, que não o da escassez de trabalhadores.

A partir de 1975, com o Próálcool e o crescimento da lavoura em novas áreas, o interesse pela mecanização foi renovado. Entraram em cena novos fabricantes de colheitadeiras de cana (Dedini e Santal), produzindo novas variedades desenvolvidas a partir de modelos Australianos, que elevaram ainda mais a performance das máquinas e ampliaram as diferenças de custo do corte mecânico em relação ao manual. As novas máquinas desenvolvidas ao final da década, passaram a cortar cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada, e ainda cortar e picar cana e já depositá-las diretamente no caminhão. Dessa forma, essas novas máquinas substituíram as carregadeiras de cana, que mesmo com as máquinas que cortavam cana inteira, continuavam a carregar os caminhões. A substituição das carregadeiras, por essas novas máquinas de cortar e picar cana, amenizaram o problema da compactação do solo, que passou a ser apontado como um dos elementos chaves da baixa produtividade dos campos brasileiros. Ao mesmo tempo que a compactação do solo reduz a produtividade das soqueiras, ela acarreta dispêndio maior, na

---

20 - Segundo informações da Pastoral do Migrante, são cerca de 20.000 trabalhadores que migram anualmente do norte de Minas Gerais; Sul da Bahia; Norte do Paraná e outros Estados do Nordeste, para o corte da cana em São Paulo. É necessário ter claro que há enorme dificuldade na obtenção de dados concretos sobre esse movimento migratório, dado que são trabalhadores vindos de uma vasta Região, cujo número varia, de ano para ano devido a um conjunto de variáveis: seca nas Regiões de origem; dificuldades de trabalho nas Regiões de destino; condições de moradia e baixos salários etc.

etapa de renovação do talhão, por exigir maior força das máquinas de preparação do solo, acarretando inclusive a necessidade de substituição de máquinas leves por máquinas mais pesadas, de elevada potência dos motores.

Essas novas máquinas colheitadeiras de cana permitiram elevar a produtividade das máquinas de 20 toneladas por hora em 1976 para 41 toneladas por hora, em 1980 e 60 toneladas hora, para 1987[21]. Ao mesmo tempo, a diferença de custo do corte mecânico, em relação ao manual, se elevou de 7,2% em 1976, observado por GRAZIANO DA SILVA, para 50%, em um caso observado em 1987, com média de 30% observado em cerca de 15 usinas da Região, entre 1988 e 1989[22]. Ao mesmo tempo, a melhoria de performance não se deveu apenas a melhorias técnicas das máquinas, mas à incorporação de toda uma infraestrutura de apoio à mecanização do corte, que vai de caminhões oficina, com peças de reposição para consertos das máquinas no próprio campo, caminhões pipas, caminhões comboio com combustível e lubrificante, para manter a máquina operando continuamente, em alguns casos, 24 horas por dia. As usinas para introduzirem a mecanização do corte tiveram que efetuar modificações nos caminhões de transporte de cana, que tiveram de ser adaptados para o recebimento de cana picada, e tiveram que introduzir modificações no recebimento de cana da usina, que, para receber cana picada, não pode lavá-la.

A incorporação de toda esta infraestrutura de apoio, envolvendo novos equipamentos e homens, as modificações no campo e nas usinas, ao mesmo tempo que aumentou a produtividade das máquinas, aumentou bastante a necessidade de capital imobilizado pelas usinas, que só é acessível a um número pequeno de grandes usineiros. Em 1980, verificou-se que o rendimento médio de uma colhedeira de cana atinge 200 toneladas por dia em 10 horas de trabalho, substituindo aproximadamente 30 homens/dia, com produção superior a 6 toneladas/dia. Levando-se em consideração a

---

21 - Graziano da Silva (1989), ALVES (1988), respectivamente

22 - Dados de usinas visitadas entre 1988 e 1989. Observações de campo do autor.

possibilidade de financiamento da máquina a juros subsidiados, existentes naquele período, a viabilização financeira do investimento só seria possível para propriedades com área a ser trabalhada de 864 ha.[23] Utilizando-se a mesma metodologia de Kageyama (1981), verificamos que hoje, sem financiamento, a área necessária para viabilizar o investimento se elevou para 1050 ha[24]. Se for levado em consideração toda a infraestrutura mencionada acima, esta área se elevará bastante, tornando ainda mais restrito o número de potenciais utilizadores do corte mecânico.

Porém, como já foi dito, a redução de custos, situada em 30% em média, com um pico de 50%, já denota uma tendência clara, no sentido de melhorar a performance daqueles que mecanizaram o corte, que passam a auferir custos diferenciais de produção bastante expressivos.

Para um setor com estreita margem de lucros, como constantemente reclamam os usineiros, devido a política econômica do governo de redução de subsídios e controle do preço do álcool e açúcar, devido à inflação, somente as maiores e mais modernas e produtivas unidades de produção têm reservas para introduzir a mecanização do corte. Mas, estas unidades de produção maiores e mais modernas, que mecanizam o corte, passam a gozar de margem de lucros mais elevada do que as demais, porque passam a operar com custos de colheita 30% mais baixos. Essa margem diferencial de lucros para as maiores e mais modernas pode levar a uma reconcentração no setor, que já é bastante concentrado. Além disto, deve ser considerado, que a ausência de créditos subsidiados para o setor, torna somente as maiores, que trabalham com reservas elevadas, aptas a comprar as máquinas e realizar as modificações necessárias, dado que são as mais produtivas e, via de regra, as maiores que dispõem de capital próprio.

---

23 - GRAZIANO DA SILVA (1989). op cit. pag 51, referindo-se a trabalho de KAGEYAMA et alli (1981)

24 - BERTOLLO, Evandro (1990). "Viabilidade Econômica da Mecanização do Corte de Cana", Relatório Parcial de Iniciação Científica, apresentado ao CNPQ em Junho de 1990, Departamento de Engenharia de Produção, UFSCar, orientação do autor.

Através de entrevistas, realizadas com uma série de usineiros da Região de Ribeirão Preto, ficou claro que a decisão de mecanizar o corte de cana não foi tomada unicamente com base na viabilidade econômica da mecanização, frente ao corte manual, numa comparação entre custo de operação da máquina e tempo de amortização do investimento, versus custo da mão-de-obra dos cortadores de cana. O que foi revelado, textualmente, nessas entrevistas, é que a mecanização do corte foi incentivada, a partir de 1984, devido as greves anuais dos trabalhadores assalariados rurais da região, que ao paralisarem o corte, paralisavam também as usinas. Nestas condições, a mecanização do corte de cana era, segundo os usineiros, a forma de adquirirem maior poder de barganha para negociar a pauta de reivindicações dos trabalhadores, sem as unidades de produção paralisadas. Com a mecanização do corte, as usinas podem continuar funcionando, mesmo com os cortadores de cana em greve, moendo a cana cortada pelas máquinas.

"Os trabalhadores descobriram que podem parar as usinas e fizeram isto. Nós não podemos deixar as usinas nas mãos dos trabalhadores, que resolvem parar a colheita e param também as usinas".[25]

Segundo os usineiros eles chegavam na mesa de negociações, com os trabalhadores, sem poder de barganha, porque as usinas estavam paradas e os prejuízos se avolumando.

A revelação dos usineiros no sentido de que o incentivo à mecanização do corte foi determinada pelas greves, pode ser confirmada, pelo fato dos atuais modelos de máquinas que permitiram baixar os custos do corte mecânico, já estarem disponíveis ao setor desde o final da década de 70. É claro, que a partir do maior nível de mecanização, as próprias máquinas foram melhoradas, incorporaram novas modificações, propiciadas pela própria utilização das máquinas em distintas situações de trabalho. Enquanto eram máquinas de "vitrine", não entravam em operação efetiva e, por conta, não eram melhoradas,

---

25 - Fala de un usineiro da Região. ALVES, Francisco (1988). op.cit pag. 1171.

aperfeiçoadas. Na medida em que passaram à produção, as próprias usinas fizeram proposições de modificações nas máquinas e foram contempladas.[26]

Mas, por outro lado, fica evidente que a decisão de mecanizar, embora tenha como condição determinante a organização e luta dos trabalhadores, ao realizarem greves anuais por melhorias de suas condições de vida e trabalho, tem na análise financeira de custos diferenciais, própria à atividade capitalista, uma condição necessária, mas não suficiente ou determinante.

Segundo os usineiros, a mecanização do corte deve ser incrementada até atingir o nível de estabilização da demanda de força-de-trabalho entre os períodos de safra e entre-safra. Isto é, os usineiros não pretendem e ainda não podem, mesmo se o quisessem, mecanizar integralmente a colheita da cana. O que eles pretendem é trabalhar o ano inteiro com o mesmo número médio de trabalhadores, que atendam as necessidades de trabalho das usinas tanto no período de pico (safra) quanto no período de contra-pico (entre-safra). A etapa do plantio, embora seja motomecanizada, ainda exige um número elevado de trabalhadores, porém, menor do que na safra. Neste sentido, a mecanização do corte da cana torna a necessidade de braços no plantio e tratos culturais o horizonte da demanda de trabalhadores para os dois períodos: safra e entre-safra. Isto significa que os usineiros, com a mecanização do corte, têm a sua demanda por força-de-trabalho nivelada por baixo e passam a atender, de forma perversa, uma antiga reivindicação dos trabalhadores assalariados rurais: contrato de trabalho o ano inteiro e não apenas na safra.

A estabilização da demanda de trabalhadores em um nível médio, que atenda tanto as necessidades de braços na safra quanto na entre-safra, tem duas explicações: possibilidade de realização de uma melhor seleção e redução de encargos no contrato de safristas. A seleção já é efetuada, porém as usinas ainda têm

---

26 - Uma única usina da Região de Ribeirão Preto propôs 41 modificações técnicas no modelo DM 6000, dessas 41, 15 foram contempladas pelo fabricante, que já as introduziu nos novos modelos produzidos, as outras 26 modificações foram implatadas pela oficina da usina. Idem. pag. 1171.

uma demanda muito elevada e irregular de trabalhadores, o que em alguns momentos pode esbarrar com a oferta de trabalhadores disponíveis localmente. Isto é, embora a dinâmica populacional tenha resolvido o problema de escassez de trabalhadores para a produção canavieira, algumas vezes os tempos são diferenciados localmente; quando as usinas necessitam rapidamente de um volume adicional de trabalhadores, devido à entrada em produção de mais uma área, e estes já estão comprometidos com outros empregadores, em outros setores de atividade, como a construção civil, por exemplo, ou os migrantes sazonais não chegaram, ou vieram em número menor do que a necessidade. Isto faz com que as usinas contratem um grande número de trabalhadores sem nenhuma familiaridade com o ritmo do trabalho de corte de cana, ou contratem o "lumpen proletariado urbano": os bêbados; os drogados etc., que causam uma série de transtornos e exigem um maior controle, por parte dos feitores e encarregados. Desta forma, a estabilização da demanda por baixo, poria à disposição das usinas um amplo contingente de trabalhadores, que poderia ser melhor selecionado. Esta seleção, ao ser mais rigorosa pode privilegiar aspectos menos técnicos e mais disciplinares e "ideológicos".

O contrato de trabalhadores safristas, embora seja interessante, por parte das usinas, dado a dinâmica da produção agrícola, com picos bem marcados de demanda de trabalhadores, propiciada pelo processo de modernização da agricultura, foi duramente golpeado, quando os trabalhadores passaram a exigir e conquistaram, em várias empresas, o contrato diretamente pelas usinas e não mais pelos "gatos". O contrato de trabalho regular do safrista onerou as empresas com pagamento dos encargos trabalhistas, fundamentalmente a indenização pelo fim da safra. Com isto, a contratação de um número menor de trabalhadores com contrato permanente reduziria este gasto, que, algumas vezes, gera sérias dificuldades de caixa.

Ao encerrar a safra 89/90, algumas usinas da Região quiseram transformar os safristas, que trabalharam até o final da safra, que naquele ano se estendeu até fins de dezembro, em permanentes, para não pagarem a indenização de fim de safra. Embora os

trabalhadores quisessem se transformar em permanentes, queriam também a indenização que tinham direito, o que redundou num impasse difícil de ser administrado pelo movimento sindical. De um lado, as empresas queriam trocar o contrato permanente pela indenização de fim de safra, de outro, os sindicatos exigiam o pagamento primeiro da indenização pelo contrato que se extinguiu para, a partir daí ser elaborado um novo contrato de trabalho por tempo indeterminado. Os trabalhadores ficaram divididos entre aceitar a oferta das usinas, que atendia uma antiga reivindicação da categoria, ou garantir a indenização, dado que o contrato permanente não garante estabilidade no emprego.

Como a colheita de cana é longa, mais de 8 meses por ano, várias atividades do ciclo agrícola se interpenetram: ao mesmo tempo em que a usina está colhendo cana em uma área, em outra está preparando o solo, para o plantio, em outras já está plantando, em outras ainda está fazendo fertiirrigação ou está preparando mudas através de controle térmico etc. Sem contar que capinas e outros tratos culturais demandantes de força-de-trabalho, também ocorrem concomitantemente à safra. Isto significa, que, embora no período de safra a demanda maior seja por cortadores de cana e bituqueiros, outros trabalhadores são também necessários para outras tarefas realizadas ao mesmo tempo.

Nas usinas que já implementaram o corte mecanizado de cana e já, de certa forma, nivelaram o nível de utilização de trabalhadores entre a safra e a entre-safra, é comum trabalhadores saírem pela manhã (madrugada) para o trabalho, sem saber se naquele dia vão cortar cana, limpar asseiros, plantar cana ou fazer qualquer outra atividade necessária à usina. É evidente, que os trabalhadores preferem cortar cana, porque trabalham por produção e têm possibilidade de aumentar o ganho, dado que nas demais atividades recebem por dia, ou o piso salarial da categoria. Com isso, além da mecanização reduzir o número de trabalhadores empregados no corte, reduz também o nível salarial médio. Antes o trabalhador cortava cana 8 meses por ano, cortando uma média de 6 T/D. Com a mecanização, os trabalhadores além de trabalharem menos dias no corte, passaram a cortar menor

quantidade de cana por dia, porque tem menor quantidade de cana para cortar ou porque é deixado para o corte manual os piores talhões de cana.

O expediente utilizado pelas usinas que mecanizaram o corte, e nivelaram a utilização de força-de-trabalho entre os períodos de entre-safra e safra, é ocupar os trabalhadores em outras atividades, que não o corte, reservando os melhores talhões,- com cana mais ereta, terrenos menos íngremes e cana mais limpa-, para as máquinas, deixando aos cortadores os piores talhões, onde a sua produtividade por dia é mais baixa, e empregar os trabalhadores no corte, por dia em áreas de cana suficientes apenas para o pagamento da diária. As usinas ao deixarem aos trabalhadores as piores áreas de cana, deixam também, frequentemente, uma quantidade de cana insuficiente para o trabalhador alcançar a média de corte na Região. Sobram aos cortadores somente as áreas impróprias ao corte mecânico, como os cantos dos talhões irregulares, para evitar a perda de tempo com manobras da máquina, o que reduz a quantidade por dia de cana para cortar.

Uma das conquistas da greve de Guariba foi, além do fim das 7 ruas, obrigar a usina a pagar a diária quando os trabalhadores não trabalham por motivos alheios a sua vontade (chuvas, falta de cana no campo, falta de transporte etc.), dessa forma, as usinas têm que pagar a diária, tendo ou não o trabalhador cortado a quantidade de cana capaz de pagar a sua diária. Por conta disto, mesmo em plena safra, tornou-se comum, nas cidades dormitórios, turmas retornarem do trabalho ao meio dia ou ao início da tarde, quando normalmente o retorno é depois do por-do-sol.

Com tudo isso, os trabalhadores têm sua média salarial reduzida, aproximando o seu vencimento ao piso salarial da categoria, que regula o salário para as demais atividades, que não o corte. Antes da mecanização, era na colheita a época em que o trabalhador buscava aumentar o seu salário, para suportar a entre-safra, ou para arrumar um dinheiro maior para consertar a casa, ou mesmo comer melhor.

Com este fato, fica demonstrado que, com o processo de

modernização da base técnica de produção, atingindo também o corte de cana, através da mecanização, o perfil de demanda de força-de-trabalho para as usinas, mudou. Isto é, não é mais necessário empregar, na colheita, trabalhadores bons de corte, porém ruins em outras atividades. Passa a ser necessário um trabalhador apto à realização de todas as atividades agrícolas necessárias à produção de cana. Antes da mecanização do corte, os trabalhadores mais fortes iam para o corte de cana, os mais fracos para a bituca, apanha da cana, os demais iam para a laranja ou o café. Para trabalhar no corte de cana, as usinas, através dos "gatos", selecionavam, os mais fortes. Além de forte, o trabalhador, para cortar cana, necessita saber manejar o podão, isto é, necessita de uma certa habilidade, que não é imanente a qualquer pessoa forte. Forte no caso, significa pessoa resistente à realização de uma atividade penosa, sujeita a imtempéries (frio, chuva, sol em excesso, etc.), e com pouca comida.

A atividade de corte de cana necessita, além de resistência física, de uma certa especialização, que é o manejo do podão: para cortar em baixo, rente ao solo e em cima, junto ao palmito; desfolhar e amontoar cana. A primeira vista, o corte de cana parece ser uma atividade simples, que qualquer um pode executar. Na realidade, a tarefa é simples, porém, na velocidade requerida pelo corte, torna-se complexa, pois exige um conjunto de movimentos e golpes sincronizados, que nem todos os trabalhadores conseguem executá-lo satisfatoriamente, a não ser que estejam dispostos a receber um mínimo de remuneração, dado que recebem por produção. O corte de cana é diferente de uma atividade que só requeira força física para ser executada, tais como carregar e empilhar tijolos, ou sacos.

Com a introdução das máquinas que cortam em cima e embaixo, desfolham, picam e carregam o caminhão, o saber específico do cortador de cana foi transferido para a colheitadeira, que é uma máquina-ferramenta. Os trabalhadores agora necessários são meros apêndices da máquina-ferramenta. São agora, bituqueiros-cortadores, sua tarefa é acompanhar a máquina e ir cortando as canas que a máquina não cortou, ou os bicos de talhão, que para

serem cortados pela máquina exigem complexas manobras do operador, com enorme perda de tempo e elevado consumo de combustível. Esses novos personagens também executam as tarefas básicas dos bituqueiros, que é catar as canas que ficaram para trás, ou seja a tarefa acessória da máquina, já referida antes.

Porém, é necessário ter claro, que um trator, ou uma colheitadeira de cana, ainda dependem da habilidade do trabalhador que a opera. O operador ainda dispõe de movimento livre, ao passo que a máquina que ele conduz tem o movimento mecânico[27]. A máquina tem a força motriz e dispõe de um sistema de ferramentas, que são as ferramentas utilizadas antes pelo homem, que as empregava e dispendia sua própria força.

Na agricultura, embora haja a tendência à subordinação real do trabalho ao capital, determinada pela incorporação acelerada de máquinas agrícolas, ainda não há a subordinação completa, porque passa a ser necessário bons operadores de máquinas, no caso os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas. Ou seja, devido às variações existentes de uma área de produção para outra, devido às variáveis pedológicas ou topográficas, as manobras e operações requeridas do operador não são as mesmas, são necessários bons operadores para identificar, no momento certo, qual a manobra ou operação deve ser posta em prática.

Para que as condições de operação das máquinas fossem as mesmas seriam necessários pesados investimentos para a transformação completa das condições naturais de solo, o que é ainda antieconômico. Ou, de outro lado, seria necessário a completa automação das atividades, pela incorporação da robótica e microeletrônica, com a utilização de um sistema de máquinas inteligentes, centralmente coordenadas por computador. Esta possibilidade, nas condições da agricultura brasileira, beira à ficção científica de um filme de terceira categoria ou de um conto de péssima qualidade.

No caso da colheita mecanizada, por máquinas que cortam, picam e carregam o caminhão, as condições naturais de operação determinam a produtividade da máquina. As colheitadeiras não

27 - Vide citação de Marx da nota 14.

operam bem em terrenos com declividade acentuada ou com nivelamento irregular. Mesmo em terrenos íngremes ou com nivelação irregular é possível utilizar as máquinas, mas com bons operadores. Num terreno com declividade superior a 8% a máquina corre o risco de tombar, para que isto não ocorra, o operador precisa apoiar o elevador, que carrega a cana picada, na carroceria do caminhão, que está sendo carregado. Esta é uma manobra complexa executada apenas por bons operadores de máquinas e por bons motoristas que conseguem sincronizar as velocidades dos dois veículos. Qualquer mudança de velocidade danifica a máquina ou o caminhão, ou ambos. Em terrenos com variação de nivelação, o bom operador é fundamental, pois ele consegue reconhecer, pelo barulho das facas de corte, se o corte está se dando muito embaixo, danificando as soqueiras, ou muito em cima, perdendo colmos. A partir do som produzido pelas facas o operador pode, apenas manejando uma alavanca, dentro da cabine de comando, acertar a altura do corte.

2.4 - Modernização da Agricultura e Subordinação Real do Trabalho ao Capital

Essas considerações servem para por em discussão uma questão que é básica ao processo de modernização da agricultura, que ao mesmo tempo em que submete a agricultura à lógica de valorização do capital, subordina formalmente o trabalho ao capital. Ou seja, o processo de modernização da agricultura, num mesmo movimento, subordina tanto as forças da natureza, quanto os trabalhadores à lógica de valorização do capital, à semelhança do que ele faz na indústria. Isto não significa que o processo seja contra o trabalhador: o processo de modernização, ao ser implementado, é a favor dos capitalistas. No caso da mecanização do corte, ela não é contrária aos trabalhadores ela é a favor da valorização do capital dos capitalistas agroindustriais.

"En el taller mecánico, en cambio, el esqueleto del mecanismo colectivo composto de diversas máquinas, cada una de las cuales efectúa procesos productivos diferentes y particulares que se suceden uno al otro y se necesitan dentro del proceso

completo de producción. En este caso, no es una fuerza de trabajo particularmente desarrollada la que se serve, como el "virtuoso", de un instrumento de trabajo en particular, sino por el contrario, un instrumento de trabajo es el que necesita servicios especiales unidos constantemente a su trabajo. En el primer caso, el obrero se sirve de un instrumento de trabajo en particular, en el segundo, en cambio, grupos particulares de obreros están al servicio de diversas máquinas que desarrollan procesos particulares."[28]

O movimento sindical de trabalhadores rurais da região soube entender perfeitamente essa questão. O Movimento Sindical entendeu, que, com as máquinas, cresce o poder de barganha dos usineiros. Entendeu também que não adiantava ser contra as máquinas, porque a sua aplicação no corte, além de inexorável, beneficia,- perversamente-, os trabalhadores, no sentido de liberá-los de uma atividade estafante, que "encurta a vida".

Os trabalhadores assalariados rurais, quando elaboram suas expectativas da vida, deixam claro que *"cortar cana não é trabalho de gente, é trabalho de bicho, de animal"*. Os trabalhadores assalariados rurais executam este trabalho por já não terem outro e por terem adquirido, no trabalho, uma especialização, que lhes garante, em péssimos níveis, sua reprodução. O movimento sindical entendeu também que o seu poder de barganha cresce ao se unificarem as reivindicações do conjunto dos assalariados rurais do Complexo sucro-alcooleiro.

A importância dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas no processo de produção de cana, na atual etapa do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, é incontestável. Porém, até recentemente o MSTR tinha como base de atuação apenas os trabalhadores braçais. Eram considerados trabalhadores rurais apenas os que manejavam a enxada ou o podão, os que manejavam um trator, ou uma máquina agrícola qualquer eram considerados não rurais. Mesmo na academia, existem pouquíssimos trabalhos sobre estes novos atores sociais, estes novos assalariados do campo, o que pensam, como agem. Existe um grande número de trabalhos sobre os cortadores de cana, camponeses, pequenos produtores, em geral, mas pouquíssimos sobre tratoristas e operadores de máquinas.

---

28 - MARX. op. cit. pag. 136.

Essa mudança de atitude do movimento sindical foi devido, como foi dito, à percepção de que o poder de barganha dos usineiros cresceu com a mecanização do corte, mas o poder dos trabalhadores assalariados, de outro lado, cresce com a organização do conjunto dos assalariados rurais do complexo agroindustrial. Passou a ser fundamental representar o conjunto dos assalariados rurais, indepedentemente da atividade: as formas de luta e a estratégia de atuação devem, neste novo estágio da luta, envolver o conjunto dos assalariados rurais e não apenas os cortadores. Esta questão será mais explorada nos capítulos seguintes.

Em várias entrevistas, realizadas principalmente com os trabalhadores mais jovens, foi possível identificar a vontade de deixar de ser cortador de cana e passar a tratorista ou motorista. É claro, que muitos imaginam e anseiam o trabalho na indústria ou no comércio, trabalhos urbanos, porém vários alimentam a vontade de mudar de trabalho dentro do próprio setor agrícola. Nessas condições, a perspectiva é o trabalho como operador de máquinas, tratoristas ou motoristas, que são as atividades mais valorizadas, tanto na visão dos capitalistas, no atual processo de modernização da agricultura, quanto na visão dos trabalhadores. Para os trabalhadores, estas atividades são também mais valorizadas, pois, além de significarem um salário mais elevado, têm também uma importância maior na produção. Os trabalhadores vêem os tratoristas como mais importantes, por manejarem um equipamento caro, cuja a quebra provoca um grande prejuízo à atividade. Os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas também vêem o seu trabalho, como de maior importância, devido ao manejo de um equipamento caro e fundamental no processo.[29]

---

29 - Numa das reuniões com operadores de máquinas e tratoristas, organizadas pelo S.E.R. de Barrinha, para a campanha salarial de 1989, onde pela primeira vez foi elaborada uma pauta conjunta para trabalhadores assalariados rurais, envolvendo cortadores, bituqueiros, tratoristas e operadores de máquina, surgiu uma questão muito interessante, que era se seria reivindicado salários diferentes ou não para os diversos tipos de tratoristas e operadores de máquinas? Era uma discussão complexa e acalorada porque nem dirigentes sindicais, nem assessores, e nem os trabalhadores tinham discussão acumulada

A mecanização do corte de cana representou para os usineiros, de um lado, o aumento do seu poder de barganha frente à, sempre presente, possibilidade de greve dos trabalhadores assalariados rurais, cortadores de cana, e, de outro. a liberação do processo de trabalho, no corte, da destreza e habilidade do trabalhador, transformando a subordinação formal do trabalho ao capital, desses trabalhadores, em subordinação real. Para os trabalhadores, a mecanização do corte, reduziu o contingente de trabalhadores empregados no período da safra; reduziu o poder de pressão dos cortadores; reduziu o salário médio dos cortadores e avançou o processo de subordinação real do trabalho ao capital. Mas, de outro lado, possibilitou a tomada de consciência de que os tratoristas e operadores de máquina são também assalariados rurais e, nesta fase da modernização da agricultura, passam a ser o contingente de trabalhadores com maior poder de barganha no processo de produção. Os trabalhadores perceberam que paralisando os cortadores de cana, os trabalhadores braçais, as usinas continuam operando, devido a forte mecanização, mas agora paralisando os tratoristas e operadores de máquina, não há como produzir.

Os trabalhadores perceberam que para expandir suas conquistas salariais, trabalhistas e no sentido do controle do processo de trabalho, é necessário aprender, com o processo de modernização. Essa aprendizagem é fundamental para identificar os setores vitais do processo de produção, que, ao serem paralisados, acuam os capitalistas.

---

sobre isto. Daí, os próprios trabalhadores acharam que deveria ser reivindicado um piso salarial para toda a categoria (tratoristas e operadores de máquina), este piso valeria para os operadores de máquinas leves, tais como guincho e tratores leves de carga, para os operadores de máquinas agrícolas complexas e tratores pesados, seria reivindicado 20% a mais. A justificativa dos trabalhadores era no sentido de que os operadores de máquinas e tratores pesados tinham maior responsabilidade com o equipamento, e os próprios usineiros não entregavam um caminhão ou uma máquina cara para um operador inexperiente. De outro lado, era importante fixar um piso salarial elevado porque os tratoristas mais experientes embora operem o maquinário mais caro, várias vezes, no mês, são remanejados para operar as máquinas menores, como guinchos e tratores de carga.

*"Os trabalhadores devem cortar o patrão na veia que corre mais sangue. O movimento de trabalhadores só tem possibilidade de vitória, de arrancar conquistas, quando atinge a cozinha do patrão, enquanto ficar na periferia, não vira nada."*30

Uma das áreas das usinas que também mais se modernizou, a partir do Próálcool, e mais especificamente a partir da década de 80, foi o setor de recursos humanos, ou o departamento de pessoal das usinas. Os usineiros perceberam a necessidade de ter trabalhadores mais controlados pelas empresas, como forma de aumentar a produtividade do trabalho e diminuir as possibilidades de conflitos internos.

Na área de recursos humanos, uma das inovações principais foi a introdução de um sistema computadorizado de informações sobre os trabalhadores. Este é capaz de rapidamente fornecer uma ficha detalhada de cada trabalhador. Esta ficha detalhada, tem a finalidade de fornecer informações técnicas sobre cada trabalhador.

Segundo os dirigentes sindicais, o sistema fornece também, outros tipos de informações, mais sigilosas, sobre: a participação dos trabalhadores nas greves da região; a proximidade deles com o sindicato; participação em piquetes etc. Segundo trabalhadores e dirigentes sindicais, os usineiros da Região de Ribeirão Preto dispõem de uma "lista negra", com o nome de todos os trabalhadores com participação ativa em greves e piquetes, para impedir que estes consigam trabalho na Região. É claro, que não foi possível confirmar a existência de tais listas, nas usinas pesquisadas. Porém, é perceptível a dificuldade de vários trabalhadores, com participação em piquetes e na vida sindical, em conseguirem empregos nas usinas da Região. O que é um indício forte da existência de tais listas, assim como é grande a possibilidade de que elas sejam trocadas entre os usineiros.

As usinas declararam que este sistema é uma espécie de cadastro computadorizado, que fornece informações técnicas sobre cada trabalhador, ao início da safra, dado que a maior parte dos

30 - Fala de um dirigente sindical da Região ao autor em dezembro de 1988.

trabalhadores, registrados nas usinas, são contratados como safristas, isto é, têm contrato de 8 meses, tempo de duração da safra. Quando as usinas vão renovar os contratos ou contratar mais trabalhadores para a safra, o cadastro é consultado e fornece informações técnicas sobre o trabalhador que está pleiteando emprego. As informações técnicas disponíveis no sistema, de acordo com as usinas, são: produtividade média de cada trabalhador no corte de cana; produtividade do trabalhador na capina e demais tratos culturais; assiduidade no trabalho; desleixo com equipamento etc. Através destas informações a usina seleciona o seu contingente de trabalhadores de acordo com o tipo de trabalho a ser executado.

Através deste mecanismo de informações, foi possível perceber, que as usinas, pós mecanização do corte, começam a ter preferência por um trabalhador mais polivalente, isto é, capaz de executar bem as distintas atividades existentes no setor agrícola das usinas. Como mostramos anteriormente, com a mecanização do corte, as usinas querem nivelar a contratação de trabalhadores para todo o ano, através do número necessário na entre-safra. Isto significa, que com a mecanização do corte não é mais necessário, na safra contratar um grande número de cortadores de cana. Passa a ser necessário contratar apenas o número adequado de trabalhadores, para colher a cana não colhida pelas máquinas e para realizar as demais operações, que ocorrem simultaneamente ao corte. Dessa forma, passa a ser interessante, para a usina, dispor tanto de trabalhadores bons de podão, como bons de enxada, de rastelo etc. Passa a ser necessário trabalhadores que possam realizar outras atividades, tais como: aplicação de fungicida e herbicidas através de aplicadores costais ou trabalhadores para plantio e replantio de mudas ou para o controle térmico de mudas.

Uma usina da Região, que já mecanizou mais de 60% do corte de cana, dispõe de um número fixo de trabalhadores rurais, contratados o ano inteiro, com contrato de safra, mas renovável, ao final de cada período. A estes trabalhadores a usina fornece, diariamente, um café da manhã e almoço, acondicionado em marmitas térmicas. Todos os dias estes trabalhadores, embarcam nos

caminhões de turma e passam no refeitório da usina, onde tomam café da manhã e recebem a marmita do almoço. Ao final da tarde, os trabalhadores são levados para casa e as marmitas para a cozinha, onde são lavadas e preparadas para o dia seguinte.

Esta usina é impar no fornecimento de refeição completa aos trabalhadores, o que contrasta radicalmente da situação dos demais, que têm que acordar uma ou duas horas antes para preparar a própria refeição (principalmente as mulheres e os "queima lata"*), que é comida em duas vezes, durante o dia. Quando esta usina, devido a problemas internos (quebra de máquinas, incêndios, novas produções em parceria etc.), não consegue cortar toda a cana que ela dispõe com as máquinas e seus trabalhadores fixos, ela contrata trabalhadores de fora, através dos "gatos". Esse novo contingente "eventual" de trabalhadores não tem nenhum dos benefícios dos trabalhadores fixos. Segundo o depoimento do gerente de recursos humanos, essa turma fixa de trabalhadores, corta em média 3 ou 4 T/D, que é uma média baixa para a região; em torno de 5 a 6 T/D, porém estes trabalhadores são muito bons em outras atividades agrícolas e, além disto, esta usina nunca teve problema de greve entre os seus trabalhadores.

É comum, em algumas usinas, os feitores e mesmo gerentes técnicos reclamarem da dificuldade que os trabalhadores assalariados têm para executar algumas atividades consideradas simples Tais como: feitura de canteiros; replante de mudas; plantio de gemas; tratos da cana planta etc, que são atividades que qualquer agricultor sabe fazer, mas que é difícil conseguir que os cortadores de cana executem bem. Esta dificuldade pode ser, ao nosso ver, explicada de duas formas. A primeira, é que os trabalhadores, no corte de cana, recebem por produção, portanto

---

* - "queima lata" - designação dos trabalhadores migrantes que, por motivo de economia preparam sua própria comida para não pagar a péssima comida servida nos alojamentos das usinas ou dos "gatos", ou mesmo nos cortiços. Em geral os queima lata alugam uma casa, num sistema semelhante ao de república de estudantes, e lá preparam suas refeições antes de embarcarem no caminhão de turma. Algumas vezes, cada trabalhador tem, no decorrer da semana, seu dia de cozinheiro, e neste dia prepara as refeições de todo o grupo, morador da casa. Outras vezes, cada um prepara sua própria comida e não há nenhuma divisão do trabalho entre eles.

podem aumentar o seu rendimento se trabalharem mais, com maior esforço. Essas outras atividades são remuneradas na base da diária, que é um trinta avos do piso salarial da categoria. Portanto, o trabalhador realiza uma tarefa que não o remunera em níveis adequados e exige grande intensidade de trabalho. Preparar canteiro, plantar gemas, replantar mudas, são tarefas que exigem cuidado, paciência, dedicação meticulosa.

A segunda forma de explicar esta dificuldade, se deve à especialização do trabalho. Isto é, os trabalhadores assalariados rurais, especificamente os cortadores de cana, adquiriram uma certa especialização, numa certa atividade, ou num conjunto de atividades, que o separam e o afastam da produção agrícola como um todo. Os trabalhadores sabem colher cana, manejam o podão com grande destreza, mas são inábeis, porque não sabem, para fazer um canteiro, ou plantar uma muda[32]. Os cortadores de cana se assemelham a operários especializados, que ora trabalham numa empresa produtora de geladeira, ora numa montadora de automóveis, executando as mesmas atividades e, por conta, desconhecem todo o processo de produção de cada um dos produtos e não sabem executar outras tarefas, dado que ele produz peças ou componentes, através da operação de certas máquinas.

No corte de cana os trabalhadores são especializados numa dada tarefa, a execução de outras não o agrada e ele não sabe fazer direito. Desta forma, acreditamos que a explicação esteja na fusão das duas alternativas: o cortador de cana não realiza bem outras atividades porque não sabe e é mal remunerado.

A partir desta constatação, algumas usinas buscam, através dos seus departamentos de recursos humanos, treinar seu pessoal. Estes treinamentos são oferecidos basicamente aos trabalhadores da parte industrial e aos operadores de máquinas agrícolas e tratoristas, porém já atingem, em menor escala, o pessoal da

32 - Essa elevada especialização dos cortadores de cana em São Paulo, me chamou a atenção, quando comparado aos cortadores de cana do Nordeste, principalmente os moradores dos engenhos, porque os de lá sabiam e nomeavam até os tipos de cana plantados, os quais eles não sabiam o nome de científico da variedade, dado pelo instituto que a desenvolveu, mas sabiam o nome regional de algumas das variedades. Aqui os trabalhadores reconhecem apenas quando é soca, cana de 18 meses, etc.,

parte agrícola. Estes treinamentos visam também a redução de acidentes de trabalho e o preparo para o desempenho de outras atividades novas, ou de diferente complexidade. Para os cortadores de cana, é comum "treinamento"* para aprenderem a cortar a cana na sua base, rente ao solo, e cortar o topo, logo abaixo do palmito, com a cana ainda no ar. Os trabalhadores, para ganhar tempo, costumam cortar a cana somente embaixo, para depois, de já terem derrubado uma grande quantidade de cana, cortar o palmito e transportá-la para a fileira do meio. As usinas não gostam desta prática, porque com isto o palmito fica mal cortado e adere muita sujeira na cana, prejudicando as moendas.

---

* - não é um treinamento, em sentido estrito do termo, consiste basicamente no feitor perder algum tempo com um trabalhador mostrando a altura do corte exigido pela usina. Em geral o feitor mostra com se realiza o corte bem rente ao solo e faz uma ameaça para quem não cortar.

CAPÍTULO 3: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS

INTRODUÇÃO

Neste capítulo analisaremos o processo de luta dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto por melhorias de suas condições de vida e trabalho. Essas lutas tiveram enorme importância para a constituição da identidade dos trabalhadores assalariados rurais. É a partir delas, algumas com repercussão nacional, nas greves anuais de milhares de trabalhadores assalariados rurais, que tornou-se conhecida, para fora e para dentro, as condições de vida e trabalho deste contingente de trabalhadores responsáveis pela pujança econômica da chamada "Califórnia Paulista".

É no bojo das lutas, que ocorrem não apenas no momento da greve, que os trabalhadores assalariados rurais vão se identificando como uma categoria social, com reivindicações próprias, específicas, que os tornam diferentes dos demais trabalhadores rurais. No processo de luta, os assalariados rurais passam a buscar o controle do processo de trabalho, que é uma reivindicação nítida dos trabalhadores assalariados, ou melhor, é uma bandeira operária, específica dos trabalhadores que não detêem a propriedade ou a gestão dos meios de produção. Nesta medida, a luta pelo controle do processo de trabalho é o que dá especifidade aos assalariados rurais, distinguindo-os dos demais trabalhadores rurais, que já detêem, mesmo que de forma subordinada, o controle do processo de trabalho, através da propriedade da terra, meio de produção básico da agricultura.

Esta análise estará centrada na descrição do conjunto de greves ocorridas na Região, a partir de maio de 1984 até a greve de 1989, já dirigida pela nova Federação Sindical, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e pelos Sindicatos de Empregados Rurais (SER). Estas

novas entidades sindicais, Federação e Sindicatos, nasceram em decorrência do processo de constituição da identidade dos trabalhadores assalariados rurais, que pode ser sintetizado na busca pelo controle do processo de trabalho. A constituição da identidade dos trabalhadores assalariados rurais é decorrente das lutas e enfrentamentos destes trabalhadores ao processo que os relegou à condição de deserdados da modernidade conservadora.

Para os objetivos deste trabalho, não basta a afirmação genérica de que os trabalhadores assalariados volantes compõem a classe operária brasileira. É importante, aqui, ir além desta afirmação para tentar entender como esta categoria vai tomando consciência deste fato, ou seja, que ela, juntamente com os demais segmentos de trabalhadores expropriados dos meios de produção, compõem a classe operária. Para esta finalidade, é necessário a introdução do conceito de identidade de classe. Isto porque consideramos que, assim como a existência do trabalho assalariado na Região de Ribeirão Preto é resultado do processo de modernização da agricultura, a identidade de classe destes trabalhadores assalariados também vai se constituindo em razão das lutas e dos enfrentamentos ao processo de modernização, dirigido pela classe capitalista, do qual a própria categoria é resultado.

O processo de modernização da agricultura, embora tenha um sentido e uma dinâmica própria, imposta pelo modelo de modernização conservadora para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tem a intensidade das transformações, o seu ritmo e dinâmica própria, determinados pelas decisões tomadas pelos capitalistas, que, motivados pela necessidade de valorização e acumulação de seu capital, lançam mão das novas possibilidades de rearranjar os fatores de produção, disponíveis pelo estado geral da tecnologia; pelas possibilidades técnicas de produção; pelas novas formas de organização do processo de trabalho, etc. Para a tomada de decisão capitalista são levadas em consideração inúmeras variáveis, tais como: as de natureza puramente econômica, como a viabilidade econômica; a taxa de retorno do capital investido; a sinalização e incentivo do Estado, dentre

outras, e variáveis de natureza política e social.

Os capitalistas, ao tomarem a decisão de investir produtivamente na modernização da base técnica de produção, levam em consideração o grau de organização e luta da classe trabalhadora. A análise das condições, objetivas e subjetivas, de mobilização dos trabalhadores para a conquista de melhoria nas suas condições de vida e trabalho, bem como o seu grau de organização, são elementos de fundamental importância para a decisão capitalista de modernizar a produção.

Nesta concepção, tanto os trabalhadores são afetados pelo processo de modernização da agricultura, quanto a sua ação, enquanto movimento social, na luta política e econômica por melhoria nas suas condições de vida e trabalho,- incluído aí o controle do processo de trabalho-, opera mudanças na intensidade e ritmo do processo de modernização e na própria dinâmica e organização dos capitalistas enquanto classe.

O conceito de classe social, assim como o conceito de identidade de classe são dois conceitos com elevado grau de dificuldade para serem trabalhados ou explicitados num estudo de natureza concreta, como o que apresentamos. Desta forma, não é objetivo deste trabalho o aprofundamento teórico destes conceitos, porém, é necessário, para sermos entendidos, a explicitação do referencial que estamos utilizando.

O nosso propósito aqui é o de tentar perceber o processo de tomada de consciência de classe, por parte dos trabalhadores assalariados na agricultura, porque é a partir daí que os trabalhadores se reconhecem como tal, que é a chave para a ruptura, para a transformação. Neste sentido, quando falamos que a identidade de classe dos trabalhadores assalariados da agricultura, da Região de Ribeirão Preto, encontrase em processo de construção, queremos salientar o fato de que não basta, para a análise, que aqui tentamos, afirmar que esta categoria compõe o operariado, porque isto é um dado e um pressuposto. É necessário deixar claro, também, que as classes não se constituem para si, mas para as outras.

A questão fundamental é que a identidade de classe, isto é,

o fato dela se reconhecer enquanto uma classe social, tecer aspirações, travar lutas, atuar coletivamente para superar os limites sociais de sua existência, não se dá simultaneamente à sua constituição enquanto classe social, definida historicamente, pela posição ocupada pelos indivíduos, em relação à propriedade dos meios de produção, no processo produtivo, numa dada divisão social do trabalho.[1] Ou seja, a classe não é determinada pela opção dos indivíduos, mas é socialmente determinada pela posição que estes ocupam em relação à propriedade dos meios de produção. Assim, a ação dos indivíduos não tem nenhuma importância para classe a que pertencem, que, na concepção marxista, só têm duas possibilidades: proprietários dos meios de produção, capitalistas, ou despossuidos dos meios de produção, trabalhadores expropriados.

De acordo com a forma com que entendemos o processo de formação da identidade de classe dos trabalhadores assalariados rurais, percebemos que: em primeiro lugar, o segmento dos assalariados rurais se constitui, como resultado do processo de modernização da agricultura, que ao mesmo tempo em que implementa mudanças na base técnica de produção, vai impor uma nova relação de trabalho para a reprodução do capital (relação de trabalho assalariada) e, em segundo lugar, no processo de luta, este segmento de trabalhadores criados pela dinâmica do capital passam a travar lutas e a constituir sua identidade de classe.

Assim, determinado pelo processo de modernização da agricultura, os assalariados rurais se constituem enquanto parcela da classe operária brasileira, igualmente despossuída dos meios de produção e igualmente produtora de maisvalia. Mas a sua identidade enquanto classe social, só ocorrerá quando esta nova categoria criada, os assalariados rurais, passarem a lutar por melhoria de suas condições de vida e trabalho, quando se constituem em "sujeito coletivo".[2]

1- SADER, Eder (1988). "Quando Novos Personagens entram em Cena Experiências, Falas e Lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80), Editora Paz e Terra, São Paulo. pg.55.

2- Aqui, mais uma vez e não será a última, utilizo a noção de sujeito coletivo posto por SADER (1988), op.cit., onde ele mostra a emergência de novos atores

Estas duas fases: a primeira de surgimento dos trabalhadores assalariados rurais, promovidos pelo processo de modernização da agricultura, e a segunda, quando estes trabalhadores assalariados passam a lutar contra as características perversas do processo de modernização e aí constituir sua identidade de classe, quando tornamse "sujeito coletivo", são específicas do Estado de São Paulo, na Região de Ribeirão Preto, não podem ser generalizadas. Temos consciência que este processo não é geral e não se dá da mesma forma e com a mesma intensidade em todas as regiões, culturas e formas de propriedade da agricultura brasileira, onde predomina a diversidade de formas de subordinação do trabalho ao capital e onde há dinâmicas de luta diferenciadas.

"O fato da região transformar-se em monocultora garante-lhe uma identidade econômica que tem como contraponto, a emergência da identidade dos próprios bóias-frias, enquanto categoria de trabalhadores. A possibilidade de todos os anos trabalharem na safra vai possibilitando-lhes substituir as velhas fantasias do trabalho na indústria ou da volta à terra, por essa dura realidade. Realidade que, uma vez enfrentada, passa a ser avaliada e criticada pelos mesmos. Passa a ser percebida como passível e necessitada de modificação."[3]

É no processo de luta que a classe trabalhadora passa a ser não apenas uma classe em si,- enquanto expropriada dos meios de produção, que para se reproduzir necessita vender sua força de trabalho para os capitalistas, proprietários dos meios de produção: terra e demais itens do capital constante fixo e circulante-, mas, fundamentalmente, uma classe para si. Isto é, capaz de modificar as condições com que realiza a sua produção e reprodução, enquanto classe. Ao arrancar dos capitalistas determinadas conquistas, estas impõem novas reivindicações e novas lutas são travadas, são feitas novas mediações, etc., que levam os capitalistas a reanalisarem o processo de produção e exploração, bem como mudarem sua forma de atuação enquanto

---

sociais nos movimentos sociais urbanos em São Paulo: " Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas".

3- D'INCAO, Maria Conceição(1984). "Bóia-Fria, Sangue Quente (II)", Folha de São Paulo 02/06/1984, pag. 3.

capitalistas. Esta reanálise pode levar à necessidade de modificações no processo de produção e no processo de trabalho, visando por os trabalhadores na defensiva e anular as conquistas efetuadas, desde que estas ameacem a acumulação, ou ponham em xeque a autoridade do capitalista e seus prepostos. É no processo de luta que os trabalhadores passam a se identificar como trabalhadores e tomam consciência da exploração a que estão submetidos enquanto classe. Isto significa, que a capacidade de luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é, em geral, resultado da consciência que os trabalhadores adquirem da exploração, é, também, ato potenciador da tomada de consciência de classe. Neste sentido, a classe para si e a consciência de classe são sempre resultado do processo de luta e não o início como pode parecer.

A classe, verdadeiramente assumida pelos trabalhadores, e a consciência de classe surgem somente **do** e **no** processo de luta. Fora deste, a existência de uma classe explorada não tem nenhum significado transformador. É a capacidade transformadora da classe, ao tomar consciência, que lhe configura a existência enquanto uma classe para si. Sem luta, a classe existe somente para a outra classe, isto é, para a classe capitalista, que necessita dos trabalhadores enquanto meros vendedores de força de trabalho: sem consciência de classe e sem luta. A luta e a consciência de classe, dela decorrente, são elementos fundamentais para que os trabalhadores realizem conquistas econômicas e políticas e possam realizar mudanças mais profundas na sociedade, inclusive pelo fim da contradição capital/trabalho.

Finalmente, o que se prioriza neste capítulo é a tomada de consciência, por parte dos trabalhadores assalariados rurais, de que é possível transformar as condições de sua produção e reprodução, isto é, a tomada de consciência do processo que os torna "sujeito coletivo". Neste sentido, se prioriza aqui o nível político e ideológico e não somente o nível da infraestrutura econômica, como é usual. As classes sociais são identificadas, frequentemente, a partir da posição ocupada na divisão social do trabalho, a partir da chamada infraestrutura, ficando a política

relegada à superestrutura, como mero reflexo das transformações que ocorrem na esfera da produção.[4]

3.1 - Processo de Luta dos Trabalhadores Assalariados Rurais

O processo de luta dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto está diretamente associado a Guariba. Isto é, tornaram-se indissociáveis as lutas dos trabalhadores assalariados dos acontecimentos de maio de 1984, nesta cidade. A existência desta associação entre processo de luta dos trabalhadores assalariados e a greve de Guariba de 1984 demonstra a importância social do acontecimento. Ou seja, foi necessário a ocorrência de uma greve com os desdobramentos dramáticos que teve: um morto, 33 trabalhadores feridos à bala, espancamentos, saques, etc, para que a sociedade percebesse que os assalariados rurais, os "bóias-frias", existem e travam lutas pela melhoria de suas condições de vida e trabalho, como o conjunto dos trabalhadores. Por outro lado, mas no mesmo sentido, a greve de Guariba tem um significado muito importante para os próprios trabalhadores assalariados rurais, que se tornaram, a partir daí identificados como trabalhadores e não como mero figurantes do processo de modernização da agricultura.

Porém, esta associação entre a luta dos trabalhadores assalariados com a greve de Guariba, em 1984, tem, pelo menos, três conclusões complicadas e incorretas. A primeira, é considerar que antes da greve de Guariba não havia luta, isto é, que os bóias-frias eram pacatos e complacentes trabalhadores, conformados com as péssimas condições de vida e trabalho a que foram relegados com a modernização da agricultura. A segunda, é considerar como luta apenas as greves com enfrentamentos violentos à polícia e aos patrões. A terceira conclusão incorreta a respeito dos acontecimentos de Guariba, está em

---

4- OLIVEIRA, Francisco (1987)." O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe", São Paulo, Editora Brasiliense, pg 8 ...

considerálo exclusivamente como um movimento social e não também como movimento sindical.

A primeira incorreção pode ser desmentida pelo fato dos acontecimentos de maio, em Guariba, terem antecedentes, isto é não são apenas fruto de uma conjuntura propícia para a sua deflagração. Guariba é resultado e desdobramento de lutas e experiências de luta dos trabalhadores ocorridas em anos e lugares distintos, com ou sem participação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Guariba pode ser considerado como o momento em que ocorre a explicitação de um movimento social em luta.[5] Ou melhor, como momento em que se descortina, se torna visível, para a opinião pública e para a sociedade como um todo, que os trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto travam lutas e não são apenas a parte não visível da "Califórnia Paulista", como a sujeira que é varrida para baixo do tapete para não embassar o brilho dos cristais.

O que queremos demonstrar é que a greve de Guariba não surgiu do nada e não pode ser considerada apenas como expressão do movimento social, como está posto na segunda incorreção. Ela tem correspondência com a etapa do movimento sindical da região, que naquele momento era fraco, composto em grande parte por lideranças sem experiência de luta, ou alçadas à condição de dirigentes por forças políticas e acontecimentos estranhos aos próprios trabalhadores rurais.

A greve de Guariba em 1984, além de ser, como já foi dito, o momento em que se torna conhecida para fora a luta dos trabalhadores assalariados da região de Ribeirão Preto, é, ao mesmo tempo e fundamentalmente, o momento em que os assalariados se tornam identificados como sujeitos em ação, corresponde a etapa de consolidação do movimento sindical de trabalhadores rurais. Ou seja, a greve de Guariba tem, num mesmo movimento, dois significados: um para fora, para o conjunto da sociedade, e outro para dentro, para os próprios trabalhadores assalariados

---

5- BOTTA FERRANTE, Vera Lucia (1985). "Bóias Frias em Greve no Estado de São Paulo: A Coletivização dos Espaços de Luta", Anais do 11º Encontro do P.I.P.S.A., 2, 3 e 4 de dezembro de 1985, Botucatu, São Paulo, pag.505.

rurais. O significado para fora, é o de tornar visível, para o conjunto da sociedade, a luta e as condições de vida dos trabalhadores assalariados rurais. O significado para dentro, sem dúvida, mais importante, é o de contribuir para a constituição da identidade de classe dos trabalhadores assalariados da agricultura, que passam a se identificar como trabalhadores assalariados volantes, como bóias-frias, a se reconhecerem enquanto tal e a ter aspirações comuns de melhoria de suas condições de vida e trabalho.[6]

A terceira incorreção, é derivada da inexistência, quando da deflagração da greve, de sindicatos atuantes em vários municípios, inclusive Guariba, e ao fato da deflagração não ter sido decidida em assembléias sindicais. Os jornais da época, bem como alguns analistas consideraram Guariba como um movimento social expontâneo, posteriormente capturado pelo movimento sindical. Apontaram como elementos deflagradores a fome e a miséria, as péssimas condições de vida e trabalho, que são indiscutivelmente elementos importantes para a violência do movimento. Porém, o movimento sindical já percebia estas condições e tinha propostas inclusive para a necessidade de organização e de luta dos trabalhadores assalariados, só não tinha a liderança efetiva do movimento, não conseguindo passar da intenção ao gesto.

Neste processo, de constituição da sua identidade como "sujeito coletivo", os trabalhadores passam inclusive a necessitar e a reivindicar uma nova organização sindical, a qual deve ser mais comprometida e participativa das lutas. Ou seja, um dos significados, para dentro, da greve de Guariba será exatamente no sentido da construção do movimento sindical adaptado e direcionado pelos trabalhadores assalariados rurais. Este vai sendo lentamente construído: na luta cotidiana; nos enfrentamentos coletivos; nas greves etc., e passa a ter contornos claros, a partir de 1989, com a criação dos sindicatos de empregados rurais e de uma federação própria, representando exclusivamente, o conjunto dos empregados e assalariados rurais.

6- ídem,ídem.

Esta nova configuração sindical rompe com a organização tradicional dos STRs,-que representam um amplo conjunto de trabalhadores rurais, desde os que têm acesso à terra, como os pequenos proprietários, passando pelos trabalhadores rurais com acesso subordinado à terra, como os parceiros e arrendatários, até os assalariados rurais, simples vendedores de força-de-trabalho, sem acesso à terra-, mas não destrói, se soma às demais entidades, nascidas da luta, na tarefa de construção da identidade do conjunto dos trabalhadores, porém, deixando claro a sua especificidade de lutar pelo controle do processo de trabalho.

Até a greve de Guariba, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais de São Paulo, embora já tivesse definido a necessidade de organizar os trabalhadores assalariados, principalmente das regiões canavieiras, não havia passado da intenção. A representação dos trabalhadores assalariados rurais ainda era feita por sindicatos de trabalhadores rurais com fraca participação dos trabalhadores assalariados. A maior parte das direções sindicais e do quadro social era composto por pequenos proprietários.

Por outro lado, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais é também parte e expressão do movimento social e, neste sentido, 1984, é um ano pródigo em lutas sociais, onde a mais importante delas é, sem dúvida, a luta pelas **diretas já**. Neste sentido, PINHEIRO, Paulo Sérgio (1985), em artigo na Folha de São Paulo da época, ainda que pese a sua intenção de defesa da postura do governo do Estado de São Paulo na greve, conseguiu traduzir a imbricação dos acontecimentos de Guariba com o momento político vivido pelo país.

"As reivindicações pela melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores estão inscritas na luta pelo direito dos cidadãos escolherem seus governantes."[7]

No caso de Guariba, os atores sociais, ao mesmo tempo em que são trabalhadores rurais, são também moradores de uma cidade

---

7- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1984). "Os Bóias-Frias, seus direitos e a democracia", Folha de São Paulo, 22/05/1984, pag. 3.

dormitório do interior do estado, região produtora de cana e laranja. Os quais têm um conjunto enorme de carências e reivindicações, que contemplam o espaço da produção e o da reprodução[8]. Portanto suas reivindicações são dirigidas não somente aos patrões, como também aos governos, tanto na órbita federal, quanto estadual e municipal. Essas reivindicações podem ser globalizadas como a busca e luta por cidadania.

A greve de Guariba, em 1984, vai eclodir unificando num mesmo movimento tanto os trabalhadores assalariados rurais da cana quanto o conjunto dos moradores de Guariba, que são dependentes direta ou indiretamente da cana. Guariba é uma cidade dormitório, com 25.000 habitantes, onde pelo menos 8.000 são bóias-frias[9]. Neste sentido, os dois motes de luta dos trabalhadores de Guariba, naquele 15 de maio, contemplavam tanto reivindicações do mundo do trabalho, da esfera da produção, quanto reivindicações do mundo da cidade, da esfera da reprodução: contra a mudança da sistemática de corte de sete para cinco ruas e pela diminuição do preço da água, cobrada pelo Estado, através da SABESP. A unificação destes dois motes de luta num movimento de greve são explicativos da junção que os trabalhadores fazem das lutas da esfera da produção e da reprodução.

A greve, como tal, atinge o mundo do trabalho, porque paralisa os trabalhadores, e pela sua contundência e abrangência, atinge também o mundo da reprodução, as condições de vida na cidade. Assim. ela vai demonstrar, tanto a fraqueza do movimento sindical, quanto a fraqueza do movimento social. A greve não foi puxada pelos sindicatos, que já haviam percebido a situação explosiva dos trabalhadores assalariados volantes, no 1º Encontro

---

8- BOTTA FERRANTE (1985). op. cit. pag 503.

9- Nestes 8.000 bóias-frias não estão incluídos os operadores de máquinas agrícolas, os tratoristas, os motoristas e os empregados da parte industrial das usinas, não estão incluídos os feitores e os "gatinhos", isto é, alguns empreiteiros de mão-de-obra ("gatos") têm mais de um caminhão de turma, que são dirigidos por outros motoristas empregados dos empreiteiros. Somando todo este contingente de trabalhadores, Guariba deve ter perto de 14.000 trabalhadores diretamente dependentes da cana.

Estadual de Trabalhadores Rurais Volantes, organizado pela FETAESP, em dezembro de 1983, em Agudos.[10] De outro lado, a greve, ou a luta não foi puxada por nenhuma entidade urbana, preocupada com as condições de vida, e que organizasse a população para tais conquistas. Desta forma, ela vai demonstrar também a fraqueza do movimento social urbano, que não possuía em Guariba entidades capazes de organizar e mobilizar os moradores para a conquista de melhorias de suas condições de vida urbana; as reivindicações da esfera da reprodução.

3.2 - O Movimento Sindical Pré Guariba

Como em 1984 não havia sindicato em Guariba, que era extensão de base do STR de Jaboticabal, e até esta data ainda não havia ocorrido, na região, nenhuma outra luta com a força e com a transparência da greve de maio, costuma-se achar que o movimento sindical de trabalhadores rurais de Guariba e da região estivesse hibernando ou não existisse até este momento. Na realidade, o presidente do STR de Jaboticabal, Benedito Vieira de Magalhães, embora tivesse, em 1984, mais de 30 anos de militância sindical[11], estava distante do movimento real, isto é, do que ocorria no cotidiano da vida, do trabalho e da luta dos bóiasfrias das cidades dormitórios.

Além disso, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, em São Paulo, embora já realizasse, desde 1976, a prática de dissídios coletivos, estava ainda bastante distante, com honrosas exceções, da realidade de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados rurais. Estes dissídios eram os chamados "dissídios à frio", que, no jargão do movimento sindical, significa dissídios sem a mobilização dos trabalhadores rurais para apressar um jul-

---

10- Vide resultados do 1º Encontro de Trabalhadores Rurais Volantes, Agudos, SP, 5 a 10 de dezembro de 1983, Relatório dos trabalhos, FETAESP, mimeo.

11- O Presidente do STR de Jaboticabal havia participado e organizado greves antes de 1964 e em 1983 elaborou o primeiro documento escrito pelo MSTR sobre o sistema das 7 ruas, que é um relatório denúncia sobre a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores na cana com o corte em sete ruas. GRAZIANO DA SILVA, José (1989). "Sindicalismo, Tecnologia e Emprego: As Lutas dos Canavieiros em São Paulo", IE/UNICAMP, versão preliminar, mimeo, pag.69.

gamento favorável, como no Nordeste. Lá, através da CONTAG, o MSTR fazia uma utilização política dos dissídios e da lei de greve. Em São Paulo, até as pautas eram, basicamente, elaboradas pelos dirigentes sindicais, no Centro de Treinamento da FETAESP (ITETRESP), em Agudos, e não eram sequer passadas aos trabalhadores, a não ser nas assembléias de preparação dos dissídios, onde eram burocraticamente aprovadas. Desta forma, as pautas de reivindicações eram as mesmas, com exceção dos itens econômicos, reapresentadas continuamente, num ritual burocrático e sem comprometimento dos trabalhadores.

Esta forma de dissídio começou, já no início da década de 80, a ser desacreditada por dois motivos: o primeiro, porque os dissídios atingiam fundamentalmente aos trabalhadores assalararíados mensalistas, portanto excluía os assalariados-volantes, que nas principais culturas (cana, café, laranja, algodão) eram safristas e recebiam por semana; o segundo motivo era o fato da data do dissídio ser setembro, período no qual grande parte das culturas, empregam um número pequeno de trabalhadores, devido à forte mecanização, (característica da etapa de preparo do solo), e eram de conclusão demorada, dado que não eram acompanhados de mobilização dos trabalhadores para apressar o seu julgamento, quanto para ter um desfecho favorável.[12]

No Encontro de Agudos, em dezembro de 1983, a sistemática de dissídios coletivos já tinha demonstrado sua ineficácia para a solução dos problemas dos assalariados-volantes. É aí, neste encontro, que o MSTR de São Paulo se conscientiza da necessidade de se desenvolver programações específicas, para estreitar a relação dos assalariados-volantes com os sindicatos, e vice/versa. Ou seja, até este 1º encontro de Agudos, a relação do MSTR, em São Paulo, com os bóias-frias, com os trabalhadores assalariados rurais, era quase nula, com raras excessões, como o caso de Élio Neves, em Araraquara, que desde 1981 se destaca na atuação junto aos assalariados, principalmente fiscalizando e

12- idem, pag 18.

cobrando melhoria nas condições de transporte.[13]

Será com base nas resoluções deste 1º Encontro, o qual nas suas conclusões já apresenta um elenco enorme de reivindicações, que o Conselho da FETAESP delibera pela elaboração das pautas de reivindicações nos grupos regionais, para que estas contemplassem especificidades regionais. Esta deliberação era uma sinalização do MSTR, que na sua linguagem sifrada significava a necessidade de preparação dos trabalhadores para a cobrança efetiva de tais reivindicações no início da safra, em maio. Desta forma, fica claro, que a necessidade de um enfrentamento maior aos patrões, em 1984, não está, a priori, descartada. Pelo contrário, principalmente o grupo regional de Araraquara, já coloca a possibilidade de deflagração de greve contra as sete ruas. Só que este entendimento não é generalizado, neste momento, pela FETAESP, que apenas sinaliza, não indica claramente, para não ferir suscetibilidades e romper a frágil aliança existente dentro da entidade[14].

Os dirigentes sindicais do Estado, comprometidos com as lutas dos trabalhadores, sabiam que as debilidades do próprio sindicalismo de trabalhadores rurais, em São Paulo, era o mais sério entrave para condução de uma greve, mesmo nos moldes de legalidade preconizados pela CONTAG. Mas, em contraste, tinham claro da inevitabilidade da greve contra as sete ruas, principalmente na Região, devido às péssimas condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados e, principalmente, devido a uma série de movimentos reivindicatórios expontâneos, inclusive de greve (greves ao pé do eito), ocorridos no decorrer de 1983.[15] Isto significa, que parcela dos dirigentes sindicais de São Paulo tinha consciência da receptividade da greve junto aos trabalhadores, porém sabia que esta proposta não encontraria abrigo junto às direções sindicais de vários sindicatos importantes.

Neste sentido, os dirigentes sabiam, ou pressentiam, que algo importante estava para ocorrer e que os sindicatos teriam,

---

13- idem, pag 26.

14- É necessário que a FETAESP, por ser uma federação, órgão de cúpula sindical, não dirige luta, apenas coordena a ação dos sindicatos de base, que devem dirigir as lutas.

15- Entrevista de Élio Neves ao autor em dezembro de 1988.

neste processo, um papel a desempenhar, a dificuldade era exatamente se preparar, naquelas condições, para desencadear este processo.

Em 1984, o MSTR tinha como paradígma de atuação com os trabalhadores assalariados, as greves anuais dos canavieiros de Pernambuco. Estas, eram preparadas com antecedência e seguiam um ritual de deflagração condicionado pela legislação existente, a lei 4330, constituindo, o que foi posteriormente denominado, no jargão do movimento sindical, o "Modelo CONTAG".

A CONTAG, desde o célebre 3º Congresso, em maio de 1979, pressionada pela nova conjuntura política, especificamente pelas greves de São Bernardo, pelo "novo sindicalismo"*, e pela emergência de novas forças políticas mais atuantes, delibera, como prioridade fundamental da ação sindical, pela organização dos trabalhadores por frente de luta. Eram definidas como frentes de luta do MSTR as seguintes: a luta dos pequenos proprietários, por uma política agrícola específica; a luta pela terra e pela permanência nela, dos posseiros, parceiros, pequenos arrendatários e a luta dos trabalhadores assalariados rurais, submetidos a diferentes formas de contratação e a diferentes níveis de subordinação ao capital, mas que já se mostravam como a categoria mais numerosa.[17]

O MSTR também deliberou, neste Congresso, pela necessidade de organização dos trabalhadores, nos sindicatos, também por estas frentes de luta e pela constituição de secretarias sindicais específicas para a coordenação e encaminhamento destas lutas. É com base nestas deliberações, que a CONTAG, juntamente com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, FETAPE, irá se empenhar, com toda a sua estrutura (Diretores, Assessores

---

*- "novo sindicalismo", este termo designa um amplo conjunto de forças políticas que se aglutinam na segunda metade da década de 70 para iniciar um processo de ação sindical, tanto dentro dos sindicatos existentes, como em oposições sindicais, para a partir dos locais de trabalho organizar os trabalhadores para reivindicar melhoria em suas condições de vida e trabalho. Desta raiz comum, novo sindicalismo, surgem, posteriormente, diferentes linhas de ação sindical, dentre elas a CUT, as CGTs e a Força Sindical serão as mais visíveis. Vide SADER (1988), op.cit. pag 182.

17- Anais do 3o. Congresso da CONTAG. CONTAG, Brasília, 1979.

e dinheiro), na preparação e deflagração das greves dos canavieiros de Pernambuco, que tornar-se-ão, a partir de 1979, eventos anuais.

A partir de 1979, das greves dos canavieiros de Pernambuco, a CONTAG passa a organizar encontros nacionais sobre assalariados, dos quais participa o presidente da FETAESP, Roberto Horigutti, então vice-presidente da CONTAG. Nestes encontros eram analisadas as lutas dos trabalhadores assalariados em todo o país e experiências de formas de organização e luta eram repassadas. Nestes encontros, tinha destaque as greves anuais dos canavieiros de Pernambuco. É interessante perceber que a luta dos trabalhadores assalariados em PE passa a ser a principal expressão de luta da CONTAG, dado que na luta pela terra, sua principal bandeira, a entidade estava perdendo espaço político para a Igreja progressista, através da CPT, e para o Movimento dos Sem Terra (MST), que começa a se organizar já no início dos anos 80[18].

Pressionada, por dentro e por fora, a direção da CONTAG, especificamente o seu Presidente, José Francisco da Silva, está bastante empenhada em passar o seu "Modelo de ação coletiva: as campanhas salariais"[19], para as regiões de grande concentração de assalariados. Mas, em São Paulo, há grande resistências, por parte das direções sindicais, a uma política clara de enfrentamento aos patrões. Essas resistências existentes em São Paulo se devem às especificidades do movimento sindical local, no que tange ao marasmo, às lideranças mal formadas, ou bem formadas do ponto de vista do IADESIL, ao assistencialismo etc.

Estas dificuldades de mobilização, vale a pena registrar, atingiam o movimento verticalmente: tanto na direção da federação, quanto nas direções sindicais, mas não eram verificadas nas bases, junto aos próprios trabalhadores assalariados rurais. Estes, várias vezes e frente a determinados acontecimentos, enfren-

---

18- O MST, apesar de se autodefinir como uma articulação dentro do Movimento Sindical, tinha e ainda tem com este várias rusgas, provocadas principalmente pelo paralelismo sindical do movimento, na visão do MSTR, contestada pelo MST, e pelo imobilismo e legalismos dos presidentes de sindicatos, conforme análise do MST.

19- MEDEIROS, Leonilde S. (1989). "Sindicalismo no Campo (entrevistas): Avaliação, Perspectivas e Desafios, Cadernos do CEDI nº 20, pag. 6

taram os patrões e "gatos".

Em Pernambuco, dado a grande proximidade política entre a FETAPE e CONTAG, era fácil à Confederação "descer no Estado"[20], todos os anos, para "ajudar"[21] na realização e deflagração das greves.

A FETAESP, por outro lado, nem sempre foi uma federação afinada politicamente com a CONTAG. A eleição, em 1979, de Roberto Horigutti, para a vice-presidência da CONTAG, não significou um alinhamento automático do MSTR de São Paulo às posições mais progressistas da CONTAG. É claro que esta eleição significou uma integração política maior entre a Diretoria da FETAESP com a diretoria da CONTAG, que implicou, inclusive, numa postura mais ofensiva em relação à luta pela terra e à luta pela previdência por parte da FETAESP. Mas esta integração entre as diretorias da confederação e federação não repercutiu em modificações profundas na postura política das diretorias sindicais de SÃo Paulo. Essas especificidades do Movimento Sindical de São Paulo impedia que houvesse maior interferência da CONTAG nos assuntos estaduais. Devido a própria característica de ser uma Confederação, portanto órgão de cúpula, subordinada a um conselho formado pelos dirigentes das federações. Neste sentido, só há envolvimento da entidade superior, quando convocada pela entidade intermediária.[22]

20- "descer no Estado" - jargão do movimento sindical, que dá bem a idéia da hierarquia existente no MSTR, onde a estrutura sindical foi montada com o claro objetivo cupulista e hierárquico, onde no cume da pirâmide está a Confederação; como instância intermediária, as Federações, de base estadual e na base, os sindicatos municipais, únicos que têm contato direto com os trabalhadores.

21- "ajudar" - as aspas se justificam, porque uma das críticas mais sérias, por dentro do MSTR, que se faz à atuação da CONTAG, nas greves do nordeste, é a de que a Confederação substitui o sindicato na deflagração da greve, portanto ela faz mais do que simplesmente ajudar ou respaldar o movimento. Na prática, quem deflagra a greve é a CONTAG ou as Federações, os sindicatos apenas a deflagram formalmente. Ou seja a CONTAG substitui a atuação do dirigente sindical, que, com isso, não se compromete com a greve e nem com os patrões, não cobrando destes o cumprimento do acordo. Élio Neves, Revista Tempo e Presença, op. cit pag 24 e 25

22- Uma das características do MSTR é a hierarquia, a qual foi constituída como uma necessidade para manter a unidade do movimento. As questões locais são encaminhadas pelos sindicatos de base municipal, que os encaminha à Federação, de base estadual, que, por sua vez, encaminha à entidade nacional, CONTAG.

É necessário deixar claro, que somente parte da diretoria da FETAESP eleita em abril de 1984, era defensora de uma política de endurecimento com os patrões. A Diretoria da FETAESP, gestão 1984/1987, era resultado de uma ampla composição política, que incorporava tanto pessoas ligadas à oposição à direita, quanto as ligadas à oposição à esquerda da diretoria 1981/1984.[23]

Os sindicatos de trabalhadores rurais de São Paulo, na maioria dos municípios, limitava sua atuação ao assistencialismo. Nem sequer realizavam a antiga prática do MSTR, durante a ditadura militar, que era defender e denunciar, com base nos estreitos limites da legislação existente (Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural), o cumprimento da legislação trabalhista no campo e as péssimas condições de vida e trabalho.

A posição de Horigutti, já próximo à CONTAG do pós 79, não era compartilhada por todos os membros da diretoria. Esta, era resultado da sua capacidade de articulação política, que ao aumentar os cargos de diretores da Federação, conseguiu unificar os grupos que se opunham à direção da FETAESP. Uma parcela da diretoria apoiava e tentava aumentar a vinculação da FETAESP com a CONTAG e defendia a organização dos assalariados para a realização de greves. Uma outra parcela da diretoria, em parte porque eram pequenos proprietários e não conheciam os problemas dos assalariados rurais, em parte, porque haviam sido formados pelo sindicalismo americano, através do IADESIL, defendiam a conciliação entre trabalhadores e patrões. No mesmo sentido, uma parte da diretoria da FETAESP estava mais preocupada com seus empregos de dirigentes sindicais e com seus problemas particulares, pois, como pequenos proprietários e sitiantes, tinham que gerir seus próprios negócios e, por todas estas razões, defendiam uma linha de atuação moderada.[24]

23- GRAZIANO DA SILVA (1989).op.cit. pag 29 e 30.

24- É necessário ter claro, que no sindicalismo de trabalhadores rurais, devido a especificidade de representar um amplo conjunto de trabalhadores, alguns com acesso à terra e outros sem nenhum vínculo com a terra, não se aplica alguns adjetivos cabíveis no sindicalismo de trabalhadores urbanos: pelego, por exemplo, que é o sindicalista que passa para o lado do patrão. No sindicalismo de trabalhadores rurais o dirigente pode ter atitudes cristalinamente contrárias a um segmento de trabalhadores, mas estar sendo

A FETAESP, desde a sua fundação, em 1962, sempre teve como corrente majoritária, na sua composição, elementos vindos e formados pelos setores mais atrasados da igreja e pelo patronato e, posteriormente, profundamente influenciados pelo sindicalismo americano. Vários de seus dirigentes fizeram cursos dados pelo IADESIL (Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre)/ICT (Instituto Cultural do Trabalho), inclusive com estágios nos Estados Unidos. Também foi da FETAESP que saiu o interventor na CONTAG, em 1964, José Rotta, oriundo dos Círculos Operários, forjados pela igreja conservadora para barrar a ameaça dos comunistas e das ligas camponesas. A derrota do Presidente da FETAESP, José Rotta, nas eleições da CONTAG em 1968, explica, de certa forma, o distanciamento da FETAESP da CONTAG, dirigida por José Francisco da Silva, o oponente de José Rotta, nas eleições da confederação em 1968.[25]

O MSTR de São Paulo, no pós 1964, era o resultado mais cristalino da política sindical dos governos militares. Política esta, baseada no princípio de não destruir os sindicatos, enquanto entidade, mantendo a estrutura sindical, porém, desprovendo-os de qualquer conteúdo político ou reivindicatório. Apenas adequando-os a serem instrumentos de negação da contradição capital/trabalho.[26]

Para que os sindicatos atuassem neste sentido, tanto o governo, quanto os patrões e mais intensamente a igreja conservadora vão criar várias entidades sindicais de trabalhadores rurais não apenas em São Paulo, como em todo o país exatamente no período imediatamente posterior ao AI 5, período no qual a repressão ao movimento sindical e social foi a mais inclemente e cruel. Dos 2.732 sindicatos de trabalhadores rurais existentes no país em 1987, 37,8% foram fundados entre 1961 e 1970; 44,3% entre 1971 e 1980; apenas 0,6% antes de 1961 e 13,9% foram criados na década

---

absolutamente representativo de outro segmento.

25- idem, pag. 16 e 17

26- Sobre o assunto ver MEDEIROS, Leonilde S. e SORIANO, J. (1984). "Reflexões sobre o Sindicalismo Rural Brasileiro", Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo, pg. 5 e seguintes

de 80.[27] Antes de 1962 o direito de sindicalização ainda não havia sido estendido aos trabalhadores rurais; pós 1970, com a criação do FUNRURAL, os STR passaram a assumir os serviços de assistência médica e dentária, o que explica o grande número de entidades criadas pós 1970 e o pequeno número antes de 1962.

Para que o intento de ter sindicatos não reivindicativos fosse alcançado, era necessário, além da criação de sindicatos, a formação de "lideranças" despojadas de qualquer iniciativa de defesa da categoria, que pudesse esbarrar na legalidade consentida pelos militares, ou na possibilidade de incitação à luta de classes. A formação de lideranças, em São Paulo, foi efetuada através de cursos de formação de lideranças organizados primeiro na igreja, depois pelo IADESIL.

Com o golpe de 1964 e a tomada do poder pelos militares, várias lideranças, surgidas nas lutas travadas no estado, foram cassadas ou tiveram que mudar de estado, sob a necessária clandestinidade. Estas lideranças se efetivaram através de inúmeras entidades surgidas em São Paulo nas décadas de 40, 50 e 60, sob a forma de sindicatos, associações e até ligas camponesas.

3.3 - As Organizações Não Sindicais e Não Governamentais em Guariba

Outras organizações, que não o MSTR, comprometidas com a organização e luta dos trabalhadores também passam, a partir de meados da década de 70, com os famosas Reuniões Anuais sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, realizados em Botucatu, e a partir da primeira greve dos canavieiros de Pernambuco, a se preocupar com os trabalhadores assalariados volantes.

Do lado da Igreja, a Comissão Pastoral da Terra, organizada em várias Dioceses em distintas regiões do país, irá também intensificar a sua ação nesta frente de trabalho, diversificando a sua atuação, até então pautada em apoio aos trabalhadores e movimentos que lutavam pela conquista e pela permanência na terra, sob o lema "terra para quem nela trabalha". Ao iniciar o seu tra-

27- IBGE. Sindicatos: Indicadres Sociais, volume 1989, pag. 31

balho na Região, a CPT, coordenada pelo Padre José Domingos Braguetto, percebe que a luta pela terra não tem respaldo junto aos próprios trabalhadores assalariados rurais. Estes já se constituiram numa categoria própria de trabalhadores assalariados rurais e já não priorizam a volta à terra como projeto de vida. É a partir desta constatação que a CPT intensifica a sua atuação com os assalariados rurais, constatando as péssimas condições de vida e trabalho e tendo em vista o potencial de luta demonstrado nos enfrentamentos expontâneos, já ocorridos, entre os trabalhadores assalariados e os patrões na Região.

Do lado da igreja, na década de 80, uma outra entidade passará a atuar na região, a Pastoral do Migrante, tendo em vista, que uma grande parte dos trabalhadores assalariados rurais da região é composta por trabalhadores migrantes de várias regiões do país, Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, da Bahia, do Norte do Paraná, etc. Trabalhadores que migram para São Paulo na safra da cana e voltam para a sua região de origem ao final da safra.

Uma outra ONG (Organização Não Governamental) terá papel de destaque na Região, junto aos trabalhadores assalariados rurais, já no final da década de 1980, a FASE (Federação de Orgãos para Assistência Social e Educional). A FASE criará seu escritório regional, em Jaboticabal, em 1987, pela tomada de consciência, por parte da entidade, da importância política e significado para as demais regiões de assalariados rurais dos acontecimentos de Guariba, em 1984. A greve de Guariba em 1984 passou a ser a referência de luta, como veremos adiante, para os assalariados rurais de várias regiões do país, fundamentalmente da cana. A FASE, em 1985, organizou um Seminário Nacional sobre "Experiências de Trabalho Educativo junto a Assalariados Rurais"[28]. Deste seminário participam agentes e assessores que atuam no âmbito do Movimento Sindical e em instituições que atuam na mobilização e organização dos trabalhadores Rurais, tais como: FASE, CPT, Centro de Estudos

---

28- Os principais resultados deste seminário encontram-se na Revista Proposta nº 26 de junho de 1985. "Assalariados Rurais: Novos Desafios", publicação trimestral da FASE

e Ação Social (CEAS), Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU). Neste seminário fica evidenciado a importância da Região de Ribeirão Preto, no que tange ao número de assalariados, a importância econômica da cana e da laranja no Brasil e o significado político do movimento dos assalariados Rurais. A partir das conclusões deste seminário a FASE resolve instalar o seu escritório na Região.

Com a instalação da FASE na Região a reflexão sobre as formas de atuação com os assalariados rurais e o apoio ao movimento sindical passará a ter raízes regionais, o que transbordará para o próprio processo de luta dos trabalhadores assalariados rurais. Pós criação da FERAESP e dos SER a FASE passará a ter um papel mais presente de assessoria às entidades sindicais comprometidas com a nova estrutura sindical.

É necessário ter claro, que tanto o movimento sindical, como a igreja, as ONGs e os partidos políticos já identificavam, nos assalariados rurais da região, ainda que pesasse dificuldades, uma grande capacidade de luta. Essas dificuldades eram oriundas da própria característica dos assalariados, como categoria social nova, sem identidade e sobre a qual não se tinha experiência de trabalho acumulada. De outro lado, a visão predominante, tanto no MSTR quanto na igreja, principalmente, sobre os assalariados rurais, era a de que constituíam o resultado mais perverso do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira: expropriando pequenos produtores e concentrando a propriedade da terra e do capital. Consideravam, com algumas variações, que a bandeira unificadora do conjunto dos trabalhadores rurais era pela volta à terra, objetivada na Reforma Agrária.

"Na verdade o discurso globalizante da CONTAG em torno de um "trabalhador rural" abstrato ofuscava as questões específicas tanto do volante, como dos pequenos produtores. No caso específico do Estado de São Paulo, essa postura genérica em pról da luta pela Reforma Agrária se mostrava na ocasião tão imobilista quanto o discurso legalista que antecedera o 3º Congresso da CONTAG".[29]

Do lado da igreja, o trabalho de conscientização se dirigia

29- GRAZIANO DA SILVA (1989). op. cit.pag 24

mais a trabalhadores rurais com algum tipo de acesso a terra, ou em luta pela conquista e permanência na terra, "a terra de trabalho"[30]. Do lado do MSTR, a experiência de organização e luta com os assalariados rurais, era com os canavieiros de Pernambuco, dentre estes, a parcela mais próxima aos sindicatos era a formada pelos trabalhadores fichados, moradores dos engenhos, que em alguma medida combinam o assalariamento com o cultivo de lavoura de subsistência[31] e, por conta, têm uma história de vida, trabalho e luta, que prioriza o acesso à terra, pelo menos para a complementação da subsistência, o que os diferencia dos assalariados rurais de São Paulo e, especificamente da região de Ribeirão Preto.

Do lado dos partidos políticos, das ONGs e de organizações de esquerda, enfrentava-se sérias dificuldades impostas pelos anos de ditadura militar e pela prioridade política de inserção em movimentos com maior expressão social: o movimento operário e os movimentos sociais urbanos em grandes cidades, ou no movimento sindical de trabalhadores rurais com tradição de luta.

O trabalho da Comissão Pastoral da Terra, na região, dirigido aos assalariados rurais e, de certa forma dissonante do trabalho da CPT, mais voltado à luta pela terra, visava a formação de lideranças. Estas eram preparadas e incentivadas a atuar na organização dos trabalhadores assalariados rurais para a conquista de melhores condições de vida e trabalho. Esta formação de lideranças, por parte da CPT, não excluía a atuação no Movimento Sindical, porém, partia da premissa da necessidade de renovação das diretorias sindicais, dado o total afastamento de grande parte destas da realidade de vida dos trabalhadores assalariados rurais e da incapacidade de organizá-los para a luta.

A CPT organizou na região uma série de encontros de formação de lideranças entre os bóias-frias e criou em algumas cidades núcleos responsáveis pela multiplicação deste trabalho de forma-

---

30- Sobre a importância da Igreja católica nos movimentos Sociais veja NOVAES, Regina R, (1988). "De corpo e Alma: Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo", FFLCH/USP, Tese de Doutoramento, especialmente capítulos 3 e 4.

31- SIGAUD, Lygia (1980). "Greve nos Engenhos", Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, pag 35

ção. Várias destas lideranças, formadas pela CPT, tiveram papel de destaque nos piquetes e nas greves de vários municípios e foram responsáveis pela organização de oposições sindicais, ou de criação de sindicatos em áreas inorganizadas, ou também de desmembramento de base, onde os sindicatos extensores não tinham atuação. Dentre os locais em que estes núcleos foram formados e seu trabalho frutificou, no sentido de alavancar o movimento sindical, são mais significativos os de Taquaritinga, Bebedouro, Barrinha, Dobrada.

Destes encontros de formação da CPT, participavam trabalhadores vindos de vários municípios, inclusive Guariba. Porém, em Guariba, a CPT não conseguiu criar núcleo. Na época da greve havia apenas um membro liberado pela CPT em Guariba. Embora a CPT tivesse participado das discussões e tivesse se empenhado no desmembramente do STR de Guariba, a direção eleita não tinha nenhum vínculo com a CPT, como veremos adiante.

A Pastoral do Migrante também tem um papel importante na formação de quadros entre os trabalhadores e no apoio a luta dos assalariados, porém o seu trabalho está mais voltado para a conscientização dos migrantes sobre a generalização das condições de exploração destes trabalhadores, tanto nas regiões de origem quanto nas de destino. Neste sentido, alguns trabalhadores, formados pela pastoral, terão um trabalho mais direcionado para, nas regiões de origem, demonstrar que não basta migrar para melhorar suas condições de vida, é necessário resistir nos locais de origem, formar sindicatos e encaminhar lutas. Assim, o trabalho desta Patoral tem um reflexo menor no movimento sindical da Região de Ribeirão Preto e maior nas regiões de origem destes trabalhadores, fundamentalmente no Vale do Jequitinhonha. Mas, terá um papel também importante na organização e luta destes trabalhadores por alojamentos dígnos, por melhoria das condições de alimentação nas usinas e por melhoria dos salários, que, em várias oportunidades, principalmente em 1988 e 1989, possibilitarão a unificação destes trabalhadores com o Movimento Sindical da Região.

3.4 - Antecedentes da Greve de Guariba

Existem versões diferentes sobre as razões da greve de Guariba de maio de 1984. Dentre as diferentes razões existem duas delas que me parecem mais importantes, porque estão preocupadas em resgatar o âmago dos acontecimentos. A diferença entre ambas é que uma retira do processo de modernização da agricultura da região, que cria sua identidade econômica, as raízes explicativas dos acontecimentos de Guariba. Outra, explica os acontecimentos a partir da socialização destes trabalhadores nas cidades dormitórios da região, onde estes se concentram e passam, neste espaço urbano de reprodução, a tecer aspirações sobre o futuro e sobre as condiçes de vida e trabalho e a partir daí a decidir e planejar lutas.

É necessário frisar que estas visões da greve de Guariba não são, na nossa maneira de ver, antagônicas. Pelo contrário, são análises que se complementam, tentando mostrar o conjunto de condições potencializadoras da luta dos trabalhadores assalariados da região, naquele momento. Por serem duas versões explicativas, reforçam determinados fatores em detrimento de outros, porém consideramos as duas igualmente importantes e necessárias para o entendimento dos acontecimentos de Guariba e os que se seguiram a ele.

Um delas tem como principal expoente Maria da Conceição D'Incao. A autora coloca, fundamentalmente, que a luta dos trabalhadores assalariados rurais, bóias-frias, vem, na prática, desafiando os capitalistas do setor agroindustrial da cana e da laranja, mesmo com toda a parafernália modernizante posta em prática no setor. As razões responsáveis pelas formas de luta utilizadas em São Paulo, que diferem da luta dos canavieiros do Nordeste podem ser buscadas nos seguintes fatores: Primeiro, agravamento da crise econômica brasileira, no período 1981 a 1984, que provocou uma maior competitividade por emprego entre os trabalhadores da região e os demais, recém chegados, devido à dificuldade de trabalho nas suas regiões de origem. Dentre estes

últimos existem aqueles que vieram por conta própria, existem aqueles trazidos diretamente pelos próprios empreiteiros e usineiros e ainda aqueles deslocados para a agricultura em função do desemprego em outros setores de atividade de menor qualificação. Em segundo lugar, há que se destacar o fato destes trabalhadores estarem vivenciando o mesmo processo histórico e social de proletarização do homem do campo, contribuindo fundamentalmente para a constituição de maior identidade entre estes trabalhadores, o que é agravado, em São Paulo, pelo fato dos assalariados terem seu custo de reprodução integralmente coberto pelo salário, portanto, são mais expropriados do que o assalariado rural de outras regiões, que ainda podem combinar a forma assalariada de produção com a morada e o roçado de subsistência ou com a pequena propriedade. Em terceiro lugar, a identidade econômica da Região, pelo oferecimento de trabalho a grande número de trabalhadores, propiciado pela certa especialização em três produtos (cana, laranja e café), altamente demandantes de força de trabalho, em períodos especificados do processo de produção agrícola. Por último, a Região conta com um elevado contingente de trabalhadores oriundos de outras regiões do país, "andantes de outras caminhadas", que desistiram de andar em busca de outras possibilidades e se conformaram com o trabalho assalariado agrícola, como única alternativa de reprodução, o que passaria a ser o elemento chave para a crítica e para a mobilização contra tais condições vivenciadas como assalariados.[32]

Outra versão, cujos principais expoentes são FERRANTE e MORAES, dá maior peso, para a análise dos acontecimentos de Guariba e nos subsequentes, aos aspectos vinculados às condições de socialização destes trabalhadores nas cidades dormitórios e periferias das cidades da Região. Em primeiro lugar, é posto a elevada concentração de trabalhadores nas cidades da região, quer na periferia destas cidades, em determinados bairros, quer nas

---

32- D'INCAO MELLO, Maria da Conceição (1985). "Greve de Guariba e Crise Econômica". O ordenamento apresentado é meu e não da autora, este é apenas didático e não reflete necessariamente uma hierarquização de fatores.

cidades dormitórios. Em segundo lugar, ao fato de Guariba ser a típica cidade dormitório, com elevada concentração de trabalhadores assalariados, onde além da Prefeitura, alguns estabelecimentos comerciais e a igreja o resto é moradia de bóia-fria. Em quarto, há o relevante aspecto do local de moradia não estar mais, como no passado, dentro das propriedades. O que dá, aos trabalhadores, liberdade para que a reprodução se dê sem o controle dos patrões. Por último, a periferia das cidades e as cidades dormitórios são espaços exclusivos de socialização dos trabalhadores, onde há possibilidade para a troca de experiências, para avaliação coletiva das dificuldades e das possibilidades para a superação de tais dificuldades. Isto é, o espaço de reprodução como espaço exclusivo dos trabalhadores assalariados rurais permite que os trabalhadores, independentemente, analisem as alternativas possíveis de reação à dominação dos patrões: as cidades dormitórios são espaços de reprodução dos trabalhadores.[33]

Na minha forma de ver, os acontecimentos de Guariba devem ser explicados pela necessária integração dos fatores abordados nas duas versões. É necessário ter claro que a Região de Ribeirão Preto é impar no sentido da velocidade e determinação do processo de modernização da agricultura, que muito rapidamente modificou a base técnica de produção e concentrou força-de-trabalho, vinda de distintas regiões do país, para atender às necessidades postas pela forma de valorização e reprodução do capital na agricultura modernizada. Estes trabalhadores concentrados em cidades dormitórios e periferias das cidades da Região passam a, de um lado, a tecer aspirações próprias, independentes e socializadas, quanto ao futuro, quanto a sua reprodução. De outro lado, mas no mesmo sentido, os trabalhadores passam a buscar formas conjuntas de superarem as contradições em que vivem. A ausência de trabalho o ano inteiro, a contínua competição com trabalhadores, que como eles, afluem anualmente para a Região em busca de trabalho; a

---

33- FERRANTE, Vera Lucia Botta e MORAES, Maria Aparecida (1989). "Bóia-Fria: Vida Trabalho e Luta", Relatório de Pesquisa, UNESP, Araraquara, São Paulo, mimeo.

ausência de espectativas, tanto nas Regiões de origem, quanto na Região de destino para se reproduzirem de forma independente, vedada pelo acesso à terra, são o caldo de cultura necessário para a busca, na Região de Ribeirão Preto, de melhores condições de vida e trabalho como assalariados rurais.

É importante realçar, que o espaço urbano é o espaço, por excelência, no capitalismo, de reprodução da força-de-trabalho. As cidades são, fundamentalmente, local (mercado) de venda de força-de-trabalho. Mas, devido ao aspecto social de ser cidade, está fora do controle direto dos patrões, amplia as possibilidades de socialização, quer através de sindicatos, quer através de associações de moradores, clubes, igrejas etc. O que antes era impedido ou dificultado pela vigilância e pelos limites da propriedade privada é, nestas condições, livre.[34]

Porém, é necessário ter presente, que, nestas cidades, o poder dos usineiros, dos patrões, é exercido também pelos seus prepostos, os "gatos", que habitam, algumas vezes, o mesmo espaço que os trabalhadores e executam o papel de vigilantes do comportamento destes, mesmo fora do período de trabalho. Alguns destes "gatos" são os proprietários das casas alugadas pelos bóias-frias, dos cortiços de habitação coletiva, dos alojamentos e pensões dos migrantes. e, ainda, dos bares e empórios onde os trabalhadores fazem compras à prazo e bebem para alimentar a fome e "esquecer" as difíceis condições de vida e trabalho.

Os usineiros desempenham um importante papel também nas eleições municipais, onde conseguem eleger os prefeitos e vereadores de sua confiança.

Mas, mesmo sob vigilância, nas cidades dormitórios e nos bairros de habitação dos bóias-frias, ainda há condições para que surja e se desenvolvam laços entre os trabalhadores, pois é onde trocam experiências, trocam sonhos e onde exercem a solidariedade mútua entre os iguais. Estes laços, estas trocas, são fundamentais para a constituição da identidade de classe, a qual depende da existência de lutas.

É importante ressaltar, que o MSTR demora a perceber que a

34- ídem.

concentração de trabalhadores nas cidades beneficia a atuação sindical, antes cerceada pela propriedade. O Encontro de Agudos, já mencionado, será o momento em que o MSTR de São Paulo percebe esta nova realidade e tem como principal deliberação a necessidade de estreitar o vínculo entre os trabalhadores das cidades e os sindicatos, incentivando aos dirigentes a se deslocarem aos bairros de bóias-frias para organizá-los a partir daí. Neste sentido, Graziano da Silva (1989) tem razão ao dizer que os dirigentes sindicais foram os últimos a perceberem as reais dimensões do problema dos trabalhadores volantes, que já eram discutidos pela Academia, desde meados da década de 1970, particularmente nos encontros sobre mão-de-obra volante organizados pelo Departamento de Economia e Sociologia Rural da UNESP- Botucatu, já abordado.[35]

Nas cidades dormitórios e nos bairros de habitação dos bóias-frias, as carências e reivindicações das esferas da produção e reprodução ainda se confundem. O que é revelador, como foi dito, da fraqueza do movimento social; somente a partir das lutas e organização dos trabalhadores em movimentos com demandas específicas, é que as reivindicações das esferas da produção e da reprodução se separam, para atingir os verdadeiros alvos das ações organizadas.

As reivindicações oriundas das esferas da reprodução e da produção só são distintas, quando observadas por olhos que não os dos trabalhadores. Porém, foram, para os estes, no momento da deflagração da greve de Guariba, indissolúveis quanto aos objetivos: melhoria das condições de vida e trabalho. A indissociabilidade destas reivindicações, dá, aos olhos dos trabalhadores, uma feição definida à classe dominante, não importando se esta classe é dominante apenas na esfera da produção, como usineiros, "gatos", ou na esfera da reprodução, como as autoridades municipais, os donos de supermercados, padarias, da casa onde eles moram, etc.

A greve de Guariba, e as greves subsequentes, ao mesmo tempo em que contribui para a constituição da identidade dos trabalhadores assalariados, revela também a verdadeira face da classe a

35- GRAZIANO DA SILVA (1989). op.cit. pag 43.

que eles se opõem, a classe capitalista. No processo de constituição da identidade de classe dos trabalhadores assalariados rurais, ocorre, junto, a identificação da classe oposta. Na medida em que os trabalhadores avançam na compreensão da exploração a que estão submetidos é que eles passam a dirigir ações próprias para diferentes alvos, responsáveis pelo atendimento de reivindicações específicas. Nesta medida, os trabalhadores passam também a necessitar e a construir novas formas de organização mais apropriadas para a conquista destas reivindicações. Enquanto não há esta tomada de consciência, as reivindicações da esfera da produção e da reprodução além de se confundirem, são dirigidas e encaminhadas pelas mesmas entidades e com as mesmas formas de luta que os trabalhadores identificam como combativas e apropriadas.

Nesta medida, os sindicatos que se constituirão representativamente se tornarão o escoadouro natural de várias demandas dos trabalhadores, mesmo depois da greve de Guariba. As lutas por conquistas de moradia, escola, transportes, água, esgoto, etc. serão encaminhadas pelos dirigentes sindicais, devido à fraqueza dos movimentos sociais. Os movimentos sociais urbanos participam e dirigem lutas diferentes das estritamente sindicais. As lutas por reivindicações da esfera da reprodução não são próprias do movimento sindical e afetam um conjunto diferenciado de trabalhadores que não necessariamente composto só de assalariados rurais. O local de moradia dos trabalhadores assalariados rurais é também de moradia de vários outros segmentos de trabalhadores de outros setores de atividade e também do lumpen proletariado. O local de moradia não é determinado pelo vínculo profissional, mas pela disponibilidade de renda.

As lutas da esfera da reprodução, numa sociedade com tecido democrático mais desenvolvido, são encaminhadas por outras entidades que não os sindicatos, talvez por associações de moradores, partidos políticos e outras formas de organização social. Essas lutas, nestas sociedades, têm nos sindicatos profissionais e outras entidades sociais suas entidades de apoio, mas não entidades de direção política.

Mesmo depois da greve de Guariba os trabalhadores assa-

lariados rurais e moradores das cidades dormitórios continuarão tendo nos sindicatos combativos de trabalhadores rurais a referência para o encaminhamento de uma série de lutas afeitas à esfera da reprodução da força-de-trabalho.

Na greve de Guariba, em 1984, a luta contra as sete ruas é igual à luta contra o aumento de água da SABESP ou pela queima dos livros do supermercado, onde os trabalhadores compram a prazo e não conseguem pagar. É tão importante melhorar as condições de existência, que as reivindicações da esfera da reprodução,- melhoria das condições de moradia, de serviços públicos, de escola, saúde, etc-, se somam e se fundem com as reivindicações da esfera da produção,-salário, pagamento diferenciado por tipo de cana cortada, comprovante de produção, transporte para o trabalho, etc.-. A luta é uma só, contra todos os diferentes deles, que são, no entender dos trabalhadores, os responsáveis pelas inúmeras carências existentes.

3.5 - A Deflagração da Greve de Guariba

Na greve de Guariba, a principal reivindicação era quanto a volta do corte de cana ao sistema de 5 ruas como era tradicionalmente realizado. A introdução do corte de 7 ruas havia começado, em 1983, na região, por iniciativa dos usineiros associados à Coopersucar, que difundia a implantação de tal sistemática de corte pelos ganhos de produtividade alcançados[36]. A volta ao sistema de 5 ruas era uma reivindicação importantíssima para os trabalhadores e cuja introdução havia provocado, já em 83, paradas, ou greves localizadas, em várias usinas, greves que ocorreram expontaneamente, sem participação dos sindicatos, mas que tiveram grande repercussão entre os trabalhadores.

O corte em 7 ruas provoca maior desgaste do trabalhador e uma produção menor, ao final do dia de trabalho, porque aumenta a

---

36- Definimos aqui como ganhos de produtividade a redução do custo de produção, Segundo GEBARA,J.J. E BACCARIN (1983)."O Novo Sistema de Corte de Cana por Sete Ruas: Quem Ganha?", Jaboticabal, FCAV/UNESP/DER, Estudos 8, somenta a a implantação do corte em sete ruas provocou uma redução em aproximadamente 30% no custo do corte e carregamento da cana.

intensidade do trabalho. Os trabalhadores têm que amontoar a cana na fileira do meio, que, com 7 ruas, está 3 metros mais distante do que em 5 ruas, dado o espaçamento de 1,5 m. Junto à introdução do corte em 7 ruas, foi implementado também a obrigação de amontoar a cana na fileira do meio. Antes das 7 ruas os trabalhadores, em várias usinas, nem precisavam amontoar a cana, podiam deixá-la apenas esteirada entre as linhas, o que reduzia o esforço e o tempo gasto com tarefas não produtivas. Como o salário do trabalhador, durante o corte, depende da quantidade de cana cortada, o tempo e esforço gasto com atividades fora do corte, implica em redução da sua produção e, em consequência, redução da remuneração. Num período de elevada inflação, combinado com crise econômica, como em 84, tem-se bons ingredientes para ocorrer uma revolta como a ocorrida em Guariba, que tomou a forma de uma greve, mas que nela se misturaram elementos típicos de uma revolta popular expontânea.

A reivindicação fundamental da greve de Guariba foi contra o corte em sete ruas, porém, o elemento amplificador da greve para o conjunto da população foi o aumento do preço da água cobrado pela empresa estatal de fornecimento de água e esgoto (SABESP). Em abril de 1984 o gasto com água aumentou o equivalente a até 900%, em relação ao início do ano. Este súbito aumento foi o elemento catalizador do movimento, cujos traços principais já eram, de alguma forma, previsíveis. O aumento do preço da água é um problema que afetá a todos os habitantes de Guariba, afetando com maior intensidade à população de menor renda, que é composta basicamente pelos bóias-frias, o que irá revestir o movimento de um apelo popular e social bastante grande, como se viu.

A deflagração da greve pegou de surpresa não apenas algumas lideranças sindicais como também os principais jornais e revistas do país e os partidos políticos. As manchetes de jornais e revistas destacavam os acontecimentos com chamadas assim: "Canaviais da Ira"; "O Despertar do Bóia- Fria" etc.. Os meios de comunicação se dividiam entre passar ao público os detalhes de violência, ou tentar buscar as razões da eclosão da greve.

A violência, que atingiu o "próspero e pacato" interior paulista, naquela manhã de 15 de maio, foi vendida ao público, segundo os meios de comunicação, como um acontecimento totalmente inusitado. Segundo à imprensa, as guarnições de choque da polícia militar, apenas eram mobilizadas, em raras ocasiões, para conter torcidas de futebol de cidades rivais, em finais de campeonatos da 2ª e 3ª. divisões de futebol. Guariba tinha apenas um destacamento da Polícia Militar com 15 homens, a tropa de choque teve que ser mobilizada de várias cidades do interior.[37] Porém, na terça-feira, 15/05, quando os trabalhadores chegaram à praça principal, já encontraram a tropa de choque, mobilizada de Ribeirão Preto, o que demonstra que a possibilidade de violência não era tão inusitada quanto o Governo do Estado e setores da imprensa queriam demonstrar.

Quando os movimentos populares incorporam a violência, é sempre comum as autoridades e a imprensa mais conservadora levantarem o velho argumento da "índole pacífica e ordeira do povo brasileiro, que rejeita a violência e o confronto". Esta argumentação é a primeira fase para se imputar a responsabilidade pela violência a "agitadores profissionais, infiltrados entre os trabalhadores pacatos e ordeiros". Este procedimento tenta mascarar as contradições de fundo presentes e causadoras dos acontecimentos. Por outro lado, o movimento sindical do Estado de São Paulo já havia denunciado as péssimas condições de vida dos bóias-frias, as quais haviam se agravado muito com a implantação do corte em 7 ruas, e já colocavam para as autoridades a possibilidade de revolta.

A idéia da greve tomou corpo ao iniciar a safra de 1984, no final de abril (oficialmente a safra da cana se inicia a 1º de maio). As 26 usinas da região iniciaram a produção e, apesar dos protestos do ano anterior, mantiveram o corte em 7 ruas. Logo que se iniciou o corte da cana, ocorreram várias paralisações expontâneas de algumas turmas isoladas. Porém, nas esquinas, nos bair-

---

37- Segundo BOTTA FERRANTE (1985), em 1983 a população de Barrinha, outra cidade dormitório, havia destruído a cadeia local e alguns carros de polícia devido à suspeita de estupro e assassinato de uma criança.

ros, nos botequins das vilas, já se falava destas paralisações e já corria a idéia de uma greve geral, de todos os cortadores, a partir da segunda-feira, 14 de maio.

Nesta segunda-feira, a greve atingiu 16 turmas de Guariba que trabalhavam para a Usina São Martinho de Pradópolis, bem como os cortadores das usinas São Luis e Santa Adélia, já envolvendo cortadores de Pradópolis, Barrinha e Sertãozinho. Ainda na noite de segunda-feira, 14/05, os trabalhadores de Guariba sairam pelas ruas dos bairros periféricos, convocando os trabalhadores para realizar piquetes no dia seguinte. Na terça-feira, a greve foi estendida para as demais turmas de Guariba empregadas no corte em outras usinas da região. Para isto, foram montados piquetes nas saídas da cidade e nos pontos de embarque.

Os trabalhadores sabiam que os piquetes nos locais de moradia, nos pontos de embarque para o trabalho, eram mais eficientes. Os trabalhadores não têm conhecimento prévio, ao entrarem no caminhão de turma, sobre onde vão trabalhar, onde irão cortar, algumas vezes não sabem se é usina ou fornecedor. Quase diariamente as turmas de corte são dirigidas para distintas frentes de trabalho, que não obedecem a critério de proximidade física, mas basicamente ao critério da maturação da cana. Desta forma, não tem sentido, para os trabalhadores assalariados rurais, a montagem de piquetes nas terras das usinas ou na porta das unidades industriais, como nas greves dos trabalhadores urbanos. Para o assalariado rural, o trabalho se inicia quando ele entra no caminhão, o seu itinerário, de casa para o trabalho, termina no ponto de embarque do caminhão de turma.

Embora em 1984, Guariba contasse com seu contingente de trabalhadores disponíveis aumentado, por um grande número de desempregados de outros setores de atividade, devido à profundidade da crise econômica, alguns inclusive com passagens pelo ABC, não havia muitos com vivência de outras greves e nem conhecedores dos diferentes artifícios que os trabalhadores têm para dobrar os patrões e obrigá-los a negociar. Sem experiência em greves e em piquetes, sem liderança e sem elementos com capacidade de persuação, a greve foi mantida basicamente com a disposição de luta dos

trabalhadores, que utilizaram todos os meios possíveis para impedir a ida ao trabalho, inclusive o artifício de furar os pneus dos caminhões de transporte de bóias-frias, que insistiam em passar pelos piquetes.

Com todos estes ingredientes, não houve muita dificuldade para que 5000 trabalhadores não fossem trabalhar e se juntassem numa passeata ao centro da cidade, para, na praça principal de Guariba, exigir das autoridades municipais solução para o problema: sete ruas e diminuição dos preços da água. Sem liderança, a proposta, não explicitada, mas imediatamente assumida coletivamente foi destruir o prédio da SABESP, para impedir o pagamento da água. Isto é, a intenção, segundo os participantes da greve, era a de impedir o pagamento das contas, a destruição do prédio foi decorrência da ira da massa no momento, devido, entre outros ingredientes, à presença da polícia.

Segundo trabalhadores presentes na greve, depois da vitória de ter impedido um grande número de trabalhadores irem ao trabalho, a massa que se encontrava nos pontos de embarque, começou expontaneamente a se dirigir para a cidade. À "boca pequena"*, era passada a idéia de invasão da SABESP, não houve ninguém que subisse em um palanque para anunciar o novo passo do movimento. Era como se todos já pensassem nisto, sem que ninguém ordenasse ou assumisse a paternidade da idéia.[39]

A intervenção da polícia, é apontada por vários trabalhadores presentes aos acontecimentos, como elemento detonador da revolta, que destruiu inteiramente o prédio da SABESP: todos os papéis e contas encontrados foram picados e queimados; mesmo destino teve o computador, que emitia as contas, e dois carros da Companhia, que se encontravam no local. Um acontecimento interessante do episódio, que chamou a atenção dos jornalistas, foi que o dinheiro existente no prédio não foi tocado pelos trabalhadores.

Pós SABESP, os trabalhadores resolveram destruir também os comprovantes de débito, as contas na caderneta, do maior super-

---

*- "boca pequena", significa falar baixo, ao ouvido do outro.

39- Fragmentos de relatos de entrevistas em Guariba feitas pelo autor.

mercado da cidade onde eles compravam à prazo. Ou seja, tanto em relação à SABESP quanto em relação ao supermercado, a intenção era a de destruir os comprovantes do débito e não os prédios. A violência com que a polícia recebeu os manifestantes na praça despertou a ira dos trabalhadores, principalmente devido à inferioridade numérica dos policiais e ao uso dos revólveres, bem como a presença ao lado da polícia do dono do supermercado. Quando a notícia de que havia um morto, abatido pelos policiais, eclodiu na multidão, os trabalhadores passaram para o saque do supermercado. A multidão faminta levou tudo o que podia ser carregado: de pão a eletrodomésticos.

O saldo deste enfrentamento foi de um morto, um trabalhador metalúrgico já aposentado, e dezenas de feridos a bala. Houve vítimas também entre os policiais atingidos por pedradas e por golpes de podão (um cão da polícia foi morto, praticamente degolado, quando investia sobre a multidão[40]).

Como sempre, em tais circunstâncias, como já foi dito, a culpa é jogada "em agitadores profissionais, infiltrados entre os pacíficos trabalhadores"[41] e em partidos políticos chamados de radicais. Mas em Guariba, naquele 15 de maio de 1984 não havia a quem responsabilizar, a não ser a dramática situação de vida daqueles milhares de trabalhadores.

O PT, partido sempre reponsabilizado em manifestações de trabalhadores, principalmente nos casos de confrontos e saques, não estava sequer organizado na cidade; o sindicato, como já foi dito, também não existia; a Comissão Pastoral da Terra, outra entidade a quem tentaram imputar responsabilidade nos acontecimentos, não tinha, em Guariba, ao menos um núcleo formado. O seu trabalho se restringia à formação de lideranças de base e o Coordenador do trabalho da CPT, na região, o padre José Domingos Braghetto, estava a centenas de quilômetros dali, em Mato Grosso.

É interessante perceber, que foi exatamente a violência do

40- Folha de São Paulo, 17/05/1984.

41- Foi assim que o Ministro do Trabalho na época, Murilo Macedo explicou os incidentes, Folha de São Paulo,17/05/1984.

movimento, a ausência de liderança visível naquele momento e o papel da Região de Ribeirão Preto na produção de açúcar e álcool, que fizeram com que tanto o governo, a nível Federal como Estadual, e os patrões se mobilizassem rapidamente, ou melhor, mais rápido do que de costume, para resolver a situação. A presteza da intervenção do governo para resolver os problemas, que não exclusivamente com o uso da força policial, não se deveu somente à justeza das reivindicações dos trabalhadores assalariados, que na maior parte delas se resumia à aceitação ou extensão para os trabalhadores de direitos já existentes na legislação trabalhista, mas à possibilidade de generalização do conflito e ao risco de prejuízos políticos e financeiros aos usineiros.

A ausência de sindicatos representativos, deixa os patrões sem interlocutores e o movimento, fica sem uma linha definida de atuação e pressão sobre os patrões, o que contribui para que ocorram ações violentas, como as observadas. A prova disto, é que nas greves posteriores, já dirigidas e encaminhadas pelo MSTR, principalmente pós 1987, transcorreram sem graves incidentes por parte dos trabalhadores, a não ser os revides à sempre violenta ação perpetrada pela polícia e por alguns "gatos".

Em Guariba, em 1984, os trabalhadores, sem direção, lançaram mão de todos os meios disponíveis para apressar a aceitação de suas reivindicações, tais como: queima de canaviais; sítio de algumas unidades industriais, que impedia não só aos trabalhadores do campo chegarem ao trabalho, como também os trabalhadores administrativos, os operários das usinas e das destilarias etc..

A ameaça de incêndio aos canaviais é, sem dúvida, um dos métodos de imtimidação aos usineiros de grande poder, inclusive a presteza do governo e dos patrões em apressarem a realização de negociações pode ser creditada a este artifício. Porque, para que o incêndio seja controlado a tempo, antes de queimar muitos talhões, é necessário mobilizar cortadores para que a cana queimada não se estrague. Estando os trabalhadores em greve os usineiros não conseguem cortadores e a cana se perde. Se, por outro lado, os usineiros não conseguem mobilizar a turma de

controle de incêndios a tempo, este pode se estender para talhões de cana nova, ainda não madura para o corte e calcinar também a soca, tornando muitos talhões improdutivos por, pelo menos dois anos, que é o tempo médio de maturação da cana.

Todos os trabalhadores conhecem bem os canaviais, porque são o quintal e o banheiro das casas. Os trabalhadores sabem da facilidade que o mesmo tem de pegar fogo, e têm também um razoável conhecimento sobre formas de detonar fogo em canaviais, sem deixar pistas, dando tempo de sobra aos detonadores do fogo para se afastarem do local antes que o incêndio possa ser percebido.[42]

O sítio de unidades industriais, usinas e destilarias, impedindo o seu funcionamento, através do bloqueio da estrada ou da entrada de caminhões e pessoal, foi também uma forma, expontânea,[43] encontrada pelos trabalhadores, principalmente de Bebedouro, para paralisar integralmente as citricultoras e forçar aos patrões a sentarem-se à mesa de negociações e aceitarem as reivindicações. Esta forma de luta impede também, que além da matéria-prima, os demais trabalhadores, que não os rurais, cheguem aos locais de trabalho.[44]

42- Uma das formas mais criativas, é a do gato. Esta consiste em amarrar num gato (animal e não empreiteiro) um arame, com uma tocha embebida em querozene; ao soltar o gato no canavial com a tocha acesa, este sai em desabalada carreira que provoca, quase simultaneamente, inúmeros focos isolados de fogo, dos quais é impossível identificar a origem e difíceis de debelar. (Entrevista com trabalhadores).

43- Em entrevista com vários dos participantes das greves de maio na Região, ficou claro que a organização dos piquetes, bem como o fechamento de estradas, o sítio a indústrias e a queima de talhões de cana, foram formas de pressão absolutamente expontâneas, decididas no calor dos acontecimentos, pelos próprios trabalhadores. Não houve, como algumas autoridades tentaram passar na imprensa, insuflação por parte de "elementos estranhos".

44- É comum, a troca de matéria-prima, entre as unidades industriais, mesmo entre aquelas não pertencentes ao mesmo grupo. Este procedimento é normalmente utilizado quando ocorre qualquer parada nas unidades, tais como quebra das moendas ou outra pane qualquer no processamento industrial. Nestes casos, os usineiros, impedidos de realizar a moagem, remetem a cana já cortada para outra usina, para evitar que ela se estrague. Quando a situação se normaliza os usineiros além de restabelecerem a moagem de cana própria, recebem cana da outra usina, para a qual foi cedida parte da produção. No caso de greves localizadas, as usinas também utilizam a troca de matéria prima, isto porque algumas usinas não são afetadas ou só o são parcialmente, quer porque têm áreas e turmas de cortadores de municípios não paralisados, quer porque têm mecanizada uma parte da colheita.

Do lado dos trabalhadores, estes só começam a se sentir vitoriosos, quando a greve força as grandes usinas a pararem de expelir fumaça pelas chaminés, aí é comum ouvir um trabalhador, com forte sotaque nordestino, dizer que a usina tal está de "fogo morto".

Com todos estes elementos, os próprios patrões, de um lado, já deram mostras de aceitar pelo menos itens essenciais, para conseguir uma trégua. Assim, na própria noite do dia 15 de maio, por interferência do Secretário das Relações do Trabalho, os Usineiros recuaram e concordaram com a volta ao sistema de corte de 5 ruas. Porém, não aceitavam discutir as outras dezenove reivindicaçoes e nem negociar com os trabalhadores em greve. Somente dois dias depois, é que os usineiros, mais pressionados pela disposição de luta dos trabalhadores, pelo incêndio dos canaviais e pela repercussão nacional da greve, resolveram negociar os demais itens da pauta de reivindicações. Segundo os usineiros, eles não haviam sido, oficialmente, comunicados da disposição de greve e não haviam tomado conhecimento prévio da pauta de reivindicações, como era exigido pela legislação de greve em vigor.

Na realidade, quando eclodiu a greve, não havia propriamente uma pauta de reivindicações dos trabalhadores de Guariba. Esta foi trazida por Élio Neves, Presidente do STR de Araraquara e recém eleito para a diretoria da FETAESP, e não pelo presidente do STR de Jaboticabal, Benedito Magalhães.[45] Ou seja, os trabalhadores, que deflagraram a greve, tinham somente um conjunto de reivindicações, mais ou menos consensuais, capitaneados pela exigência do fim do corte em 7 e volta ao sistema de 5 ruas. Somente na quarta-feira, 16/05, depois dos confrontos da véspera, é que a primeira assembléia foi realizada, ainda sob a comoção dos acontecimentos. Nesta assembléia, é que foi formalmente aprovada a pauta de reivindicações, elaborada num encontro de lideranças

---

45- Esta pauta de reivindicações, embora não discutida pelos trabalhadores de Guariba, já era do conhecimento do Secretário das relações de Trabalho, que havia participado, meses antes de uma reunião entre lideranças sindicais de trabalhadores rurais e Dirigentes patronais em Jaboticabal. GRAZIANO DA SILVA (1989) pag.89

sindicais, ocorrido em março, em Dobrada, promovido pelo Polo regional de Araraquara da FETAESP, discutida e deliberada em assembléia de alguns sindicatos da Região, mas não deliberada pelos trabalhadores de Guariba.

As dezenove reivindicações aprovadas nesta assembléia, tinha como itens principais os seguintes: Volta ao sistema de corte em 5 ruas; recibo de comprovante de produção (pirulito) para que o trabalhador saiba, no final do dia, quanta cana cortou e quanto tem para receber; aumento do preço da cana cortada; pagamento das horas extras gastas no transporte até o trabalho; fornecimento de ferramentas e de equipamentos de proteção individual (EPI) (limas; facões; luvas; macacões; perneiras; botas); assistência médica paga pela empresa; pagamento dos dias parados em virtude de doenças ou por motivos alheios à vontade dos trabalhadores (mau tempo, inexistência de cana queimada para o corte, quebra do caminhão de transporte etc); melhoria das condições de transporte, objetivando redução de acidentes e conforto mínimo aos trabalhadores.

Esta pauta, embora consensual e geral para todos os trabalhadores canavieiros, era resultado e desdobramento do 1ºEncontro de Trabalhadores Assalariados, realizado em dezembro, em Agudos. Do encontro, foi tirado um conjunto de reivindicações e carências dos trabalhadores assalariados-volantes, que deveriam se transformar numa pauta de reivindicações da categoria. O encaminhamento da FETAESP foi o de elaborar esta pauta pelos grupos regionais de sindicatos. Os encaminhamentos dados pela FETAESP não eram necessariamente seguidos por todos os sindicatos filiados, os presidentes dos sindicatos têm autonomia para dar ou não prosseguimento às propostas aprovadas. O sindicato de Jaboticabal, presidido por Magalhães, não era muito participativo nos encontros regionais nem na própria Federação[46]. Este encaminhamento e a existência da pauta demonstram, o que já foi dito, no sentido de que o MS estava preparado para o enfrentamento, mas não havia tomado a iniciativa da greve.

46- Benedito Magalhães tinha, na época, como foi dito, mais de 30 anos de vida sindical e tinha realizado o primeiro documento de denúncia das 7 ruas.

De outro lado, havia intenção explícita do Secretário das Relações do Trabalho de São Paulo na emergência de interlocutores autorizados tanto do lado dos trabalhadores, sindicatos de trabalhadores rurais e sua federação, quanto do lado dos patrões. Falando sobre a falta de lideranças, Pazzianotto, chega a desabafar aos jornais que *"os cortadores de cana e os colhedores de laranja formam uma massa sem cabeça e sem rumo"*[47]

A ausência de lideranças também existia do lado dos patrões. É complicado pensar nos sindicatos patronais representando usineiros, que são proprietários de unidades de transformação de um produto agrícola, e cujos estabelecimentos são, em muitos casos superiores a área de atuação dos sindicatos de base municipal. Uma das usinas mais atingidas pela greve de Guariba é a São Martinho, que produz cana em 12 municípios diferentes e sua sede está em Pradópolis, fora de Guariba.

A FETAESP, como Federação, está subordinada, em lutas locais, à autoridade do Presidente do Sindicato . Se Guariba não fosse extensão de base de Jaboticabal, mas fosse área inorganizada da Federação, assim como em inúmeros municípios existentes em São paulo, que não têm sindicato próprio e não são extensão de base de nenhum outro, a FETAESP teria que assumir a direção do movimento, pelo menos para firmar um acordo e teria que ter papel mais destacado na greve. Neste sentido, o desfecho da greve, qualquer que fosse, seria de responsabilidade da FETAESP.

Com sindicato organizado, como era o caso de Jaboticabal, que podia não ser representativo dos trabalhadores em greve, mas existia legalmente, a FETAESP só podia acompanhar e assessorar o presidente, porém, não podia passar à frente do sindicato. É claro que essa é apenas a justificativa legal, na realidade, a direção da FETAESP estava tão perplexa e tão pega de surpresa quanto qualquer dos dirigentes sindicais.

Devido à necessidade em debelar a greve rapidamente, é que o Governo do Estado se antecipará em convocar e convencer aos usineiros para um acordo negociado. A pressa do governo também é justificada pela eminência de outras greves na esteira de Gua-

---

47- Folha de São Paulo, 17/05/1984

riba, porque no próprio dia 15/05 se inicia a greve dos apanhadores de laranja de Bebedouro, também com as mesmas características de Guariba: sem a participação do STR, com enfrentamentos a polícia, ameaça de saques e depredações, etc..

É importante ressaltar, que também os usineiros estão interessados em resolver rapidamente a greve de Guariba. Eles entendem que são a parte mais afetada e sabem que o movimento está dirigido a eles, que são os maiores empregadores. Há também o fato da greve eclodir em maio, mês no qual os fornecedores, em sua grande parte, ainda não estão entregando cana para as usinas. A safra dos fornecedores começa mesmo em junho/julho, no pico da maturação da cana e do maior grau de sacarose do produto.

A Secretaria das Relações do Trabalho consegue acertar, já no dia 15/05, a primeira rodada de negociação, com os usineiros, que se comprometem a recuar na efetivação do corte em 7 ruas e restabelecer o corte em 5 ruas. Porém, essa negociação, é iniciativa do Secretário das Relações de Trabalho e se dá sem representantes dos trabalhadores. Nesta reunião não chega a ser firmado um acordo e os trabalhadores mantêm a greve para alcançar outras conquistas salariais e trabalhistas não contempladas. Marca-se uma nova rodada de negociações em Jaboticabal, no dia 17/05. Desta nova rodada de negociações, realizada no Sindicato Rural de Jaboticabal (Patronal), participa a FETAESP, na condição de observadora das negociações; o Sindicato Patronal, representando basicamente os fornecedores de cana, atingidos pela greve; o STR de Jaboticabal; a comissão de trabalhadores escolhidos em assembléia, representando os trabalhadores de Guariba. Como poder moderador, mas negociando de fato e pressionando para o estabelecimento de um acordo, está o Governo do Estado e tem posição de destaque nestas negociações o representante de fato dos usineiros, o advogado do Sindicato dos Produtores de Açúcar e dos Produtores de Álcool do Estado de São Paulo, Marcio Maturano.

Fica claro, pelo exposto, que há nas negociações representantes legais e representantes legítimos. Legalmente, as partes em litígio estão representadas pelo STR de Jaboticabal e pelo Sindicato patronal. Porém, as partes em luta, que são os usinei-

ros e os trabalhadores de Guariba, não se sentem representadas pela representação legal, mas estão legitimamente representadas pelo Sindicato dos Produtores de Açúcar e pelo Sindicato dos Produtores de Álcool, do lado dos usineiros, e pela comissão de negociação dos trabalhadores de Guariba, do lado dos trabalhadores.

Na verdade, nesta primeira negociação tem muita coisa em jogo, que não passava apenas por Guariba. Todos tinham consciência das péssimas condições de vida e trabalho do conjunto dos trabalhadores assalariados volantes do Estado de São Paulo e do país, portanto todos sabiam que a situação era explosiva e que a partir dos resultados da greve de Guariba muita coisa poderia acontecer. Neste sentido, os fornecedores de cana e os demais produtores rurais acompanhavam com interesse o que estava acontecendo em Guariba, porque mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor intensidade seriam atingidos pelos estilhaços daquela explosão de cidadania, de conquista de identidade.

No dia 17 de maio de 1984, ocorre a primeira negociação formal entre as partes. É uma tensa reunião na sede do Sindicato Rural de Jaboticabal (patronal). A reunião ocorre em Jaboticabal por ser a sede do STR em greve e era a forma encontrada, por Pazzianotto, para dar um cunho legal à negociação. Na sede do Sindicato Patronal reuniram-se os representantes do governo do estado, atuando como mediador, representantes dos sindicatos da Região, representante da FETAESP, representantes dos trabalhadores assalariados rurais de Guariba, eleitos em assembléia; representantes da Federação Patronal; Representante do Sindicato dos produtores de Açúcar e Álcool e advogados de todas as partes.

Nesta reunião os patrões contemplam 13 das 19 reivindicações apresentadas, o que significa cerca de 90% da pauta. Com este recuo patronal, os trabalhadores decidem encerrar a greve, a qual ocorre em festiva assembléia, com cerca de 3000 trabalhadores, no dia 17 de maio de 1984.[48]

Com a decisão da assembléia, o acordo é celebrado e contempla as seguintes reivindicações: os cortadores de cana

48- Folha de São Paulo, 18/05/1984

passariam a ter uma remuneração mensal em torno de Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Cruzeiros mensais), com pagamento de Cr$1.740,00 pela tonelada de cana de 18 meses e Cr$1.660,00 pela tonelada de canas de outros cortes; registro em carteira pelas usinas de todos os trabalhadores; repouso semanal remunerado; fornecimento gratuito de ferramentas e de EPIs; condução gratuita; complementação de salário em caso de acidente de trabalho ou no transporte; pagamento dos dias afastados devido a doenças; pagamento dos dias parados por motivos alheios aos trabalhadores.

A estratégia do Governo do Estado, através de Almir Pazzianotto e Roberto Gusmão, em conseguir rapidamente um acordo para a laranja e para a cana, para antecipar-se às greves, foi inócua. A greve dos trabalhadores assalariados rurais de Guariba se espande rapidamente, "como rastro de pólvora seca" (como foi posto por um jornal da época), para outros municípios e outras regiões de grande concentração de assalariados volantes. No dia seguinte, 16 de maio explode a greve dos apanhadores de laranja de Bebedouro e Barretos; em seguida atinge Sertãozinho, Barrinha: Pontal, Santa Rosa, Cajuru, Serrânea, Cravinhos, Araraquara (localizada em algumas fazendas e usinas); depois atinge Jaú, Bocaina, Matão, Limeira etc, além do norte do Paraná, Sul de Minas e Norte do Rio de Janeiro. Só na Região de Ribeirão Preto, cerca de 150.000 trabalhadores pararam num espaço de uma semana, sendo cerca de 110.000 da cana e 40.000 da laranja.

A greve da laranja, em Bebedouro, embora tenha sido deflagrada praticamente junto com a de Guariba e de ter sido classificada nos jornais, por Pazzianotto, como "explosão dos bóias-frias, sem cabeça e direção", tem uma origem distinta e foi deflagrada de forma também distinta. Na laranja, a greve, não tinha um mote deflagrador como foi a questão das sete ruas na cana, em Guariba e nas demais regiões canavieiras, nas quais a greve se estendeu. No caso da laranja, a reivindicação fundamental era quanto ao preço da caixa de laranja colhida paga aos trabalhadores. O elemento deflagrador da greve era o quadro de violenta exploração dos trabalhadores, frente a um setor que estava em

franco processo de crescimento, responsável pelo enriquecimento de produtores de laranja e fundamentalmente das empresas citricultoras. A semelhança com Guariba está no fato de irromper sem a participação do STR de Bebedouro, cujo Presidente, se oporá a Greve e será elemento chave na consecução de um acordo com as empresas citricultoras bastante lesivo aos trabalhadores, como veremos adiante.

Ao contrário de Guariba, a greve dos apanhadores de laranja é planejada, desde março de 1984, independentemente do sindicato. Desta forma, ela não irrompe de maneira expontânea e desorganizada como em Guariba. Em Bebedouro, a greve é resultado de um trabalho iniciado por apanhadores de laranja com uma origem comum, a participação de encontros de formação de lideranças da CPT, no início da década de 80. Embora a maior parte deste núcleo já estivesse, em 1984, desvinculado da CPT e da igreja, ele tem a mesma raiz comum, que dará condições de construir alianças e forjar uma tática de enfrentamento mais articulada do que aconteceu em Guariba.[15]

3.6 - Atuação do Governo do Estado na Greve.

Todos tinham clareza,-a não ser aqueles que em qualquer ação de trabalhadores vêem o "dedo vermelho" de agitadores infiltrados, como as autoridades militares-, que a situação de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados-volantes era potencialmente explosiva e que outras manifestações e enfrentamentos violentos poderiam ocorrer, como de fato ocorreram. Assim,o Secretário das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, Almir Pazzianoto Pinto, ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, queria antecipar-se às greves, conseguindo um acordo, com duplo objetivo: 1º para impedir que a vitória, com um acordo satisfatório para os trabalhadores, pudesse ser capitalizada pelos próprios trabalhadores, mostrando que o caminho para a melhoria das condições de vida e trabalho passa necessariamente pela luta; 2º se legitimar, frente ao governo do Estado e frente à opinião pública e fundamentalmente frente aos usineiros,[50] como harmonizador das relações capital/trabalho. Este cacife político era necessário tendo em vista a ocupação de um cargo mais elevado na transição política que se delineava, ou até a possibilidade de ser indicado para concorrer as eleições como governador de Estado pelo PMDB, nas eleições de 1986 (ambição que o então Secretário nunca escondeu).

De outro lado, é necessário frizar que o ano era 1984, ano da campanha das "diretas já", no qual a conhecida tática do "cassetete democrático"[51], da polícia do governo Montoro, já estava bastante desacreditada. Ou seja, a transição política não deixava dúvidas que os capitalistas de todos os setores de atividade, tanto na capital quanto no interior, teriam que se

---

50- Não dá para, mesmo em São Paulo, desprezar o forte poder político dos usineiros no cenário político estadual e nacional.

51- "Cassetete Democrático" foi uma expressão cunhada pelo movimento sindical e social, reprimido pelas polícias estaduais, mesmo depois das eleições de 1982, que elegeram, pela primeira vez, pós 1965, os governadores diretamente. A maior parte dos governadores eleitos em 1982 eram do PMDB, partido de oposição, que haviam se comprometido, nos palanques, a não usar a polícia na repressão aos movimentos populares.

acostumar com a possibilidade de greve e de crescimento do grau de organização e luta dos trabalhadores e, numa conjuntura como esta, as soluções de força são inconsequentes para a estabilidade da produção capitalista.

A ausência de liderança, de interlocutores reconhecidos, torna a greve uma séria ameaça principalmente ao patrimônio dos capitalista. Exatamente por esse desencontro entre a direção do sindicato e os trabalhadores, que Pazzianoto chega a desabafar aos jornais:" *os cortadores de cana e os colhedores de laranja formam uma massa sem cabeça e sem rumo*"[52]. Foi com esta percepção que se deu a atuação de Pazzianotto. Era necessária a atuação em dois sentidos: de um lado, a curto prazo conseguir que os usineiros aceitassem negociar com os trabalhadores a pauta de reivindicações, de outro lado, promover e incentivar o encontro das lideranças sindicais de trabalhadores com o movimento, para impedir a possibilidade de ocorrerem novos quebra-quebras.

Mesmo nestas condições, não foi em nehum momento descartada a atuação repressiva policial e a tática do "cassetete democrático", que foi inclemente, batendo em homens, mulheres e crianças, atirando bombas, prendendo, enfim, utilizando todo o aparato e a preparação recebida em anos de ditadura militar. No ano seguinte, foi demonstrado que a polícia foi paga pelos usineiros locais, através da Imagem Comunicação Social, uma agência de comunicação e relações públicas, que trabalha para os usineiros da Região de Ribeirão Preto, para ter uma atuação exemplar na repressão às greves dos assalariados rurais.[53]

3.7 - Consequências da greve para o MSTR

Este acordo, que ficou conhecido como acordo de Guariba, teve importante consequência, tanto para a greve de Guariba quanto para o movimento sindical de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo e para o movimento sindical de trabalhadores

---

52- Folha de São Paulo em 17/05/84.
53- Denúncia feita pelo Deputado Estadual Waldir Trigo, no Plenário da Câmara dos Deputados, Folha de São Paulo, 20/05/85

rurais (MSTR), de forma geral. Independentemente da aceitação, por parte dos patrões, de 13 importantes reivindicações dos trabalhadores, o fato de se reunirem patrões e empregados para negociar era inusitado, em se tratando de trabalhadores assalariados rurais no Estado de São Paulo.

O acordo de Guariba foi celebrado com a presença de 6 trabalhadores eleitos em assembléia, representando os trabalhadores em greve, que esperavam a resposta dos patrões à pauta apresentada para decidir sobre a continuidade ou não da greve. O reconhecimento da comissão de negociação significava o não reconhecimento das direções sindicais legais, que não detinham representatividade junto aos trabalhadores assalariados.

Este fato repercutiu na dinâmica do movimento sindical da região, porque alçou trabalhadores de base à condição de dirigentes, com poder de assembléia para negociar um acordo com os patrões. Dessa forma, estes trabalhadores passam a rivalizar o poder com as direções estabelecidas. Por outro lado, o surgimento na greve de novas lideranças será um primeiro passo para a rotatividade de dirigentes, passo necessário para a construção de um novo sindicalismo de trabalhadores rurais, mais próximo, adaptado e representativo dos trabalhadores assalariados rurais. Neste processo de revitalização das lideranças sindicais, vários antigos presidentes de sindicatos serão substituídos por novos líderes surgidos na luta, constituindo-se num importante saldo organizativo da greve de Guariba.

Por outro lado, a existência de negociação direta entre patrões e empregados é uma antiga reivindicação dos trabalhadores, negada pelo governo e pelos patrões que preferem ter acordos tutelados pela Justiça do Trabalho, ou por dirigentes sindicais sem representatividade. O fato de em Guariba ter-se conseguido negociar patrões e empregados diretamente, mostrou que é possível, mesmo na agricultura, a existência de uma nova relação entre patrões e empregados, sem intermediação da justiça.

Ter havido negociação direta entre patrões e trabalhadores em greve, causou também profundas repercussões na CONTAG, que detinha, até aquele momento, a hegemonia na luta e organização dos

assalariados rurais. Isto porque a forma de desencadeamento e de desfecho da greve de Guariba circunscreveu o modelo de greve legal, que a CONTAG queria ver difundido pelo país, ao Nordeste. A deflagração da greve em Guariba, sem estar submetida aos estreitos limites da lei "anti-greve", a Lei Nº 4.330, significou, na prática, o rompimento com este modelo de greve empreendida pela CONTAG no Nordeste. Este fato deixou a Confederação mais suscetível às críticas formuladas no interior do MSTR, sobre o forte caráter conciliatório daquele modelo.

No início da década de 80, como já foi dito, as lutas mais importantes no campo, junto aos assalariados, eram as greves anuais dos canavieiros do Nordeste, sob o controle e coordenação da CONTAG. Essas greves, que se iniciaram na Zona da Mata Pernambucana e depois foram estendidas para outros estados da região, seguiam todo o ritual de decretação de greve previsto na Lei Nº 4.330. Essa Lei era conhecida nos meios sindicais como "lei anti-greve", tal o rigor e os trâmites que os sindicatos tinham que seguir para ter a greve reconhecida como legal pela justiça trabalhista. As exigências legais eram: apresentação de pauta de reivindicações dos trabalhadores aos patrões com grande antecedência; realização de assembléias com quorum e fiscalização; notificação dos patrões e realização da greve para apressar o julgamento do dissídio coletivo, pedido pelos trabalhadores. Todos estes passos eram seguidos todos os anos nas greves dos canavieiros do nordeste e eram, evidentemente, utilizados como instrumentos de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, porém mantinha-se nos estreitos limites da lei.

A greve de Guariba, por ter sido realizada sem seguir os trâmites da Lei de Greve (Lei Nº 4.330), significou, por este lado, por em xeque o modelo de greve legal da CONTAG. A greve dos canavieiros do Nordeste, embora reconhecido como um movimento importante, é criticada pelo legalismo, pela dependência e subordinação dos sindicatos à estrutura da CONTAG. Tal subordinação provoca a perda de iniciativa das entidades sindicais locais, para a cobrança do cumprimento dos acordos[54].

54- Élio Neves, Revista Tempo e Presença, Revista Mensal do CEDI, Ano 11,

Guariba vai demonstrar que é possível greve no campo sem a subordinação à legislação existente e que é possível a conquista de negociações diretas, pelos próprios trabalhadores, de uma pauta de reivindicações com os patrões, prescindindo da estrutura e da assessoria da CONTAG.

Os patrões ao aceitarem negociar diretamente com uma comissão de trabalhadores, eleitos em assembléia, e reconhecerem nestes, legítimos representantes de base dos trabalhadores, estavam, na prática, desqualificando os dirigentes sindicais, constituídos enquanto representação dos trabalhadores. Ou seja, as direções sindicais não foram reconhecidas nem pelos trabalhadores e nem pelos patrões e governo. Embora estes dirigentes estivessem presentes na negociação, a comissão de trabalhadores era, sem dúvida, muito mais importante e de maior significado político. Este reconhecimento da comissão de trabalhadores teve enorme repercussão, para fora e na própria Região, o que será decisivo no surgimento de novos sindicatos e de novas direções brotadas e reconhecidas na luta.

Assim a greve de Guariba tem quatro elementos, que lhe dão enorme significado político: 1) o fato da greve ter sido livremente deflagrada pelos trabalhadores, sem estar, portanto, submetida aos estreitos limites da lei Nº 4330; 2) a aceitação, pelos patrões, da negociação direta e imediata com os trabalhadores, sem interveniência da Justiça do Trabalho; 3) o reconhecimento de uma comissão de trabalhadores, eleitos em assembléia, como negociadora, ficando no mesmo nível dos dirigentes sindicais instituídos legalmente; 4) por último, o caráter massivo e violento da luta, onde os trabalhadores enfrentaram à polícia e rejeitaram todo e qualquer encaminhamento que não apontasse claramente para o enfrentamento e para a vitória.

Estes quatro elementos estão interrelacionados e apontam para uma série de mudanças que foram sendo implementadas tanto nas lutas que se seguiram à Guariba quanto no dia-a-dia da categoria, que pós Guariba, pós luta, inicia sua caminhada para se constituir em "sujeito coletivo".

Número 243, entrevista ao autor sobre a Luta dos Canavieiros.

Com a deflagração da greve, em Guariba, e a sua extensão para outros municípios próximos e para outras culturas, a FETAESP é colocada na defensiva, porque era absolutamente desconhecida dos trabalhadores. O que de certa forma é justificável, porque na estrutura sindical brasileira as federações são órgãos de cúpula e não de massas. O contato e o trabalho com as bases são de competência dos sindicatos e não das federações, a elas cabe a coordenação e a representação política do conjunto dos sindicatos. No caso de Guariba, as péssimas condições de vida e trabalho, o sentimento de abandono e o clima de radicalização dos acontecimentos do dia, não deixava espaço para discursos legalistas e conciliadores, típicos dos dirigentes sindicais[55].

A FETAESP, como entidade, é obrigada a se por numa posição secundária na dinâmica da greve. O que não acontece com Élio Neves, que por conta de sua prática de trabalho e luta com os assalariados chega a diretor da FETAESP, e passa a ter na dinâmica dos acontecimentos condições de disputar a liderança efetiva do movimento, palmo a palmo, com o polêmico José de Fátima Soares, liderança que emerge na greve de Guariba.

A FETAESP tem sua posição ameaçada também na cúpula, dado que, já no dia 18 de maio, Almir Pazzianotto faz uma carta de intenções, em Sertãozinho, com o Sindicato do Açúcar e com o Sindicato do Álcool, através de seu advogado, Márcio Maturano, estendendo os termos deste acordo a todo o Estado de São Paulo.[56] A FETAESP, percebendo nesta estratégia um sério risco à legitimidade dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da própria Federação se lança na ofensiva, junto à imprensa. Esta ofensiva tenta mostrar que, para à extensão de um acordo trabalhista, é fundamental à concordância dos sindicatos legalmente constituídos e, na inexistência destes, da Federação.

Do ponto de vista da FETAESP, o acordo de Guariba tinha va-

55- NOVAES (1988), justifica a linguagem sindical eivada de apelos à justiça e ao governo, como decorrentes dos limites impostos pela ditadura militar para o funcionamento dos STRs, no qual o dirigente tinha que ser prudente, "ter muito cuidado" e "muita cautela. Op. cit. pg.188.

56- Folha de São Paulo, 19/05/1984

lidade sòmente para Guariba, dado que foi assinado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, sindicato sede, do qual Guariba era extensão de base, e Sindicato Patronal. Segundo esta concepção, mesmo nas demais cidades em greve, nas quais os trabalhadores exigiam a extensão do acordo de Guariba, deveria haver negociação. Como resultado desta negociação, deveria ser firmado um acordo, por escrito, entre as entidades representativas das categorias. Roberto Toshio Horigutti, presidente da FETAESP, declarou na imprensa:

"A extensão dos acordos de Guariba e de Bebedouro e Barretos é prerrogativa da FETAESP, que até agora não assinou nenhum acordo, convenção ou contrato coletivo em termos estaduais...[57]

Na realidade, em termos jurídicos, para que um acordo ou convenção coletiva, efetuado pelas Federações, tenha validade estadual é necessário que haja uma procuração dos sindicatos envolvidos, ou que estes averbem os termos do acordo. Basta que um sindicato não concorde com estes termos para que o mesmo não tenha validade sobre a base territorial de atuação do sindicato. Os acordos assinados pelas Federações só têm validade para as chamadas áreas inorganizadas do Estado, isto é, municípios com trabalhadores rurais, mas sem sindicatos organizados, ou reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, e que não sejam extensão de base de nenhum outro. Um acordo assinado entre dois sindicatos não pode ser estendido a outros por acordos de cúpula ou por decisão política do Governo do Estado.

A FETAESP alegava que a sua oposição à extensão do acordo não era apenas de fundo burocrático mas, fundamentalmente, político, pois era necessário que os trabalhadores conhecessem os termos do acordo para que pudessem cobrar o seu cumprimento.[58] Na visão de Roberto Horigutti,

"... *aqueles dois acordos* (da cana e da laranja) *podem ser tomados, pelos sindicatos, como embriões mas não necessariamente devem ser copiados. Cada Região pode fazer o seu*"[59].

Élio Neves, na linha de argumentação da FETAESP, também se

57- Folha de São Paulo, 22/05/1984.
58- Folha de São Paulo, 23/05/1984.
59- Folha de São Paulo, 05/06/1984.

opunha à extensão dos acordos da cana e da laranja para todo o Estado. Considerava tais acordos apenas como uma base para o estabelecimento de outros acordos, que incorporassem reivindicações específicas dos sindicatos, melhorando, assim o teor do mesmo. Élio Neves considerava que os acordos deveriam ser conhecidos e discutidos pelos trabalhadores para que os mesmos pudessem cobrar o seu cumprimento, no dia-a-dia. Considerava também, que uma das falhas dos acordos estipulados para a cana e para a laranja era que eles não previam punições aos patrões que os descumprissem, neste sentido, eram, nos termos de Guariba inaceitáveis para todo o Estado.[60]

Tanto as alegações de Horigutti, quanto de Élio Neves, permitem duas leituras, não totalmente excludentes. A primeira leitura é que tais alegações tentam esconder a não legitimidade da FETAESP, mesmo como órgão de cúpula sindical. A segunda leitura é de que Horigutti e Élio Neves tentavam utilizar a greve de Guariba e a possibilidade de sua extensão, para cobrança do acordo de Guariba, como meio para politizar e avançar o MSTR paulista.

A FETAESP, dado sua ansiedade para se firmar no cenário destas lutas, não queria ser posta em segundo plano, atrás do Governo do Estado. Para tal, era fundamental aparecer como entidade coordenadora desta extensão e não podia deixar que o governo do Estado, através de Almir Pazzianotto, aparecesse como o grande bem-feitor dos trabalhadores rurais e capitalizasse para si os resultados da greve. Neste sentido, não aceitar a simples extensão do acordo significava passar para os demais sindicatos e para o conjunto do MSTR, que tinha o controle e a condução do movimento.

Horigutti e Élio Neves defendiam, como já foi dito, uma linha de enfrentamento aos patrões e eram minoritários na composição da diretoria da FETAESP e, fundamentalmente, no Conselho da Federação, dominado numericamente pelas direções sindicais que preferiam a extensão do acordo às greves. A ocorrência de greve ameaçava essas direções porque as forçava a se exporem aos trabalhadores assalariados rurais e aos patrões. No caso de greve a

60- O Diário de Araraquara, 22/05/1984.

posição do dirigente tem que ser ou de apoio à luta dos trabalhadores e contra os patrões, ou de apoio aos patrões e contra aos trabalhadores. No primeiro caso, o apoio à luta e reivindicações dos trabalhadores, prejudica velhas alianças localmente cristalizadas com a classe dominante.[61] No segundo caso, de oposição aos trabalhadores, correm o risco de perder a direção do sindicato para novas lideranças surgidas na luta, o que era uma grave ameaça, tendo em vista as benesses desfrutadas pelo fato de serem presidentes de sindicatos.

Os dirigentes sindicais em vários municípios, principalmente nos menores, ocupam papel de destaque na estrutura de poder local. Esse papel de destaque pode ser observado no cotidiano das pequenas cidades do interior, onde os dirigentes sindicais de trabalhadores rurais, ao lado do Prefeito, Vereadores, Delegado de Polícia, Gerente do Banco do Brasil, o padre e, quando existe, o Sargento comandante do Tiro de Guerra, formam a elite do poder local. Principalmente nos sindicatos onde o quadro social é composto por pequenos proprietários, o dirigente sindical acompanha os associados nos pedidos de empréstimo ao Banco, negocia obras com o Prefeito e faz pleitos à Câmara Municipal e à Prefeitura, para obras municipais que beneficiem os associados, tais como: escolas rurais, transporte de estudantes, estradas vicinais etc. Para tais pleitos, em cidades pequenas, é fundamental o bom trânsito com a elite econômica local, os grandes proprietários, usineiros, etc. Esta proximidade com o poder local e o fato de serem "autoridades" a nível local, os deixam em posição diferenciada em relação a sua própria base. A prova disso é que, vários dirigentes, na hora de serem obrigados a declinar a profissão, não raro, a declinada é a de Presidente de Sindicato, ou sindicalista e não a de trabalhador rural.

NOVAES (1988), tratando da relação entre "lei do governo" e "lei do sindicato", observa que, em decorrência do papel diferenciado ocupado pelo dirigente sindical na estrutura de poder local das pequenas cidades do interior da Paraíba, emerge uma nova figura sociológica o presidente do sindicato.

61- idem .

"...Porém, em um sindicalismo de base territorial, isto é, organizado por municípios que -via de regra- possuem núcleos urbanos de pequeno porte, onde existem poucos (ou até nenhum) recursos em termos de assistência de saúde pública, os Convênios com o FUNRURAL potencializam, e até predispõem, a consolidação de uma outra figura sociológica. O presidente do sindicato, vai se diferenciando da categoria que representa, não apenas pela linguagem, pelo vestuário e pelos gestos corporais mas, sobretudo, pelo papel que assume como administrador de recursos públicos chamado cotidianamente a incluir em sua prática sindical expedientes de favoritismo. Assume inclusive o papel de "empregador" de secretários, médicos e dentistas, que a ele chegam através de apadrinhamento político tão comuns no Estado da Paraíba <também em São Paulo>. *Permanecem na frente dos sindicatos por várias gestões consecutivas, transformando, muitas vezes o órgão de representação em um tipo de empresa familiar pois ali trabalham quase todos os membros da família."*[62]

Em alguns casos, a carreira do dirigente sindical inclui cargos eletivos municipais, principalmente de vereadores. Para isso, eles têm que participar dos partidos políticos localmente constituídos. Em 1982, quando a FETAESP, através de sua direção, se angajou na campanha do PMDB, partido que, juntamente com o PT, cristalizava a oposição à ditadura e ao partido do governo, o PDS, provocou uma divisão na sua base, porque vários dirigentes sindicais eram candidatos a vereança, nos seus municípios pelo partido da situação, o PDS [63]. Em 1988, tivemos oportunidade de presenciar a seguinte cena: numa reunião da Regional de Araraquara, de dirigentes sindicais, para avaliar o cumprimento do acordo da cana e a greve da laranja, de um total de 38 dirigentes, 35 eram candidatos ou a vereador ou a prefeito nas eleições de novembro. Destes 35 candidatos, apenas 3 eram candidatos pelo PT, outros 4 pelo PMDB e PSDB, os demais eram candidatos por partidos bem à direita, como PDS, PTB, PFL etc.. Esta relação dos dirigentes com partidos políticos ligados às classes dominantes, a nível local, como usineiros, grandes proprietários de terra etc. são reveladores da existência de determinadas alianças a nível local. Conseguir legenda e recursos para campanha em determinados partidos requer um comprometimento muito grande ou troca de favores, quando não envolve a compra do di-

62- NOVAES (1988). op. cit. pag 199, colchete do autor.
63- GRAZIANO DA SILVA (1989). op. cit.

reito de participar da eleição.

Ou seja, no interior da diretoria da FETAESP e das direções sindicais de trabalhadores rurais de São Paulo predominava dirigentes com o perfil descrito acima, que, portanto, não pretendiam se verem obrigados a, numa greve local, terem que se posicionar entre a defesa dos trabalhadores assalariados ou a dos patrões. Horigutti e Élio Neves defendiam uma atuação mais voltada para o enfrentamento aos patrões, não desprezando, inclusive, a possibilidade de deflagração de greves para arrancar conquistas. Neste sentido, a mera extensão automática dos acordos da cana e da laranja para todo o Estado, se anteciparia à mobilização dos trabalhadores para alcançarem estas conquistas, o que reforçaria o atraso e o imobilismo das direções sindicais existentes.

A defesa da não extensão automática dos acordos forçava as direções sindicais, a terem de se mobilizar para enfrentar os patrões, ou a correrem o risco de serem atropeladas pelos trabalhadores, como ocorreu com as diretorias dos STR de Jaboticabal, Sertãozinho, Bebedouro, Barretos, Barrinha, etc. Qualquer que fosse o desfecho, isto é, a posição assumida pelas diretorias nas greves, reforçava o grupo que defendia um sindicalismo mais atuante.

A mesma alegação da FETAESP, para a não extensão automática do acordo de Guariba e Bebedouro para todo o Estado, era feita pela sua co-irmã a FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), entidade patronal, que alegava que ela como Federação, não havia participado do acordo e, portanto, este não tinha validade jurídica para ser estendido. Por outro lado, argumentava também que cada município, cada cultura tinha suas especificidades e um acordo, como o de Guariba, poderia significar a ruína de inúmeros produtores rurais. Para a FAESP, os acordos de Guariba e Bebedouro foram

"conseguidos sob coação e serviram para apaziguar a situação e proteger fisicamente as partes em conflito"[64].

Segundo os produtores, além dos termos do acordo serem pesados para os produtores rurais, há várias imperfeições no

64- O Diário de Ribeirão Preto, 14/06/1984.

acordo, com as quais eles não concordavam, tais como: o fim de semana remunerado, mesmo quando o trabalhador falta ao serviço durante a semana e pagamento pelos dias não trabalhados devido a chuvas ou falta de cana cortada.

Na realidade, a FAESP (Federação Patronal) não era reconhecida como entidade de representação dos usineiros e proprietários de destilaria, estes são representados pelos Sindicatos dos Produtores de Açúcar e Sindicato dos Produtores de Álcool do Estado de São Paulo. A FAESP representa os sindicatos patronais, que no setor da cana e da laranja representam os fornecedores de cana, e os produtores de laranja, proprietários dos pomares, os quais são também representados pelas Cooperativas de plantadores de cana e pela Associtrus, respectivamente.

"os produtores de açúcar, chamados usineiros estão ligados aos sindicatos do Açúcar e do Álcool, pois estão qualificados como industriais. Mas todas as usinas e destilarias autônomas possuem as companhias agrícolas, que fornecem a matéria-prima, que é a cana-de-açúcar, também suprida por fornecedores, que se constituem em pequenos, médios e até grandes produtores rurais"[65].

Para resolver este problema de representação é que na greve de janeiro de 1985 será criado o chamado "Grupo dos 12", formado por representantes de 4 categorias distintas[66], que será um grupo de trabalho da FAESP (Federação Patronal) para discutir e deliberar todos os assuntos atinentes ao setor de cana, mas fundamentalmente se ocupará dos acordos trabalhistas.

É interessante perceber, que do lado patronal, a greve de Guariba provocará a necessidade de organização da classe como um

---

65- Segundo Menezis Balbo, usineiro, diretor da COPERSUCAR e dos Sindicatos dos Produtores de Açúcar e Álcool, na Folha de São Paulo, 19/01/1985.

66- O "Grupo dos 12" é formado por representantes de de quatro categorias distintas: pela FAESP participa Fábio Meirelles (Presidente), José Ary Morales Agudo e Miguel Paulino da Silva (Diretores); pelos Sindicatos Rurais, participam José de Laurents Júnior(Presidente do Sindicato Ruaral de Guariba), Joaquim Augusto de Azevedo Souza (Presidente do S.R. de Ribeirão Preto) e Octávio da Costa (Presidente do S.R. de Jaboticabal, patronal); do lado dos fornecedores estão Hermínio Jacon, Domingos José Aldrovandi e Antônio Donato; pelos usineiros estão José Kuiz Zillo (Presidente dos Sindicatos dos Produtores de Açúcar e Sindicato dos Produtores de Álcool do Estado de São Paulo), Menezis Balbo (Diretor dos Sindicatos) e Eduardo Diniz Junqueira (também Diretor).

todo: produtores rurais pequenos e grandes, agroindustriais da cana e da laranja, ""gatos"" e empreiteiros de mão-de-obra. A luta dos trabalhadores assalariados e a constituição de sua identidade não provocou apenas mudanças na organização dos trabalhadores: no surgimento de novas lideranças e de novas organizações sindicais mais comprometidas com os interesses dos trabalhadores assalariados rurais, mas provocou também mudanças na organização política dos patrões. A FAESP e os Sindicatos Rurais (patronais) passam a ter como preocupação essencial a necessidade de impedir que os usineiros façam acordos em separado. Passa a ser necessário que a classe patronal, como um todo, tenha uma estratégia comum de enfrentamento aos trabalhadores. Esta será a intenção da criação deste grupo dos 12: evitar que os acordos dos usineiros com os trabalhadores prejudiquem a classe como um todo.

Nem sempre o conjunto dos produtores terá posições consensuais, algumas vezes, em momentos específicos, predominará táticas individualistas. A percepção destes desentendimentos e rusgas entre os patrões será essencial para os trabalhadores lograrem acordos mais satisfatórios nas mesas de negociações e nas formas de luta a serem empreendidas.

Na greve da cana de 1984, em Guariba, e nas que se seguiram a ela, quanto na greve dos apanhadores de laranja, os trabalhadores ameaçam e enfrentam mais diretamente os usineiros e as empresas citricultoras e não aos pequenos produtores que eventualmente utilizam trabalhadores assalariados. Nesta medida, as reivindicações têm endereço certo, não são dirigidas diretamente aos produtores de cana e laranja. É claro, que tais movimentos atingem os forncedores de cana e os produtores de laranja, assim como, na esteira de Guariba, atingirá também os cafeicultores, os produtores das chamadas lavouras brancas, etc., em suma, atingirá direta ou indiretamente a todos os produtores que utilizem trabalhadores assalariados. Isto porque tornar-se-á cada vez mais difícil a manutenção de salários muito diferenciados para atividades iguais: princípio da isonomia salarial. Porém, os alvos eram as agroindústrias da cana e da

laranja.

O acordo de Guariba, ao dar ganhos salariais e trabalhistas, ameaça também a lucratividade dos fornecedores, que passarão a alegar não suportar os aumentos salariais e trabalhistas provocados pelos acordos entre usineiros e trabalhadores sem aumentos no preço da cana. Será por conta das contradições históricas existentes entre usineiros e fornecedores, que nas greves posteriores à Guariba será difícil fechar-se um acordo, nas mesas de negociações, com valores e cláusulas trabalhistas únicas. A Federação Patronal (FAESP) passará, após a greve de Guariba, a defender valores e cláusulas diferenciados para fornecedores e para agroindústrias, ou companhias agrícolas ligadas às usinas.

A FAESP passa a argumentar, que essa diferenciação é necessária porque as agroindústrias exigem mais dos trabalhadores do que os fornecedores: exigência de amontoar a cana, corte dos colmos bem rente ao solo, etc, que, na verdade, são exigências comuns a todos os tipos de produtores, que objetivem maior racionalidade, com menor disperdício, no processo de produção, sejam agroindústrias, sejam fornecedores de cana. Para os trabalhadores, do ponto de vista do processo de trabalho, não há distinção entre trabalhar para fornecedores ou trabalhar para agroindústrias, a reivindicação é a mesma independente do porte econômico do patrão, portanto rejeitarão o pagamento diferenciado, mesmo quando este constar dos acordos.

Devido ao pagamento diferenciado ocorrerão inúmeras paralisações no local de trabalho, por turmas, que se negarão a trabalhar quando percebem que o valor pago está abaixo do acordo ou do valor pago pelas usinas. As reclamações contra "gatos" de fornecedores e contra os próprios fornecedores, inclusive com paralisações, passará a preencher o atribulado dia-dia dos Postos de Atendimento (P.As.) da Secretaria das Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. O P.A. de Sertãozinho será, de 1984 até 1989, um dos mais acionados pelos trabalhadores de toda a região de Ribeirão Preto, para resolver as pendências trabalhistas entre o que era firmado nos acordos e o que efetivamente vigia nas

frentes de trabalho.

3.8 - Saldo Organizativo da Greve de Guariba

A emergência de direção sindical, representativa dos trabalhadores de Guariba, bem como das demais cidades que se incorporam na greve, era fundamental para a "pacificação"[67] da região. Isto porque, tanto para os usineiros quanto para o Estado, era melhor a existência de sindicato, mesmo combativo e reivindicativo, do que ocorrer outras greves e outros movimentos sem liderança, capazes de causar sérios prejuízos econômicos à atividade. Para a classe dominante, a existência de liderança conduz a relação com os trabalhadores para o terreno do previsível e do permitido. Isto é, a deflagração de uma greve é sempre precedida da apresentação de uma pauta de reivindicações, mesmo que o movimento não trilhe o caminho da greve legal. Isto dá tempo para que a direção da empresa possa fazer uma contra-ofensiva; seja esta repressiva, seja diplomática, ou ainda atendendo em parte ou a totalidade das reivindicações e, portanto, se antecipando à greve.

A existência de direções sindicais representativas, por parte dos trabalhadores, dá, aos patrões, um amplo campo de manobra para se anteciparem ou mesmo evitarem o confronto ou a greve. Mesmo assim, se esta eclodir, terá direção e esta terá um determinado comportamento, uma marca de atuação definida, que impede a erupção de atos que não sejam discutidos e deliberados ou avalisados por esta direção. Isto significa que, na visão dos patrões e do governo, o surgimento do sindicato na área impediria a ocorrência de movimentos violentos ou de atos contra o patrimônio das usinas e, se assim mesmos estes ocorrerem, há a quem imputar e a quem punir.

A reivindicação de livre negociação entre patrões e empre-

67- as aspas em pacificação é para chamar atenção para o fato dos empresários desejarem o fim das greves ou, no limite, que a eclosão delas fosse de certa forma prevista e seguisse a legalidade vigente.

gados, sem intermediação da justiça trabalhista e do Estado, e o reconhecimento do direito irrestrito de greve, é uma antiga reivindicação dos trabalhadores, já posta no cenário sindical brasileiro desde a ascenção do chamado "novo sindicalismo".[68] Desde as históricas greves dos metalúrgicos de São Bernardo, em 1979, que o movimento sindical mais combativo luta pelo estabelecimento de canais para o entendimento direto entre patrões e empregados, sem intermediação da justiça trabalhista e pelo direito de greve. A greve é o instrumento de luta fundamental dos trabalhadores, para a conquista de melhoria das condições de vida e trabalho. Estes pontos, juntamente com a luta pelo fim da estrutura sindical corporativa, atrelada ao Estado, e o fim do imposto sindical são, a grosso modo, as grandes questões polêmicas que separavam as tendências que se agruparam para a criação da CUT e aquelas que se agruparam na criação da CONCLAT, posteriormente CGT (Central Geral dos Trabalhadores, 1986), posteriormente ainda CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores, 1990), e Força Sindical, outra central sindical, criada em 1990. Logo, naquela conjuntura política em que a CONTAG ainda detinha a direção e a hegemonia da condução das lutas dos trabalhadores rurais, a existência de negociações direta, entre patrões e empregados de uma pauta de reivindicações, como em Guariba, através de comissão de greve, significava que era possível também, no campo, o estabelecimento de uma relação entre patrões e empregados que só era imaginável nos chamados setores modernos de produção capitalista.

Ao findar a greve de Guariba, todas as forças políticas, da Região, se envolveram na constituição de um sindicato em Guariba. Dentre as forças políticas envolvidas nesta eleição, destacam-se: o Governo do Estado, através da Secretaria das Relações do Trabalho; os "gatos", empreiteiros de trabalhadores, como apêndices dos usineiros; o sindicalismo pouco comprometido e acomodado do Presidente do STR de Jaboticabal e do Presidente do STR de Barrinha; a Comissão Pastoral da Terra, que desde o início dos anos 80 atua na região e buscava montar um núcleo do órgão em Guariba; a FETAESP; a Central Unica dos Trabalhadores, que através da sua

68- Vide nota 16.

direção regional, ainda em formação, tentava aumentar a sua participação no setor rural e os usineiros, através do Sindicato Rural de Guariba (patronal). Através deste quadro é possivel ter-se uma idéia aproximada do diapasão de forças políticas interessadas em participar desta nova fase do sindicalismo de trabalhadores rurais da região.

Do lado das forças políticas mais comprometidas com os trabalhadores, a própria repercussão nacional da greve, é explicativa da atração que a criação e a eleição da primeira diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guariba despertou. Todas estas forças queriam ter maior participação nos próximos acontecimentos, dado que no primeiro foram meros expectadores ou bombeiros mobilizados para apagar um incêndio que não conheciam e nem estavam adaptados a apagar.

Do lado dos patrões e das forças mais conservadoras, havia um evidente interesse na criação do STR de Guariba, desde que ele fosse dirigido no sentido do legal e do permitido e, fundamentalmente, para ser um órgão assistencialista.

Do lado do Governo do Estado, Almir Pazzianotto, já havia deixado claro desde o início do movimento que o Sindicalismo de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo era pré-histórico, com lideranças sindicais que não lideram ninguém. Para ele era fundamental a emergência de novas lideranças e sindicatos que possam efetivamente liderar os trabalhadores, se constituindo em interlocutores válidos. Para ele, as negociações só se efetivam através de líderes que possam, de fato, representar as partes. É necessário, na mesa de negociações, lideranças que possam sustentar propostas que possam ser aceitas em suas assembléias. Na jornada de greves de maio, ficou claro que tanto do lado dos trabalhadores quanto do lado dos capitalistas não havia lideranças capazes de efetivar os acordos nas bases. Os sindicatos patronais representavam os produtores rurais, isto é, os fornecedores de cana e não os usineiros, que eram representadas pelo Sindicato do açúcar e Sindicato do álcool e entidades, como a SOPRAL, para as destilarias autônomas e a COOPERSUCAR, para as usinas.

Do lado dos patrões, também havia interesse no surgimento de Sindicatos de Trabalhadores Rurais que pudessem evitar depredações, como vistas em Guariba, capazes de provocar prejuízo ao seu patrimônio. Para os patrões era fundamental a emergência de sindicatos que combinassem a tarefa de prover os trabalhadores de assistência médica, dentária, ambulatorial com a atividade de representação sem explosões, isto é, que negociassem antes da ocorrência das greves.

Do lado da FETAESP, pelo menos para parte de sua diretoria, estava claro três questões: a primeira, era a necessidade de surgimento de lideranças na região canavieira, efetivamente comprometidas com os trabalhadores; a segunda, era a impossibilidade de continuar existindo os "sindicatões", de grande base territorial, como Jaboticabal, com extensão de base em Guariba, Taiaçu, Taiúva e Monte Alto. Esses "sindicatões" eram incapazes de representar a um conjunto muito grande e diferenciado de trabalhadores em municípios com realidades políticas e econômicas diversas. Mas estava claro, também, que o processo de desmembramento de bases tende a ser conflituoso, porque o enxugamento da base de um sindicato significa redução da arrecadação, tanto do imposto sindical quanto da contribuição assistencial, principais formas de sustentação sindical. Os sindicatos com maior extensão de base são os sindicatos mais estruturados e mais velhos e, graças as extensões, têm uma grande arrecadação que permite a manutenção de sua infraestrutura (sede própria, assessores, carro, maior número e maior remuneração aos diretores liberados).[69] Por último, não era aconselhável o surgimento de sindicatos na órbita de influência da CUT, que pudessem desestabilizar o frágil equilíbrio de forças com que Horigutti vinha conduzindo e mantendo a unidade no interior da FETAESP.[70]

No caso de Guariba, o Presidente do STR de Jaboticabal não tinha legitimidade entre os trabalhadores de Guariba e já estava

---

69- Segundo GRAZIANO DA SILVA (1989), havia em 1985, 168 STRs em São Paulo, destes, 73 (43,5%) tinham extensões de base, dos quais 22 (13,1) com mais de um município, além da sede, 13 com mais dois municípios, 11 com mais quatro e 13 com cinco ou mais municípios.

70- GRAZIANO DA SILVA (1989), op.cit. pag 153

ameaçado de se aposentar para o MSTR, por descontentamentos em sua própria base, Jaboticabal, onde uma oposição, com o apoio de parte da diretoria da FETAESP, começava a se articular. Para a FETAESP, era necessário que se criasse um sindicato em Guariba, mas que este mantivesse a prática confederativa. Nesta medida, para a FETAESP o maior perigo, naquele momento, seria o surgimento de um sindicato influenciado pela CUT, que pudesse romper com o equilíbrio de forças na federação. Isto porque a CUT se opunha a federações como a de São Paulo e defendia a organização e luta dos trabalhadores a partir da base, embora não desprezasse a luta por dentro da estrutura sindical vigente.

Do lado da CUT, a importância em participar da luta da Região era claramente posta. Isto porque os trabalhadores assalariados rurais da Região haviam, por iniciativa própria, criado uma prática de luta absolutamente próxima da defendida e imprimida pela Central, no que tange a combatividade; independência e autonomia. Por outro lado, mas no mesmo sentido, Guariba havia se tornado referência de luta não apenas para São Paulo, mas para todas as regiões do país com grande concentração de trabalhadores assalariados. No rastro de Guariba, várias greves ocorreramm no país inteiro, principalmente nas regiões canavieiras.

A forma de luta dos trabalhadores em Guariba, ao se aproximar da prática da CUT, se afasta da referência da CONTAG, da realização de greves legais na região canavieira do Nordeste. Nesta perspectiva, era importante para a CUT tornar-se direção efetiva da luta dos trabalhadores assalariados de São Paulo, dado que ela já era referência, pelo menos no imaginário dos trabalhadores, que identificam a greve de Guariba com outras promovidas pelos trabalhadores em São Bernardo. A greve dos canavieiros de Guariba, trabalhadores assalariados rurais, estava mais próxima das greves dos metalúrgicos de São Bernardo, ocorridas em São Paulo, do que às dos também canavieiros de Pernambuco, não só pela proximidade geográfica, mas, acima de tudo, pela proximidade política, da forma de luta.

A igreja progressista, através da CPT, também defendia a

criação de novos STRs na região, com novas lideranças, engajadas na luta e representativa dos interesses dos trabalhadores assalariados rurais, que pudessem se opor ao tradicionalismo dos STRs existentes. Defendia, portanto, a necessidade de criação de um STR combativo em Guariba, que pudesse ser irradiador, para toda a Região, de um processo de substituição de dirigentes sindicais por novas lideranças envolvidas na luta, apoio e fortalecimento de oposições sindicais e organização de novos sindicatos nas áreas inorganizadas e nas extensões de base.

Os acontecimentos de Guariba foram, como já foi dito, o momento em que um movimento social existente tornou-se visível. Este momento foi desprovido também de lideranças, porém permitiu o surgimento e reconhecimento de várias delas. Na primeira assembléia realizada no estádio de futebol da cidade, houve a tentativa, por parte do governo do Estado de dar a direção, a quem de direito, ao Presidente do STR de Jaboticabal, que além de não ser conhecido entre os trabalhadores, parecia também não conhecer, nem ao menos, as reivindicações, as quais se propunha representar. Guimarães tentou imediatamente se desvencilhar da incômoda situação e passou o comando à Élio Neves, Presidente do STR de Araraquara, recém eleito e ainda não empossado para a diretoria da FETAESP.

Vários foram os oradores que desfilaram ao microfone das assembléias do Estádio Municipal de Guariba, em maio de 1984. Nestas ocasiões, o microfone é carregado de uma certa mística de, ao mesmo tempo, atrair e expulsar oradores. Em assembléias de trabalhadores rurais é sempre grande o número de trabalhadores que quer apresentar no microfone a sua história de vida e trabalho, de outro lado, as velhas lideranças querem rapidamente passar o microfone adiante quando não têm nada a propor, que seja do agrado dos trabalhadores, que são inclementes nas vaias. Porém, dentre os vários trabalhadores que usaram a palavra, um chamou atenção pela eloquência e pelo fato de ser um dos poucos trabalhadores, que sofria apenas de uma parte da mística que o microfone causava nos oradores; a atração. Esta trabalhador era José de Fátima Soares, mais conhecido como Zé de Fátima. Após a

primeira assembléia ele começa a aparecer com mais frequência ao microfone do que os trabalhadores que haviam sido eleitos para comissão de negociação.

O personagem José de Fátima Soares sempre provocou opiniões contraditórias naqueles que o conheceram. Para alguns, ele representava o lider nato de um movimento desprovido de líderes tradicionais; era um orador eloquente, que conseguia num mesmo discurso ser combativo, carismático e lúcido. Para outros, que ao mesmo tempo em que viam com bons olhos as propostas arrojadas defendidas por ele, achavam o seu discurso confuso, que não conseguia ir a fundo na exploração dos trabalhadores assalariados rurais, o que era de certa forma comum numa primeira assembléia de um segmento de trabalhadores sem identidade. Mas o que causava maior estranheza era o fato de ficar claro que ele gostava demais de aparecer como líder do movimento. A insistência com que ele queria falar nas assembléias e aos jornalistas destacados para cobrir Guariba provocava restrições, sobre sua pessoa. Para alguns, mesmo naquela oportunidade, José de Fátima já representava um perigo ao sindicalismo do interior de São Paulo, tal era o seu personalismo, dado que podia ser um "agente infiltrado"[71] ou de fácil cooptação pelos patrões ou pelo governo. Há uma declaração de trabalhadores que ilustra bem o personagem:

"Zé de Fátima não pode vê um microfone que ele fica perto e se o dono não segurá firme ele toma".

71- as aspas se justificam, porque este termo é muito usado na gíria policial e era também usado, naquela oportunidade, para justificar o medo ainda decorrente dos períodos mais duros da Ditadura Militar, ainda vigente.

3.9 - Guariba Volta às Manchetes

O ano de 1984, pós greve de Guariba, será o ano do despertar dos assalariados rurais não apenas de São Paulo, mas de todo o país, fundalmentalmente da Região Centro Sul. Greves, paralizações, mobilizações se sucederão, envolvendo trabalhadores assalariados de diferentes estados, regiões e culturas. Neste mesmo ano os cortadores de cana do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná entrarão em greve.

Em São Paulo, os apanhadores de laranja de Bebedouro e Barretos, do coração da laranja, promoverão duas greves em 1984, a primeira, como já foi dito ocorreu simultaneamente à de Guariba, a segunda em outubro, ao final da safra. Outras greves ocorreram com os assalariados das lavouras brancas em Guaíra e outras cidades próximas, os trabalhadores da madeira, em áreas de reflorestamento também paralisarão na região de Itapetininga, em São Paulo. Para todas estas lutas, Guariba será a referência e marco do processo de constituição da identidade dos trabalhadores assalariados, que, ainda neste primeiro momento de descoberta de sua capacidade de luta, verá com certa desconfiança as lideranças sindicais e os sindicatos. É esta a constatação dos próprios dirigentes sindicais:

"As bases passaram por cima dos sindicatos como um rolo compressor. As lideranças precisam analisar rapidamente o que está acontecendo e ocupar o espaço perdido".[72]

Logo após a greve de Guariba, o próprio presidente do STR de Jaboticabal, Benedito Guimarães, juntamente com o Presidente da FETAESP, Roberto Horigutti, resolvem se antecipar aos trabalhadores e convocam os fazendeiros para discutir as reivindicações dos trabalhadores assalariados das lavouras brancas (arroz, milho, cebola, amendoim, tomate, soja, cebola, café etc.), produtos produzidos por fazendeiros, isto é, pelas autênticas bases patronais da FAESP. Apresentam uma pauta de reivindicações bem próxima da de Guariba, onde se destaca a diária de Cr$ 10.000,00,

---

72- Élio Neves em entrevista à Folha de São Paulo em 27/05/1984

valor conquistado em Guariba, contra uma diária que vinha sendo paga de Cr$3.000,00, carteira assinada, indenização pelo término da safra, férias, 13º proporcional etc. Fazem, nesta oportunidade, uma ameaça bem interessante:

"Se os fazendeios não aceitarem nossa proposta vai todo mundo colher cana e laranja"[73].

O interessante desta ameaça é que ela utiliza a mesma linguagem e temor dos fazendeiros frente aos acontecimentos de Guariba, que é da pressão que passam a receber para equiparação do pagamento com a cana e a laranja. As chamadas culturas brancas já sofrem, principalmente na região de Ribeirão Preto, a concorrência por trabalhadores frente a cana e a laranja, que pagam mais. Segundo os próprios trabalhadores, eles preferem trabalhar na cana e na laranja porque são mais rendosas. Todos reconhecem, por outro lado, que a cana, embora pague melhor, exige maior esforço do trabalhador e, segundo eles, encurta a vida.

Os "gatos" e empreiteiros de mão-de-obra escolhem os trabalhadores classificados como melhores de serviço, isto é, mais fortes e mais jovens para a cultura da cana, principalmente no corte. Os mais fracos, menos resistentes, vão para a laranja, por fim, os menos capacitados e mais débeis vão para as demais culturas, que pagam menos. É claro, que na entre-safra, os que não conseguem trabalho na cana, mesmo os mais fortes vão para a colheita do amendoim e para as chamadas culturas brancas, mas todos são unânimes em afirmar que *"estes trabalhos não pagam nada"*.

Assim, pelo lado dos fazendeiros, eles sabem, que frente a cana e a laranja, têm flagrante desvantagem na contratação de mão-de-obra. Nas áreas de expansão recente da cana, uma parte da oposição da entrada deste produto parte dos próprios fazendeiros, que sabem que, a partir da entrada da cana, terão problemas na contratação de trabalhadores e terão que subir o preço do pagamento, ou ficarão sem trabalhadores. Desta forma, os sindicalistas, ao ameaçarem os fazendeiros com a possibilidade de ficarem sem trabalhadores, batiam na tecla certa. Mas, analisando de

---

73- Roberto Horigutti, Folha de São Paulo, 29/05/1984

outro lado, é de se estranhar o fato de não ameaçarem estes fazendeiros com a arma dos trabalhadores que é a greve. De qualquer forma, a atitude do movimento sindical em apresentar uma pauta de reivindicações para as culturas brancas em pleno mês de maio, ainda bem distante da data base da categoria (setembro), revela que alguma coisa está mudando no movimento sindical do Estado de São Paulo. Fica claro, que a FETAESP está buscando "ocupar o espaço perdido".

Os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores assalariados, que ocorrem ainda neste ano de 1984, são de quatro tipos fundamentais: o primeiro é o dos trabalhadores das regiões e municípios com produção de cana ou laranja, que querem ver estendidos os acordos de Guariba e de Bebedouro; o segundo tipo, é dos trabalhadores, nas demais culturas, que empregam trabalhadores assalariados, onde estes, a exemplo de Guariba, querem conquistar melhorias nas suas condições de vida e trabalho; o terceiro tipo, são os movimentos pelo cumprimento dos acordos, inclusive com greves, que foram os de maior incidência de casos; finalmente, o quarto tipo, é o de luta por trabalho, dado o elevado desemprego, decorrentes da seca na Região Centro-Sul do país, incidindo e prejudicando mais diretamente as chamadas lavouras brancas e decorrente também da crise econômica que o país atravessava.

No primeiro tipo, ocorrem várias greves nos municípios onde os Sindicatos Patronais, as usinas e fornecedores não reconheceram a extensão do acordo de Guariba para todo o Estado. Nesta medida, os meses de maio, junho, julho e agosto marcarão a ocorrência destes movimentos em vários municípios, abrangendo tanto a Região de Ribeirão Preto quanto as demais regiões produtoras de cana: Pontal do Parapanema, Piracicaba, Assis, etc.

No segundo tipo, destacam-se as greves dos apanhadores de café em Franca, dos trabalhadores nas lavouras brancas de Guaíra, como já foi dito.

A greve de Guaíra teve uma característica particularmente importante, a de reforçar a denúncia do Movimento Sindical às Cooperativas de Mão de Obra. A Cooperativa de Guaíra era tida

como modelo a ser copiado pelas prefeituras das cidades com grande concentração de trabalhadores volantes. Estas cooperativas foram incentivadas, no início da década de 1980, pelos governos Federal, Estadual e Municipal, como forma de resolver o problema das condições de transportes, salários e alimentação dos trabalhadores volantes.

O principal problema dos trabalhadores assalariados volantes, de acordo com as análises do governo, era as precárias condições de alimentação dos volantes, responsáveis pelo nome de "bóias-frias". O outro problema detectado, pelo governo, era as péssimas condições de transportes destes trabalhadores. Condições estas responsáveis por um grande número de acidentes rodoviários em São Paulo, devido a precariedade dos caminhões "pau-de-arara". As análises governamentais destacavam também o problema das disparidades de pagamento consequente dos leilões promovidos pelos "gatos". As cooperativas tinham como associados os trabalhadores, os ofertantes de força-de-trabalho e, de outro lado, como demandantes, os fazendeiros, que através da direção da cooperativa contratava os trabalhadores que necessitasse, pelo tempo que durasse a empreita.

O funcionamento das cooperativas de mão-de-obra se faz sob administração direta de um funcionário do Ministério do Trabalho e tem no seu Conselho Consultivo membros ligados, ou representantes, das entidades patronais, os trabalhadores não têm participação na sua administração. Os trabalhadores ao se tornarem "sócios" da entidade passam a ter uma relação de propriedade com a mesma, dado que é cooperativa, porque estatutariamente, a cooperativa pertence aos sócios que não têm, nem podem ter com esta, relação de emprego. Esta relação também não é assumida pelos proprietários, que contratam o serviço da cooperativa e não diretamente com os trabalhadores. Dessa forma, as cooperativas mascaram a relação de trabalho e não trazem, de outro lado, nenhum benefício salarial aos trabalhadores, nem no sentido de ampliar o tempo de emprego[74].

74- BACCARIN, José G. et alli (1982). "Cooperativas de Bóias-Frias: O Caso de Franca. Reforma Agrária, 12 (5): 13-21, Campinas, SP, 1982.

Na prática, as cooperativas passaram a funcionar exatamente como os "gatos". O Movimento Sindical denunciava que estas eram a institucionalização dos "gatos", mantida através de recursos públicos, que vinha para negar as principais reivindicações dos trabalhadores: emprego direto pelos proprietários de terra, sem intermediação, e trabalho o ano inteiro. Para o Movimento Sindical, as Cooperativas não beneficiavam os trabalhadores, porque a sua principal finalidade estava em nivelar, por baixo, o pagamento dos trabalhadores. Não fiscalizavam as condições de transporte, porque os caminhões de transporte eram os mesmos dos "gatos" e a alimentação se restringia a um café com pão, quando o trabalhador chegava na cooperativa. A greve de Guaíra mostrou que o "modelo", como apregoava o então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, grande defensor das cooperativas, não funcionou para os trabalhadores, só beneficiou os "gatos" e proprietários. Murilo Macedo chegou a declarar nos jornais, durante a greve de Guariba, que a greve só havia ocorrido porque em Guariba, apesar dos esforços do governo, ainda não havia Cooperativa de Mão-de-obra.

As cooperativas institucionalizavam os "gatos" e o trabalho volante, na medida que viam o volante não como uma anomalia das relações de trabalho assalariado, mas analisavam como se o mercado de trabalho rural fosse composto de partes iguais e com os mesmos interesses. Na análise do governo, os trabalhadores preferiam o trabalho livre e sem contrato de trabalho, porque assim ganhavam mais do que se fosse permanente e os produtores preferiam os volantes devido a intermitência da utilização de força-de-trabalho. Ou seja, este era o mundo idílico das relações de trabalho em São Paulo, admitidas pelo governo como as mais eficientes da agricultura brasileira. Neste sentido, as cooperativas apenas resolveriam alguns problemas pontuais: transporte; alimentação e salários padronizados.

Por outro lado, a greve de Guaíra, assim como a mobilização dos trabalhadores assalariados das lavouras brancas, pelo cumprimento das cláusulas salariais e trabalhistas do acordo de Guariba, coloca a nu a precariedade da unidade política dentro da

FETAESP. Uma parcela dos dirigentes sindicais e do quadro social de vários sindicatos de trabalhadores rurais, é composta por pequenos proprietários. Alguns conseguiram se manter como pequenos e capitalizar sua produção, neste processo passaram também a contratar trabalhadores assalariados. Enquanto a greve dos assalariados atinge a cana e as empresas citricultoras, não há problema, mas quando ela passa a atingir também os pequenos proprietários capitalizados, ela passa a prejudicar uma parte do quadro social da FETAESP, o que abala o equilíbrio de forças dentro da entidade. Esta questão será retomada mais tarde quando discutirmos a criação dos Sindicatos de Empregados Rurais e da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados dos Estado de São Paulo).

O acordo de Guariba, embora aceito por uma grande parte dos usineiros em São Paulo, não foi cumprido pela maioria, porque sabiam das dificuldades na sua fiscalização. Isto era devido ao conhecido despreparo do Movimento Sindical; às proibições, por parte das usinas, da presença de sindicalistas no trabalho; quanto devido às históricas fraquezas e problemas do Ministério do Trabalho, através das Delegacias Regionais do Trabalho.

Ou seja, o Ministério tem se mostrado incompetente para fiscalizar o cumprimento dos acordos de trabalho urbanos, mesmo com sindicatos atuantes, onde a proximidade e concentração das unidades de produção e postos de trabalho favorecem a ação. Na agricultura, em São Paulo, com sindicatos pouco atuantes e o grande número e dimensão dos estabelecimentos, acrescido da grande dispersão dos trabalhadores, o despreparo do Ministério do Trabalho é maior, sem contar as possibilidades de cooptação e suborno de fiscais, fartamente denunciados na imprensa.

Para os usineiros, a dificuldade em cobrar o cumprimento do acordo favorece o prevalecimento da lei do fazendeiro, onde quem manda é o dono. De outro lado, é necessário acrescentar, que o acordo de Guariba não previa nenhum tipo de multa aos patrões que não o cumprissem.

Mesmo depois da greve de maio, vários sindicatos continuaram a se comportar da mesma forma que antes da greve, isto é, sem ne-

nhum tipo de trabalho sindical junto aos trabalhadores assalariados rurais. Contribuía para isso os problemas decorrentes, do velho argumento da base municipal, com trabalhadores morando em um determinado município, mas trabalhando para usinas situadas em outros. Assim, sem cobrança dos sindicatos e com os trabalhadores dispersos, vendendo sua força de trabalho para patrões distintos, intermediados por "gatos", as empresas apenas cumpriam com a cláusula que detonou a greve: fim do corte em sete ruas e volta ao sistema de cinco ruas. As demais cláusulas do acordo, tais como: carteira assinada; pagamento quinzenal; fornecimesnto de ferramentas e roupas; fornecimento de equipamento de proteção individual; caixa de medicamentos de primeiros socorros nos locais de trabalho; transporte das ferramentas em separado; o pagamento da cana pelos valores acordados e pagamento pela diária quando não houver trabalho, por motivo alheio aos trabalhadores só eram cumpridas em parte e, assim mesmo, pelas usinas mais organizadas.

"O acordo é burlado de forma quase sistemática pelos empreiteiros de mão-de-obra que prestam serviço aos fornecedores avulsos de cana"[75].

A greve de Guariba e as lutas para extensão do acordo, nas cidades que paralisaram na esteira da greve de Guariba, e mesmo a cobertura dada pelos meios de comunicação à greve e ao acordo, tornou, pela primeira vez, claro para o conjunto dos trabalhadores as condições de venda da sua força-de-trabalho. Ou seja, antes da greve de Guariba os trabalhadores iam trabalhar sem saber como e a quanto seriam pagos, principalmente nas turmas de empreiteiros de fornecedores de cana. Por conta disto, era comum também as greves e paralisações no pé do eito, isto é no local de trabalho, porque somente lá é que os trabalhadores tomavam conhecimento das condições de realização do trabalho. Neste momento, quando verificavam que estavam sendo mais explorados que o normal, reagiam e se recusavam a trabalhar. Porém, depois da greve de Guariba, quando todos os trabalhadores tomaram conhecimento do acordo, passaram a ficar mais exigentes pelo seu cumpri-

---

75- José Abadia Bueno Peres, Chefe do P.A. de Sertãozinho, Folha de São Paulo, 29/07/1984

mento. Afinal, havia um acordo que regulava as relações de trabalho, logo, para os trabalhadores ele teria que ser cumprido. Após a greve de Guariba, o Posto de Atendimento da Secretaria das Relações de Trabalho em Sertãozinho, no coração da cana, passou a receber uma média de 150 denúncias por dia de descumprimento do acordo.[76]

O fato dos trabalhadores, após Guariba, passarem a estar mais vigilantes e exigentes das condições acordadas para a realização do seu trabalho é uma confirmação de que a greve de Guariba contribuiu para a constituição da identidade dos trabalhadores assalariados rurais. Ou seja, a greve de Guariba permitiu que houvesse um reconhecimento dos trabalhadores para dentro e para fora: para dentro significa o reconhecimento de que são assalariados e para a melhoria de suas condições de vida e trabalho é necessário realizar lutas. Além disto, o seu trabalho, após a greve, passou a ter um valor que está regulamentado num acordo de trabalho, resultado de uma conquista, que explicitou para a própria categoria a sua força. O significado para fora, está no fato de tanto a luta quanto o acordo, que pos fim a greve, se tornaram conhecidos para o conjunto da sociedade, através dos meios de comunicação de massas, que deram cobertura ao evento.

Sem dúvida, na perspectiva da organização e das novas lutas da categoria, que a alçam à condição de "sujeito coletivo", como já foi posto antes, o significado para dentro, entre os próprios trabalhadores, é mais importante, do que o significado para fora. Porém, o significado para fora, no qual os meios de comunicação têm papel de destaque, tem grande importância para os trabalhadores realizarem as lutas cotidianas pelo cumprimento dos acordos, de denúncia das transgressões e para a exigência de fiscalização.

A luta pela fiscalização, revela para os trabalhadores, que os instrumentos do governo, no caso a DRT e os PAs., são inadequados para a cobrança aos patrões, que é necessário maior atuação do instrumento de luta dos trabalhadores, os sindicatos. A

76- ídem

omissão dos STRs passará a ser também denunciada pelos trabalhadores, junto com o descumprimento dos acordos, o que atuará no sentido de mostrar, para os trabalhadores, que não basta uma greve no ano para resolver os problemas, é necessário a existência de sindicatos mais comprometidos com as lutas dos trabalhadores. Este processo será vital para a mudança na prática sindical que ocorrerá na região.

Do lado dos patrões, a greve de Guariba também provocou mudanças no relacionamento com os trabalhadores. Com o acordo de Guariba houve aumento das exigências no processo de trabalho, o que alimentou inúmeras reclamações junto aos sindicatos e junto aos P.As. da região. Isto é, os empregadores, principalmente as companhias agrícolas, ligadas às usinas, passaram a fiscalizar melhor o trabalho realizado pelos trabalhadores e aumentaram as exigências. As principais foram: exigência de cortar a cana bem rente ao solo, o que aumenta o rendimento do produto na usina e favorece a brotação da soca; exigência de amontar a cana para reduzir ou até mesmo eliminar a utilização do rastelo mecânico das carregadeiras, reduzindo a quantidade de pedras e terra, que aumentam o custo com a lavagem da cana e provocam a perda de rendimento das usinas; controle mais rigoroso da falta ao trabalho, com dispensa dos faltosos contumazes. Os trabalhadores que resistissem ao cumprimento das novas exigências eram preteridos frente a outros, na hora de contratar ou eram demitidos.

As companhias agrícolas das grandes usinas foram as que primeiro passaram a cumprir o acordo de Guariba. Passaram a cumprir o corte em 5 ruas, as exigências de transporte gratuito, o que já estava assegurado na região, mesmo antes da greve, e o preço da cana, as chamadas cláusulas econômicas do acordo. Continuavam sem cumprir as chamadas cláusulas trabalhistas, aquelas que envolvem as melhorias das condições de trabalho, mas que são mais difíceis de serem cobradas pelos trabalhadores. Algumas das chamadas cláusulas trabalhistas não só representam melhoria nas condições de trabalho, como, significam também redução dos desembolsos realizados pelos trabalhadores para trabalhar, como a exigência dos patrões fornecerem gratuitamente

os instrumentos de trabalho, podões e lima, e os uniformes, por exemplo.

Isto significa, que a greve de Guariba e o estabelecimento de um acordo de trabalho resultante da luta, provocou mudanças dos dois lados: do lado dos trabalhadores, que passaram a exigir o cumprimento de todas as cláusulas do acordo, e a exigir maior empenho dos STRs, e, do lado dos patrões, que passaram a exigir dos trabalhadores maior intensidade do trabalho, maior dedicação, sob o risco de serem demitidos, e a necessidade de se organizarem mais como capitalistas, através da articulação de interesses dos diferentes produtores rurais (usineiros, fornecedores de cana, produtores rurais etc).

O ano de 1984 terá um outro componente importante que será a seca, que provoca antecipação do fim da safra de cana e atrasa o plantio das lavouras de verão, nas áreas de reforma dos talhões. Nesta medida, ocorrerá o aumento do desemprego, provocado pelo fim da safra e dificuldades de conseguir trabalho nas culturas de verão, o que tornará o final de 1984 início de 1985 mais dramático para os trabalhadores, agravado pelo grande afluxo de trabalhadores, tangidos pelo desemprego em diferentes regiões do país.

Durante o ano de 1984 já haverá também, em vários municípios da região, mobilizações de desempregados. Em alguns locais, estas mobilizações de desempregados serão apoiadas pela igreja, baseada no exemplo das pastorais do trabalho, que tiveram um papel importante na organização dos desempregados nos grandes centros industriais, neste período de acirramento da crise econômica, 81/1985.

Estas mobilizações atuavam mais diretamente sobre as Prefeituras Municipais, ao exigir maior comprometimento com a questão do desemprego, com a abertura de frentes de trabalho, fornecimento de cestas de alimentos etc. O trabalho das Prefeituras com a questão dos desempregados era no máximo de realizar triagem com os migrantes, fornecer uma refeição e pagar a passagem de ida, de trem, para o Oeste do Estado ou para São Paulo.[77]

77- O Diário/ Ribeirão Preto, 23/06/1984

Uma outra grande preocupação dos prefeitos da Região era sobre a cobertura que a imprensa estava dando às greves de bóias-frias na Região, sobre os ganhos auferidos pelos trabalhadores e sobre a riqueza da Região, baseada em dois produtos: cana e laranja. Segundo as prefeituras de determinados municípios, a imprensa era a responsável pelo crescimento da imigração para a Região. Eram frequentes os noticiários mostrando que os municípios de grande concentração de usinas e fábricas de sucos, como Sertãozinho e Bebedouro, tinham elevada arrecadação e tinham uma sólida economia, com demanda permanente de trabalhadores. Esta imagem, não totalmente desprovida de fundamento, dado que, principalmente a laranja, havia provocado o aparecimento de um próspero mercado consumidor de produtos de alta renda, provocava a atração de trabalhadores desempregados em outros setores e regiões. Na realidade, estas cidades, embora com elevada arrecadação, se defrontavam com sérios problemas de infraestrutura urbana e não tinham condições de empregar este contingente adicional de trabalhadores.

Será no bojo da mobilização dos desempregados, com a participação do STR de Araraquara, que se dará a discussão sobre assentamentos na Região. Deve-se acrescentar também a participação do Governo Montoro, que tornará possível a ocupação de áreas devolutas ou pertencentes ao Estado através da Secretaria de Assuntos Fundiários. No Capítulo 5 serão discutidos alguns aspectos desta luta e a nossa visão será melhor esclarecida.

GREVE DA LARANJA DE AGOSTO DE 1984

A partir de agosto de 1984, os apanhadores de laranja de Bebedouro iniciam a preparação de uma nova greve para reconquistar o que haviam perdido com o acordo de maio. A greve de Bebedouro e Barretos, em maio, teve duas cracterísticas, como já foi dito, que a diferenciaram da dos cortadores de cana de Guariba. A primeira característica foi a de ter sido precedida por um processo de preparação que se iniciou em março, mesmo sem a participação

dos sindicatos. A segunda diferenciação, é que as negociações e o acordo, que pos fim à greve, foram encaminhados pelas diretorias dos sindicatos, sem participação dos trabalhadores e do comando de greve, que em ambas as cidades era de responsabilidade dos trabalhadores, sem interferência dos STRs.

No acordo de junho, os trabalhadores foram claramente enganados pelas direções dos STRs de Bebedouro e Barretos, que aprovaram um acordo muito abaixo do que queriam os trabalhadores. Os trabalhadores reivindicavam Cr$210,00 por caixa e no acordo, a ABRASUCOS (Associação Brasileira das Indústrias de Sucos), concordou em pagar os Cr$210, só que bruto, isto é, os trabalhadores receberiam Cr$144,00 por caixa, mais Cr$24,00 do descanso semanal remunerado, desde que não faltassem ao serviço, e mais Cr$42,00, para cobrir a indenização pela rescisão do contrato, o décimo terceiro e as férias. Estes Cr$ 66,00 restantes só seriam pagos ao final da safra, sem juros e sem correção monetária. Este acordo foi aprovado numa assembléia claramente manipulada pelos STRs, na qual não foi explicado os descontos e a palavra não foi franqueada. Sem esclarecer que os Cr$210,00 só seriam pagos ao final da safra, os trabalhadores consideraram o movimento vitorioso e comemoraram bastante o desfecho da greve, com uma passeata pela cidade. Somente depois, com a volta ao trabalho, é que descobriram que foram ludibriados pelas direções sindicais.

Esta frustração, fez com que os trabalhadores já começassem a preparar a retomada da greve ainda no ano de 1984 e se mantivessem vigilantes e desconfiados dos STRs e da Federação.

Em agosto, os trabalhadores de Bebedouro iniciam a preparação da greve, sem a participação do sindicato, reivindicando Cr$300,00 por caixa, sem descontos. Quando eclode a greve em 02/10/1984, as reivindicações já eram Cr$450,00 por caixa, líquido; mais Cr$75,00 por caixa para o descanso semanal remunerado; mais Cr$44,00 por caixa para o pagamento das férias proporcionais e mais Cr$44,00 para o pagamento do décimo terceiro e indenização do fim de safra. A greve se inicia com os apanhadores de laranja de Bebedouro, Terra Roxa, Monte Azul e

Viradouro, totalizando 6000 trabalhadores na mesma semana de deflagração. Logo ela se expande para Pitangueiras, Taquaral, Itaiaçu e Barretos e tem a sua direção completamente independente dos sindicatos, que se colocam, desde o início, contrários à greve.

A direção do movimento é composta por representações de trabalhadores eleitas nos bairros de habitação dos trabalhadores, com assessoria jurídica da FETAESP, que é vista com desconfiança pelos trabalhadores. Por conta disto, os trabalhadores exigem negociar diretamente com as indústrias de suco da região, principalmente a FRUTESPE e a Cargil, situadas em Bebedouro. Ou seja, os trabalhadores de Bebedouro e das demais cidades onde eclode a greve da laranja, acreditam que foram traídos na greve anterior porque não puderam negociar diretamente, como fizeram os trabalhadores de Guariba, através da sua comissão de negociação. De outro lado, do lado dos capitalistas, tanto a FAESP, quanto a ABRASUCOS querem negociar com a FETAESP e em São Paulo, sem a pressão dos trabalhadores em greve. Este impasse só vai ser resolvido através do próprio Almir Pazzianotto, que intercede para que se aceite, na mesa de negociações, os representantes dos trabalhadores.

A ABRASUCOS só vai aceitar participar das negociações porque a greve paralisa diretamente as fábricas de suco, suas filiadas. Para ela, as reivindicações dos trabalhadores agrícolas devem ser encaminhadas às firmas empreiteiras de mão-de-obra, porque, segundo ela, as empresas industriais não têm trabalhadores agrícolas. Por outro lado, os trabalhadores não querem negociar com os "gatos", pois estes não são reconhecidos como empregadores e, além disto, não têm nenhum poder para negociar propostas, que são necessariamente chanceladas pelas citricultoras, que pagam aos "gatos". A inflexibilidade da ABRASUCOS é quebrada pelos próprios trabalhadores, que passam a realizar piquetes, não apenas nos bairros de moradia dos trabalhadores, mas nas portas das fábricas e na Rodovia Faria Lima, conhecida como Rodovia da laranja. Com isso as poderosas Companhias de Suco, como a Citrosucos, em Matão, e a Cutrale, em Ara-

raquara passam a ser diretamente afetadas pela greve.

A greve é encerrada no dia 13/10/1984, depois de dura atuação da polícia sobre os piquetes. A proposta que encerrou a greve deu reajuste integral do INPC entre maio e outubro (71%), mesmo os trabalhadores relutando em aceitar, porque tinham consciência de que haviam sido enganados no acordo de maio. O saldo mais importante da greve foi a negociação direta com a ABRASUCOS e a consolidação de uma oposição sindical em Bebedouro e Barretos. Em Bebedouro esta oposição conseguiu assumir a direção sindical em 1986, ao passo que em Barretos, por força de uma série de artimanhas, a direção permaneceu nas mãos do mesmo grupo.

362 páginas

Seu Francisco José da Costa Alves
T/UNICAMP
A287m
v.2
14822

3.10 - Começa a Entre-safra de 1984/1985

Com o fim da safra de cana, na entre-safra, período no qual cai bastante a oferta de emprego, a situação dos trabalhadores na região de Ribeirão Preto torna-se bastante delicada, principalmente num ano de recrudescimento da crise econômica, no qual é grande o número de desempregados tanto do setor urbano, quanto rural e cresce a imigração de trabalhadores para a região. Este é o quadro da entre-safra de 1985, que redundará numa greve completamente diferente da anterior, pois ocorrerá no momento onde é mais baixo o poder de barganha dos trabalhadores, dado que se realiza fora da colheita dos dois principais produtos e as usinas estão paradas, realizando apenas trabalhos que requerem menor número de trabalhadores e com elevado grau de mecanização.

Nestas circunstâncias, a greve terá como elemento importante a característica urbana do movimento, mobilizando os trabalhadores desempregados e com maior nível de carência. A fome, o desemprego e o desespero elevam o grau de dramaticidade da greve, o que exigirá pronta mobilização das autoridades municipais, devido aos estragos que uma população faminta pode fazer numa cidade onde a atividade principal é a agricultura.

Com esta greve, novamente Guariba retorna ao cenário dos noticiários dos jornais, revistas e telejornais nacionais. Novamente, as autoridades estaduais, parlamentares, lideranças sindicais etc. são deslocados para a área. Com o STR de Guariba já fundado, mas sem a carta sindical expedida, haverá plena participação deste na deflagração e condução da greve. Porém, de novo, o elemento amplificador da greve será a fome, conjugada com o desemprego e o não cumprimento do acordo de Guariba.

Se na greve de maio a deflagração do movimento foi feita expontaneamente pelos trabalhadores, nesta já houve um processo de preparação maior, efetuado pelo recém-criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba. As principais reivindicações em Guariba eram: readmissão dos demitidos ao final da safra de cana; redução da jornada de trabalho, que sempre foi maior do que as oito horas diárias estabelecidas; exigência de instalação de ta-

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

cógrafos nos caminhões de transporte de trabalhadores; readmissão de 13 dirigentes sindicais de Guariba, inclusive seu Presidente José de Fátima Soares, demitidos, ao final da safra, pela Usina São Martinho; reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba; livre acesso às usinas dos dirigentes sindicais, ou seus representantes; impedimento de contratação de trabalhadores imigrantes pelas usinas, que só poderiam contratar trabalhadores residentes nos municípios da região; estabilidade no emprego por um ano; pagamento dos dias parados; aumento das diárias de Cr$10.300,00 para Cr$17.000,00 e cumprimento integral do acordo de Guariba, de maio de 1984, que vinha sendo permanentemente descumprido.

A greve se inicia no dia 04/01/1985, com 5000 trabalhadores de Guariba, mas ameaça se estender rapidamente para outras categorias e regiões, pelo menos esta é a ameaça feita pelos dirigentes de duas entidades presentes em Guariba: CUT e FETAESP. Do lado da CUT, a proposta defendida por Osvaldo Bargas, Secretário Geral da Entidade em São Paulo, era estendê-la para outras categorias, para se constituir numa greve nacional pela conquista do reajuste trimestral de salários e estabilidade no emprego:

" Caso as reivindicações não sejam atendidas, este movimento se alastrará imediatamente para outras regiões, inclusive atingindo outras atividades e categorias de trabalhadores, como metalúrgicos e motoristas de ônibus"[73].

Do lado da FETAESP, o tom será o mesmo, aproveitando a bandeira da luta contra o desemprego sazonal, comum a todos os municípios canavieiros e reivindicação básica dos assalariados rurais, por trabalho o ano inteiro:

"Pelo menos 9 sindicatos de trabalhadores rurais da Região param em solidariedade, caso não sejam atendidas as reivindicações dos bóias-frias de Guariba"[74]

No contexto político da deflagração desta greve, se destacam dois fatos: o primeiro, é que ela ocorre duas semanas antes da reunião do Colégio Eleitoral, que escolherá Tancredo Neves como Presidente da República, encerrando o ciclo de Generais

---

73- Folha de São Paulo, 04/01/1985
74- Ídem

Presidentes; o segundo, é que ela se dá sob um clima de forte antagonismo entre as Centrais sindicais CUT e CGT.

O sindicato de Guariba era filiado a CUT; a FETAESP, embora formalmente não fosse filiado a nenhuma central, compunha a CONTAG, informalmente filiada a CGT, dado que seu Presidente José Francisco da Silva era Vice-Presidente da CGT. A CGT tinha se comprometido com a candidatura Tancredo Neves e não queria iniciar o ano com uma onda de greves que pudesse obstaculizar o governo que se iniciava. A CUT, de outro lado, não havia se comprometido com a candidatura Tancredo Neves.

Estes dois fatos são importantes de serem destacados porque foram bastante explorados pela imprensa e demarcavam as posições, das entidades, em relação a greve. Do lado da CUT, havia um grande esforço na condução da greve e na sua manutenção, ao passo que do lado da FETAESP a greve se dava num momento político inoportuno, mas, por outro lado, era fundamental legitimar-se, perante os trabalhadores e perante o MSTR, num ano de Congresso da CONTAG. Ou seja, a FETAESP encontrava-se numa situação difícil; de um lado, pressionada pelos trabalhadores porque a greve era justa e ela não podia se mostrar vacilante para os demais dirigentes sindicais, cuja as bases deflagariam a greve independente deles, de outro lado, considerava a inoportunidade política da greve.

A inoportunidade desta greve decorre dela se dar em plena entre-safra, período de difícil mobilização. Nele, é reduzido o poder de barganha dos trabalhadores, devido ao desemprego e devido à elevada rotatividade. Esta é propiciada pelo fato das grandes empregadoras: cana e laranja, somente estarem empregando um número considerado pequeno de trabalhadores. Tanto o plantio de cana, quanto os tratos culturais da cana e laranja são efetuados com elevado índice de motomecanização, que requer um contingente relativamente pequeno de trabalhadores.

Em decorrência do elevado desemprego, a greve será conduzida, principalmente, pelos trabalhadores desempregados, que por já estarem desempregados não têm nada perder. Mas, ela pressionará as empresas a partir dos trabalhadores empregados, que, de-

vido aos piquetes, não poderão trabalhar, além disto, desempregado não faz greve. Na entre-safra, como as usinas empregam relativamente poucos trabalhadores, é grande a concorrência entre trabalhadores empregados e desempregados, porque todos os dias, embora desempregados, os trabalhadores vão até os pontos de embarque se oferecer aos "gatos" para conseguir emprego.

Os patrões se aproveitam da existência de uma grande número de desempregados para pressionar e ameaçar os empregados, que reclamarem das condições de trabalho ou o cumprimento do acordo. Nesta medida, os trabalhadores empregados ficam submetidos a dois fogos cruzados: na cidade, estão pressionados pelos desempregados, que sabem que a greve só terá validade com a adesão dos empregados; no trabalho, são pressionados pelos "gatos" e feitores a não parararem porque existem inúmeros trabalhadores para assumirem o lugar dos empregados.

Os "gatos" vão aproveitar essa divergência entre trabalhadores empregados e desempregados para pedir garantias para a polícia, para conseguir furar o bloqueio dos piquetes, alegando, em nome dos empregados, o "sagrado direito ao trabalho". A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo mobiliza mais tropas para a Região, o que provocará conflitos generalizados, com a polícia espancando trabalhadores, lideranças, padres e deputados. São espancados homens, mulheres e crianças inclusive dentro das casas. A polícia utilizando o "cassetete democrático" não fará nenhuma discriminação: quer sexual; etária; estado civil, batendo igual e "democraticamente" em todos que se ponham no seu caminho.

Novamente o Secretário das Relações do Trabalho, Almir Pazzianotto tentará resolver rapidamente a greve a partir de uma proposta costurada por ele, sem participação dos Sindicatos, junto as usinas locais: empregar todos os desempregados na colheita do amendoim a ser iniciada em 15 dias, isto é no dia 20/01/1985. Os trabalhadores rejeitaram por unanimidade esta proposta, porque não atendia a nenhum dos itens da pauta de reivindicações e porque a colheita do amendoim paga muito mal aos trabalhadores (segundo eles próprios). Além disto, a proposta era

evidentemente demagógica, dado à impossibilidade do conjunto dos trabalhadores desempregados serem aproveitados na cultura do amendoim, que emprega muito menos do que a cana.

Com a entrada expontânea de outros municípios na greve: Barrinha; Jaboticabal; Sertãozinho; São Joaquim da Barra e Monte Alto, a greve toma impulso mas se dá o racha entre a greve de Guariba, apoiada pela CUT e a greve das demais cidades com participação mais efetiva da FETAESP. É constituído um outro comando de greve em Barrinha, aglutinando os STRs próximos à FETAESP. Com isto, a condução da greve ficou a cargo de dois comandos: um em Guariba, sob a coordenação do STR local, com o apoio da CUT, e outro em Barrinha, sob a coordenação da FETAESP e dos STRs em greve.

Segundo a FETAESP, a causa da separação dos comandos, está no aproveitamento político da greve, realizado pela CUT e por José de Fátima, levando à radicalização do movimento para se opor ao governo. A CUT contra-ataca, criticando duramente o "racha", promovido pela FETAESP, acusando-o de divisionista e redutor do poder de barganha dos trabalhadores.

A FETAESP, junto com os novos sindicatos em greve, apresenta uma nova pauta de reivindicações, diferente de Guariba: Piso salarial de Cr$20.000,00 por dia de trabalho; estabilidade no emprego; contratação imediata de todos os desempregados que trabalharam na última safra; pagamento dos dias parados; atendimento médico, custeado pelos patrões, diretamente nas usinas ou nas cidades onde residem os trabalhadores; igualdade salarial para as mulheres e menores; garantia de serviço sem discriminação para os trabalhadores com mais de 50 anos.

Diante da escalada repressiva, ausência de negociações com os patrões e "racha" do movimento, inclusive com a constituição de dois comandos de greve, com reivindicações diferentes, tanto em, Guariba, quanto em Barrinha, as lideranças encaminharão proposta de encerramento da greve. A CUT avaliava que a greve não podia ser mantida principalmente porque estava provocando confronto entre trabalhadores empregados e desempregados, o que provocaria dificuldades na condução de futuras greves. Avaliava

também, que a greve na entre-safra não atingia os patrões. A avaliação feita pelos sindicalistas ligados à FETAESP era semelhante à da CUT, com a única diferença que a proposta de encerramento já apontava para a sua continuidade logo no início da safra, em maio. A FETAESP já havia conseguido dos patrões, com a anuência de Pazzianotto, o início das negociações para a safra de 85/86 em fevereiro.

A outra semelhança, entre as propostas levadas aos trabalhadores em Guariba e Barrinha, é que ambas serão derrotadas na assembléia. Em Guariba o encerramento da greve será defendido por Oswaldo Bargas, secretário geral da CUT, e por José de Fátima, presidente do STR de Guariba, que falam para uma audiência apática e sem vibração. Nenhum orador se apresenta para defender a proposta de continuidade da greve, porém, posta em votação, a continuidade ganha por larga maioria, em segundo lugar fica abstenção e por último a proposta defendida pela liderança de encerramento da greve. Em Barrinha, a proposta de encerramento é defendida por Roberto Horigutti, presidente da FETAESP e por Élio Neves, diretor, novamente ninguém defende a continuidade e esta ganha por ampla margem de votos.

Tanto em Barrinha como em Guariba, os trabalhadores assalariados ainda formam uma massa sem liderança, porque recém começaram a trilhar o caminho da sua identidade. A lição que fica, é que as lideranças também não existem enquanto tal, são apenas lideranças pontuais, isto é são lideranças somente enquanto conseguem captar o que está no inconsciente da massa, enquanto conseguem propor o que a massa deseja. Fica claro, que o movimento sindical, embora tenha participado desde o início do processo de deflagração da greve, ainda não é dirigente da greve. Para os trabalhadores, a greve era a forma de luta para alcançar o emprego, embora fosse grande o número de desempregados.

Sem entrar no mérito se o "racha" foi ou não justo, é interessante perceber que, este foi realizado pelas cúpulas. Foram as cúpulas que se desentenderam, em função também de divergências completamente alheias aos trabalhadores. Para estes o fundamental era conseguir trabalho, porque é através dele que os

trabalhadores driblam a fome. Neste sentido, os trabalhadores de Guariba, Barrinha, Pitangueiras, Sertãozinho etc, formavam um conjunto com reivindicações iguais e com mesma tática: a greve. O encerramento da greve, sem nenhuma conquista, sem garantia de trabalho era uma derrota, a qual eles não queriam aceitar, pelo menos naquele momento, quando estavam passando fome, haviam sido espancados pela polícia, suas casas haviam sido invadidas. Um trabalhador traduziu exatamente o sentimento dos trabalhadores naquela desanimada assembléia:

"Todo mundo viu que de concreto não tinha nada, um monte de promessa vazia, aí todo mundo pensou: nada por nada, eu truco e ainda peço seis![75]

Diante da continuidade da greve, FAESP e FETAESP, através da mediação de Almir Pazzianotto, conseguem fechar um acordo com validade a partir de 15/01/1985. Neste acordo, que é mais uma carta de intenções do que propriamente um acordo trabalhista (vide Anexo 2). As duas Federações fazem juntas um apelo para que as autoridades estaduais e municipais contribuam para a redução do desemprego na entre-safra, através da abertura de frentes de trabalho. A FAESP se compromete a acionar os sindicatos filiados e estes os fazendeiros para: melhoria do atendimento médico-hospitalar, que seja dada atenção especial à equiparação salarial entre homens e mulheres, que seja evitada a discriminação em função da idade. O único ítem da pauta de reivindicações que teve uma resposta objetiva da FAESP foi o de reajuste do valor da diária, onde a FAESP negou o aumento pretendido e consentiu no reajuste de 2/3 do INPC acumulado, entre 1º/09/1984 a 15/01/1985, a título de adiantamento salarial a ser compensado em 1º/03/85, data do reajuste semestral geral da categoria, que tem data base em setembro (trabalhadores assalariados das lavouras brancas), passando a diária a Cr$12.000,00. Foi acertado também, entre as Federações, o início das negociações para a safra de cana para 15/02/1985.

Esta greve pressionou, ao mesmo tempo, aos patrões e os Pre-

75- Entrevista de participantes da assembléia ao autor. Truco é um jogo muito poupular no interior de São Paulo, no qual o fator mais importante é a capacidade de blefar dos jogadores.

feitos Municipais, sendo que mais duramente aos últimos. A pressão sobre os Prefeitos se deu, não apenas com as concentrações diante das prefeituras, mas, fundamentalmente, com as constantes ameaças de saques. Nesta greve, fica claro, que os usineiros consideram que a sazonalidade do trabalho existente na agricultura é um ônus que a sociedade deve pagar pela modernização da agricultura. Isto é, os usineiros reconhecem que a agricultura se modernizou e essa modernização provocou a sazonalidade, mas acham que esta é resultado do desajuste da sociedade em provocar concentração exagerada de trabalhadores numa determinada Região, numa determinada época do ano, quando eles não são mais necessários.

"O nível de reivindicação do trabalhador do campo tem que acompanhar o trabalhador da cidade. Este elemento de equilíbrio é o único capaz de impedir o êxodo campo-cidade, cidade-campo, uma das causas claras do nível de desemprego na região de Ribeirão Preto".[76]

Para Anichino, a solução do problema da sazonalidade do emprego requer a união de esforços públicos e privados: com os governos municipais e estaduais se engajando no esforço de criar frentes de trabalho e os produtores de cana estendendo a safra e plantando grãos nas áreas de reforma de talhão. Ou seja, os empresários não precisam fazer mais nada do que já fazem: extensão da safra e plantio de leguminosas, cabe ao governo do estado e prefeitos municipais contribuirem com frentes de trabalho[77].

Evidentemente, este acordo não agradou aos trabalhadores e a greve só foi encerrada por pura exaustão. Não bastou, para os trabalhadores, a abertura de frentes de trabalho promovida pelas Prefeituras locais, a partir de verbas repassadas pelo governo estadual e, em alguns casos, por usineiros.

Em Barrinha foram criados 1.000 empregos em frentes de trabalho da prefeitura, com diárias de Cr$10.000,00. Em São Joaquim da Barra foram abertas frentes de trabalho para 500 trabalhadores desempregados, com recursos de três fontes: Prefeitura; Governo do Estado e Usina Vale do Rosário. Em Sertãozinho foram abertas

---

76- Werther Anichino, Presidente da Copersucar na Folha de São Paulo, 25/01/1985

77- idem, idem

frentes de trabalho com recursos da Prefeitura e do Governo do Estado.

Em vários municípios foi baixo o número de trabalhadores que se inscreveram nas frentes de trabalho, mesmo com elevado desemprego. Segundo dados da Secretaria das Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, apenas 28% do núnero total de desempregados se alistou nas frentes de trabalho[78], grande parte preferiu continuar comparecendo nos pontos de embarque, para ver se conseguia trabalho nas turmas, na colheita do amendoim, ou nos tratos culturais, do que se cadastrar para as frentes de trabalho, que, na maioria dos casos, consistia em carpir terrenos; pintar guias e árvores; limpar fossas etc.

A causa desta elevada recusa em trabalhar nas frentes de trabalho, das Prefeituras, segundo nossa leitura, é que o assalariado volante é um trabalhador rural, com um certo saber específico, que significa um certo grau de qualificação. Estes preferiam continuar a ir, todas as manhãs, aos pontos de embarque, mesmo sabendo das dificuldades em conseguir trabalho, do que se submeter a esmola das Prefeituras, realizando um trabalho, que julgavam desqualificado e desqualificante. Ou seja, para um assalariado rural deixar de realizar o trabalho na agricultura para realizar um serviço urbano braçal, é o mesmo que por um operário urbano, com uma certa qualificação, tais como: ferramenteiro; torneiro mecânico; soldador etc., para realizar um trabalho que rebaixe a sua qualificação. Aceitar trabalho nestas frentes criadas pelas prefeituras, só em caso último caso, ou quando esgotadas todas as possibilidades de trabalho na agricultura. *"Trabalhador rural não é vagabundo"*, afirmaram os trabalhadores de Barrinha, para os quais o emprego nas frentes de trabalho era considerado como trabalho de vagabundo.[79]

O saldo desta greve de janeiro de 1985, desencadeada pelo desemprego, está na necessidade de aprofundamento da luta por contrato de trabalho permanente e não apenas na safra, o que será uma reivindicação presente em todas as pautas de reivindicações

---

78- Folha de São Paulo, 27/01/1985
79- ídem

da categoria. Porém, em 1985 os trabalhadores apenas conseguiram o engajamento dos governos estaduais e, fundamentalmente, municipais na solução do problema. Os usineiros saírem da greve praticamente ilesos.

Esta greve desmascarou a íntima ligação dos usineiros com o aparato repressivo; as tropas de choque da polícia militar, demonstrando que mesmo em São Paulo, na "Califórnia Brasileira", a polícia protege quem lhe paga. Os jornais fartamente demonstraram que os usineiros pagaram as despesas realizadas pela polícia com a repressão à greve, a partir de denúncia do Deputado Waldir Trigo, no Plenário da Assembléia Legislativa de São Paulo.

3.11 - GREVE NA SAFRA DE 1985: Mais Um Passo na Constituição da Identidade.

Na greve de maio de 1984, a reivindicação fundamental foi, sem dúvida, a volta ao sistema de corte em cinco ruas ao invés das sete, introduzida pelos usineiros em 1983. E esta foi, também sem dúvida, a grande vitória da greve. É claro que os demais itens conquistados da pauta de reivindicações também se constituíram em vitórias para a categoria, mas a conquista, na prática, de tais reivindicações exigia uma luta mais cotidiana: a luta pelo cumprimento, diferente do momento da greve, como momento de explicitação da luta para dentro e para fora.

O ano de 1984, as paralisações no pé do eito e por empresa (usina ou fornecedor), mostraram o caminho para a conquista do cumprimento do acordo. O ano de 1984 foi marcado, como já foi dito, pela luta pelo cumprimento do acordo de Guariba, na sua totalidade. Ficou claro também nesta luta, que o cumprimento do acordo se dava, embora com lentidão, nas maiores empresas do que nas menores; nas usinas mais organizadas e mais produtivas, e eram simplesmente relegados junto aos fornecedores de cana.

Por outro lado, as grandes usinas, ao mesmo tempo em que procuraram se adaptar aos novos parâmetros do acordo de Guariba, passaram a exigir dos trabalhadores maior aplicação e maior qualidade do trabalho executado. Nesta medida, os trabalhadores per-

ceberam que a conquista de ganhos salariais e trabalhistas, alcançados na greve, eram contrarrestados por dois fatores, que conduziam a busca do aumento de produtividade do trabalho por parte das usinas: a exigência de maior qualidade no trabalho executado, que significa aumento da intensidade do trabalho, e na dificuldade de controle da produção e do ganho obtido, através do pagamento por tonelada de cana. O primeiro fator, a maior exigência dos patrões na qualidade do trabalho, se dava pela obrigação de cortar a cana mais rente ao solo e entregar a cana cortada amontoada na terceira linha, ao invés de esteirada, também na terceira linha.

O corte da cana mais rente ao solo, significa um desgaste maior do trabalhador, porque ele tem que se abaixar para realizá-lo. Significa também maior risco de acidente ao cortador, porque a cana, quanto mais próxima a sua base, é mais dura, o que requer maior força no golpe, aumentando o risco de resvalar o podão e acertar a perna, ou o pé, do trabalhador. O acidente com o podão, principalmente o corte dos membros inferiores, é responsável pelo maior índice de acidente de trabalho na lavoura canavieira.

A cana apenas cortada e esteirada demanda menor tempo de trabalho do trabalhador, porque o trabalhador pode atirar a cana, na medida em que vai cortando, para a linha central, sem se preocupar em fazer montes. A feitura de montes é efetuada pelas máquinas carregadeiras, guinchos, providas de rastelo mecânico. Quando as máquinas já não conseguem efetuar os montes que possibilitem o carregamento do caminhão, entra em cena o bituqueiro, catando as canas que não foram apanhadas pela máquina, ou que caíram dos caminhões na hora do embarque, fazendo novos montes manualmente.

Assim, a obrigação do próprio cortador em amontoar a cana na linha central, a cada 2 metros, como é mais usual, proporciona dois tipos de ganhos para as empresas: 1º a cana já amontoada reduz a necessidade de bituqueiros, acompanhando os guinchos, que pode ter o seu contingente reduzido e 2º, reduz a quantidade de terra e pedras, que a máquina carrega junto com a cana ao utilizar o rastelo mecânico.

A utilização do rastelo mecânico é apontada como o grande responsável pela necessidade de lavagem da cana nas usinas, devido à quantidade de impurezas incorporadas à cana. A cana cortada depois de queimada transpira e ao ser amontoada com o rastelo mecânico, incorpora uma grande quantidade de terra e pedras ao produto. A cana amontoada manualmente pelo cortador dispensa o uso do rastelo mecânico. A exigência de amontoar a cana provoca redução no tempo de trabalho produtivo, que é, para o cortador, o tempo que ele passa apenas cortando cana. Para a usina o tempo de trabalho produtivo é o tempo em que o trabalhador acrescenta valor ao produto, isto é, o tempo de trabalho dentro da jornada em que ele está transformando o produto final. A cana mais limpa, com menos impurezas, é uma cana diferente da mais suja, porque contém mais valor, isto é mais tempo de trabalho incorporado. Este tempo de trabalho incorporado na cana amontoada é tempo de trabalho exclusivamente excedente, porque o trabalhador recebe pela quantidade de cana cortada e não pela quantidade de cana amontoada. De outro lado, aumenta a rentabilidade da usina, que processa uma matéria prima de melhor qualidade. A cana suja prejudica o funcionamento das moendas e requer melhor lavagem, que, por sua vez, provoca perda de sacarose.

O trabalhador, ao amontoar a cana, além de executar um trabalho sem ser remunerado, provoca a redução da quantidade de bituqueiros utilizados, porque o trabalho do bituqueiro é o de acompanhar os guinchos catando as canas que ficam para trás e catando as que caem dos caminhões de transporte. Com a feitura de montes de cana pelo trabalhador, os guinchos não usam o rastelo e, portanto, deixam menor quantidade de cana sem pegar. A redução do número de bituqueiros reduz o gasto com força de trabalho, por parte dos usineiros.

A dificuldade do trabalhador em controlar o resultado do seu trabalho se dá devido ao pagamento por produção, medida através da tonelada de cana cortada. O trabalhador corta uma quantidade de cana contida num retângulo de cinco ruas de largura, cada rua variando de 1,30 a 1,50 metros (1,40 metros é a distância mais usual), por um certo comprimento, medido em metros, através

de um compasso de dois metros com ponta de ferro, como determina o acordo. Este retângulo tem a sua largura fixada, que são as 5 ruas, e tem a sua extensão variando de acordo com a capacidade de corte de cada trabalhador. Os mais hábeis e mais fortes conseguem cortar um retângulo maior do que os mais fracos e menos hábeis.

Uma das possibilidades de medir o trabalho executado pelo cortador é através da quantidade de metros. Outra é através do peso da cana cortada. Para os trabalhadores somente o metro lhe assegura ter, ao final e no decorrer da jornada, controle da sua produção. Isto porque os trabalhadores não dispõem de balanças no eito, a cana é transportada e pesada na usina. Para os usineiros, de outro lado, a melhor forma de remunerar os trabalhadores é pelo peso da cana cortada, porque ele, enquanto produtor de cana, controla a sua produção pelo peso de cana produzida. O peso da cana numa certa área (tonelada por hectare) também é a medida de produtividade mais difundida no setor.

Após 1984, os trabalhadores perceberam que não bastava apenas aumentar o valor da tonelada de cana cortada para aumentar a sua remuneração. Porque, por tonelada, apenas os patrões controlam o resultado do trabalho, dado que são os usineiros que dispõem da balança, com isto os trabalhadores estão sujeitos a roubos e ludibriações. Com o pagamento por tonelada de cana é bastante comum insatisfações dos trabalhadores com o ganho recebido, que, via de regra, é menor do que o que o trabalhador avalia que produziu. Para os trabalhadores, o pagamento da cana cortada por metro linear passou a ser a bandeira de luta prioritária, após a conquista das cinco ruas. Para os patrões, ao contrário, abrir mão do pagamento por tonelada significava deixar aos trabalhadores um instrumento bastante significativo para conquista de maior autonomia, porque é deixar que os trabalhadores controlem seu processo de trabalho e esta é uma das prerrogativas mais caras aos capitalistas.

Dessa forma, na greve de 1985 e nas que se seguiram, a reivindicação básica da pauta de reivindicações dos trabalhadores é o pagamento por metro linear. A luta pela conquista do pagamento da cana por metro linear passa a se constituir numa demonstração

do processo de constituição da identidade do trabalhador assalariado rural, dado que significa que a categoria tomou consciência da especificidade do seu trabalho, como cortador de cana, e passa a exigir uma reivindicação que lhe assegure controle do processo de trabalho.

As lutas pelo controle do processo de trabalho são as lutas mais importantes dos trabalhadores assalariados porque significam a luta contra a principal forma de subordinação do trabalho ao capital. É prerrogativa dos capitalistas a organização do processo de produção, de forma a aumentar a subordinação real do trabalho ao capital e ampliar a produção de trabalho excedente e o processo de luta dos trabalhadores avança, pelo contrário, no sentido de retirar do capitalista tal prerrogativa e passarem a controlar diretamente o processo de trabalho, com a respectiva organização da produção. A reivindicação pelo controle do processo de trabalho é própria dos trabalhadores dos setores de produção capitalistas mais avançados, nos quais se deu a gradativa, porém inexorável, transformação do processo de subordinação formal do trabalho ao capital em subordinação real, através da modernização do processo de produção, com a mudança da base técnica de produção e a incorporação dos sistema de máquinas.

A luta pela conquista do controle do processo de trabalho, pelos assalariados rurais, os aproxima mais das lutas dos trabalhadores urbanos-industriais, do que dos demais segmentos dos trabalhadores rurais, que, em algum grau, controlam o seu processo de trabalho através da posse ou propriedade do meio de produção básico da agricultura: a terra.

3.12 - A Deflagração da Greve de Maio de 1985

No acordo, que encerrou a greve de janeiro de 1985, foi acertado que já em fevereiro as partes se sentariam para retomar as negociações, visando a convenção coletiva de trabalho para maio de 1985, início da safra de cana 1985/1986, que se constitui, pós greve de Guariba, na nova data base da categoria. As partes envolvidas eram a FETAESP, do lado dos trabalhadores, a

FAESP e os Sindicatos dos Produtores do Açúcar e do Álcool, do lado dos patrões, compondo o auto-intitulado "Grupo dos 12" da FAESP.[80] O início das negociações em fevereiro, era a tática fomentada pelo já Ministro do Trabalho da "Nova República", Almir Pazzianotto, com apoio dos patrões, para evitar uma nova greve da categoria, novamente na safra.

O Movimento Sindical, com a FETAESP a frente, já havia iniciado os preparativos desta greve no final de 1984, no 2º Encontro de Trabalhadores Assalariados do Estado de São Paulo, realizado em Sertãozinho em novembro de 1984. Esta preparação foi, de certa forma, conturbada pela greve de janeiro.

O argumento principal, utilizado pelas lideranças sindicais, para o encerramento da greve de janeiro foi, além da repressão e da dificuldade de uma greve na entre-safra, a necessidade de se preparar uma greve forte e unitária em maio, com o engajamento de todos os sindicatos das diferentes regiões canavieiras do Estado. A diretoria da FETAESP queria engajar na greve da safra todos os sindicatos, mesmo os até então arredios a mobilizações. Um dos argumentos fundamentais para o engajamento destes sindicatos no esforço de preparação da greve, era a percepção, por parte dos próprios dirigentes destes sindicatos, de que as chamadas bases estavam deixando de ser apenas referência simbólica e passiva e estavam passando a ser uma alternativa concreta de direção.

A estratégia montada pela FETAESP, junto com os dirigentes sindicais, era a de priorizar as discussões da pauta de reivindicações nas regiões, para conseguir mobilizar os trabalhadores. Em paralelo a FETAESP mantinha a negociação com a FAESP em "banho-maria" para que ela se estendesse até maio, na safra, período no qual os trabalhadores tinham maior poder de barganha. Para este trabalho, a FETAESP, além de operar mudanças no seu relacionamento com os sindicatos, antes restrito às reuniões do Conselho, constituiu uma assessoria mais permanente e não apenas jurídica, mas fundamentalmente técnica e política. Foram revitalizados e remontados os grupos regionais, ou polos sindicais, com acompanhamento de diretores da entidade com

80- Vide nota 61

autonomia para realizar, na suas áreas de atuação, práticas sindicais mais adaptadas à realidade, com objetivo de manter a Federação com uma presença mais intensa nos sindicatos. A discussão nos grupos regionais já havia sido demonstrada, principalmente na Região de Ribeirão Preto, onde tal prática era mais intensa e frutífera, como elemento impulsionador mesmo das diretorias mais refratárias a mobilizações.

Nesta medida, a FETAESP, ao mesmo tempo que dava prosseguimento às negociações com os patrões, preparava os sindicatos para a inevitabilidade da greve. Neste processo, os grupos regionais de Ribeirão Preto e Araraquara, fundidos e composto por 50 sindicatos, tendo como sindicato polo Araraquara, era, como já dissemos, o mais dinâmico. Dinamismo decorrente, fundamentalmente, do maior grau de mobilização e participação dos trabalhadores, que haviam começado a trilhar o caminho da constituição de sua identidade.

As lutas expontâneas e a greve de maio de 1984, mostravam, para as entidades sindicais, que a Região de Ribeirão Preto era a de maior importância política. A disposição e capacidade de luta demonstrada pelos trabalhadores da região, mostravam que havia possibilidade de deflagração de outras greves, sem e apesar das direções sindicais. Esta era a avaliação feita pela CUT, ao organizar a CUT Regional Interior 2, que tinha como uma de suas prioridades a organização e o apoio às lutas dos trabalhadores assalariados rurais e por isto elegerá José de Fátima Soares como seu Vice-Presidente.

O polo regional de Ribeirão Preto, fundido com Araraquara, promovia reuniões quinzenais de avaliação da mobilização dos trabalhadores e seguia de perto a marcha das negociações encaminhadas pela FETAESP, através do seu Presidente, Roberto Horigutti e Élio Neves, diretor tesoureiro da FETAESP e coordenador do grupo regional de Araraquara e Ribeirão Preto. As contrapropostas à pauta apresentada pelos patrões eram discutidas pelo grupo e encaminhadas às assembléias sindicais. Havia um grande incentivo à realização de Assembléias, prática não muito comum no MSTR e, fundamentalmente, em São Paulo, onde as assembléias eram apenas

um procedimento estatutário e burocrático.

O empenho da FETAESP em se constituir como direção efetiva do movimento, se dava basicamente junto às direções sindicais, mas não conseguia atingir os trabalhadores, se esterilizava em grande parte na cúpula, constituída pelos dirigentes sindicais e entre os diretores liberados[81].

Em 1985, o MSTR, em São Paulo e mais especificamente na Região de Ribeirão Preto, ainda era basicamente o mesmo de antes, assistencialista e afastado dos trabalhadores. O que havia mudado é que um grupo pequeno de dirigentes, basicamente composto pela oposição sindical da gestão anterior da FETAESP, estava conseguindo, após Guariba, por em prática um sindicalismo mais comprometido com os trabalhadores. A este pequeno núcleo se juntou um outro grupo maior de dirigentes que perceberam que tinham pela frente o seguinte desafio: ou se angajar efetivamente no movimento, que se iniciava, ou se manterem apenas como direção legal e burocrática de um movimento que não dirigiam. Dentre essas duas opções queriam a primeira, porque percebiam que a segunda não tinha perspectiva de continuidade, porque os dirigentes e entidades sindicais que não acompanhassem o processo seriam atropelados pelos próprios trabalhadores e pelas lideranças autênticas que estavam surgindo e se formando na e para as lutas.

Estava claro, para estes dirigentes, que o acontecido em Guariba, onde a luta provocou a necessidade de surgir uma nova organização sindical, comprometida efetivamente com os trabalhadores rurais, não era fato isolado, devia se reproduzir. Em Guariba, a situação foi resolvida, ou acomodada, com a criação de um sindicato, desmembrando a base sindical de Jaboticabal.[82] Porém,

---

81- Isto é, há, no MSTR, uma grande distinção, no nível de "(in)formação" entre dirigentes sindicais liberados, que se dedicam exclusivamente ao sindicato e atividades sindicais, com salários mantidos pela entidade, e os dirigentes sindicais não-liberados, os que mantêem seus empregos e, portanto, têm limitação de tempo para se engajar no movimento.

82- O desmembramento de base foi a forma encontrada para o surgimento do STR de Pitangueiras, que se desmembrou de Bebedouro, em 1985, com a eleição da primeira diretoria formada pela comissão de negociação para extensão do acordo de Guariba.

em outros locais, novas lideranças, surgidas e reveladas nas greves, começavam a se organizar para ganhar os sindicatos das direções estabelecidas. Ou seja, o medo de perder a direção do sindicato foi o elemento catalisador essencial para que estes dirigentes sindicais se mobilizassem para tornarem-se direção de fato do movimento.

A greve na safra de cana de maio de 1985 será a primeira dirigida de fato pelo MSTR: que estabelece uma estratégia de negociação; hierarquisa itens de pauta e define uma tática de enfrentamento. A possibilidade de greve deixou de ser uma ameaça apenas retórica, para se constituir num instrumento de luta. Em 1985 a greve é resultado de uma análise política realizada pelo MSTR, portanto ela não é somente o resultado da explicitação da luta de um movimento social, ela é a forma de luta definida para a conquista de melhoria nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados rurais da cana.

Do lado dos trabalhadores, essa greve é organizada no rescaldo político da greve na entre-safra que, principalmente em Guariba e Barrinha, havia sido muito penosa aos trabalhadores. Com isto dá-se, novamente um movimento descompassado entre a direção sindical e os trabalhadores. Para a greve na safra, a direção, sob o impulso da FETAESP, estava mais mobilizada do que a base de trabalhadores, que ainda estava em plena "ressaca" da greve na entre-safra. A greve na safra de 1985 começa quente na liderança, porém, fria na base; inverso ao que se verificou em 1984, onde ela começa quente na base, mas fria na liderança.

Com o apoio do Prefeito Municipal de Sertãozinho o comando de greve foi instalado no estádio de esportes da cidade já no início de maio, antes portanto do início da greve. As negociações foram iniciadas em março, e Sertãozinho já começou a sediar os encontros sindicais, do polo sindical Araraquara/Ribeirão Preto, para análise do andamento das negociações e definição de estratégia do movimento. Antes mesmo da deflagração da greve, já houve tentativa de acordo; com a FAESP aumentando a sua contraproposta e a FETAESP reduzindo a sua. Nesta medida, começou a haver necessidade de reuniões mais frequentes das direções sindicais, cons-

tituindo-se, na prática, um comando da greve que não havia se iniciado ainda. Sertãozinho, devido a sua importância política (grande concentração de trabalhadores assalariados rurais e unidades de produção de açúcar e álcool), proximidade e infraestrutura fornecida pela Prefeitura, constitui-se na sede do movimento.

A escolha de Sertãozinho como sede do comando de greve, nas dependências de um estádio municipal de esportes, o Docão, com alimentação garantida pelo prefeito, criará uma série de problemas. O primeiro problema será o divórcio existente entre o STR de Sertãozinho da categoria. Isto é, o STR de Sertãozinho não havia participado das greves de 1984, não realizava nenhum trabalho efetivo com os trabalhadores assalariados rurais de sua base e pairava sobre o Presidente sérias acusações de peleguismo e recebimento de dinheiro dos usineiros.

O segundo problema, é que as greves ocorridas em Sertãozinho, além de não terem sido conduzidas pelo STR, foram conduzidas por trabalhadores rurais e por trabalhadores de outras categorias e recebeu forte estímulo das forças políticas de oposição ao poder dos usineiros na cidade, galvanizadas no PMDB local, que detinha a Prefeitura municipal e um Deputado Estadual, Waldir Trigo, ex-prefeito de Sertãozinho (1976/1982). Dessa forma, o comando de greve em Sertãozinho não redundou em saldo organizativo para o movimento sindical, que não conseguiu organizar uma oposição efetiva ao STR local. Somente em 1989 será criado o Sindicato dos Empregados Rurais de Sertãozinho, opondo-se, na prática ao STR local.

A reivindicação fundamental, em 1985, era, como dissemos, o pagamento por metro linear ao invés da tonelada de cana. Os trabalhadores reivindicavam também diária de Cr$ 50.000,00 e valores para o metro linear que variavam de um mínimo de Cr$600,00, por metro para as canas mais fracas de 3º e 4º cortes, até Cr$1.600,00 para a chamada "cana bis"[83]. Além disto, os trabalha-

83- "cana bis", termo regional utilizado pelos trabalhadores para designar a cana de 24 meses. A cana de primeiro corte normalmente é colhida com 18 meses, porém, algumas variedades plantadas em fevereiro ou março de um ano, que seriam colhidas depois de 18 meses são deixadas sem colher e somente serão

dores apresentavam uma série de outras reivindicações, algumas já contempladas no acordo de Guariba, mas não cumpridas, e outras apresentadas em Guariba mas não atendidas.

A reivindicação pelo pagamento por metro linear era a prioritária e a que causava maior polêmica por parte dos patrões. Estes alegavam que o pagamento por metro linear era injusto com os próprios trabalhadores, porque ao cortar cana de maior produtividade agrícola (toneladas/hectare), um trabalhador corta, ao final da jornada, uma quantidade menor de metros do que os trabalhadores que cortam uma cana mais fraca, de menor produtividade. Pagando o corte por metro esse cortador sairia prejudicado, segundo os patrões, porque ao final do dia teria ganho menos do que o outro. Os trabalhadores contra argumentavam, dizendo que na pauta de reivindicações era apresentado valores diferenciados, para canas mais trabalhosas e menos, permitindo um equilíbrio no ganho entre trabalhadores com a mesma destreza. Ou seja o trabalhador que corta uma cana mais forte, corta uma menor quantidade de metros, porém cada metro que ele corta vale mais do que o metro cortado por uma cana mais fraca.

Diante deste impasse os usineiros reapresentaram uma contraproposta, que é a conversão do pagamento em tonelada para metro, através de um sistema de amostragem do talhão, já utilizado desde maio de 1984. A proposta é a seguinte: 1- primeiro é necessário que a turma inicie o corte em vários pontos diferentes do talhão, e a cana cortada em três destes pontos se constituirá na amostra e será carregada em um caminhão; 2- este caminhão será pesado na usina, até às 11 horas; 3- depois de pesada ela é convertida de tonelada para metro linear, dividindo-se a cana pesada em tonelada pelo número de metros verificados quando se escolheu a amostra; 4- a relação tonelada por metro é multiplicada pelo preço da tonelada de cana cortada estipulado no acordo; 5- finalmente este valor obtido do metro cortado é mutiplicado pela quantidade de metros cortadas pelo trabalhador em um dia de trabalho.

Esta proposta, chamada de intermediária pelos usineiros, não

---

colhidas na safra do ano seguinte, ficando mais grossas, algumas vezes tombadas, exigindo grande esforço dos trabalhadores

era aceita pelos trabalhadores, pelos seguintes motivos: 1- em primeiro lugar, o método é complicado, pois envolve várias contas; 2- o trabalhador, na prática, não pode acompanhar o sistema de escolha dos pontos do talhão; carregamento; transporte e pesagem da cana, porque para isso ele terá que parar de cortar, como ele ganha por produção, deixar de cortar significa não receber; 3- como o trabalhador não pode acompanhar o caminhão carregado, não há garantias de que o caminhão pesado seja efetivamente o da amostra, podendo haver troca de carga; 4- o sistema de pagamento por tonelada, paga somente a cana entregue na usina e não a efetivamente cortada, existem perdas substanciais, não desprezíveis, no processo de carregamento e transporte, que são pagas pelo trabalhador; 5- a escolha dos 3 pontos do talhão que servem de amostragem é efetuada pelos representantes dos patrões e não pelos trabalhadores, se forem escolhidos os pontos de cana mais fracas do talhão, a relação tonelada/metro será diminuída, prejudicando toda a turma; 6- o pagamento por tonelada fere dois princípios básicos do direito trabalhista: o do ganho conhecido, no qual o trabalhador, remunerado por produção, deve ser avaliado por um critério simples e objetivo, de forma a que, a qualquer tempo, ele conheça o seu ganho, e o princípio da proteção ao salário, que é o direito do trabalhador fiscalizar a sua própria produção e poder conferi-la.[84]

Outro impasse nas negociações advinha da diferença de posturas entre usineiros e fornecedores e entre estes e os demais produtores rurais, não produtores de cana. Há contradições seculares entre usineiros e fornecedores e estas se acirram diante dos trabalhadores, onde os fornecedores não querem conceder aumento aos trabalhadores, porque não podem repassá-los para os preços da cana paga pelos usineiros. Do lado dos demais produtores rurais, sócios da FAESP, a questão é que a subida dos salários na cana ou na laranja se reflete em pressões para a subida de salários nas demais culturas. Nesta medida, a solução é forçar

---

84- GRAZIANO DA SIVA, José F.(1986). "Porque Só o Metro é de Confiança", Jornal Realidade Rural, FETAESP, Edição Especial sobre a Greve de 1986, Agosto de 1986, São Paulo, pg.8

a aceitação pelos trabalhadores de valores de pagamento diferenciados para trabalhadores das companhias agrícolas das usinas e para trabalhadores dos fornecedores independentes.

Em 1985, a FETAESP, percebendo o impasse nas negociações devido as divergências entre os patrões e percebendo a resistência para a aceitação do pagamento por metro linear, resolve apresentar uma redução nos valores inicialmente apresentados, de cerca de 25% e apresentar valores menores para diária e cana cortadas a fornecedores. Neste processo a FAESP também revê sua proposta inicial e aumenta a sua contra-proposta para o INPC integral, do período setembro de 1984 a maio de 1985, mais 7% de produtividade.

A FETAESP apresentou os seguintes valores:

	Valor original(Cr$)		Valor modificado(Cr$)	
	Cias agríc.	Forneced.	Cias Agríc.	Forneced.
Diárias	50.000,00	50.000,00	37.500,00	35.000,00
Produção por tipo de cana em metro linear				
18 meses	1.600,00	1.600,00	1.200,00	1.120,00
12 meses em pé	600,00	600,00	450,00	420,00
12 meses deitada	800,00	800,00	600,00	560,00
2º corte em pé	800,00	800,00	600,00	560,00
2º corte deitada	1.000,00	1.000,00	750,00	700,00
3º e 4º cortes (pé)	600,00	600,00	450,00	420,00
3º e 4º deitada	800,00	800,00	600,00	560,00

Vale a pena registrar, que a elaboração de um quadro deste tipo, indicando a reivindicação dos trabalhadores em metro linear e especificado por tipo de cana, de acordo com a dificuldade de corte, significa, sem dúvida, um grande avanço na concepção da

luta dos trabalhadores assalariados rurais. Até este momento a pauta de reivindicações fazia distinção apenas nos valores da cana de primeiro corte e no valor para os demais tipos de cana, sem especificação. A partir deste momento não apenas a reivindicação é apresentada em metro, como apresenta valores diferenciados para cada tipo de cana, de acordo com a dificuldade em cortar. A cana deitada tem maior dificuldade em ser cortada do que a cana em pé, o que faz com que o trabalhador perca mais tempo e corte, ao final do dia, menor quantidade de cana do que um outro trabalhador que cortou cana em pé. Ao mesmo tempo, a "cana bis", de mais de 18 meses, é mais trabalhosa, para ser cortada, do que a cana comum de primeiro corte e são também mais difíceis de cortar do que canas de 2º; 3º e 4º cortes.

Na construção de uma tabela como esta fica claro a disposição do movimento em avançar na conquista do controle do processo de trabalho, através do pagamento por metro linear da cana cortada. Fica evidenciado, na elaboração de uma tabela deste tipo, não apenas uma maior integração entre direção e os trabalhadores assalariados rurais, como também o fato da direção se cercar de uma assessoria competente, capaz de traduzir em metros lineares os valores reivindicados pelos trabalhadores. Esta passagem dos metros lineares para valores monetários exige conhecimentos técnicos sobre a produtividade da cana em cada uma das regiões do Estado. Quando esta tabela foi apresentada aos patrões provocou certo impacto, porque estes perceberam que havia um grau de elaboração maior na proposta, que revelava a presença de uma assessoria mais competente tecnicamente e que os dirigentes apresentavam uma pauta mais próxima das condições reais de trabalho.

A FETAESP, ao se preparar melhor para a ocorrência da greve, procurou se cercar de uma assessoria tanto técnica quanto política, como já foi dito, e esta assessoria conseguiu melhorar a capacidade de convencimento aos patrões. Porém estes, do seu lado, também trataram de se cercar de assessores para contra-atacar os argumentos da FETAESP. No processo de negociação, a FETAESP conseguiu demonstrar, utilizando-se de dados sobre a pro-

dutividade dos tipos de cana, convertendo metro em toneladas, que a sua segunda proposta era somente superior, em média ponderada pela disponibilidade de cana dos diferentes tipos (bis; 1º ; 2º e demais cortes), em 6,5% à contra-proposta patronal, sendo, portanto, uma diferença perfeitamente negociável, bastando somente que os patrões se dispusessem a pagar por metro e não por tonelada[85]. Estes cálculos da FETAESP, foram utilizados também pela FAESP para demonstrar, com o apoio da mídia, que a intransigência se dava pelo lado dos trabalhadores.

A FAESP também se cercou de dados e tabelas de sua assessoria para demonstrar que o pagamento por tonelada convertida em metro, a partir de amostras de cana do talhão, era mais adequada ao próprio trabalhador. Mas não conseguiu esconder que a divergência de fundo é a de não permitir aos trabalhadores avanços no controle do processo de trabalho.

Mesmo a FETAESP reduzindo sua proposta inicial, os patrões mantiveram a proposta de conceder apenas o INPC do período, sem concordar com o pagamento por metro linear nem com reajuste trimestral, como também era reivindicado. Os patrões ao aumentarem sua proposta em 7%, a título de produtividade, deixaram claro que esta era a sua última proposta e que nenhum outro setor estava pagando um reajuste real tão grande.

Os trabalhadores contra-argumentavam, que os salários dos trabalhadores estavam defasados, dado que trabalhavam apenas 6 meses por ano.

"INPC integral mais 7% sobre a miséria é igual a miséria. Essa proposta patronal seria boa se os cortadores de cana já tivessem um nível salarial como o dos metalúrgicos, por exemplo. Ou pelo menos que tivessem trabalho garantido pelo ano todo. Mas como eles só têm serviço durante 6 meses e têm de comer durante o ano todo, esse salário se reduz para a metade ou seja menos que o salário mínimo"[86].

A avaliação dos patrões era bastante diferente, segundo Menézis Balbo, diretor dos Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo e propreitário das Usinas Santo Antô-

85- Folha de São Paulo, 24/05/1985
86- Élio Neves, diretor da FETAESP e Presidente do STR de Araraquara, entrevista à Folha de São Paulo em 17/05/1985

nio e São Francisco, em Sertãozinho, a FETAESP pediu alto:

"pediram 50 mil cruzeiros de diária sem antes consultar qualquer índice de custo de vida, de desvalorização da moeda, enfim pediram alto e não estão encontrando uma saída para se chegar a um acordo"[87].

Devido ao impasse a greve é deflagrada em 21/05/85. Os patrões se recusavam a atender três reivindicações fundamentais da pauta apresentada: pagamento por metro linear, alegando as razões acima expostas; reajuste trimestral de salário, alegando que a política salarial do novo governo não atendia tal reivindicação e contrato anual de trabalho, alegando que a questão do desemprego é um problema da sociedade e não apenas dos produtores.

A deflagração da greve nesta data, seguia, de certa forma, o cronograma inicialmente traçado pela FETAESP, porque as negociações tinham que ser mantidas em quanto as usinas não tivessem iniciado efetivamente o corte.[88] Para as lideranças sindicais, a possibilidade de mobilização da categoria só se dá depois de iniciada a safra, depois que os trabalhadores são empregados pelas usinas e depois que as turmas se estabelecem, antes disso só é possível preparar os trabalhadores para a inevitabilidade da greve, caso persistam as condições de trabalho.

Para outros sindicatos, não envolvidos na preparação dos trabalhadores de suas bases para a greve, a sua deflagração depende, fundamentalmente, dos trabalhadores de outros municípios, isto é da ocorrência de greve na Região. Porque os próprios trabalhadores, independentemente do sindicato, decidem parar para acompanhar os demais, ao perceberem que as reivindicações e as condições de vida dos outros cortadores é igual a sua. A ocorrência de greve numa determinada cidade se espalha rapidamente entre os trabalhadores das demais; via de regra, chega primeiro aos trabalhadores do que aos ouvidos de algumas

---

87- Folha de São Paulo, 20/05/1985

88- Embora o início da safra seja oficialmente 1º de maio, algumas usinas só começam a colher no final do mês, outras iniciam a colheita já no mês de abril. Em determinados anos devido a contingências climáticas a colheita é retardada, porque a cana ainda não está totalmente madura. Em 1985, devido a seca de 1984 a colheita só foi iniciada na segunda quinzena de maio na Região de Ribeirão Preto, porém em Araraquara e Jaú a colheita só iniciou no fim de maio e início de junho.

lideranças sindicais.

Desta vez, como a deflagração seguiu o combinado, ela se deu quase simultaneamente, porque os sindicalistas combinaram uma rodada de assembléias para o dia 21/05 para analisar a contra-proposta da FAESP. As direções sindicais já haviam discutido a contra-proposta e já haviam verificado que ela era bastante inferior ao reivindicado e tinham o sentimento de que a mesma não seria aprovada nas assembléias, sendo que alguns defenderiam contra a sua aprovação. A estratégia era deflagrar a greve quase simultaneamente na região, esperando que com essa demonstração de força os patrões subissem a sua contra-proposta. Ao mesmo tempo, esperava-se que, com a participação efetiva da FETAESP na greve, a mesma se estendesse para outras regiões produtoras, principalmente para a região de Araras e Piracicaba.

No dia 21/05/1985 a greve é deflagrada na Região de Ribeirão Preto, nas duas principais culturas regionais e de maior peso na produção nacional: cana e laranja. A greve da cana é total nos seguintes municípios: Sertãozinho; Pontal; Serrana; Barrinha e Pitangueiras, apenas parcial em Santa Rosa do Viterbo; Altinópolis; Orlândia; Sales de Oliveira; Brodósqui e Morro Agudo. Na laranja a greve atinge imediatamente Barretos; Batatais e Bebedouro.

Na cana, a tática de negociação era de não fazer muita pressão sobre as cláusulas econômicas, salariais, mas jogar peso na questão do pagamento por metro linear. Élio Neves, coordenador da greve, acredita na possibilidade de acordo;

"desde que as usinas desistam de continuar pagando a produção por um complicado cálculo a partir da tonelada de cana cortada, o que impede o controle da produção pelos próprios trabalhadores"[89].

Com a deflagração da greve a FAESP pede abertura de dissídio no TRT, para julgamento da legalidade da greve. Na avaliação da FAESP, como ela vinha negociando já há 48 dias com a FETAESP e havia apresentado uma contraproposta efetiva aos trabalhadores, na qual concedia reajuste pelo INPC acumulado de setembro de 1984

89- Estado de São Paulo,22/05/1985

a maio de 1985 e mais aumento real de 7%, além do atendimento parcial e total de algumas das reivindicações apresentadas, contava que a intervenção do Tribunal lhe seria favorável.

Do lado do Movimento Sindical, o pedido de dissídio não era interessante, mesmo com a categoria em greve, com a chamada tática do dissídio quente utilizada pela CONTAG no nordeste. A tática defendida pelos sindicalistas aqui era de paralisar as principais usinas da região, que o movimento sindical avaliava com folga financeira para conceder reajustes, de forma a estes usineiros puxarem a proposta da FAESP para cima, a qual era defendida pelos fornecedores e pelos demais produtores rurais.

Numa das rodadas de negociação, quando todos sabiam da inevitabilidade da greve, conta Élio Neves, que Menézis Balbo abriu o jogo e mostrou onde estava a resistência para aumento dos valores, segundo ele a resistência estava na FAESP, com apoio dos fornecedores e produtores rurais, pelas razões já expostas, e nos usineiros da região de Piracicaba, que não acreditavam que a greve se estendesse até sua região. Segundo Élio, Menésis Balbo teria dito:

""façam greve em Capivari e paralisem a usina do Werter Anichino (presidente da Coopersucar), *que voces conseguem a subida da proposta da FAESP""*[90].

A greve atinge, já no dia 23/05/1985, vinte municípios produtores de cana e 7 de laranja, a saber: Barrinha; Pitangueiras; Pontal; Sertãozinho; Morro Agudo; Sales de Oliveira; Orlândia; Guará; São Joajuim da Barra; Dobrada; Cajuru; Nuporanga; Batatais; Brodósqui; Altinópolis; Serrana; Cravinhos; Santa Rosa do Viterbo; Araraquara; Matão; e São Carlos (apenas 1 dia), na laranja atinge os municípios de Barretos; Terra Roxa; Monte Azul; Viradouro; Bebedouro; Taiaçu e Taiuva, paralizando mais de 70.000 trabalhadores.

Porém, a greve se recente de uma ausência política e estratégica fundamental, que é a adesão dos trabalhadores de Guariba.A importância política de Guariba está na referência que ela passou a ser para os trabalhadores depois de maio de 1984.

90- Élio Neves, entrevista ao autor em novembro de 1988

Para os trabalhadores a presença dos trabalhadores de Guariba na greve trasmite mais confiança no movimento, devido à capacidade de luta e à obstinação demonstrada pelos trabalhadores, principalmente na greve de maio de 1984 e na greve da janeiro, onde desafiaram a repressão policial e mantiveram a greve. Nas reuniões nos bairros de bóias-frias, para convencimento dos trabalhadores para a necessidade da greve, eles sempre perguntam se Guariba já parou ou vai parar. Se a resposta é positiva, há menor dificuldade em convencer os trabalhadores a pararem, mas se a resposta é negativa, o convencimento se complica e é necessário passar a formas mais efetivas, que são os piquetes, para impedir a saída dos caminhões.

A ausência de Guariba na greve e a atuação ostensiva dos "gatos" e feitores, com o apoio da polícia, tornou-se um problema para a deflagração de greves a partir de 1985.

A importância estratégica de Guariba é que ela é a típica cidade dormitório de bóias-frias, encravada no coração da cana. Guariba fornece um grande número de trabalhadores, cerca de 8.000, para as usinas mais importantes da região, como a São Martinho, a maior da Região e a segunda do país, do grupo Ometto; Usina São Carlos; Usina Santa Adélia; Usina São Francisco; Usina São Geraldo, etc. Parar Guariba significa abalar seriamente a capacidade produtiva das usinas mais importantes da região. Não parar Guariba, por outro lado, significa deixar essas usinas funcionando, pelo menos com parte da capacidade, e, portanto, com maior fôlego para resistir à greve.

Uma das formas de contabilizar a adesão ao movimento grevista, não é só pelo número de trabalhadores parados, mas é, fundamentalmente, pelo número e pela importância econômica das usinas que ficaram sem moer cana. O próprio movimento sindical não tem possibilidade de saber o número exato de trabalhadores parados nas suas bases. O número de trabalhadores parados é um dado controvertido, porque os patrões através dos meios de comunicação, divulgam, a todo tempo, números divergentes, do MSTR, sobre a adesão à greve, tentando convencer os trabalhadores e a opinião pública que greve é coisa de minoria, etc. Mas fica

difícil, mesmo para os meios de comunicação das usinas,[91] esconder que as usinas estão paradas, sem moer cana. As usinas estão alí mesmo, com suas enormes chaminés, mostrando se estão ou não operando. Os trabalhadores podem ver, de suas casas, os grossos rolos de fumaça saindo das usinas, quando elas estão funcionando. A paralisação das usinas, principalmente das grandes, devido a greve, provoca sempre uma grande euforia nos trabalhadores parados, demonstra para eles próprios a sua importância na produção da riqueza regional. Nas assembléias, a divulgação da relação de usinas e destilarias paradas provoca maior excitação nos trabalhadores do que a divulgação do número de trabalhadores parados. Com isto, os trabalhadores deixam de se ver como elementos sem importância, como meras figuras descartáveis, do processo de produção do açúcar e álcool, pelo fato de realizarem uma atividade manual. Finalmente, a paralisação das usinas demonstra a importância dos trabalhadores no processo de produção de açúcar e álcool e, por conta, torna-se um elemento de importância crucial na constituição da identidade dos trabalhadores assalariados rurais.

A ausência de Guariba nesta primeira greve, realmente articulada pelo movimento sindical, em parte pode ser explicada pelo afastamento de José de Fátima da FETAESP e, por conta, dos demais sindicalistas, ocorrido na greve de janeiro, onde foram constituídos dois comandos de greve: um em Guariba, com apoio da CUT, e outro em Barrinha, com a FETAESP. De outro lado, neste período, José de Fátima, alçado à condição de dirigente regional da CUT, vice-presidente da CUT regional interior 2, estará utilizando de seu cargo e de sua história na liderança de duas greves de trabalhadores assalariados rurais em São Paulo e mais o fato de ter sido vítima de um tiro, para percorrer o país, fazendo conferências, e se projetando nacionalmente.

91- Os usineiros criaram uma Agência de Comunicação Social, chamada Imagem, encarregada de ser o porta-voz oficial dos usineiros, através de matérias nos meios de comunicação, informativos em programas de rádio, programas próprios nas rádios da Região de Ribeirão Preto etc.. Será esta agência bastante acionada principalmente durante as greves dos trabalhadores, divulgando o número de trabalhadores "faltosos"; a posição dos usineiros sobre o movimento etc., funcionando como porta-voz.

O ano de 1985, com o advento da chamada "Nova República", com José Sarney assumindo a presidência da República, será caracterizado também por dois fatos de importância crucial para todos os movimentos sociais no país: o recrudescimento da repressão e o cerco da mídia. Os movimentos sociais, inclusive as greves, por reivindicações salariais e trabalhistas, que no período anterior eram consideradas como justas, foram tomados como movimentos contestatórios à "Nova República". Nesta medida, foram vítimas de brutal repressão, somente similar aos momentos de maior virulência do Regime Militar. De outro lado, os movimentos sociais e particularmente as greves de trabalhadores, que ocupavam lugar de destaque no noticiário político dos meios de comunicação, passaram a ter muito menor divulgação e, quando noticiadas, figuravam apenas nas páginas secundárias dos jornais.

Devido a estes fatores de natureza política, a greve dos trabalhadores assalariados rurais da Região de Ribeirão Preto, embora tivesse sido a mais articulada pelo Movimento Sindical, foi a menos divulgada, comparativamente à de maio de 1984, e a que sofreu uma maior repressão direta, por parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que usou e abusou da tática do "Cassetete Democrático". Frente a repressão policial e à negativa dos usineiros em aumentar a sua contra-proposta à pauta de reivindicações a greve foi encerrada.

Os patrões, nesta greve, também mudaram a sua tática de enfrentamento ao movimento. A principal delas foi de se colocarem a disposição para negociar, desde o início do movimento. É claro que se mantiveram irredutíveis em relação à questões fundamentais da pauta, como o pagamento por metro linear, a trimestralidade e o contrato anual de trabalho. Porém, o fato de se mostrarem negociando, tentava forjar, para a opinião pública uma imagem menos truculenta e mais aberta ao diálogo.

Outra mudança substancial na atitude dos usineiros, foi na utilização dos meios de comunicação, tanto através de matérias pagas, quanto através de entrevistas aos meios de comunicação, algo inusitado até então. Os usineiros nos jornais divulgando a sua opinião em relação ao movimento e defendendo as suas propos-

tas, é algo que contrasta bastante com a imagem até então associada a usineiro como coronel de engenho do século passado. Os usineiros perceberam que os tempos eram outros e tinham que se mostrar ajustados a esse tempo. Neste sentido, passaram a mirar-se em outros setores do empresariado: que enfrentam greves e dialogam com os trabalhadores, negociam e defendem propostas.

O fato do movimento sindical se preparar para a greve, fez com que os seus oponentes, os usineiros, também se preparassem para ela. É evidente que a primeira tentativa dos usineiros era evitá-la, mas isto não sendo possível, era importante que ela durasse o menor tempo, de forma a não obstaculizar o processo de produção de açúcar e álcool.

Estes dois produtos, como já foi mostrado, embora tenham uma safra bem marcada, ela é relativamente elástica para não prejudicar a produção. Isto é, os usineiros podem encurtar ou estender a colheita e frequentemente o fazem, para melhor aproveitar, tanto a sua capacidade instalada, quanto o maior potencial de sacarose da cana. A possibilidade de ocorrência de estiagem ou de prolongamento do período chuvoso, podem atrasar a colheita, neste caso, os usineiros deixam para entrar em pleno funcionamento um pouco depois do previsto; no lugar da colheita se iniciar em maio, ela pode ser iniciada em junho e se estender até meados de dezembro[92]. Da mesma forma, a ocorrência de uma greve, logo no início de maio, pode atrasar o início da operação em determinadas unidades sem que isso prejudique a produção da unidade no ano.

Quando o movimento sindical passou a comandar efetivamente a greve, houve uma mudança de qualidade nas negociações, com os dois lados se cercando de assessores para. Se na greve de 1984, a negociação se deu basicamente entre patrões e trabalhadores em greve, através da comissão de negociação escolhida na assembléia de Guariba, em 1985, a negociação se deu entre lideranças sindicais, com a FETAESP e a FAESP ocupando o primeiro plano das negociações e estas ocorrendo em São Paulo, a centenas de kilômetros da greve. Ou seja, em 1984 a greve, embora regional, teve características de uma greve local e conquistou negociação direta;

92- Informações de Usineiros entrevistados na Região

trabalhadores e capitalistas, a nível de município.

Na greve de 1985 a condução das negociações pela FETAESP, transformou a greve, que era regional, em Estadual, sem que vários municípios participassem. A negociação estadual de uma greve regional, leva a redução do poder de barganha dos trabalhadores em greve, porque vários participantes das negociações, do lado dos patrões, não estão sentindo os seus efeitos. Nessas condições de negociação, a greve só tem significado se for total, paralisando todo o setor sucro-alcoleiro do estado.

Em 1984, o acordo de Guariba, conquistado na greve e negociado diretamente pelos trabalhadores se estendeu para todo o Estado e até para outros estados do país, através de greves localizadas. Em 1985 a greve começa localizada, não se expande estadualmente e não consegue arrancar a conquista mais importante dos trabalhadores assalariados rurais: o pagamento do corte através do metro e não por tonelada, que significa aumento do controle do processo de trabalho por parte dos trabalhadores.

Outra diferença importante, em relação a greve de 1984, é que a Justiça do Trabalho, através do Tribunal Regional do Trabalho, é chamada a se manifestar e tenta um acordo, elevando um pouco a contraproposta patronal, mas se omitindo em relação a reivindicação fundamental dos trabalhadores, que era o pagamento por metro linear. O que demonstrou a impossibilidade de se obter conquistas no controle do processo de trabalho através da justiça trabalhista.

O movimento sindical aprendeu também, em 1985, que o fôlego da categoria para a sustentação da greve é curto, dado que os trabalhadores recebem por quinzena e o movimento tem se mostrado incapaz de gerar um fundo de greve para sustentar os trabalhadores, o que não é característica apenas do MSTR, mas de todo o movimento sindical brasileiro. A percepção do pequeno fôlego da greve não é feita somente pelos trabalhadores, o é também pelos patrões, que se aproveitam disto para estender as negociações e ganharem poder de barganha.

Outra lição da greve, foi a importância de paralisar cidades com representatividade política no movimento, como Guariba. A

ausência dos trabalhadores de Guariba repercutiu no ânimo da categoria em sustentar por mais tempo a greve. Uma outra lição aprendida pelo Movimento Sindical da Região foi da importância em adequar o seu tempo político para a deflagração da greve ao tempo dos patrões, no sentido de somente deflagrar a greve quando os patrões atinjam o pico da safra. Neste sentido, é necessário em alguns casos, não deflagrar a greve logo no início de maio mas esperar um certo tempo, até que as unidades mais produtivas tenham atingido o pico de aproveitamento de sua capacidade instalada.

Dentre todos os fatores que pesaram para a aceitação do acordo, nas bases contra-propostas pelos patrões, o definitivo foi, sem dúvida, a repressão policial, que espalhou pânico em várias cidades, agredindo trabalhadores, mulheres crianças, lideranças sindicais etc.. A repressão, mais o cerco da mídia, a impossibilidade de expandir o movimento para municípios vitais na própria região, como Guariba, e a impossibilidade de pressionar aos patrões com poder, nos Sindicatos do Açúcar e do Álcool, da Região de Ribeirão Preto, combinado com a fome, levou ao fim da greve 6 dias após ao seu início (27/05/1985). Ao fim da greve, Élio Neves declarou na imprensa: "

"O acordo está sendo aceito não porque ele é bom. Mas sim para evitar a guerrilha e porque ninguém consegue enfrentar o exército policial que está na região".[93]

3.13 - GREVE NA SAFRA DE 1986

Em janeiro de 1986 há mais uma tentativa de greve na entre-safra, novamente puxada por José de Fátima do Sindicato de Guariba. Mas desta vez essa tentativa não teve a repercussão da greve de janeiro de 1985. Esta nem vai chegar a ser considerada greve, porque fica basicamente nos limites de Guariba e atinge somente os desempregados.

93- Folha de São Paulo, 27/05/1985

Na primeira assembléia realizada em Guariba, para a deflagração da greve, surge uma proposta inusitada defendida, que consistia em evitar piquetes nas saídas dos caminhões, mas formar comandos de convencimento para impedir o trabalho no campo. Os trabalhadores não impedem a saída dos poucos caminhões de turma, para evitar a repressão, mas em seguida dirigem-se para as frentes de trabalho e lá paralisam o trabalho através da conquista e adesão dos trabalhadores.

A justificativa apresentada para tal proposta era evitar o massacre promovido pela polícia aos piquetes, nas cidades. Essa proposta mostra-se absolutamente inviável pelos seguintes motivos: primeiro, os trabalhadores não sabem com antecedência o local em que irão trabalhar, esta é uma informação do gato ou chefe de turma, recebida na noite anterior ou logo de manhã bem cedo; segundo, a frente de trabalho dista, algumas vezes, mais de 50 km. da sede do município, em locais de difícil acesso, terceiro, se no campo não há a presença da Polícia Militar, para garantir o "direito ao trabalho", há ali a presença dos fiscais de turma, dos "gatos" e até da segurança privada das usinas, que algumas vezes utiliza os mesmos ou piores métodos do que a PM. O trabalhador depois de chegar ao local de trabalho dificilmente parará de trabalhar e se indisporá com o gato, porque sabe que isto significa suspensão, ou eliminação da turma e, portanto, desemprego.

As tentativas feitas em Guariba, para a consecussão prática desta proposta, redundaram em fracasso: os trabalhadores do piquete tiveram que andar horas, no meio do canavial, em pleno sol de janeiro, para descobrir onde estava a frente de trabalho; a polícia foi acionada pelos usineiros e lavrou um processo por invasão de propriedade.

Em janeiro de 1986, José de Fátima já não conta mais com o apoio da CUT Regional Interior 2 e o seu carisma pessoal já está seriamente afetado na própria base, que já começa a olhar com desconfiança para figura do "combativo dirigente". Uma prova disto é que a eleição para a nova diretoria do Sindicato de Guariba, em novembro de 1985, foi tremendamente esvaziada, dela par-

ticipando um número pequeno de trabalhadores, menos de 40, que votaram na chapa única, encabeçada por José de Fátima.

O afastamento de José de Fátima de sua base no ano de 1985; a desconfiança por parte da própria CUT, devido ao seu oportunismo pessoal e devido à sua adesão à candidatura de Paulo Maluf ao governo do Estado; a não participação de Guariba na Greve de 1985, são outros fatores que fazem fracassar a greve da entre-safra de 1986.

Do lado dos sindicatos mais próximos da FETAESP, a estratégia é acumular forças para a greve na safra, onde os trabalhadores têm maior poder de barganha. Por outro lado, a análise feita pelo grupo regional de Araraquara e Ribeirão Preto é de que na greve da entre-safra de 1985 não houve confronto com os patrões, mas fundamentalmente com as Prefeituras municipais, as quais mostraram-se absolutamente despreparadas para intermediar ou para solucionar questões como as postas pelos trabalhadores.

Além disto, a tática do sítio das cidades, utilizada em 1985, para não deixar passar para o trabalho os trabalhadores empregados expunha o movimento à fúria da repressão policial.

Por outro lado, na entre-safra de 1986, nesta tentativa de greve ficou demonstrada uma grande participação de turmeiros, "gatos", que estavam interessados em aumentar o valor do frete pago pelas usinas, segundo denúncia de Élio Neves e Vidor Faita, diretores da FETAESP, à CUT - São Paulo.

O final do ano de 1985 foi marcado também pela seca, que assolou vários estados do Centro-Sul do país, especialmente São Paulo e Paraná. A seca ocorrendo no final do ano prejudica as atividades de preparo do solo e retarda o plantio das lavouras de verão, o qual abrevia o período de não trabalho dos trabalhadores. A seca também provocou antecipação do final da safra de cana, para novembro de 1985 e reduziu a necessidade de capinas, o que aumentou o período de desemprego.

Todos estes fatores associados deixavam claro a incoveniência de uma greve em plena entre-safra, quando os trabalhadores têm reduzido poder de barganha. Mas o aumento do tempo de parada provocada pela seca, por outro lado, aumentou a disponibilidade

dos trabalhadores para a realização de uma greve de peso em maio. A idéia da greve passou a estar presente no cotidiano dos trabalhadores assalariados volantes durante esta entre-safra, fazendo retornar o clima percebido antes da deflagração da greve de 1984. Desta forma, a liderança sindical do grupo regional de Araraquara e Ribeirão Preto começa, já em janeiro, a discutir a deflagração da greve. O grupo regional da Baixa Mogiana, sob a coordenação de Vidor Faita, também inicia a preparação da greve, ainda que pesasse dificuldades na mobilização dos 14 sindicatos, cujas diretorias, com exceção de Araras, eram pouco ativas.

A estratégia da FETAESP, em 1986, era de deflagração de uma greve unificada da cana, em maio, tendo como polos principais, as regionais de Ribeirão Preto, Araraquara e Araras, a partir destes esperava-se que a greve se expandisse para as Regiões de Piracicaba e Jaú. De outro lado, a estratégia era de atrasar ao máximo o início da negociação com a FAESP e Sindicatos dos Produtores de Açúcar e Álcool, para fazer com que a negociação coincidisse com a mobilização dos trabalhadores, tendo em vista, a dificuldade de pressão antes do início da safra.

Ao final de fevereiro de 1986, o movimento sindical de todo o país, que se preparava para mais uma ofensiva contra os patrões e o Governo da Nova República, tendo em vista a conquista da trimestralidade para todas as categorias de trabalhadores e a reposição das perdas salariais provocadas pela elevada inflação de 1985, é surpreendido pela decretação do Plano Cruzado.

O Plano Cruzado, com o congelamento de preços e inflação zero, teve duplo efeito sobre a sociedade: de um lado, teve grande receptividade da população, que aumentou o grau de apoio ao Governo; de outro, provocou entorpecimento no movimento sindical, que se viu pressionado pela opinião pública e impossibilitado de utilizar sua bandeira de reposição das perdas salariais. O apoio ao Governo, por parte da opinião pública, também afastou mais da mídia os movimentos sociais, agudizando o cerco promovido pelos meios de comunicação, já anteriormente mencionado,.

Do lado do movimento sindical, ampliou-se o fosso existente entre as correntes agrupadas na CUT e na CGT. Uma parcela consi-

derável da CGT já havia sido atraída para as hostes de sustentação ao governo desde o início da Campanha de Tancredo para o Colégio Eleitoral. Com o Plano Cruzado, esta passou a ter uma postura ainda mais de defesa da política do Governo. Do lado do MSTR este apoio ao governo Sarney havia se acentuado no 4º Congreso do Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, em maio de 1985, onde foi anunciado o PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária), que contou com o apoio e angajamento incondicional da Confederação.

A existência de altas taxas de inflação, no primeiro ano da Nova República, 1985, começou a reaproximar o movimento sindical, cindido entre CUT e CGT, vencendo as barreiras ideológicas e táticas, e a planejar algumas campanhas unitárias, inclusive com a possibilidade de deflagração de uma greve geral em março de 1986. A manutenção da inflação elevada, atraiu os setores do movimento sindical, engajados no apoio à Nova República, para as propostas de enfrentamento, pois perdiam espaço para a CUT, que experimenta um grande crescimento, em 1985, conquistando sindicatos importantes. Ou seja, o medo de perder apoio nas bases fez com que lideranças sindicais, do lado da CGT, passassem a defender uma política mais de anfrentamento aos patrões e ao governo, como a CUT defendia. Porém, a decretação do Plano Cruzado fez aumentar o fosso existente, porque estas correntes se sentiram de novo atraídas para o governo e para uma política mais branda, frente aos patrões, para não comprometer a política econômica do governo.

Naquele momento, segundo a visão dos defensores do Plano, qualquer tentativa de aumentos salariais era uma atitude contra o Plano Cruzado, porque os empresários repassariam tais aumentos para os preços, provocando a retomada da inflação. Esta visão era difundida na mídia, que conseguia adesão da opinião pública ao Plano.

O movimento sindical de trabalhadores rurais, em São Paulo, ainda que pese especificidades, não ficou fora desta conjuntura. Os sindicalistas, mesmo os mais comprometidos, começaram a sentir dificuldades na mobilização dos trabalhadores, pós decretação do

Plano Cruzado. Os sindicalistas começam a perceber, que a mudança da conjuntura econômica e política provocou mudança na disposição de luta dos trabalhadores e aumentou o foço existente na direção da FETAESP. Em função disto, o cronograma elaborado para a mobilização dos trabalhadores começa a ser modificado e estendido.

O cronograma previa início da mobilização para maio com o levantamento da pauta de reivindicações por sindicato e por região. Esta pauta previa itens salariais e trabalhistas, isto é não estava descartado a conquista de aumento real de salário, portanto, reajuste superior a inflação do período, como forma de compensar os baixos salários e a inexistência de trabalho o ano inteiro, mas a reivindicação fundamental era o pagamento por metro e não por tonelada. Porém, com o Plano Cruzado percebe-se que a conquista de reajuste além do que o Plano estabelecia (cálculo da reposição através da média salarial recebida no período anterior) estava fora de cogitação.

A reivindicação do pagamento dos cortadores pelo metro linear já havia passado a ser a reivindicação básica, pós acordo de Guariba, pela constatação dos trabalhadores de que as conquistas salariais não têm nenhum efeito se os trabalhadores não controlam a sua produção, isto é, não detêem o controle do processo de trabalho. Com o pagamento por tonelada, mesmo considerando a conversão de toneladas em metro já conquistada, deixava sempre a possibilidade de roubos e falsificações por parte dos patrões, reduzindo o ganho dos trabalhadores.

A proposta de conversão de tonelada em metro, através de complicado cálculo, embora não fosse a reivindicação dos trabalhadores, já se constituiu numa primeira vitória, no sentido do pagamento efetivamente em metro, que é mais um passo no controle do processo de trabalho, reivindicado pelos trabalhadores. Desta forma, a expectativa dos trabalhadores era a realização de uma greve unitária no Estado, em 1986, para através dela conquistar o pagamento por metro. Além disso a decretação do Plano Cruzado havia posto por terra a possibilidade de conquista de ganhos salariais efetivos.

Assim, em 1986, os trabalhadores destacavam os seguintes

itens de reivindicação: pagamento pelo metro linear (mais importante); contrato de trabalho anual e não apenas na safra; pagamento do tempo de transporte, hora in itinéere; não utilização de herbicidas e colheitadeiras mecânicas etc. Fica nítido, nestes pontos de pauta mais importantes, que em 1986 os trabalhadores avançam firme na conquista de reivindicações que visam o controle do processo de trabalho. O pagamento por metro de cana, pagamento do tempo de transporte, da hora in itinéere e a proibição do uso de herbicidas e máquinas colheitadeiras são reivindicações que nitidamente visam o controle do processo de trabalho pelos trabalhadores.

Do lado dos patrões, a possibilidade de greve dos cortadores de cana também já era considerada e, diante disto começam a articular sua tática de enfrentamento. A primeira parte desta era utilizar os meios de comunicação, fundamentalmente da Região de Ribeirão Preto, através da empresa Imagem Relações Públicas e Publicidade (empresa prestadora de serviços às usinas da Região, que funciona como uma espécie de secretaria de imprensa e porta-voz dos usineiros)[94], para desestimular os trabalhadores para a greve. A segunda era antecipar as negociações com a FETAESP para antes da safra da cana.

A antecipação das negociações já era prevista pelos trabalhadores. Isto porque na tentativa de greve na entre-safra de José de Fátima, os sindicalistas haviam detectado duas forças de apoio; uma, dos "gatos" que queriam, através da greve dos trabalhadores, aumentar o valor do transporte, pago pelos usineiros e fornecedores; outra, dos próprios usineiros, que viam na realização da greve uma forma de antecipar o início das negociações[95].

94- A empresa Imagem acumula uma série de funções de assessoria aos usineiros, não apenas na área de comunicação. Um dos principais eventos que a Imagem esteve envolvida foi no financiamento à Polícia Militar do Estado de São Paulo para a repressão da greve de 1985. Segundo denúncia formulada pelo então deputado do PMDBN Waldir Trigo, a empresa Imagem arrecadou fundos junto aos usinèiros e pagou a PM, uma grande quantia para financiar o deslocamento e manutenção dos policiais destacados para reprimir o movimento. Folha de São Paulo, 26/10/1988

95- Carta de Vidor Faita e Élio Neves à CUT estadual, janeiro de 1986.

Os dirigentes sindicais discutiram longamente a proposta dos patrões de antecipação das negociações da safra, que se iniciaria em maio. Os argumentos a favor em aceitar as negociações iam na mesma direção de 1985, quando os patrões pediram o início das negociações para fevereiro:

"A Federação não pode recusar a negociação, já que o movimento sindical não só de São Paulo como de todo o Brasil vem pleiteando sistematicamente negociações com a classe patronal visando atender as reivindicações dos trabalhadores. Então nós não poderíamos tomar a decisão em São Paulo de que não aceitaríamos negociações com a classe patronal. ..."Daí a Federação e os Sindicatos aceitaram o desafio de negociar com os patrões antes da safra só impondo apenas um compromisso, impondo apenas uma condição aos patrões de que não haveria prazo, não haveria data préfixada para se fechar esse acordo...."Porque nós não temos uma previsão exata do início da época da safra da cana e não temos uma previsão exata da época da safra da cana e da laranja. Essas previsões estão com a classe patronal e eles têm o interesse muito grande de celebrar mais uma vez um acordo a frio sem greve, atendendo apenas algumas reivindicações, e o nosso objetivo é levar as negociações, buscando o atendimento de todas as reivindicações até quando for o momento certo, o momento mais oportuno que os trabalhadores possam entrar em greve. Ou seja, aquele momento que dê mais prejuízo , que cause mais pressões sobre a classe patronal, porque uma greve fora da safra, uma greve antes da safra, quer dizer sem as empresas em plena atividade ela pressiona menos o patrão. O nosso objetivo é chegar a safra com as negociações abertas e com a possibilidade da greve ser utilizada sem que tenhamos um compromisso com a classe patronal, ou com quem quer que seja."[96]

O início de negociações antecipado, precedendo a efetiva mobilização dos trabalhadores, sempre envolve um grande risco para as entidades de representação, porque, sem greve e sem acesso à mídia, as negociações podem sempre ser capitalizadas pelos patrões. Os patrões, ao proporem iniciar as negociações, utilizam a opinião pública, pelo fato de não serem tomados como arcaicos e intransigentes. Se os trabalhadores não participam, são vistos como intransigentes e se não aceitam o acordo são também chamados de intransigentes, de apostarem no caos e de estarem utilizando politicamente as justas reivindicações dos trabalhadores. Internamente, os negociadores correm o risco de serem chamados de cupulistas e se aceitam um acordo ruim de serem

96- Élio Neves, in Cadernos do CEDI 14. Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo, Dezembro de 1985, São Paulo, pag. 81 e 82.

chamados de traidores da classe. A negociação traz sempre um risco muito grande para as entidades de trabalhadores e principalmente para as suas lideranças. No caso dos trabalhadores assalariados o risco é maior porque as negociações são realizadas em São Paulo, distantes das bases, sem mobilização e fiscalização dos trabalhadores.

Em 1986, apesar da antecipação das negociações ter sido aceita em reunião do Conselho da FETAESP, na região de Ribeirão Preto ela foi vista com sérias restrições. Isto porque nos anos anteriores ficou, para uma parcela das lideranças e em alguns sindicatos, o sentimento de que foram traídos pela FETAESP, na aceitação dos acordos da laranja, em 1984 (Bebedouro e Barretos), acordo da cana em 1985 (Pontal, Barrinha, Pitangueiras). As lideranças secundárias, as comissões de mobilização, os coordenadores de piquetes, que em algumas cidades estavam se organizando para a tomada dos sindicatos, viam a diretoria da FETAESP, com restrições. Essa desconfiança irá sendo perpetuada na região e se acirrará com a eleição da diretoria 1987/1990, sob a presidência de Orlando Birrer, de Votuporanga, que assumiu a presidência da FETAESP com a morte de Horigutti em 1986.

As negociações foram iniciadas no final de abril, enquanto nos sindicatos era encaminhada a deflagração da greve, porém, a seca retardou o início da safra para o final de maio, início de junho, estendendo o desemprego, adiando a contratação dos safristas. Por outro lado, neste ano, os usineiros, através das rádios da região, divulgavam as colheitadeiras mecânicas e promoviam verdadeiros desfiles destas máquinas pelos bairros de habitação dos trabalhadores. Além disto, o anestesiamento provocado pelo plano Cruzado dificultava a mobilização dos trabalhadores.

Após mais de 40 dias de negociações, nem a greve saía, do lado dos trabalhadores, e nem os usineiros e plantadores de cana modificavam suas propostas, limitando-se a pagar o que estava no Plano Cruzado. Os patrões, percebendo que a situação começava a se modificar, com a possibilidade da greve ser iniciada na região de Campinas, dão o ultimatum à FETAESP: ou assina o acordo ou eles pedem o julgamento do dissídio no Tribunal Regional do Tra-

balho, em São Paulo. Nestas condições a FETAESP fica no seguinte dilema: aceitar um acordo ruim para os trabalhadores, que não atendia a nenhuma das reivindicações fundamentais da categoria, ou deixar que o dissídio fosse a julgamento pelo TRT.

Nas condições de vigência do Plano Cruzado, decreto-lei de vigência imediata, a justiça trabalhista ficou completamente manietada. Ir a julgamento era a pior alternativa. O Plano obrigava a Justiça trabalhista a pré-julgar os dissídios, o que favorecia a classe patronal. A legislação salarial contida no Plano, concedia reajuste pela média de salário real, apurada nos 12 meses anteriores a data-base da categoria. Dessa forma, a reivindicação de reposição das perdas salariais do ano anterior, entre uma e outra data-base, ficava restrita ao que estava determinado pelo Plano.

Diante deste quadro, a alternativa da FETAESP, aprovado na Assembléia de dirigentes sindicais, realizada em Agudos, em 13/06/1986, foi assinar o acordo, o qual só tinha validade nas áreas de representação da FETAESP, isto é, "nos municípios sem sindicatos organizados e que não são extensão de base de nenhum outro, considerados áreas inorganizadas da FETAESP. O acordo não tem validade para os municípios com sindicatos organizados. Para que um acordo tenha validade nos municípios com sindicatos, é necessário que estes peçam a sua extensão, ou passem procuração à FETAESP para representá-los.

A estratégia da FETAESP era, através do acordo, impedir o julgamento do dissídio, que demora e tinha o resultado previamente definido pelo Plano Cruzado, e forçar a existência de acordos locais, os quais dependiam do poder de fogo de cada sindicato.

Porém, vários sindicatos, principalmente da Região de Ribeirão Preto, julgavam que a celebração de um acordo ruim por parte da FETAESP limitava as possibilidades de obtenção de outras conquistas, a nível de cada sindicato. A existência de um acordo, por baixo, entre FAESP e FETAESP, passa a ser o horizonte de ganho. O acordo foi assinado entre a FETAESP e FAESP, no dia 25/06/1986.

É necessário ter claro, que a celebração do acordo entre FETAESP e FAESP, não era consensual no movimento, embora tenha sido aprovado pelo Conselho da FETAESP, que, inclusive, autorizou os negociadores a modificarem os itens da pauta formulada. A Região de Ribeirão Preto percebe que a decisão da assembléia foi uma vitória dos sindicatos menos comprometidos com a luta dos trabalhadores. Vários sindicatos, que aprovaram esta proposta, não têm cana, não têm tradição de luta e não têm ou não organizam os trabalhadores assalariados.

A partir de 1986, começa a ficar claro, para os sindicalistas da Região, que a submissão da dinâmica do movimento à reunião do conselho da FETAESP representa um sério risco à luta dos trabalhadores assalariados rurais, os quais passaram a se constituir num segmento com uma certa identidade, que se aproxima mais dos trabalhadores assalariados do setor urbano industrial,- através da luta pela conquista do controle do processo de trabalho-, do que dos demais segmentos de trabalhadores rurais representados pelos STRs. Desta forma, atrelar a dinâmica de luta dos assalariados rurais, com reivindicações e identidade próprias, a um conselho formado por dirigentes de STRs, em sua maioria constituídos por pequenos proprietários, afastados das reivindicações e lutas dos assalariados pode significar a ruína do movimento.

Esta deliberação do Conselho da FETAESP, embora resguardasse a autonomia dos sindicatos, na prática representou um sério obstáculo à deflagração da greve na região de Ribeirão Preto. Obstáculo este agravado pela conjuntura do Plano Cruzado, pelo desemprego, pela ofensiva dos patrões nos meios de comunicação e pela ênfase na mecanização do corte.

Neste quadro, a greve de 1986 foi deflagrada pelos trabalhadores da Usina Diamante, envolvendo os trabalhadores de Jaú e Itapuí, em 16 de junho de 1986, ou seja 3 dias depois da Assembléia da FETAESP ter autorizado à diretoria a assinar o acordo com a FAESP. A greve vai tomar impulso, de fato, com a entrada em greve dos trabalhadores da Usina Santa Terezinha, em Mogi-Guaçu. Logo depois a greve se estende aos municípios vizinhos de Conchal, em 23/06, em 26/06 a Araras e Leme, Aguaí; Santa Rita do

Passa Quatro, Santa Cruz das Palmeiras, Itapira e Iracemápolis, todas no dia 30/06/1986. Portanto, a greve vai se iniciar de fato concomitantemente à assinatura do acordo entre FETAESP e FAESP, no dia 25/06.

Ou seja, quando a assembléia da FETAESP autoriza à diretoria a assinar o acordo e a até mudar os itens da pauta de reivindicações, a greve não havia se iniciado, portanto, era um acordo "a frio". Entre a autorização e a assinatura a greve se inicia e a FETAESP não reanaliza a sua posição, dada a mudança de conjuntura provocada pela deflagração da greve. Nesta medida, quando a greve se inicia, os patrões se recuzam a discutir a pauta, pois tinham um acordo em curso com a FETAESP. Este acordo será duramente criticado nas bases, nas assembléias dos trabalhadores em greve.

A principal contestação ao acordo será porque a FETAESP não ouviu os trabalhadores quando o assinou. É verdade, que a FETAESP tinha autorização do seu Conselho, porém, os dirigentes não tinham aval dos trabalhadores, em suas assembléias, para autorizar a assinatura do acordo. Ou seja, este fato é revelador de que a FETAESP era dominada por sindicalistas afastados dos problemas e reivindicações dos trabalhadores assalariados rurais.

Por outro lado, não havia, em São Paulo, só em honrosas excessões, a prática democrática do dirigente atrelar o seu posicionamento no Conselho da FETAESP à deliberação de suas assembléias gerais. O Conselho é formado por dirigentes sindicais, que como tais, se sentiam libertos para deliberarem o que bem quiserem sem consulta prévia às bases.

A principal defesa da FETAESP para aceitação do acordo, é que indo à dissídio, o processo ficaria "sub-júdice" até a data do julgamento no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Mas o que fica fraco nesta defesa, é que ela não analisa a diferença entre o dissídio "a frio" e o dissídio "a quente", isto é, com greve dos trabalhadores. Ou seja o dissídio "a quente" é a arma utilizada pela CONTAG, como já foi dito, nas campanhas salariais do Nordeste, para apressar as negociações e pressionar o Tribunal para aceitar as reivindicações.

Neste episódio, fica claro a falta de avaliação política, por parte da FETAESP, que não considera a greve como uma arma, que, ao pressionar os patrões, pressiona também o Tribunal. Mesmo estando este manietado pelo Plano Cruzado, que era absolutamente inflexível quanto a reajustes salariais, mas deixava aberto a possibilidade de conquistas trabalhistas, como a questão do pagamento por metro linear, que era a reivindicação fundamental da greve de 1986.

Dado a existência do acordo, o TRT, no dia 2 de julho decretou a ilegalidade da greve e estendeu a validade do acordo para todo o Estado, como queriam os patrões, bem como determinou a volta ao trabalho, com o desconto dos dias parados.[97] Que era algo não previsto pela FETAESP. Esta aceitou o acordo para que não fosse a dissídio, mas não considerou que os patrões poderiam pedir o julgamento da greve pelo TRT, e que este, sob pressão dos usineiros, pós assinatura do acordo, decretaria a ilegalidade da greve e a extensão deste para todo o Estado.

Os sindicalistas tomam a decisão do Tribunal como uma provocação e resolvem continuar a greve, na esperança de conseguir estendê-la a todo o Estado e obrigar a abertura de negociações caso-a-caso, para conquistas dos itens não previstos no acordo, fundamentalmente, a questão do pagamento por metro linear de cana cortado.

Quando a greve se expande para a Região de Ribeirão Preto (Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho e Cajurú), em pleno mês de julho, a opinião pública já se mostra dividida, quanto ao apoio ao Plano Cruzado. O desaparecimento de produtos dos supermercados, a cobrança de ágio, a fraqueza do governo em punir os especuladores, utilizando a lei delegada 200, mostram a fraqueza do governo Sarney para a efetivação do Plano. Começa, a partir daí a contagem regressiva para as eleições de novembro, quando seriam eleitos os governadores e os deputados e senadores constituintes, para que fosse encerrado o sonho da inflação zero. Estas questões mostram a mudança lenta de conjuntura, em julho de 1986, ganhando uma parcela do movimento sindical para a

97 - GRAZIANO DA SILVA (1989). op. cit., pag. 131.

deflagração da greve.

Embora a greve avance para as duas regiões produtoras de cana, mais importantes do Estado, atingindo inclusive Cosmópolis (base da FETAESP, pois ainda não tinha sindicato) e Capivari (base do Presidente da Copersucar, Werther Anichino), os patrões manteem-se intransigentes com a possibilidade de novas negociações e acordos por sindicato.

Por outro lado, é flagrante, em 1986, a mudança de postura dos proprietários em 3 aspectos essenciais: 1- não está mais visível o racha de 1984 e 1985 entre usineiros e fornecedores, os dois segmentos mostram-se irmanados no não atendimento das reivindicações dos trabalhadores; 2- os usineiros sabem que se cederem localmente, perdem estadualmente; 3- os patrões percebem no governo do estado e no judiciário um forte aliado no endurecimento com os trabalhadores.

Estes três aspectos são facilmente demonstrados pelos acontecimentos que se seguiram em julho de 1986. A polícia passa a agir com extremo vigor, maior do que o verificado em 1984 e 1985 em Guariba: prendendo e batendo em sindicalistas; ameaçando de morte os dirigentes e atuando com extrema repressão nos piquetes. Como foi demonstrado pela imprensa da época, particularmente a Revista Senhor, edições de 22 e 29 de julho de 1986, o governo do Estado havia endossado o aumento de repressão, exigido pelos usineiros, que culminaram com as mortes dos dois trabalhadores em Leme.

Na época, o governo estadual de Montoro e o Governo Federal, através do Ministro da Justiça, Paulo Brossardi, tentaram imputar as mortes aos deputados do Partido dos Trabalhadores, que acompanhavam e apoiavam a greve. Somente em 1989, o inquérito policial foi concluído e apontou o que já era óbvio: as mortes foram de responsabilidade da Polícia Militar e o Partido dos Trabalhadores foi o "bode expiatório" da tragédia patrocinada pelos usineiros, respaldados pelos governos estadual e federal.

Frente a violenta repressão policial, a ausência de negociações com os patrões, a intransigência e amordaçamento da justiça trabalhista e ao acobertamento da repressão, por parte dos

governos, a greve foi encerrada.

Porém, esta greve, embora derrotada trouxe para o movimento a necessidade de reflexão sobre algumas questões: 1- a assembléia da FETAESP, formada pelo conjunto de presidentes de STR de todo o estado, como fórum de deliberação das greves da cana e da laranja; 2- a unidade com o conjunto de sindicatos de pequenos produtores e assalariados; 3- a direção da FETAESP, pós morte de Roberto Horigutti. assumida por Orlando Birrer, antiga oposição à direita da entidade. O desdobramento destas questões será tratado junto com a análise das greves de 1987; 1988 e 1989.

3.14 - GREVE DE 1987

O ano de 1986 foi bastante importante para a dinâmica das lutas dos assalariados rurais do Estado de São Paulo e fundamentalmente para os assalariados da Região de Ribeirão Preto. A derrota da greve de 1986, articulada com um conjunto de transformações ocorridas no quadro geral de eclosão das lutas, são os fatores primordiais para a identificação das mudanças que vão implicar em um passo decisivo na constituição da identidade da categoria dos assalariados rurais. Estas mudanças estão associadas aos seguintes fatores: mudanças no processo de produção, deixando claro a necessidade de luta pelo controle do processo de trabalho; crescimento da unidade entre os patrões; aprofundamento das divergências na FETAESP; surgimento de novas lideranças no movimento sindical dos trabalhadores rurais na Região de Ribeirão Preto, lideranças nascidas das lutas travadas na Região nos anos de 1984, 1985 e 1986.

Nas greves de 1984 e 1985, as lutas dos trabalhadores assalariados são influenciadas pela explicitação das profundas divergências existentes entre os produtores de açúcar e álcool, os usineiros, representados sindicalmente pelo Sindicato dos produtores da Açúcar e Sindicato dos Produtores de Álcool, de

bases estaduais, e os fornecedores de cana, representados pelos sindicatos patronais, de bases municipais dos produtores rurais, e pela FAESP, a nível, estadual. Tanto nas mesas de negociações, quanto nas formas de enfrentamento às greves, ficaram claras as divergências existentes.

Embora as greves sejam deflagradas pelos assalariados rurais, cortadores de cana, elas atingem fundamentalmente os usineiros e não atingem, ou atingem marginalmente aos fornecedores. Isto porque o momento de deflagração da greve está determinado pelo momento de intensificação da produção pelas usinas e destilarias. Em São Paulo, principalmente na Região de Ribeirão Preto, a participação dos fornecedores, na quantidade de cana moída, é proporcionalmente menor do que em outros Estados e Regiões produtoras. Além disto, existe um grande número de fornecedores fantasmas, isto é fornecedores que só têm existência legal junto ao IAA, que obriga que 40% da cana esmagada pelas usinas sejam oriundas de fornecedores, sendo que as destilarias autônomas estão isentas de tais percentuais. Estes fornecedores fantasmas, embora sejam registrados como fornecedores junto ao IAA, na prática são proprietários de terras arrendadas pelas usinas, portanto, são estas que executam todo o processo de produção e pagam aos "fornecedores" a renda proporcionada pela produtividade da cana na terra.

A safra dos fornecedores autênticos é mais curta do que a safra das usinas. Isto porque aqueles procuram concentrar sua entrega de cana nos meses de pico da safra, onde atinge o máximo a maturação da cana, dado que seu pagamento depende do grau de sacarose da cana entregue na usina o que encurta a safra dos fornecedores, que deixam para concentrar sua entrega de cana nos meses de junho e julho. A cana moída entre maio e junho é fundamentalmente das companhias agrícolas das usinas; a cana moída entre junho e setembro é prioritariamente dos fornecedores e complementada pela produção própria das usinas; nos meses de outubro a novembro a cana volta ser predominantemente das companhias agrícolas das usinas. Estes fatos indicam que a greve dos trabalhadores assalariados rurais pressiona diretamente, como

dissemos, as usinas e destilarias e apenas indiretamente os fornecedores de cana, que passam a ser forçados a cumprirem os acordos estabelecidos com as usinas.

Quando eclodem as greves, estas atingem basicamente as usinas, tanto na sua parte agrícola, quanto na sua parte industrial, porque a parte agrícola não está colhendo devido a greve e a parte industrial não está processando porque não tem cana. Porém, quando os acordos são celebrados, pós greves, são os fornecedores primeiramente atingidos, porque, em geral, os acordos têm coincidido com o pico da safra. Dessa forma, as lutas pelo cumprimento dos acordos atingem basicamente aos fornecedores de cana. Além da coincidência entre validade do acordo e pico da safra, os fornecedores são, em grande parte, contumazes desrespeitadores das cláusulas salariais e trabalhistas dos acordos. São os fornecedores os que mais utilizam os ""gatos"", "gatinhos" e "gatões" e nem ao menos fazem o contrato de safrista com os trabalhadores.

Porém, as lutas pelo cumprimento dos acordos se dá, ainda, em grande parte, sem a participação dos sindicatos. Estes, no máximo, são chamados quando os litígios já estão instalados e dependem da convocação das Delegacias Regionais do Trabalho ou dos Postos de Atendimento da Secretaria Estadual das Relações do Trabalho e este chamado depende do posicionamento político dos titulares de tais órgãos. Quando os chefes dos P.As. ou das Delegacias consideram relevantes a atuação sindical, convocam o sindicato. De outro lado, quando a postura política de tais chefes se aproxima dos patrões, os dirigentes sindicais não são se quer informados das lutas e nem ao menos intermedeiam o conflito, é tudo resolvido no âmbito dos órgãos, que encaminham uma solução para tais pendências, em geral ruim para os trabalhadores.

De outro lado, os sindicatos têm pouca vinculação com os trabalhadores nos locais de trabalho, nas fazendas das usinas e dos fornecedores, devido ao impedimento de entrada dos dirigentes nos postos de trabalho, principalmente daqueles mais comprometido com a luta. Com isto a atuação dos sindicatos torna-se, fundamentalmente, urbana e se restringe à organização dos trabalhadores nos locais de moradia, o que reduz o poder de fogo dos sindica-

tos dentro das usinas, nos locais de trabalho. Também contribui para isto o fato das usinas empregarem trabalhadores de distintos municípios, bases de diferentes sindicatos.

A partir de 1986, a tática de luta utilizada pelos patrões, para o enfrentamento dos trabalhadores, passou a se orientar em 3 frentes: 1º - encaminhamento de negociações coletivas, a nível estadual, entre FAESP e FETAESP mais sindicatos do açúcar e álcool, para evitar, ao máximo, a abertura de negociações ou o fechamento de acordo caso a caso, município por município; 2º - incentivo a mecanização do corte de cana; 3º - fixação de valores diferenciados para cana colhida por companhias agrícolas das usinas e cana colhida por fornecedores.

Como já foi tratado, o incentivo à mecanização do corte de cana reduz o poder de barganha dos colhedores de cana e diminui o incentivo à greve devido ao risco do desemprego. Porém a mecanização do corte, como tem ocorrido com maior frequência nas maiores usinas, nas mais modernas e capitalizadas, provoca o aumento das divergências entre estas unidades e as menores e menos capitalizadas, fundamentalmente os fornecedores de cana, que não possuem capital suficiente para imobilizar na mecanização. Essa divergência, oriunda da mecanização e, em suma, da modernização do processo produtivo é, de certa forma, minorada pelo fato das negociações serem realizadas coletivamente, com validade para todo o Estado de São Paulo.

Na negociação coletiva, realizada pela FAESP e Sindicatos dos Produtores de Açúcar e Álcool com a FETAESP, as diferenças entre os produtores, no que tange ao nível de capitalização, produtividade e grau de organização dos trabalhadores, tendem a ser niveladas por baixo, o que beneficia o conjunto dos capitalistas em detrimento do conjunto dos trabalhadores do estado.

A mecanização do corte de cana avançou mais rapidamente na Região de Ribeirão Preto em decorrência do grau de avanço do progresso técnico e, fundamentalmente, como foi mostrado, devido ao avanço do grau de organização e luta dos trabalhadores

assalariados rurais[98]. Neste sentido, se, de um lado, é nesta Região que os assalariados da cana pressionam mais, é, de outro, aí que os capitalistas conseguem resistir mais à greve devido à mecanização do corte. Por outro lado, nas regiões produtoras, onde é menor o grau de organização e luta dos trabalhadores e, também, onde é menor o grau de modernização e produtividade, os capitalistas estão imunes às greves e, por conta, tornam-se mais inflexíveis quanto ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores e têm também. por outro lado, menores condições econômicas de atender as reivindicações. Desta forma, são estas usinas, menos produtivas, que dão o tom nas mesas de negociações.

A greve de Guariba, de 1984 foi, primeiramente, negociada localmente, em Jaboticabal, nesta medida, ela deu o horizonte mínimo de reivindicações para o conjunto dos trabalhadores, que em greves e negociações locais, conseguiram ampliar as conquistas efetivadas no acordo de Guariba. Com as negociações realizadas estadualmente, é o que o conjunto dos capitalistas pode pagar, que torna-se o máximo de conquista possível. Ou seja, com as negociações realizadas estadualmente ocorre o inverso do que ocorreu em Guariba, em 1984, a negociação estadual dá não apenas o parâmetro, quanto dá o máximo, na medida em que este parâmetro é o mínimo, dado que é regulado pelo que podem pagar as unidades produtivas menos capitalizadas, menos modernizadas e com menores margens de lucro.

Na região de Ribeirão Preto, se, de um lado, as usinas são mais produtivas e têm condições de pagar mais aos trabalhadores, também têm, de outro, com a mecanização do corte, condições de resistir à greve. Nas regiões em que os capitalistas têm menor fôlego, estes não se defrontam com trabalhadores organizados em sindicatos comprometidos com a luta, portanto, não enfrentam greves, a não ser paralisações pontuais e desarticuladas.

Do lado dos trabalhadores, as negociações conduzidas pela FETAESP são deliberadas pela reunião do seu Conselho, formado

98 - Segundo um técnico da Coopersucar, os usineiros da região de Ribeirão Preto só não mecanizam em 100% o corte de cana, porque tecnicamente aqinda não podem e porque necessitam de trabalhadores na entre-safra, principalmente no plantio e demais tratos culturais.

pelo conjunto dos dirigentes sindicais de STRs, inclusive por aqueles que não têm cana em suas áreas de atuação. Este procedimento dilui o poder de fogo, para dentro e para fora do movimento sindical, dos sindicatos comprometidos com a luta dos trabalhadores assalariados rurais. Ou seja, o comando de greve, formado pelos dirigentes sindicais e delegados das assembléias de greve, organizado regionalmente, passa a ter o seu poder limitado: de apenas organizar e conduzir a greve, não detem o poder efetivo de negociar com os patrões e de deliberar sobre a estratégia a ser adotada, que é feito pela diretoria mais assessoria da FETAESP, submetida ao Conselho da entidade. Dessa forma, os sindicatos dirigidos por pequenos produtores e sem assalariados rurais têm mais poder, que é o de negociar e deliberar sobre a estratégia política do movimento, na FETAESP. Assim, a submissão do movimento à dinâmica imposta pelo conjunto dos dirigentes componentes do Conselho da FETAESP, reduz a força dos assalariados rurais.

Os acordos promovidos pela FETAESP só têm validade automática para as chamadas áreas desorganizadas. Porém, os sindicatos podem localmente assinar o mesmo acordo ou autorizarem a Federação a assinarem o acordo em seu nome, o que abre espaço para que os dirigentes, onde não há organização dos trabalhadores, não se comprometam com a greve. Isto reduz o poder de pressão dos sindicatos comprometido com a luta dos assalariados rurais a conseguirem acordos melhores com os patrões.

A aceitação de umo acordo baixo pela Federação e por alguns sindicatos, leva a que os patrões, de outros municípios, não cedam a reivindicações superiores ao estabelecido. Para os patrões, concordar com reivindicações mais elevadas, significa operar com margens de lucro mais baixa, mesmo tendo produtividade mais elevada. Como o setor do açúcar e álcool têm preços controlados nacionalmente pelo governo, tem maior margem de lucro quem opera com custos mais baixos. A redução de custos é determinada por dois fatores: produtividade do trabalho e preços intermediários mais baixos, e dentre estes, o custo da força de trabalho tem grande peso. Neste sentido, concordar em pagar mais aos trabalha-

dores, significa assumir operar com menor margem de lucro, mesmo quando ele pode compensar o aumento de custo com o aumento da produtividade.

Uma das características do complexo agroindustrial sucro-alcoleiro é a rápida transferência de inovações, quer técnicas, quer organizacionais, para aumento de produtividade, entre os capitalistas. Este é um dos papeis básicos da Copersucar: transferência de tecnologia, que assegure maior margem de lucro através da redução de custos, para o conjunto dos "cooperados", mesmo papel tinha o Planalsucar.

A tática de negociação coletiva, a nível estadual entre FAESP e FETAESP, tem como corolário, também, o incentivo à mecanização do corte, nas Regiões de maior grau de organização e luta dos trabalhadores. Porque a mecanização dá maior poder de barganha para que os empresários sustentem as propostas estadualmente acertadas pelo setor, mesmo quando se defrontem greves.

Vale a pena esclarecer, que a transferência de tecnologia se dá entre Copersucar e "cooperados", que são usineiros, e estes devido a concorrência, entre eles, pelo recebimento de cana, acabam retransferindo tal tecnologia para seus fornecedores. Esta retransferência pode ser facilmente demonstrada, pelo fato de, em 1988, a Copersucar ter aberto a sua estrutura para abrigar também, como "cooperados" os fornecedores de cana, porém, nenhum deles se associou, dado que não necessitam dela, pois recebem as inovações dos usineiros sem pagamento. A mesma Copersucar, fazendo o recensiamento de suas variedades de cana, verificou que 30% delas estavam em poder dos seus associados, ao passo que os fornecedores já plantavam 40% de suas variedades[99]. A mesma coisa se verificou com o corte em 7 ruas, que foi iniciado pelas usinas cooperadas, mas rapidamente foi repassado aos fornecedores; o mesmo se deu com o enleiramento de montes da cana cortada, para reduzir o grau de impurezas da cana, que inicialmente foi feito pelos usineiros, mas posteriormente os fornecedores o adotaram sem pagar a mais para os trabalhadores, pelos motivos já relata-

99 - Este dado foi obtido em entrevista com técnico da Copersucar, encarregado da extensão rural aos cooperados.

dos, fazendo a velha alegação de que exigem menos do que as companhias agrícolas das usinas.

Um outro fato irá contribuir, em 1986, para ampliar a desagregação, dentro da FETAESP: a morte de Roberto Horigutti, seu presidente. Horigutti morreu durante a campanha eleitoral de 1986, quando se licenciou da diretoria da FETAESP para concorrer as eleições daquele ano, como candidato a deputado federal pelo PMDB. A sua morte levou à direção da entidade Orlando Birrer, Secretário Geral, oriundo do STR de Votuporanga e liderança, como já foi dito, do grupo que fazia oposição à direita a Roberto Horigutti e um crítico da aproximação da FETAESP às posições progressistas da CONTAG, pós 1979.[99] Orlando Birrer e Élio Neves eram ferrenhos opositores, dado que lideravam grupos opostos dentro da entidade. Com Horigutti fora do caminho, ficou fácil para Orlando Birrer tornar-se presidente e dar maior peso, na entidade, ao grupo.

A chapa eleita para a FETAESP em 1984, ainda com Horigutti, era uma composição, com predominância política da oposição à esquerda, porém, a articulada em 1987, por Valdomiro, foi também de composição só que mais à direita, resultado de nova ampliação do número de diretores.

Embora Élio Neves, Wilson Bertolai e Vidor Faita tenham sido reeleitos para a nova diretoria, a postura dela se modificou. Isto porque Orlando Birrer conseguiu, além de ampliar o número de diretores, favorecendo seu grupo, cooptar para as suas posições mais conservado Vidor Faita, em troca de vaga na diretoria[100].

---

99 - GRAZIANO DA SILVA (1989). pag. 104.

100 - Em 1986, Vidor Faita candidatou-se, pelo Partido dos Trabalhadores, a uma vaga para deputado estadual. Porém, não conseguiu eleger-se. Foi mais um dos candidatos tragados pela vaga do Plano Cruzado, que deu grande vitória ao PMDB. Durante a campanha, Vidor, afastou-se de sua base, o STR de Araras. Perdeu as eleições e perdeu também a diretoria do STR de Araras, ficou apenas com a diretoria da FETAESP, onde era tesoureiro. Nas eleições da FETAESP, em 1987, o grupo mais a esquerda, composto por Vidor, Élio e Wilsinho avaliou que não teria chances disputando com Orlando, a alternativa era, de novo, uma chapa de composição. Porém, sem a direção do STR de Araras, Vidor não tinha cacife para reivindicar uma vaga no chapão articulado por Orlando. Contribuiu para essa guinada de Vidor a derrota eleitoral, em 1986, e o seu endividamento pessoal, pós campanha.

Para a ampliação da diretoria da FETAESP e para que se mantivesse os rendimentos dos diretores, a nova diretoria promoveu uma reforma administrativa interna, que levou ao encerramento do trabalho de várias das assessorias, que foram criadas na gestão de Horigutti justamente para ampliação do trabalho sindical junto aos assalariados rurais. A eliminação destas assessorias, culminou com a demissão de todo o quadro de assessores, que haviam contribuído para o crescimento da entidade e para que ela mais se aproximasse do segmento mais importante dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, os assalariados rurais[101]. A partir daí, ficou cada vez mais difícil a convivência, dentro da mesma entidade, entre os sindicalistas mais progressistas e os conservadores, que combinado a outros fatores culminará, em 1989, com a criação dos sindicatos de empregados rurais e com a fundação da FERAESP, que trataremos, com mais detalhes, no capítulo seguinte.

3.15 - A Preparação da Greve de 1987

Na memória dos dirigentes sindicais, da região de Ribeirão Preto, a greve de 1987 foi a mais importante, do ponto de vista da mobilização, e do número de sindicatos e trabalhadores envolvidos, dentre todas as realizadas no pós 1984. Sem dúvida, ela não teve a repercussão, para fora, que teve a primeira greve, em maio de 1984. A importância da greve de 1987 é para dentro, no sentido da consolidação da liderança de um conjunto de novos dirigentes sindicais alçados das bases, crias do próprio movimento, das greves ocorridas nos anos anteriores.

A greve de 1987 atingiu, no seu clímax, 42 municípios e mais de 100.000 trabalhadores. A greve de 1987 atingiu, além dos municípios da Região de Ribeirão Preto, os municípios da Região de São José de Rio Preto e Campinas, estando prestes a se tornar estadual. Os trabalhadores dos municípios que aderiram a greve, por pelo menos um dia foram de: Sertãozinho; Cravinhos; Pitangueiras; Pontal; Taquaritinga; Morro Agudo; Jaboticabal; Guariba; Serrana; Barrinha; Guaíra; Cajuru; Santa Rosa do Viterbo; Terra Rôxa; Or-

101 - GRAZIANO DA SILVA (1989). op. cit. pag. 165.

lândia; Sales de Oliveira; São Joaquim; Américo Brasiliense; Santa Lúcia; Rincão; Boa Esperança; Matão; Dobrada; Dourado; Catanduva; Urupês; Barretos; Ibirá; Catiguá; Itabapuã; Ariranha; Colina; Elisário; Palmares; Leme; Conchal; Araras; Pindorama; Sales; Uchôa e Olímpia.

A greve de 1987 teve este vulto porque também contou com um melhor processo de preparação que as anteriores. Esta preparação culminou com a elaboração da pauta de reivindicações, a partir de cada sindicato. Antes da elaboração da pauta, os sindicatos procuraram se aproximar mais dos trabalhadores nos locais de moradia, convocando os componentes dos comandos locais de mobilização, formadores dos piquetes. Além disto, ela só atingiu tal proporção devido ao efeito dominó, já verificado nas greves de 1984 e 1985. O efeito dominó não é resultado de uma preparação prévia dos trabalhadores e nem do envolvimento dos sindicatos. São os trabalhadores que, expontaneamente, ao saberem da paralisação em outros municípios também aderem à greve. A comprovação disto é que em alguns lugares, mesmo sem sindicatos, considerados áreas inorganizadas da FETAESP, os trabalhadores paralisaram as atividades, ao tomarem conhecimento, a partir dos meios de comunicação da greve na Região de Ribeirão Preto.

No processo de preparação da greve teve grande importância o grupo regional de Ribeirão Preto e Araraquara, como sempre, já com uma dinâmica de trabalho consolidada desde a greve de 1985. A dinâmica do grupo de Ribeirão Preto foi intensificada a partir da emergência dos sindicatos de Barrinha; Pitangueiras; Bebedouro; Dobrada e Jaboticabal, sindicatos onde houve, com especificidades[102], mudança nas diretorias ou criação de entidades.

---

102 - Em Barrinha o velho presidente do sindicato foi substituído, em eleições, por uma chapa de composição, tendo na presidência, Alcides Ignácio de Barros Filho (Cidinho), cortador de cana, que recebeu mais de 90% dos votos válidos. Cidinho e todo o seu grupo de trabalhadores surge no movimento em 1984, através dos piquetes. Para sua eleição, em 1986, contou com o apoio da CPT e conseguiu uma vitória acachapante sobre a chapa da situação. Em Pitangueiras, o sindicato foi criado em 1985 e até então era extensão de base de Bebedouro. O grupo que cria o sindicato é formado por cortadores de cana, que também surge, no movimento, em 1984, quando promovem uma greve, sem nenhum apoio do STR de Bebedouro, no efeito dominó de Guariba. Conseguem a extensão do acordo e éste é assinado pelo grupo, como representante dos trabalhadores

A greve de 1987 tem como reivindicação básica, assim como nas greves de 1985 e 1986, a mudança na forma de pagamento, de tonelada para metro linear. Esta continua sendo a reivindicação fundamental, dado que o acordo de 1985, quando é instituída a forma de pagamento de conversão de metro para tonelada, a partir de amostragem, mostrou-se insatisfatório para os trabalhadores, que continuaram reclamando das fraudes e reivindicando o controle de sua remuneração, que é um degrau fundamental para o controle do processo de trabalho. Além da mudança de tonelada para metro, os trabalhadores elaboraram uma extensa pauta de reivindicações (mais de 40 itens), com as reivindicações não conquistadas nos anos anteriores e com as conquistadas mas não cumpridas de forma satisfatória, tais como: o fornecimento de ferramentas de trabalho; de uniformes; de equipamento de proteção individual; de melhores condições de transporte etc.

A greve de 1987 contou como elemento catalizador a profunda insatisfação dos trabalhadores com a situação econômica do país. Após o malogro do Plano Cruzado, em novembro de 1986, com o recrudescimento da inflação e a existência de um gatilho salarial, que disparava sempre que a inflação atingia 20%, há profunda insatisfação dos trabalhadores. O gatilho salarial, embora tivesse sido criado como uma forma de reajuste automático de salários, foi elaborado para uma taxa mensal de inflação baixa, entre 3 a 5%. Porém, num quadro de inflação acima de 10%, todos os meses o gatilho disparava, mas os trabalhadores recebiam apenas 20%, sobrando sempre um diferencial para ser repassado no período seguinte. Este mecanismo de correção salarial gerava sempre dois tipos de problemas para os trabalhadores assalariados rurais: 1- diferença de pagamento entre unidades de produção, pois algumas incorporavam imediatamente o gatilho disparado e outras não; 2- diferença de pagamento dentro da mesma unidade pro-

---

em greve. Em Dobrada, a criação do sindicato contou com o apoio da igreja local, da Pastoral do Migrante e da Pastoral da Terra. Em Jaboticabal, é organizada uma chapa de oposição a Benedito Magalhães, em 1985, essa chapa contou com uma ampla composição de apoio, tanto da CPT, quanto da própria FETAESP e foi também decorrência da greve de Guariba, que provoca um enorme desgate político ao Presidente, que permite o fortalecimento da oposição interna e o desmembramento de Guariba.

dutiva entre os trabalhadores contratados como safristas, di-retamente pelas usinas, e aqueles contratados pelos "gatos", como força-de-trabalho suplementar, sem vínculo com as usinas.

O primeiro problema era observado, com maior frequência, no diferencial de salários pagos pelas usinas maiores e mais bem estruturadas em comparação aos salários pagos pelas menores. Era observada diferença entre o pagamento efetuado pelas usinas e fornecedores, utilizadores em maior escala de "gatos". O segundo problema era mais frequente entre as usinas grandes, que contratavam trabalhadores em diferentes municípios. Nos municípios mais próximos de sua sede os trabalhadores assalariados rurais eram contratados para a safra (8 meses) e recebiam regularmente os gatilhos, ao passo que nos municípios mais distantes, com menor atuação sindical, os trabalhadores eram contratados pelos "gatos", com menores salários.

Mesmo com toda a demonstração de força demonstrada pela deflagração unitária da greve e a sua rápida expansão para quase todo o Estado de São Paulo, a greve de 1987 se encerrou com um acordo considerado baixo pelos trabalhadores. Na região de Ribeirão Preto, no polo Sindical de Araraquara e Ribeirão, a avaliação do final de greve, elaborada pelas lideranças sindicais, deixava passar uma certa frustração pela forma de negociação conduzida pela FETAESP. Uma das questões criticadas era ter sido aceito a negociação na cidade de São Paulo, quando o interior era mais indicado. Outra crítica era quanto a participação na negociação de dirigentes da FETAESP que não haviam encaminhado a greve em suas bases, crítica dirigida, particularmente, a Vidor Faita. Por último, a crítica era a aceitação da volta ao trabalho com a negociação apenas dos itens salariais, ficando a reivindicação mais importante da pauta, do ponto de vista dos assalariados rurais,- o pagamento do corte por metro-, deixada de lado. A greve foi encerrada sem nenhum ganho significativo em relação a 1986, apenas com pagamento do INPC integral de maio de 1986 a maio de 1987, descontadas as antecipações efetuadas pelo gatilho, mais produtividade de 5%.

Pós greve, no ano de 1987, a análise dos dirigentes sindi-

cais da Região ressaltará o grande recuo, em todas as frentes de luta, da nova diretoria da FETAESP, principalmente do seu presidente, que a esta altura já está em luta aberta com o seu Vice-Presidente, Élio Neves, e com o seu Secretário, Wilson Bertolai.

A animosidade entre sindicalistas da Região com a diretoria da FETAESP será revigorada no episódio do ato público, realizado pelos sem terra e assentados, no Palácio dos Bandeirantes, em julho de 1987. Neste ato, convocado pela comissão de assentamentos do Estado de São Paulo e incentivado por Élio Neves, que dividia a sua atuação entre organização dos assalariados e a dos assentamentos de Araraquara, a FETAESP não apenas não se empenha em realizá-lo, como sequer comparece ou fornece alguma infraestrutura necessária.

Ao longo de 1987 o Polo Sindical de Araraquara, fundido com Ribeirão, é revigorado com a presença de novas lideranças sindicais e pela luta para cumprimento dos acordos. Nesta luta pelo cumprimento, têm destaque a medição com compasso de 2 metros, com ponta de ferro, o fornecimento de ferramentas e de roupas e equipamentos de proteção individual, bem como o ítem de pagamento da hora in itinéere.

A obrigatoriedade de medir o trabalho executado com compasso de 2 metros, com ponta de ferro[103], será objeto de várias brigas entre sindicalistas e feitores das fazendas. O movimento sindical orienta os trabalhadores, para encaminharem denúncia aos sindicatos, quando se julgassem lesados pelas medições efetuadas, tanto em metros, quanto em toneladas. Os trabalhadores haviam conquistado, desde 1985, o direito de acompanhar a escolha e a pesagem do caminhão que serve de amostra para o pagamento dos trabalhadores. Como os trabalhadores não podem acompanhar o caminhão, porque se acompanham não cortam e se não cortam não ganham, este acompanhamento passa a ser executado, em alguns casos, pelas diretorias sindicais. É claro, que apenas um

---

103- A exigência de compasso com ponta de ferro é decorrente da obrigatoriedade do apontador, para efetuar a medição, fincar a ponta de ferro no chão, para que este não gire no ar, o que prejudica aos trabalhadores. O giro no ar do compasso é semelhante ao "pulo da vara" efetuado pelos apontadores do Nordeste para lezarem os trabalhadores, na medição das tarefas.

reduzido número de dirigentes irá ao campo fazer este tipo de trabalho. Isto porque alguns se sentem pouco à vontade em atuar diretamente nas usinas, devido ao confronto que tal fato provoca, além disto porque um grande número de usinas impede a presença de sindicalistas, nos locais de trabalho, a não ser com aprovação prévia das usinas. Quando as usinas autorizam o dirigente a fiscalizar a medição, em geral, os levam para frentes de trabalho mais organizadas, onde é feita uma medição exemplar[104]. Nessas frentes de trabalho, a escolha da amostra; a medição; carregamento; pesagem e conversão de toneladas em metros é bem feita, não deixando espaço para reclamações. Mas, normalmente, esta medição e escolha da amostra é apenas formal, isto quando é realizada. Na maior parte das vezes, os departamentos agrícolas das usinas já sabem, por estimativa, a produtividade média de cada talhão de cana e pagam aos trabalhadores de acordo com esta média, sem levar em consideração a amostragem do talhão.

Segundo técnicos agrícolas entrevistados, esta escolha de amostra e pesagem, como determina o acordo, sofre um "ajuste" técnico. Isto é, a pesagem executada no campo, nos moldes do acordo, não pode ser superior à estimativa do departamento agrícola. Isto significa que a estimativa do departamento passa a ser o teto do pagamento dos trabalhadores, porque quando a pesagem do campo é superior à do departamento, esta é reduzida, mas quando é inferior ela é considerada.

Assim, o acompanhamento da pesagem do caminhão é pouco executada pelos sindicalistas, que, quando vão ao campo, verificam apenas se o compasso utilizado na medição da produção de cada trabalhador tem os 2 metros e ponta de ferro. É muito comum serem encontrados compassos de 2,20 metros ou 2,50 metros, que são justificados, pelos feitores, como "pequenos erros de medição"[105].

Essas lutas pelo cumprimento do acordo, embora tenham se

104- São locais previamente designados pelas usinas, que servem como espécie de cartão de visitas, onde os trabalhadores estão uniformizados, bem calçados, há água potável nos caminhões e ten-das sanitárias montadas para as necessidades fisiológicas dos trabalhadores.

105- Alguns sindicalistas tomam estes compassos adulterados e os levam para o sindicatos para exibir aos trabalhadores e orientá-los sobre os tipos de fraudes mais comuns.

mostrado infrutíferas, dado a impossibilidade de realizarem fiscalizações constantes no mar de cana da Região, serviram para aproximar mais os dirigentes sindicais dos trabalhadores e para que estes passassem a atuar mais próximos no dia-a-dia das lutas. A atuação mais próxima dos dirigentes às suas bases será mais enfatizada com a entrada em funcionamento do escritório técnico da FASE/Jaboticabal (Federação dos Orgãos de Assistência Social e Educacional), que sediada em Jaboticabal, empreenderá uma assistência permanente a alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região.

A FASE/Jaboticabal irá eleger como sindicatos-chaves para esta atuação os de Pitangueiras, Barrinha e Bebedouro,tendo em vista desenvolver um projeto de educação popular junto aos trabalhadores assalariados rurais da cana e da laranja. Além da assessoria direta a estes sindicatos a FASE acompanhará e assessorará o polo regional de Araraquara e Ribeirão Preto no levantamento da pauta de reivindicações da cana e da laranja da safra 1988/1989.

3.16 - Preparação da greve de 1988

Com participação da FASE/Jaboticabal, a preparação para a campanha salarial de 1988 será a de maior antecedência e a que envolverá um conjunto maior de trabalhadores nas bases, e não apenas a preparação das lideranças. A preparação da greve de 1988 se inicia em dezembro de 1987, numa reunião de mais de 40 dirigentes sindicais, em Araraquara, onde se delibera um encaminhamento comum para todos os sindicatos, envolvendo as seguintes etapas: a) assembléias sindicais de ampla convocação em janeiro de 1988, para fazer um levantamento de itens de pauta de reivindicações em cada delegacia sindical, ou bairros de moradia dos trabalhadores assalariados volantes, convocando com empenho não apenas os delegados sindicais existentes, mas fundamentalmente os comandos de mobilização e piquetes formados nas greves anteriores; b) reuniões por bairros ou delegacias sindicais para levan-

tamento da pauta local de reivindicação; c) fusão das pautas locais em uma única pauta do sindicato, em assembléia sindical; d) realização de encontros regionais para elaboração da pauta regional, estes encontros regionais são de ampla convocação, com o comparecimento de trabalhadores de base e não apenas de diretores; e) realização de um encontro de todas as regionais em abril para o fechamento da pauta de reivindicações para ser encaminhada à reunião do Conselho da FETAESP, em abril, para o fechamento da pauta estadual.

Um grande número de sindicatos seguiu esta sistemática traçada, porém, nos três STRs assessorados pela FASE, houve um salto de qualidade, com a discussão da pauta saindo da direção e chegando até os trabalhadores nas bases. A reunião de fechamento da pauta foi realizada em Sertãozinho, devido a tradição de localização do comando de greve, dada a infraestrutura fornecida pela Prefeitura e ao apoio do Posto de Assistência local da Secretaria das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, que aproveita a reunião, para distribuir ambulâncias e máquinas de costura para alguns sindicatos.

Nesta reunião, foram lidas e debatidas as pautas de reivindicações de todos os subgrupos regionais: subgrupo de Jaú; subgrupo de Araraquara; subgrupo de Catanduva; subgrupo de Ribeirão Preto e subgrupo de Jales. Após a apresentação da pauta de reivindicações de todos os subgrupos, foi feito destaque para as propostas divergentes. A maior parte das divergências era nos itens salariais, ou nas cláusulas econômicas. Em todos os itens divergentes foram aprovadas as propostas do Encontro de Barrinha, da Regional de Ribeirão Preto, que era, na visão dos dirigentes o grupo que melhor havia elaborado a pauta.

Nesse processo de elaboração da pauta, a partir das bases, ficou evidenciado, que alguns itens não são expressão das lutas dos trabalhadores e compõem a pauta apenas por força das diretorias. Ou seja, alguns itens, principalmente os econômicos e de condições de trabalho, são, resultado de intensas discussões pelos trabalhadores. Nestes itens, o que conta é a experiência dos trabalhadores, que, mais do que as direções, podem contribuir di-

retamente. De outro lado, o processo de produção de cana tem mudado tanto, nos últimos anos, que a liderança sindical, já há muito afastada da produção, tem dificuldade em compreender o que de fato está se passando no mundo do trabalho.

A questão central, como posto no capítulo 2, é que o processo de modernização da agricultura, especificamente da lavoura canavieira, avança continuamente, impondo novas técnicas produtivas e de organização do processo de trabalho. O que requer, da direção sindical, íntimo contato com os trabalhadores, principalmente nos locais de trabalho, para inteirar-se das modificações e gerar novas estratégias políticas para enfrentamento aos patrões, para conquista de melhoria das condições de vida e trabalho. Muitos dirigentes sindicais já perderam contato há muitos anos do processo de trabalho, dado que como dirigentes liberados atuam unicamente na atividade de representação. Mesmo os novos dirigentes, integrados à direção pós 1984, também têm a mesma dificuldade. Isto porque a intensidade e ritmo do processo de modernização alterou-se com as lutas dos trabalhadores assalariados rurais.

A intensificação da mecanização do corte; o contrato direto de trabalho, como trabalhadores safristas, pelas usinas; o assalariamento dos "gatos"; a seleção mais rigososa de pessoal e o sur-gimento de turmas fixas de trabalhadores atuando juntas em frentes de trabalho, são alguns exemplos de modificações na base técnica de produção, que remetem a luta para novos confrontos, que requerem tanto novas formas de luta, quanto novas reivindicações. Em função destas modificações, as direções passaram a necessitar de um contato mais permanente com os trabalhadores e de assessoria mais especializada. As direções sindicais da região perceberam que não podiam encaminhar as lutas partindo das mesmas pautas de reivindicações levantadas burocraticamente em reuniões de poucos trabalhadores de algumas unidades produtivas.

O processo de modernização, embora seja geral, ele é mais intenso em determinadas unidades produtivas do que em outras. Existem algumas unidades, em geral as maiores e com maior disponibilidade de capital, nas quais este processo é mais

rápido. São unidades que encontram-se na ponta do processo, que são utilizadas inclusive como laboratório de testes para a Copersucar verificar a viabilidade técnico-financeira das novas inovações, antes de difundí-las. Nesta medida, o levantamento da pauta a partir de turmas de trabalhadores de uma mesma unidade reduz a possibilidade do movimento sindical conhecer a totalidade do processo de trabalho para atuar rapidamente, adequando as reivindicações à realidade de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados rurais.

Nesta campanha salarial, uma das questões emergentes, posta pelos trabalhadores de base, era sobre a mecanização do corte de cana, para qual o Movimento Sindical tinha de ter resposta. Até 1988 a direção sindical, embora percebesse o avanço da mecanização, tanto que desde 1985 inclui na pauta a proibição do uso de herbicida e máquinas colheitadeiras, considerava que esta ainda estava engatinhando, ou que as máquinas continuam a ser apenas um instrumento para amedrontar os trabalhadores ("máquinas de vitrine")[106] e não um instrumento da produção.

Na preparação da campanha salarial de 1988, os trabalhadores denunciam o aumento de número de máquinas cortando cana e a sistemática redução do tempo efetivo de trabalho no corte de cana. Os trabalhadores têm encontrado pouca cana para cortar: começam a trabalhar as 7 horas da manhã e, muitas vezes, ao meio dia voltam para casa, porque encerraram o trabalho naquela frente. Um outro problema, é o da mudança de atividades: nem todos os dias os trabalhadores cortam cana, em dias alternados são transferidos para outras atividades agrícolas, onde recebem na diária. Esta prática das usinas diminui a remuneração dos trabalhadores, que na produção recebem mais do que na diária. A safra da cana é o período em que o trabalhador, além de encontrar trabalho, tem remuneração maior, determinada pela sua capacidade de corte. Nos demais períodos, de elevada moto-mecanização, os trabalhadores têm dificuldade em arranjar trabalho e têm baixa remuneração,

106- "Máquinas de vitrine"- termo que serve para designar as máquinas existentes nas propriedades, basicamente colheitadeiras de cana, que não são usadas efetivamente para cortar, apenas para amedrontar os trabalhadores na época da campanha salarial. GRAZIANO DA SILVA (1989), op.cit. pag 38

pois recebem a diária.

Existem ainda outros itens da pauta de reivindicações, que apenas a compõem burocraticamente. Um deles é o ítem que reivindica que cada um dos trabalhadores receba dois acres de terra das usinas, para a produção de lavouras de subsistência: a chamada "lei do sítio". Esta é uma reivindicação que entra na pauta, em São Paulo, pela porta dos fundos, pois não é objeto de discussão e de reivindicação dos trabalhadores é apenas uma conquista legal, mas não posta em prática. Segundo os dirigentes sindicais, principalmente os mais antigos e de maior vivência, este ítem passou a ser reivindicado a partir do esforço da CONTAG de unificação da campanha salarial dos canavieiros e de exportação do seu modelo de greve. Após greve dos canavieiros de Pernambuco, em 1979, a CONTAG passa a realizar encontros nacionais de discussão dos problemas dos assalariados, basicamente canavieiros, como já foi dito. Nestes encontros, a CONTAG passa para os demais Estados a pauta do Nordeste, onde tem destaque a "Lei do Sítio", que é um importante ítem de pauta dos canavieiros de Pernambuco: dos trabalhadores fichados e moradores dos engenhos de cana. No Estado de São Paulo, há um número reduzido de trabalhadores moradores nas propriedades. Os moradores, remanescentes das grandes colônias outrora existentes, são hoje trabalhadores da parte técnica das usinas ou meros vigias, já há muito sem direito de plantar lavouras de subsistência nas propriedades. Desta forma, esta reivindicação, apesar de constar das pautas dos trabalhadores assalariados rurais (vide Anexo 2), não é objeto de discussão dos trabalhadores e nem da liderança.[107]

A "lei do sítio", além de ser uma reivindicação importante dos canavieiros de Pernambuco ela trás para o cotidiano das lutas dos assalariados rurais a bandeira da posse a terra, componente da histórica reivindicação por Reforma Agrária, que é a expressão

---

107- Durante a elaboração da pauta de reivindicações de 1989, alguns dirigentes sindicais quiseram excluir a "lei do sítio", dado que ela não tinha razão de existir na realidade dos assalariados de São Paulo, mas ela acabou permanecendo, não pela unidade com os trabalhadores canavieiros de Pernambuco, mas pelo argumento do..." deixa, o que abunda não prejudica".

da unidade do chamado "Complexo CONTAG"[108]. Porém ela consta, volto a insistir, apenas burocraticamente na pauta, em São Paulo, não sendo objeto de discussão dos trabalhadores e não é defendida nas mesas de negociação com os patrões, para a qual nunca fizeram nem uma mera contra-proposta. Ela compõe aquele conjunto de reivindicações sequer considerado pelos trabalhadores assalariados rurais ou pelos patrões.

O encontro de Sertãozinho para fechamento da pauta, foi dividido em dois momentos: manhã e tarde. Na primeira parte do Encontro, foi discutida e aprovada a pauta de reivindicações, na segunda parte, depois do almoço, houve apenas uma solenidade de com a presença do Secretário das Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo. Porém, no intervalo, durante o almoço, ocorreu uma reunião entre os presidentes sindicais presentes (mais de 40), onde foi discutida a estratégia para apresentação e aprovação da pauta no CETRESP da FETAESP, em Agudos. Nesta reunião, a preocupação central dos dirigentes era, além de aprovar a totalidade dos os itens de pauta de Sertãozinho, armar uma estratégia para que os Presidentes dos sindicatos da Região estivessem em maioria na mesa de negociação com a FAESP.

Os dirigentes presentes sabiam que nas demais regiões do Estado não havia, como nos anos anteriores, uma boa preparação para o levantamento da pauta. Todos sabiam que a FETAESP incentivava apenas a discussão entre os dirigentes dos itens de pauta, sem exigir que tais itens passassem por uma discussão nas bases. Somente na Região de Ribeirão Preto, polarizada por Araraquara, é que havia a preocupação de trabalhar a pauta a

---

108 - "Complexo CONTAG" - que significa a articulação política do conjunto dos trabalhadores rurais -assalariados permanentes e volantes, pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e etc- buscando dar respostas que medeiam a defesa dos seus interesses e a elaboração de um projeto político unificado em torno da bandeira da Reforma Agrária. SANTOS FILHO, José dos Reis (1985). "Movimento Sindical Rural: O Resgate de uma Tradição", Anais do 11ºEncontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, 2,3 e 4 de dezembro de 1985, Botucatu, São Paulo. Porém, o termo "Complexo CONTAG", mesmo com todas as aspas, trás a ambiguidade de poder ser confundido com a categoria Complexo Econômico, que indica a contínua interdependência entre os distintos setores econômicos no capitalismo oligopolista, fundamentalmente na agroindústria, devido a importância dos Complexos agroindustriais, fundamentalmente do açúcar e do álcool.

partir dos trabalhadores. Nesta medida, em Sertãozinho havia, entre a liderança presente, a certeza que aquela pauta ali aprovada estava muito mais próxima à realidade de vida dos trabalhadores do que a pauta trazida à Agudos por STRs de outras regiões. Sabiam também, que os itens salariais teriam valores menores do que os itens de Sertãozinho, que foram apurados a partir das perdas salariais históricas da categoria. A questão, é que, desde 1985, a FAESP e os usineiros concordavam em pagar apenas o IPC do período mais a produtividade, ao passo que os trabalhadores reivindicavam mais que o IPC, dado que os assalariados rurais têm trabalho assegurado por apenas seis meses ao ano e têm que comer o ano todo. Nesta medida, o piso salarial da categoria e o pagamento na safra deveriam ser suficientes para manter o trabalhador também na entre-safra.

O nó desta questão está na diferença de referencial entre os trabalhadores assalariados rurais e os patrões. Para os trabalhadores a inexistência de trabalho o ano inteiro é um ônus a ser pago pelos patrões. Foi o processo de modernização da agricultura, com a modificação da base técnica de produção, que criou a figura do trabalhador volante. Este trabalhador, embora não encontre trabalho o ano inteiro, necessita ser remunerado em níveis que mantenha a sua reprodução (física, biológica e social) não apenas durante o tempo que encontra trabalho, mas durante todo o ano. Nesta medida, se os trabalhadores não têm trabalho o ano inteiro, o que recebem durante a safra tem que garantir a sua reprodução, ao longo de todo o ano. Do ponto de vista dos patrões, a existência de desemprego durante uma parte do ano agrícola tem que ser resolvido pelo conjunto da sociedade. Cabe à sociedade criar outros postos de trabalho para os trabalhadores durante a entre-safra. Os empresários consideram que já cumprem a sua parte, para reduzir os níveis de desemprego temporário, através do prolongamento da safra e do plantio de leguminosas nas áreas de reforma de talhão. Se este emprego criado não é suficiente isto deriva da própria sociedade que não criou formas de manter os trabalhadores em outras regiões e permitiu a sua migração para determinadas regiões do país, conforme já dito à página 119 deste

capítulo).

À segunda preocupação desta reunião de dirigentes, durante o encontro de Sertãozinho, era sobre a composição da mesa de negociações da FETAESP. Por deliberação do Conselho a mesa de negociações, do lado dos trabalhadores, era composta por tres diretores da FETAESP e por tres dirigentes sindicais escolhidos na reunião do Conselho, que aprovava a pauta de negociações. Dessa forma, a intensão era colocar nesta comissão dirigentes sindicais de sindicatos, que certamente entrariam em greve, para não deixar na comissão de negociações dirigentes sem poder de fogo, dado que não têm, por trás, a pressão da greve e das assembléias.

Os dirigentes presentes em Sertãozinho suspeitavam que a diretoria da FETAESP tentaria compor uma comissão de negociação com os sindicatos da Região de Piracicaba e Ourinhos, deixando a Região de Ribeirão Preto com menor número. A justificativa da diretoria da FETAESP era de que a pauta era estadual e deveria ser encaminhadas por sindicatos representativos de todo o Estado. As lideranças de Ribeirão Preto argumentavam, de outro lado, que a mesa deveria ser composta por dirigentes de sindicatos em greve, ou que encaminhariam a greve.

Em 1988 já estava claro que as possibilidades de uma greve estadual eram bastante remotas. Nas outras greves ocorridas nos anos anteriores a participação de sindicatos da Região de Piracicaba, Ourinhos e Marília era pequena ou absolutamente pontual, sem um comprometimento efetivo das diretorias e sem o peso da FETAESP. A proposta da Região era que compusesse a mesa de negociações o Presidente do STR de Barrinha, o Presidente do STR de Cravinhos e o Presidente do STR de Jaú. É necessário ter claro, que o confronto entre a FETAESP e os sindicatos da Região já estava bastante agudizado, desde 1987, como já dito.

Esta estratégia elaborada em Sertãozinho foi vitoriosa na Reunião do Conselho em Agudos. Para isso foi fundamental o apoio dos STRs próximos à CUT, que embora tivessem resistências pessoais a Élio Neves, estavam também discordantes com a postura da direção da FETAESP, nesta gestão de Orlando Birrer.

As negociações com a FAESP e Sindicato dos Produtores de

Açúcar e Álcool foram iniciadas ainda no final de abril de 1988, mas não avançaram nos itens salariais salariais e trabalhistas, além do que já estava estabelecido nos anos anteriores. Os patrões se recusaram a modificar a forma de pagamento por tonelada, utilizando aquele complicado cálculo de transformação da tonelada em metro. No que tange aos itens salariais avançaram a sua proposta até a concessão do IPC do período mais produtividade. O único ítem em que houve avanço foi o do pagamento da hora "in itinéere" com valor de uma hora extra, isto é, com 20% além do valor da hora normal.

Do lado dos trabalhadores, cada reunião de negociação era acompanhada por reuniões sindicais, em Araraquara, onde se avaliava as propostas apresentadas e a disposição de luta dos trabalhadores nos diferentes sindicatos e nas diferentes subregiões.

Desde o início da negociações, começa a ficar claro que em alguns locais seria ficar difícil a deflagração da greve. A deflagração apresentava problemas maiores na Região de Jaú e Catanduva. Na região de Ribeirão Preto havia condições de deflagração em Sertãozinho, mas sem participação do STR, mesmo havendo, desde 1987, uma chapa de composição entre situação (com a presidência) e a oposição (com a Secretaria Geral). Em Pitangueiras, o trabalho com a FASE havia avançado e o Presidente do STR, percebia a disposição de luta dos trabalhadores e defendia a deflagração da greve. Porém, em Barrinha, a disposição já não era a mesma que em Pitangueiras, a disposição de luta dos trabalhadores estava claudicante, devido ao medo do desemprego provocado pela forte mecanização do corte das usinas da região. Em Jaboticabal, o presidente do STR local também não via condições de deflagração da greve, pelos mesmos motivos levantados em Barrinha e em outros sindicatos.

3.17 - Desdobramentos da Preparação da Greve de 1988: Necessidade de Organizar o Conjunto dos Trabalhadores da Agroindústria

Em 1988, o movimento sindical da Região vivia uma situação

nova e inédita: de um lado, havia feito o melhor processo de preparação de greve, com a pauta sendo discutida a partir das bases, onde já se colocava a possibilidade de deflagração de greve; e, além disto, havia conseguido ver aprovado na Reunião do Conselho da FETAESP, tanto a sua proposta de pauta, quanto a comissão de negociação, mas, de outro lado, não conseguia ver a proposta de greve ser aprovada pelos trabalhadores, que encontravam-se temendo o desemprego provocado pela forte onda de mecanização.

Em duas reuniões do grupo Regional (Araraquara, Ribeirão Preto, Jaú e Catanduva) percebeu-se que o único sindicato que defendia a deflagração de greve era Pitangueiras, nos demais, os dirigentes não percebiam disposição de luta. Por outro lado, todos sabiam, que embora Pitangueiras fosse importante numa greve, não era capaz de provocar a mobilização dos trabalhadores de outras cidades, principalmente daquelas em torno de Sertãozinho, que é o coração da cana. Se em Barrinha houvesse condições para deflagração, haveria alguma chance de extensão do movimento. Porém, uma greve restrita aos limites de Pitangueiras tem pouca pressão sobre os patrões.

A avaliação era de que a greve só seria eficaz se houvesse condições de paralisar toda a Região, com expectativa de ampliação para todo o Estado. Numa greve localizada e com dificuldades de ampliação para toda a Região, a possibilidade de fracasso era muito grande. De outro lado, havia a estratégia de deflagração simultânea da greve também na região de Jaú, paralisando Barra Bonita, onde se localiza a maior usina do Estado e do país, minando mais intensamente a resistência dos Sindicatos do Açúcar e DO Álcool, forçando-os a apresentarem uma contra proposta à pauta de reivindicações. Porém como na Região de Jaú a liderança não demonstrava muita capacidade de luta, a não ser pressionada pelo conjunto de sindicalistas, o grupo resolve aceitar a proposta dos patrões e não realizar a greve, subscrevendo os termos do acordo, que a direção da FETAESP já estava disposta a assinar.

Este recuo da Região provocou um certo estremecimento nas relações entre algumas lideranças sindicais. O Presidente do STR

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

de Pitangueiras, Mauro Bouças, faz severas críticas à condução do grupo e não assina o acordo. O STR de Bebedouro, já filiado à CUT, também reage a este recuo, especialmente porque este vulnerabilizava a negociação da laranja, que se iniciava no fim de maio.

Neste quadro, o grupo delibera pela necessidade de mesmo não entrando em greve, pressionar pelo cumprimento do acordo, que embora fosse baixo, era superior ao que muitas categorias profissionais haviam alcançado. Os principais itens a serem cobrados eram quanto a forma de medição do trabalho, em metros com compasso de dois metros, com ponta de ferro, a conversão de tonelada para metro, com fiscalização dos sindicatos; não aceitação de preços diferenciados para companhias agrícolas das usinas e fornecedores e o pagamento da hora de transporte ("in itinéere") com 20% sobre a hora normal de trabalho.

Em 1988 os sindicalistas percebem nestes quatro itens do acordo elementos para aumentar a mobilização dos trabalhadores pela sua cobrança. Em várias usinas a medição estava ocorrendo com compassos adulterados, reduzindo a produção individual dos trabalhadores. A realização da pesagem, com escolha das amostras feitas pelos usineiros, também era motivo de reclamação em vários locais, especialmente no P.A. de Sertãozinho, que volta a ter, como em 1984 uma grande procura por parte dos trabalhadores. Nestas condições, era fundamental que os sindicatos fiscalizassem a escolha da amostra e a pesagem nas usinas.

Outro ítem de grande discórdia, era quanto ao pagamento diferenciado entre fornecedores e usineiros. Esta diferença de pagamento, segundo a FAESP e os Sindicatos Patronais, se justificava devido ao nível de exigência desigual, quanto à qualidade do trabalho dos trabalhadores, feito pelas companhias agrícolas das usinas e os fornecedores independentes. Segundo a FAESP, as primeiras exigiam mais dos trabalhadores do que os fornecedores, especialmente a questão de entregar a cana cortada e amontoada na fileira do meio, o que reduz, como dissemos, a quantidade de impurezas na cana a ser processada. A necessidade de amontoar a cana foi difundida pela Copersucar, com maior ênfase, depois da

volta ao sistema de cinco ruas, após a greve de 1984. Os fornecedores também passaram a exigir tal prática dos trabalhadores, porque amontoar cana, além de reduzir a quantidade de impurezas na cana, reduz também o nível de compactação do solo e o risco de danificar a soqueira, atrapalhando as futuras produções. Os fornecedores, dado que passaram a receber por grau de sacarose da cana entregue na usina, passaram a ter interesse em fornecer cana de melhor qualidade para serem melhor remunerados. Diante disto, não havia porque existir pagamento diferenciado.

Esta postura dos sindicatos provocará um grande número de reclamações dos trabalhadores, que passaram a comparar o panfleto dos sindicatos, mostrando o pagamento que teriam direito, e o pagamento efetivo recebido pelos fornecedores e usineiros. Isto provocará algumas greves ao "pé do eito" e algumas paralisações locais. Uma destas será realizada em Jardinópolis, paralisando por três dias a destilaria Jardest, sem nenhuma organização do STR local. Houve uma outra paralização de tres dias em Orlândia, também sem envolvimento do sindicato. Porém, os casos mais frequentes de paralização deram-se em Sertãozinho, porque os próprios trabalhadores não aceitavam pagamento diferenciado e queriam ver cumpridos, na totalidade, os itens do acordo.

Além da luta pelo cumprimento do acordo, o grupo sindical inicia a discussão sobre a mecanização do corte de cana na região. Desde 1986 os trabalhadores começam a perceber o crescimento do número de máquinas colhedeiras, trabalhando lado-a-lado com os trabalhadores, na mesma frente de corte. Se até aquele período as máquinas eram basicamente de "vitrine", a partir de 1986 percebe-se que o corte mecanizado já é uma realidade, que não é mais possível esconder. Em alguns lugares, Barrinha especialmente, os trabalhadores começam a perceber que as turmas estão diminuindo e os feitores ameaçam diretamente aos trabalhadores com a demissão provocada pelas colheitadeiras, "que não faltam e não fazem greve".

Frente a este quadro, os sindicalistas resolvem que é necessário fazer uma discussão aprofundada sobre o assunto e se prepa-

rar melhor para enfrentar a mecanização do corte. Para esta discussão é organizado um seminário regional de diretores sindicais para discutir a questão. Este seminário foi organizado pelo STR de Araraquara, através de Élio Neves, e DIEESE, através de seu núcleo de formação sindical, com a presença de entidades de apoio (FASE) e alguns expositores[109]. Este seminário tem lugar em Sertãozinho no final de agosto de 1988, e as principais conclusões do seminário são: 1- A mecanização do corte não pode ser enfrentada pondo fogo nas máquinas, como já havia sido proposto por trabalhadores em algumas assembléias sindicais; 2- A mecanização do corte se, de um lado, provoca redução do número de empregados, de outro, libera o trabalhador de um trabalho penoso e de baixa remuneração, "que encurta a vida"; 3- A introdução do corte mecanizado é uma resposta dos patrões ao avanço do grau de organização e luta dos trabalhadores assalariados rurais, que em greves anuais vêem conquistando melhoria das condições e vida e trabalho dos trabalhadores; 4- Se a mecanização do corte é uma estratégia patronal para aumentar o seu poder de barganha, é necessário que o movimento responda políticamente a esta estratégia patronal; 5- Torna-se fundamental que o movimento sindical se articule com as demais entidades de representação das demais categorias de trabalhadores do complexo agroindustrial da cana; 6- A tarefa mais imediata é que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais organizem os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas, que são também trabalhadores assalariados rurais, mas que sempre foram deixados à margem do processo de organização e luta dos trabalhadores rurais; 7- Realizar em cada Sindicato reunião com os trabalhadores assalariados rurais, envolvendo não apenas os cortadores de cana, mas os tratoristas, operadores de máquinas agrícolas e motoristas sobre a complexidade do processo de modernização, os novos desafios postos sobre a capacidade de luta e forma de organização dos trabalhadores

A tarefa fundamental e imediata concluída no seminário, era, no sentido, de, a nível local, por município, as diretorias

109- ALVES, Francisco J.C. (1988).op. cit.

sindicais desenvolverem todo um programa de trabalho com os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas, que, embora pelo enquadramento sindical compusessem os STRs, estavam marginalizados. Os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas eram objeto de disputas, até judiciais, entre distintos Sindicatos de Trabalhadores do setor (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, Sindicato dos Metalúrgicos e os STRs, todos de base municipal).

Na prática, os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas não eram representados por ninguém. Os STRs nunca se preocuparam efetivamente em organizar este segmento, que legalmente lhe "pertencia". Os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, representantes legais dos trabalhadores das usinas, em alguns locais, especialmente Sertãozinho, encaminhavam na Justiça Trabalhista as pendências jurídicas individuais dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas, mas não desenvolviam nenhum trabalho de organização da categoria.

Em outros municípios o interesse era meramente financeiro, para abocanhar o imposto sindical e a contribuição assistencial deste contingente. Estes eram também disputados pelos Sindicatos dos Condutores de Veículos de Carga do Estado, que julgavam representar esta categoria, dado que o reajuste salarial dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas era calculado com base no índice de reajuste conquistado pelos motoristas de transporte de carga. Porém os Sindicatos dos Condutores de Veículos, a exemplo dos demais, não desenvolviam nenhum trabalho efetivo de organização dos tratoristas e operadores de máquinas.

Os operadores de máquinas agrícolas e os tratoristas são também novos atores sociais, forjados pelo processo de modernização da agricultura. Este processo, ao mesmo tempo em que, para se desenvolver necessitou, em São Paulo, da incorporação de trabalhadores assalariados rurais, necessitou também de trabalhadores assalariados para operar a sua nova base produtiva, isto é, trabalhadores possuidores de uma qualificação diferente; que sabem, ou possam aprender, a manejar tratores e

máquinas agrícolas. A rápida incorporação de trabalhadores, com uma nova qualificação, ao mercado de trabalho agrícola foi uma exigência do processo de modernização, que por ser comandado pela classe capitalista, está mais preparada para assumí-los do que as entidades de representação dos trabalhadores. Estes novos personagens da agricultura brasileira são também trabalhadores assalariados, que vendem sua força-de-trabalho para os patrões do setor agropecuário, e têm reivindicações quanto a melhoria de suas condições de vida e trabalho. Se o MSTR levou um certo tempo para perceber que deveria instituir uma nova prática sindical para incorporar os assalariados rurais, na luta sindical, o que não dizer dos novos trabalhadores assalariados rurais, que dispõem de um nível de qualificação diferente dos trabalhadores braçais. A incorporação dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas na luta sindical só passou a ser efetivamente encarado pelo MSTR, em São Paulo, a partir deste seminário de Sertãozinho.

É necessário esclarecer que em várias cidades os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas tiveram papel de destaque na organização de piquetes e na própria vida sindical. Grande parte dos tratoristas e operadores de máquina já foram cortadores de cana e "bituqueiros" (apanhadores de cana). Principalmente estes últimos, por trabalharem muito próximos às máquinas, especialmente dos guinchos, que carregam a cana já cortada para os caminhões, acabam sendo treinados para operar as máquinas ali mesmo no campo. Um grande número de operadores de máquinas entrevistados, disseram que o seu trabalho anterior era catando cana que caía dos caminhões, auxiliando os guinchos e que nos intervalos do trabalho se interessavam para aprender o funcionamento das máquinas e acabavam aprendendo a operá-las e se tornavam operadores de máquina[110]. Uma grande parte, portanto dos operadores de máquina e tratoristas são ex-trabalhadores braçais e têm vínculos com os cortadores de cana.

Além disto os tratoristas e operadores de máquina moram nas

110- Para ser operador de máquina é necessário apenas saber ler e escrever, não é exigido um grau de educação formal muito superior a este. Vide GEBARA, José J. et alli (1990). op. cit.

mesmas vilas e bairros dos trabalhadores assalariados volantes. Fora um pequeno grupo de operadores que moram nas pequenas colônias ainda existentes nas grandes propriedades e Usinas, os demais moram junto aos bóias-frias e embora tenham uma atividade diferente se identificam com estes. A única diferença é que os STRs não encaminhavam na sua pauta de reivindicações e nas suas programações as reivindicações específicas dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas.

Toda esta programação acertada neste seminário tinha dois objetivos: primeiro, iniciar um processo de trabalho efetivo com os tratorista e operadores de máquinas agrícolas e, segundo, iniciar a articulação com os demais sindicatos representativos das demais categorias de trabalhadores do setor sucro-alcoleiro, tendo em vista uma campanha salarial unitária já em 1989. Como um seminário é uma atividade informativa, não é deliberativa, as conclusões foram encaminhadas e aprovadas pelo forum deliberativo, a reunião do Grupo Regional em Araraquara. Porém, apenas em Barrinha e Pitangueiras, cujos sindicatos já tinham aproximação com os tratoristas, no caso de Barrinha alguns compunham a diretoria e o conselho fiscal, este trabalho foi implementado.

Esta inconclusão da programação foi decorrente também da campanha eleitoral de 1988, para as Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores, onde uma grande parcela dos presidentes de sindicatos se incorporou; na maioria como candidatos, ou como cabos eleitorais. É importante, mais uma vez, ressaltar que mesmo na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo, há grande superposiçao entre o movimento sindical e o poder local. Principalmente nas pequenas cidades, os presidentes de STRs compõem o poder local, mesmo quando os Presidentes encaminham a luta dos trabalhadores. Nesta medida, a existência de eleições locais altera a dinâmica sindical, que tem que incorporar, dentre suas tarefas, no mínimo a preparação dos trabalhadores e a participação do sindicato ou de seus componentes no processo. Mesmo que o Presidente ou membros das diretorias não se candidatem, estes têm que participar das articulações políticas e

do apoio, mesmo velado, a determinados candidatos ou a partidos políticos. Essas articulações a nível local nem sempre obedecem a dinâmicas políticas mais gerais, várias vezes os candidatos, velada ou explicitamente apoiados pela direção sindical, pertencem a partidos políticos historicamente distante das lutas e das reivindicações dos trabalhadores[111].

Desta forma, somente depois das eleições municipais é que a dinâmica do movimento foi retomada, porém a discussão sobre a mecanização do corte cedeu importância para a discussão sobre estrutura sindical.

Em decorrência das conclusões sobre a necessidade do movimento sindical da trabalhadores rurais articular-se mais com os tratorista e operadores de máquinas agrícolas e com os demais sindicatos de trabalhadores do setor agroindustrial surgiu, no seminário, a discussão sobre a estrutura e organização sindical no campo. Nesta discussão, foram adiantadas algumas das propostas que estavam sendo discutidas pela Assembléia Nacional Constituinte, que ultimava a elaboração da nova carta, pluralismo sindical, liberdade de organização sindical e manutenção da unicidade sindical.

Em decorrência das conclusões do seminário, que apontava para a necessidade de organização do conjunto dos trabalhadores da agroindústria, foi questionada a validade da configuração sindical ampla existente no enquadramento sindical dos trabalhadores rurais, que agrupava desde pequenos produtores (pequenos proprietários, posseiros, parceiros, pequenos arrendatários, etc.) até trabalhadores assalariados. Ou seja, a luta dos trabalhadores assalariados rurais os aproximava cada vez mais dos demais assalariados do complexo agroindustrial e, desta forma, os afastava dos demais trabalhadores rurais gestores de sua própria produção. Isto, na prática, colocava a necessidade de separação dos assalariados do mesmo sindicato de base do demais

---

111- Como posto na página 67, dos 38 dirigentes sindicais presentes a uma reunião sindical,em 1988, 35 eram candidatos às eleições, sendo apenas 7 por partido comprometidos com a luta dos trabalhadores (PT, PMDB, PSDB, PCB, PSB) os demais disputavam as eleições por legendas não comprometidas (PDS, PTB, PL etc.)

trabalhadores rurais. Constatou-se nesta discussão que os trabalhadores do setor sucroalcoleiro estão dispersos em vários sindicatos mas defrontam-se com um único patrão, ou com um conjunto de patrões representados pela mesma entidade.

No caso da cana, em São Paulo, os patrões são os usineiros, representado pelos Sindicatos dos Produtores da Açúcar e Álcool[112], que se defrontam com os trabalhadores representados por distintos sindicatos: os STRs, representando os trabalhadores rurais, empregados nas atividades agrícolas; Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, representando os trabalhadores das usinas produtoras de açúcar; Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria Química, representando os trabalhadores das destilarias de álcool anexas e autônomas; Sindicatos dos Condutores de Veículos Rodoviários, representando o conjunto dos motoristas, inclusive os que operam os caminhões da parte agrícola, que funcionam como quase-trator; Sindicatos dos Metalúrgicos, representando tanto os mecânicos existentes nas usinas, que tanto consertam as máquinas industriais, quanto as máquinas agrícolas, quanto produzem bens de capital para as unidades agroindustriais, dado que o setor sucro-alcoleiro conseguiu se constituir num CAI completo ao internalizar o seu D_1 específico. É necessário considerar ainda que estes sindicatos são, muitas vezes, de base municipal, enquanto as usinas e destilarias atuam em vários municípios, o que é um agravante para a organização dos trabalhadores.

Esta multiplicidade de sindicatos representativos de distintos segmentos de trabalhadores atrapalha o desenvolvimento de campanhas salariais unitárias, do conjunto dos trabalhadores da agroindústria da cana e da laranja. A criação de sindicatos exclusivos de trabalhadores assalariados rurais, representando também os tratoristas e os operadores de máquinas agrícolas seria mais um passo para a necessária articulação das lutas do conjunto dos trabalhadores empregados no Complexo agroindustrial e daria

---

112 - Existem duas entidades legais: Sindicato dos Produtores de Açúcar e o Sindicato dos Produtores de Álcool, porém, na prática é a mesma entidade, com a mesma diretoria, com a mesma assessoria jurídica etc.

maior operacionalidade e poder de barganha aos sindicatos. Além disto, em São Paulo, na Região de Ribeirão Preto, o que resta de pequena produção se capitalizou e emprega trabalhadores assalariados, pelo menos em determinados momentos do processo de produção, o que resulta num entrave ao sindicalismo de trabalhadores rurais, dado que a convivência entre empregados e patrões no mesmo sindicato é conflituosa, mesmo quando os empregadores são tambem trabalhadores e pequenos.

A discussão sobre estrutura e configuração sindical foi encerrada e remetida para um novo encontro, pós promulgação da nova Constituição, que daria as diretrizes de funcionamento sindical. Uma das propostas existentes na constituinte tornava livre a organização sindical, o que poderia vir a permitir a criação de novas entidades sindicais separando as distintas categorias existentes no enquadramento amplo de trabalhadores rurais.

Este novo encontro realizou-se em dezembro de 1988, na sede do STR de Araraquara, e concluiu que a Constituição recém promulgada permitia a separação dos assalariados rurais dos demais segmentos de trabalhadores rurais representados pelos STRs. O que tornava possível a constituição de sindicatos específicos para cada um dos segmentos. Concluiu-se também que a estratégia seria transformar os atuais STRs em sindicatos de assalariados rurais, dado que já representavam e encaminhavam as lutas dos assalariados rurais e muitos sequer tinham pequenos produtores no seu quadro social. Para esta transformação bastaria a convocação de assembléias gerais dos sócios para deliberar sobre a mudança, que implicava também numa mudança estatutária[113]. Esta mudança estatutária com a formulação de um estatuto padrão, foi delegada a uma comissão de trabalho. Delibera-se também que a transformação dos atuais STRs em sindicatos de assalariados se daria simultaneamente à preparação da campanha salarial de 1989.

Portanto, a preparação da campanha salarial de 1989 é feita junto com a criação ou transformação dos novos sindicatos, o que provocará uma certa efervescência política no processo de

113- A criação dos Sindicatos de Trabalhadores Assalariados e de uma Federação específica serão tratadas no Quarto Capítulo.

deliberação de pauta. Os sindicatos mais empenhados na transformação são, também, os que realizam o melhor processo de preparação da greve e retirada de pauta; nos demais, onde as diretorias resistiram à transformação não houve preparação da greve e retirada da pauta.

Isto provocou divisão na deflagração da greve de 1989: entre os sindicatos que iriam implementar a mudança e sairiam da órbita da FETAESP e os que não iam implementar a mudança e permaneceriam na órbita da FETAESP. Porém a FETAESP, desde 1987, que não se empenhava mais na preparação da greve: após morte de Roberto Horigutti, que ela desfaz a assessoria que acompanhava os sindicatos na preparação e condução das greves. A preparação da FETAESP vinha se resumindo a convocar o Conselho, recomendar discussão nas bases, com realização de assembléias, para deliberar a pauta e marcar reunião do Conselho para deliberar a pauta estadual. Esta prática transformou a retirada de pauta num processo burocrático, semelhante ao que a entidade fazia na década de 1970, quando passou a realizar os dissídios. Desta forma, a elaboração de pauta passou a ser de competência dos grupos regionais e da capacidade de luta de cada dirigente, sem nenhum incentivo da Federação.

Esta divisão irá repercutir bastante na dinâmica do movimento sindical da região e do Estado de São Paulo. A criação de novos sindicatos representando exclusivamente os assalariados e a criação de uma Federação específica irá repercutir tanto no movimento sindical de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, quanto no próprio movimento e dinâmica do MSTR nacional, tanto do sistema CONTAG quanto da CUT.

No próximo capítulo analisaremos a criação dos Sindicatos dos Empregados Rurais e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e as repercussões desta criação na dinâmica do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

CAPÍTULO 4 - CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS NA AGRICULTURA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Introdução

Vimos, nos capítulos anteriores, que a Região de Ribeirão Preto, devido ao processo de modernização da agricultura, adquire sua identidade econômica, na produção principalmente de cana e laranja, que se constituem, particularmente a cana, em CAIs completos. Vimos também que os trabalhadores assalariados rurais, através de lutas, vão gradativamente constituindo sua identidade política como sujeitos coletivos. No processo de constituição de sua identidade os trabalhadores assalariados rurais passam a constituir sua forma de organização própria, criando e adaptando as entidades sindicais existentes para as suas lutas.

Os trabalhadores assalariados rurais tambem, no decorrer destas lutas, através de reivindicações específicas, apontam como perspectiva o controle do processo de trabalho. Os trabalhadores assalariados rurais percebem que a conquista de determinadas reivindicações, fundamentalmente as que apontam para o controle do processo de trabalho, esbarram na oposição patronal, que se utiliza do progresso técnico para neutralizar o avanço no grau de organização e luta dos trabalhadores.

O processo de modernização da agricultura, embora tenha um sentido e uma direção definidos, tem o seu ritmo e intensidade alterados pelo grau de organização e luta dos trabalhadores. Desta forma, a mecanização do corte de cana; um mais rigoroso processo de seleção e recrutamento dos trabalhadores e inúmeras sanções disciplinares são formas encontradas pelos capitalistas, apoiadas no progresso técnico, de contrarrestarem a atuação dos trabalhadores. Estes, do seu lado, percebem que para o enfrentamento dos capitalistas do complexo agroindustrial é necessário uma atuação articulada do conjunto dos trabalhadores do complexo. Com a mecanização do corte de cana, os cortadores

perdem não apenas postos de trabalho quanto poder de barganha junto aos capitalistas; são os operadores de máquinas, os tratoristas e motoristas os trabalhadores que passam a ser fundamentais no processo de produção da parte agrícola que alimenta todo o complexo. Nesta medida, uma greve só consegue paralisar as usinas com a participação dos demais trabalhadores assalariados rurais do complexo, que até recentemente, embora compusessem formalmente a categoria de trabalhadores rurais (tratoristas e operadores de máquinas agrícolas) não eram organizados pelos STRs.

Existe um amplo conjunto de entidades sindicais que organizam diferentes segmentos de trabalhadores que atuam no complexo agroindustrial. No complexo sucro-alcoleiro atuam: os STRs, representando os trabalhadores assalariados rurais; os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, representando os trabalhadores que operam as usinas; os Sindicatos dos Químicos, representando os trabalhadores que operam as destilarias de álcool e os trabalhadores que produzem insumos químicos tanto para a parte agrícola, quanto para a pate industrial; os Sindicatos dos Condutores de Veículos representando os motoristas; além dos Sindicatos dos Metalúrgicos, representando tanto os mecânicos das partes rurais e industriais das usinas e destilarias, quanto os trabalhadores metalúrgicos das unidades de produção de bens de capital específicos para o complexo agroindustrial, de importância relevante na economia regional. Do lado dos capitalistas, estes são representados, em São Paulo, pelos Sindicatos dos Produtores de Açúcar e Álcool, contando com apoio, nas lutas trabalhistas, de outras entidades, as quais têm demonstrado um elevado grau de coesão e de articulação interna.

Estes são os novos desafios que os trabalhadores assalariados rurais têm que enfrentar, na medida em que avança o processo de modernização da agricultura. É exatamente nesta perspectiva que os trabalhadores da Região de Ribeirão Preto criam novas entidades sindicais para representar exclusivamente os trabalhadores assalariados rurais, os Sindicatos de Empregados

Rurais, separando, ao nível da representação de base, os assalariados rurais dos demais trabalhadores rurais, produtores rurais, componentes e representados pelos STRs.[1]

Nesta medida, a criação dos sindicatos de trabalhadores assalariados rurais e de uma Federação própria, na Região de Ribeirão Preto, só pode ser entendida pela imbricação de três fatores: o primeiro, é o avanço de processo de modernização da agricultura, fundamentalmente dos setores sucro-alcoleiro e cítricos na Região de Ribeirão Preto; o segundo, é o decorrente do grau de organização e luta dos trabalhadores assalariados rurais, por melhores condições de vida e trabalho e pelo controle do processo de trabalho; o terceiro fator, é o questionamento, na Região, da forma de encaminhamento e atuação política da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), que no decorrer das lutas se afasta das formas e dos encaminhamento propostos pelos trabalhadores assalariados rurais.

A criação desta nova estrutura sindical na Região de Ribeirão Preto e as perspectivas de crescimento desta nova possibilidade de organização deste segmento de trabalhadores rurais, trouxe para o interior do MSTR, tanto do campo político da CUT, quanto do campo político da CONTAG, uma série de dúvidas e indagações, as quais, em parte tentaremos tratar aqui.

4.1 - Uma Nova Configuração Sindical: Algumas Dúvidas

A modificação na estrutura sindical de trabalhadores rurais, que está se processando na região de Ribeirão Preto, aponta, em primeiro lugar, para uma melhor adaptação à nova realidade da agricultura brasileira, profundamente alterada pelo processo de modernização da base técnica de produção, combinado com o processo de abertura política e

1 - Sobre a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Assalariados vide ALVES, Francisco J.C. (1989). "A Criação dos Sindicatos de Trabalhadores Assalariados Rurais: Uma Necessidade", 14º Encontro dos Grupos Temáticos, PIPSA, Belém, artigo no qual este capítulo está baseado.

democratização da sociedade, após mais de 20 anos de ditadura militar e avanço das lutas dos trabalhadores assalariados rurais. Da combinação destes dois processos, é que emerge a proposta de criação de sindicatos de trabalhadores rurais composto exclusivamente de trabalhadores assalariados, permanentes, temporários, volantes, etc. Isto é, composto por trabalhadores rurais que vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

Os STRs existentes na Região já representavam, basicamente, os trabalhadores assalariados. Apenas em alguns sindicatos e em alguns municípios existe um número significativo de pequenos proprietários componentes do quadro social das entidades representativas de trabalhadores rurais. O avanço da modernização da agricultura, em São Paulo e especificamente na Região de Ribeirão Preto, já deu conta de concentrar os trabalhadores assalariados rurais nas cidades e de expulsar ou modernizar o que restava de pequenas propriedades.

A promulgação da Constituição Brasileira em novembro de 1988, reacendeu a discussão a respeito da necessidade de alterar a estrutura sindical brasileira. A legislação sindical brasileira recebeu, desde a sua promulgação, inúmeras críticas. Dentre outros motivos, devido ao seu caráter inquisitorial, corporativo, atrelado ao Estado, verticalizado, que nunca respeitou às necessidades de organização da classe trabalhadora e funcionou como um freio à liberdade e autonomia sindical, característica de numa sociedade democrática. A Constituição de 1988 tem o mérito de declarar que é livre a organização sindical, isto é, os trabalhadores podem organizar-se da forma que quiserem, sem ser necessário o reconhecimento do Governo, desde que não haja mais de um sindicato da mesma categoria, na mesma base sindical, sendo esta não inferior à área de um município.[2]

São de vários tipos as críticas formuladas à mudança da estrutura sindical dos trabalhadores rurais. A mais repetida e a formulada de maneira mais definitiva é aquela que considera a

---

2 - Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Capítulo II, artigo 8º.

criação de SERs como divisionista, além de levar ao enfraquecimento da luta dos trabalhadores rurais, devido ao paralelismo sindical que, na visão dos críticos, ela acarreta.

A resposta a esta crítica só pode ser dada, ao nosso ver, a partir do entendimento da história do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), na qual a busca da unidade na diversidade é a palavra de ordem mais recorrente.

4.2 - Um Pouco da História do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais: A construção da Unidade

A origem do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil é decorrente das lutas dos trabalhadores do campo. Nos primórdios da organização dos trabalhadores rurais,-antes, portanto, do direito de sindicalização lhes ser estendido-, estão uma série de entidades civis, na forma de associações, uniões, ligas e até sindicatos. Estas entidades tiveram um importante papel na unificação de lutas, na troca de experiências, na construção da identidade da categoria, submetida a distintas relações de trabalho, num país de extrema diversidade de culturas e condições de produção.

A troca de experiências e a unificação das lutas era feita através de Congressos e Encontros a nível local e nacional[3]. O primeiro Congresso com expressão nacional foi realizado em 1954, em São Paulo, e criou a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Será neste Congresso que serão lançadas as bandeiras para unificação das lutas dos trabalhadores rurais: Reforma Agrária; Direitos Trabalhistas; Direito à sindicalização e livre organização e Direito à Previdência Social.[4]

---

3 - SIGAUD, Lygia (1981). "Congressos Camponeses (1953-1964)", in Reforma Agrária, revista da ABRA. Campinas, SP, nov/dez 1981

4 - MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. "Histórico da CONTAG", Texto para discussão no grupo de Assessoria Sindical Rural do CEDI, Rio de Janeiro, 1988 (mimeo).

O Congresso de criação da ULTAB contou com um número significativo de entidades de trabalhadores rurais de todo o país. Após a sua realização, várias outras entidades a nível local, a nível regional e também a nível nacional serão criadas. Dentre estas, duas terão destaque, pela sua ocorrência e pelo papel que ocuparão na luta e na organização dos trabalhadores rurais: as ligas camponesas e os sindicatos.

É necessário frisar, que a extensão do direito de sindicalização aos trabalhadores rurais só vai ser conquistada em 1962. Portanto, todos os sindicatos criados antes desta data eram entidades civis livres, pois não estavam submetidas a nenhuma norma governamental. Os sindicatos urbanos já eram reconhecidos, desde que a sua criação atendesse ao disposto na legislação sindical, porém como esta legislação ainda não estava regulamentada para o campo, os sindicatos de trabalhadores rurais foram surgindo, nesta etapa, com uma estrutura mais livre.

A luta para a aquisição de prerrogativa sindical, para estas entidades criadas antes do direito à sindicalização ser estendido aos trabalhadores do campo, foi longa e algumas morreram antes de consegui-la, em grande parte fruto da repressão do Estado e dos patrões.

No processo de consecussão da carta sindical, estes sindicatos tinham que se ajustar às normas estabelecidas para os sindicatos urbanos. Portanto, seus estatutos tinham que se adequar ao legal, isto é, ao estatuto padrão do Ministério do Trabalho, que é basicamente o mesmo para todas as entidades, tanto urbanas quanto rurais, diferindo apenas na denominação da categoria e na base sindical. Esta adequação era apenas formal, pois na prática cada um destes sindicatos continuava encaminhando a luta do segmento de trabalhadores para o qual se havia proposto e não o conjunto da categoria trabalhador rural, imposto pela legislação, com base no enquadramento sindical amplo.

No que se refere a categoria trabalhador rural esta só foi definida legalmente quando o Governo regulamentou o direito de sindicalização do trabalhador rural, em 1962. Desta forma, os sindicatos de trabalhadores rurais criados até

1962 terão denominações e definição de categorias mais de acordo com a base que representavam realmente. Por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrinha, na Região de Ribeirão Preto, se chamava, antes do enquadramento, Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira de Barrinha e representava apenas os trabalhadores assalariados na cana; o de Araraquara, era Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, sem especificação do tipo de lavoura, representando os trabalhadores rurais de todas as culturas, tanto assalariados como pequenos proprietários, mas encaminhando, na prática, apenas as lutas dos trabalhadores assalariados e colonos.

Em 1961 foi realizado um outro Congresso da ULTAB, em Belo Horizonte. É considerado por muitos autores, como o que lançou as bases para a unificação, num mesmo projeto, dos distintos interesses dos trabalhadores rurais, submetidos a diferentes relações de trabalho em diferentes regiões do país: "a unidade na diversidade" (esta expressão passará a fazer parte do vocabulário de quase todos os dirigentes sindicais formados na CONTAG). A bandeira de luta que dará objetividade a este projeto será a da reforma agrária controlada pelos principais interessados: os trabalhadores rurais.[5]

Vale a pena destacar, que a necessidade de unir nacionalmente o interesse dos distintos segmentos de trabalhadores rurais foi posta pelos próprios trabalhadores antes da existência legal dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Porém, é necessário destacar, também, que a unificação se dá em torno de um projeto nacional, a reforma agrária. A nível local, a nível das bases do movimento continuará existindo, nesta etapa, distintas entidades de representação dos trabalhadores rurais, com formas de luta próprias, distintas reivindicações etc., organizando inclusive segmentos diferentes de trabalhadores. As ligas camponesas, que nesta época são as entidades de maior expressão no Nordeste, organizavam os trabalhadores foreiros e moradores dos engenhos e pequenos produtores mais pobres. Os sindicatos predominaram junto aos segmentos de trabalhadores

5 - ídem.

rurais fora das propriedades: pequenos proprietários; pequenos arrendatários independentes; posseiros etc., isto é, junto aos segmentos de trabalhadores com autonomia suficiente para se organizarem independente dos patrões. Isto não significa que sindicatos não fossem criados em áreas de predomínio de assalariados rurais, significa apenas que esta categoria ainda era, naquela etapa, pequena e pouco participativa, devido ao próprio processo de modernização da agricultura que não havia generalizado a relação de trabalho assalariada.

O Congresso de 1962 teve enorme repercussão, tanto para o conjunto da sociedade, pois mostrou a luta existente no campo e divulgou as principais reivindicações, quanto para o governo, que logo depois regulamentou o direito de sindicalização dos trabalhadores rurais e o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia ao campo alguns direitos trabalhistas.[6]

A regulamentação do direito de sindicalização do trabalhador rural se deu da mesma forma que o urbano, onde se destacam três elementos comuns: atrelamento dos sindicatos ao Estado; verticalização e hierarquia. Porém, tem um elemento diferenciador, que é o enquadramento sindical amplo: é reconhecido como trabalhador rural um amplo conjunto de segmentos de trabalhadores que vai desde aqueles com acesso à terra (pequenos proprietários, posseiros), até aqueles sem nenhum acesso à terra (trabalhadores assalariados permanentes, temporários, volantes etc), passando por aqueles com acesso subordinada à terra como parceiros, pequenos arrendatários, etc..

Esta característica será a diferenciadora, a nível da organização interna, dos sindicatos de trabalhadores rurais dos demais sindicatos de trabalhadores urbanos: no mesmo sindicato

---

6 - SANTOS FILHO, José dos Reis (1985). op. cit. pag 468 e seguintes. Segundo o autor, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra serão duas referências jurídico institucionais que nortearão a prática sindical no pós 64. Isto porque o 1º será a base sobre a qual o MSTR se estruturará e se consolidará, o 2º porque será o atendimento por parte do Estado de uma Reforma Agrária, porém sem participação dos trabalhadores.

trabalhadores sem nenhum acesso à terra, meio de produção básico da agricultura, bem como aqueles que, embora sejam trabalhadores, são proprietários de terra e empregam trabalhadores. A lei do enquadramento sindical permite participar do sindicato de trabalhadores rurais, pequenos proprietários que detenham até 1 módulo rural (unidade de medida variável de região para região, que permite a reprodução em níveis adequados de uma família), ou aqueles que detenham até três módulos rurais, desde que não empreguem trabalhadores permanentes. Isto significa que a legislação não leva em consideração, para o enquadramento sindical, o emprego de trabalhadores eventuais, assalariados sob a forma de volantes, bóias-frias. A legislação só observa o emprego de trabalhadores permanentes e o tamanho da propriedade, que é o que, em última instância, interessa para a isenção de imposto territorial, que o pequeno proprietário goza ao ser enquadrado como trabalhador rural.

Nos sindicatos urbanos, por outro lado, não há esta possibilidade: o pequeno empregador, o pequeno empresário, ou o micro empresário, podem até deter isenção de impostos e incentivos, mas são, para efeitos sindicais, participantes de outra entidade de classe. Por exemplo, não fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação os proprietários de padaria, mesmo que sejam padeiros e trabalhem exclusivamente com os membros da família. O mesmo acontece em todos os demais setores de produção onde existam pequenas empresas, pequenos produtores. Os sindicatos de trabalhadores organizam e representam apenas os trabalhadores. Os capitalistas, os empregadores, pequenos ou grandes são representados por utra entidade de classe. Somente nos sindicatos de trabalhadores rurais é que esta contradição, em termos, é imposta legalmente e a prática do MSTR a tem aceito. Neste tipo de enquadramento sindical, no setor rural, fica nítida a postura dos Estado em não admitir a existência da luta de classes.

A primeira conclusão que se chega, com esta análise, é que a proposta de criação de sindicatos por segmento de trabalhadores

rurais, no caso os trabalhadores assalariados, resgata a origem do movimento dos trabalhadores rurais. Esta proposta vem ao encontro da proposta de liberdade de organização política dos movimentos populares, que é um anseio democrático e é posto também pelos trabalhadores rurais, reiteradas vezes, em todos os encontros e congressos da categoria. Neste sentido, a criação dos sindicatos de trabalhadores assalariados rurais impede a existência de luta de ao nível das entidades de base, os sindicatos.

O fato dos pequenos proprietários poderem contratar trabalhadores assalariados, mesmo que eventualmente, mesmo que na safra do produto, os torna empregadores e como tal, estão interessados em pagar o menos possível,-quer através de salários, quer através de gastos trabalhistas-, aos trabalhadores, como qualquer empregador, mesmo que não acumulem capital, apenas se reproduzam enquanto trabalhadores. Nesta prática, dos empregadores, está colocado um conflito de características antagônicas, porque os trabalhadores assalariados querem receber salários dígnos e melhorias nas suas condições de vida e trabalho. Em suma, desejam conquistar o conjunto de sua pauta de reivindicações, independentemente do tipo de patrão. Os trabalhadores, ao fazerem reivindicações salariais e trabalhistas, não levam, em consideração o porte econômico do patrão. A luta não é eliminada ou atenuada pelo fato do empregador ser um grande ou pequeno proprietário, que explora apenas um módulo rural. A reivindicação dos trabalhadores é a mesma para grandes e pequenos proprietários, ou até maior, no caso dos últimos, dada a sua fragilidade econômica.

Os trabalhadores assalariados, na Região de Ribeirão Preto, ao montarem sua pauta de reivindicações, para cana ou laranja por exemplo, desconsideram a existência de pequenos ou grandes produtores. O exigido pelos trabalhadores é o mesmo, independentemente do patrão ser um pequeno fornecedor ou uma grande agroindústria, produtora em milhares de hectares.

No Estado de São Paulo existem inúmeros exemplos que evidenciam a dificuldade de se organizar e conduzir a luta dos

trabalhadores assalariados, através dos sindicatos onde existem as duas categorias, assalariados e pequenos proprietários. Este é o caso da região produtora de algodão, do Oeste do Estado, onde a greve dos apanhadores de algodão esbarrou, também, nos próprios Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Os diretores dos sindicatos e grande parte do quadro social eram pequenos proprietários, produtores de algodão e empregadores de trabalhadores assalariados na colheita e em determinadas etapas do processo produtivo. Neste exemplo, o atendimento das reivindicações dos trabalhadores assalariados tinha como principais opositores os pequenos proprietários, participantes do mesmo orgão de classe dos trabalhadores assalariados, que consideravam as reivindicações inviabilizadoras da pequena produção.

No Nordeste, mesmo na região canavieira, região com importante tradição de luta dos trabalhadores assalariados, existe o mesmo tipo de problema, onde algumas direções sindicais e componentes do quadro social dos sindicatos são pequenos fornecedores de cana, que se opõem às reivindicações dos canavieiros. Nestes casos, as direções tentam encaminhar o conflito para a conciliacão, isto é, tentam rebaixar o reivindicado pelos trabalhadores até um nível aceitável pelos pequenos proprietários, ou então, apelar para o Estado, no sentido de aumentar o preço da cana para que ambas as categorias "saiam ganhando". Saiam ganhando entre aspas, porque os grandes produtores também se beneficiam do aumento do preço da cana e quando o acordo não é cumprido pequenos e grandes se beneficiam e quem perde é o trabalhador e a entidade de classe, que fica sem representatividade para o encaminhamento de outras lutas.

A proposta de criação do sindicato de trabalhadores assalariados, visa permitir o avanço e organização independente de cada segmento, eliminando o conflito do interior da entidade de base. Além de ser uma necessidade imposta pelo avanço do grau de organização dos trabalhadores, é uma conquista democrática: liberdade de organização dos trabalhadores, resgatando, como já foi dito, a origem das entidades de representação dos trabalhadores rurais, que surgiram livremente, sem os limites

impostos pelo Estado.

Ao ser estendido, pelo Estado o direito de sindicalização aos trabalhadores rurais, é feita uma costura política, que já era feita nacionalmente, no projeto comum dos trabalhadores: por direitos trabalhista, por reforma agrária, por direito à sindicalização, etc. Mas, a nível local, de base, em algumas regiões, esta legislação vinda de cima, do Estado, atropela determinadas especificidades e faz uma união forçada, que não respeita a história e a dinâmica das lutas dos próprios trabalhadores rurais. A nível local estes se organizavam em entidades diferentes, tinham lutas diferentes, mesmo que a nível nacional encaminhassem e reivindicassem itens comuns e até formulassem um projeto político unitário.

A história do movimento dos trabalhadores rurais nos fornece exemplos de que é possível manter articulação, formular e desenvolver lutas comuns, mesmo estando os trabalhadores, a nível de base, organizados em entidades diferentes. Ou seja, a unidade na luta não tem como pré condição a existência de uma única entidade, juntando, meio na força, o que o processo de constituição da identidade não juntou ou até mesmo separou. A unidade defendida se dava na luta, que não passava pelo enquadramento sindical amplo, passava sim, pela formulação de um projeto político próprio, gerado de forma independente, a partir de especificidades locais, mas articulado nacionalmente. Este será o esforço da CONTAG, após o golpe de 1964 e reiterado nos demais congressos de trabalhadores rurais.[7]

Até agora, foi visto que a unidade dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais foi construída na luta por um projeto comum, formulado pelos próprios trabalhadores, na construção de sua identidade a nível nacional. A legislação de enquadramento sindical, criada pelo Estado de cima para baixo, impôs a unidade também a nível local, nas entidades de base, nos STRs. Agora é necessário prosseguir nesta análise histórica para a verificação

7.- idem. É bem interessante a visão do autor a respeito do projeto político da CONTAG, construído ao longo destes anos, após retomada da Confederação das mãos do interventor, que será o alicerce do que ele chama "Complexo CONTAG" (vide nota de rodapé do capítulo 3.

de que esta unidade forçada e outorgada pelo Estado impedirá o desenvolvimento da organização e das lutas dos trabalhadores assalariados rurais.

A extensão do direito de sindicalização aos trabalhadores rurais provocou uma verdadeira corrida das várias organizações políticas atuantes no campo, pela criacão de sindicatos, em busca de tornarem-se hegemônicas no meio rural. Várias são as organizações que se lançaram nesta proposta, dentre elas, o Partido Comunista Brasileiro será um dos mais destacados, à esquerda, junto com a Ação Popular, ambas disputando espaço com as Ligas Camponesas de Julião[8]. À direita, a igreja conservadora também se destaca nesta corrida, dado que via nos sindicatos uma forma de barrar a influência dos comunistas e das Ligas Camponesas junto aos trabalhadores rurais.

4.3 - O Golpe de 1964 e as Lutas dos Trabalhadores Rurais

O golpe de 1964 marcou profundamente a história política do país e , em especial, a história dos movimentos populares. O MSTR não fugiu à regra e foi duramente reprimido. Vários sindicatos, Federações e a CONTAG foram postos sob intervenção, vários líderes sindicais foram presos, assassinados, ou foram obrigados a entrar na clandestinidade.[9]

Para o governo militar a estrutura sindical atrelada ao Estado e corporativa não era um entrave aos seus propósitos de modernização conservadora da agricultura. Dessa forma, a repressão não se abateu sobre os sindicatos como instituição, da mesma forma que se abateu sobre as Ligas Camponesas e outras entidades civis comprometidas com as lutas dos trabalhadores rurais, os sindicatos foram poupados. A mesma sorte não teve a liderança mais comprometida.[10]

---

8 - MEDEIROS. Leonilde S. op. cit. pg 3.
9 - idem. pg. 4.
10 - idem, idem

Logo após o golpe, o movimento de trabalhadores rurais terá a sua configuração profundamente alterada. As Ligas foram dizimadas e os sindicatos que sobreviveram, nas regiões com tradição de luta, foram postos sob intervenção. Os sindicatos com lideranças menos comprometidas foram abandonados pelas diretorias, que se sentiam, naquela conjuntura, profundamente ameaçadas, frente aos riscos a que estavam expostas.

O Governo militar, ao mesmo tempo em que reprimiu o MSTR e as entidades independentes de representação dos trabalhadores, como as Ligas, conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse o Estatuto da Terra, que estabelecia e contemplava, timidamente, algumas das reivindicações dos trabalhadores, como uma reforma agrária outorgada e controlada pelo Estado.

4.4 - A Reconstrução do MSTR

A reconstrução do movimento sindical de trabalhadores rurais será, no pós 64, bastante difícil, devido ao golpe e à repressão, porém se dará mais rapidamente nas regiões com tradição de luta, como Pernambuco. É a partir deste Estado que o MSTR, não comprometido com a ditadura, articulará uma chapa de oposição ao interventor na CONTAG, que será vitoriosa em 1968 pela estreita margem de um voto.

O reerguimento do MSTR, após retomada da CONTAG, se dará sobre uma realidade modificada em três aspectos fundamentais: 1) o das diferentes concepções políticas no interior do movimento; 2) o do relacionamento com o Estado, o qual será sempre problemático, ao longo destes mais de 20 anos; 3) o da mudança da realidade agrícola brasileira efetuada, ao longo dos governos militares, pelo processo de modernização conservadora, guiado pelo Estado.

No primeiro aspecto, há que se ressaltar que as diferentes concepções políticas no interior do movimento são fruto das distintas experiências das direções sindicais. Várias foram formadas no pós 64, no período de recesso dos movimentos populares, quando os sindicatos de trabalhadores transformaram-se

em prosseguimento do assistencialismo do Estado.

O recesso, o marasmo, forjou lideranças despreparadas e afastadas da base. O contacto dos líderes sindicais com as bases passou a se dar somente durante consultas médicas e aviamentos de receitas, nas sedes dos sindicatos. Estas foram transformados em ambulatórios médicos e em enfermarias, ou pequenos hospitais, algumas vezes até mais aparelhados do que muitos hospitais públicos.

Em várias regiões do país, principalmente nos municípios menores, os presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais são vistos como autoridade e, por conta, frequentam, com certa desenvoltura, os organismos do poder instituído e até os palanques, ao lado das demais autoridades civis e militares e eclesiásticas. Nestas condições, foram adicionados todos os elementos para a possibilidade de cooptação política pelo Estado e pelo poder econômico.[11]

Em função das várias forças políticas que se engajaram na criação de STRs, vários dirigentes sindicais foram formados completamente afastados da realidade de vida trabalho e luta dos trabalhadores rurais. Há inúmeros exemplos que mostram que a direção política dos sindicatos não é ocupada por trabalhadores mas por Prefeitos, advogados trabalhistas, grandes proprietários, padres etc..[12]

É necessário considerar ainda, neste aspecto, a diversidade de segmentos dentro da grande categoria dos trabalhadores rurais, que impede que os dirigentes sindicais, mesmo os comprometidos com os trabalhadores, encaminhem, da mesma forma e com a mesma intensidade, as lutas e reivindicações dos diferentes setores. Na maior parte das vezes, encaminham a luta do segmento que eles, como trabalhadores, pertencem, deixando para plano absolutamente secundário a luta dos demais. Contraria-se assim a deliberação do Terceiro Congresso da CONTAG, que enfatiza a necessidade dos STRs encaminharem as lutas dos distintos segmentos constitutivos da

---

11 - NOVAES, Regina C. R. (1988). "De Corpo e Alma: Catolicismo; Classes Sociais e Conflitos no Campo na Paraíba. Tese de doutoramento, FFLCH/USP, xerox, 373p.
12 - idem

categoria. São raros, com valiosas exceções, os dirigentes sindicais que encaminham com a mesma ênfase a organização e a luta dos distintos segmentos de trabalhadores rurais, em sua base de atuação.

O segundo aspecto, é o do relacionamento do Movimento Sindical com o Estado, nos seus diferentes níveis, em distintas conjunturas políticas. Neste sentido, é necessário ter claro, que o Estado, desde o período populista, busca cooptar a classe trabalhadora, através da estrutura sindical. É desta visão que emergiu a legislação sindical getulista, inspirada na legislação trabalhista do fascismo italiano, que se manteve intocada durante a ditadura militar e recebeu algumas modificações na Constituicão de 1988. Porém, estas não conseguiram modificar integralmente o seu caráter de subordinação ao Estado do Movimento Sindical e nem a possibilidade de cooptação política, haja visto, como exemplo, a permanência do Imposto Sindical. A visão dos sindicatos como apêndices do Estado está presente em vários aspectos: na Justiça do Trabalho; na participação de dirigentes sindicais em conselhos de organismos do Estado, sem nenhum poder de estabelecer política ou em tamanha inferioridade numérica, que sua atuação fica restrita a dar legitimidade a decisões já tomadas em outras esferas; ou participação em comissões de estudo do Governo, cujos resultados não são levados em consideração no estabelecimento de políticas, etc.

Um outro problema está no movimento sindical tomar o Estado como árbitro,-por princípio neutro-, na solução dos inúmeros conflitos que surgem no campo. Durante muito tempo, a prática sindical esteve restrita à dois instrumentos de ação: a justiça e às cartas de denúncia pedindo providências. Os sindicatos mais atuantes, no jargão do Movimento Sindical, eram os que colocavam questão contra os proprietários na Justiça do Trabalho. Colocar questão na justiça significava a não aceitação, por parte do dirigente, da realidade de exploração dos trabalhadores rurais. Na falta de mobilização política, característica do período da ditadura militar, a única alternativa, vista pelo MSTR, era apelar para as instâncias legais a solução dos

conflitos, através da aplicação da legislação existente.

Este foi, durante muito tempo, durante a ditadura militar, o espaço de luta permitido. Porém constitui-se num limitante à atuação mais efetiva no período seguinte, porque entregar à justiça a solução dos conflitos limita esta própria atuação à esfera do estritamente legal. Por outro lado, a morosidade da justiça e a crença bastante difundida de que a lei só existe para os trabalhadores (*"aos amigos tudo, aos inimigos a lei"*), faz com que estes se desmobilizem.

Outro fator limitante da justiça, é fazer o Movimento só exigir o que já está na lei e não reivindicar o que a lei não estabelece. É verdade, que, frente à realidade da vida dos trabalhadores rurais, o cumprimento da legislação existente: o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, já era uma grande conquista, numa certa etapa, porém em outra, tornar-se-á vício e impedirá o desenvolvimento político dos trabalhadores, que deixarão de reivindicar o que não está na lei.

A outra prática é a dos documentos de denúncia pedindo providências ao Estado. Esta prática, muito utilizada pelo MSTR nos conflitos de terra, consiste na formulação da denúncia à Federação, que a encaminha à CONTAG, que a remete ao Governo e Ministérios envolvidos. No sentido inverso, a CONTAG remete às Federações o resultado da reivindicação encaminhada, que a transmite aos dirigentes sindicais, que por sua vez transmitem aos trabalhadores em luta, ou simplesmente arquivam a correspondência para mostrar, se for instado a fazê-lo, as providências tomadas.[13]

Esta prática, devido a sua morosidade e ineficácia na solução de conflitos de terra, levou a que as lutas pela posse da terra e pela permanência dos trabalhadores ameaçados de expulsão deixassem de ser lideradas e encaminhadas exclusivamente pelos sindicatos.

Outros movimentos, com maior preocupação com as lutas pela terra e pela permanência nela, passaram a ser uma referência e uma alternativa de direção mais próxima e mais efetiva do que o

---

13 - idem

MSTR. Foi dessa forma que o Movimento dos Sem Terra, apoiado pela igreja progressista, através da CPT (Comissão Pastoral da Terra), passou a ser a entidade mais presente em todas as lutas pela posse da terra, que foram travadas nos últimos anos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi e ainda é duramente criticado, por setores do MSTR, porque o viam como movimento paralelo, com instâncias próprias de decisão, que não passavam por dentro do MSTR (Sindicatos, Federações, Confederação e Central Sindical). O rótulo de divisionista,- a mesmo que se emprega hoje sobre a constituição do sindicato dos trabalhadores assalariados rurais -, se fazia e se faz ao Movimento dos Sem Terra. Porém, com o tempo, as lideranças mais comprometidas com as lutas dos trabalhadores passaram a ver o Movimento dos Sem Terra como um aliado importante e como uma referência, devido à sua experiência acumulada, que deveria ser absorvida na condução dos conflitos de terra. O Movimento dos Sem Terra, por outro lado, passou a trabalhar mais articulado com o MSTR, participando de encontros e de congressos da categoria e até disputando eleições sindicais contra dirigentes menos comprometidos com as lutas. O surgimento do Movimento dos Sem Terra fez, inclusive, com que certas lideranças passassem a atuar mais, pois corriam o risco de serem atropeladas, no decorrer da luta, e perderem seus cargos para lideranças novas, surgidas e formadas pelo Movimento dos Sem Terra, com maior representatividade.

O terceiro aspecto, é o da modernização da agricultura. Este fator é de importância crucial para o entendimento da proposta de criação dos sindicatos de trabalhadores assalariados na agricultura, na Região de Ribeirão Preto, porque o surgimento e difusão da relação de trabalho assalariada, em todas as suas variantes, é decorrente do processo de modernização que a agricultura passou ao longo destes 30 anos, conforme vimos nos capítulos iniciais.

O processo de modernização da agricultura e a concentração da propriedade da terra, que lhe é própria, teve como decorrência a expulsão de trabalhadores e sua conversão em trabalhadores assalariados rurais, porém residentes nas cidades. Milhares de

trabalhadores são gradativamente expulsos do campo para a cidade; quer através da venda das pequenas propriedades, quer através da perda da terra por grilagem, quer por expulsão direta pelos grandes proprietários, que já não mais desejam trabalhadores morando na propriedade; quer pela deterioração das condições de vida e de reprodução da força-de-trabalho dentro das propriedades, etc. Por outro lado, a existência de moradores nas propriedades cria uma série de problemas legais, decorrentes da aplicação do Estatuto da Terra, que oneram os custos e incentivam à expulsão. Para os proprietários, é mais vantajoso, de vários pontos de vista, ter estes trabalhadores submetidos a uma nova relação de trabalho, a assalariada.[14]

Por conta deste processo, os trabalhadores rurais passam a se concentrar nas cidades e a se deslocar diariamente para o campo onde vendem sua força de trabalho. É o que Botta Ferrante chama de espaços diferenciados de produção e reprodução.[15]

A expulsão dos trabalhadores para a cidade implicou na perda, de uma série de benefícios que tinham na propriedade, como a casa, a possibilidade de ter uma pequena criação ou uma lavoura de subsistência, quando era o caso. Na cidade, o trabalhador tem de arcar sozinho com todo o custo da sua própria reprodução e de sua família e este será coberto pelos rendimentos do seu trabalho, pelo salário. Este processo possibilitou, por outro lado, que o trabalhador se libertasse do jugo e do controle dos proprietários, que impediam a sindicalização, impediam a realização de reuniões e discussões, impediam qualquer prática organizativa dos trabalhadores, a não ser aquelas mantidas e vigiadas pelos patrões. Possibilitou também a que o trabalhador se tornasse de fato e de direito dono de sua força-de-trabalho, que será vendida por um certo preço, durante uma jornada determinada, para realização de atividades previamente acertadas, direitos e deveres, que qualquer trabalhador urbano tem, mas que antes eram vedados aos trabalhadores rurais, pelo fato de morarem

---

14 - A este respeito vide GRAZIANO DA SILVA (1980). op. cit. especialmente capítulo 2.

15 - BOTTA FERRANTE, Vera Lucia.(1985) pg. 498 e seguintes.

nas propriedades.

Se antes deste processo os sindicatos de trabalhadores rurais eram organizações praticamente cativas dos pequenos proprietários e posseiros, que eram segmentos da categoria com liberdade relativa de organização, após a expulsão dos trabalhadores para as cidades, os sindicatos passaram a ter acesso a um amplo segmento de trabalhadores, que antes a porteira das fazendas impedia.

O processo de modernização alçou um novo e grande contingente de trabalhadores para a possibilidade de participação política nos sindicato de trabalhadores rurais. De início, o MSTR mostrou-se inadaptado para desenvolver qualquer ação política com estes trabalhadores. Limitava-se a denunciar o processo de concentração da propriedade, apontando que somente uma reforma agrária ampla e massiva seria capaz de reverter a situação. O MSTR idealizava, sem consultar aos próprios trabalhadores, que a solução dos novos problemas enfrentados nas cidades se daria com a volta à situação anterior, ou melhor, com a volta à situação anterior "reformada". Dessa forma, não encaminhavam, a não ser em situações dramáticas, salvo honrosas exceções, a luta cotidiana pela melhoria das condições de vida e trabalho destes trabalhadores. Era a postura de quem quer se ver livre de um problema presente voltando no tempo, ou quer se livrar de um sapato apertado andando descalço.

No interior do MSTR, era comum discussões que mostravam a incapacidade dos sindicatos em encaminhar qualquer ação política com estes trabalhadores, a não ser apelar para justiça nos casos de pendências trabalhistas. A principal dificuldade, alegada pelos dirigentes sindicais, para trabalhar politicamente com estes trabalhadores, era a ligação efêmera destes com as cidades e com os sindicatos, devido à característica volante destes trabalhadores: trabalho temporário e intermitente e residência em cidades dormitórios.[16]

Esta visão dos trabalhadores assalariados volantes, como os "novos párias políticos e sociais", só se modificou, no Estado de

16 - Vide capítulo 3 especialmente ítens 3.2 e 3.3

São Paulo, recentemente, em função de um conjunto de fatores, dentre os quais destaco a mobilização política destes, a partir da greve de Guariba em 84 e o recrudescimento do processo de modernização da agricultura, quando os trabalhadores assalariados rurais passam a se por em movimento.

4.5 - Greve de Guariba e a Mudança da Prática Sindical

Como já foi dito, somente a partir de 1983 e, fundamentalmente após a greve de Guariba de 1984, é que vários dirigentes sindicais se deram conta da possibilidade de trabalhar politicamente a categoria dos assalariados rurais. Guariba pegou uma parte do MSTR de São Paulo despreparada e sem condições de intervir. Apenas alguns sindicatos, na Região de Ribeirão Preto, tinham uma prática de trabalho efetiva com os assalariados rurais. Em alguns casos, a ausência de trabalho podia ser explicada pela distância do dirigente sindical da realidade dos trabalhadores assalariados rurais devido a sua própria origem como pequenos proprietários e sitiantes.

A greve de Guariba, e as greves seguintes, provocaram, como já foi dito, a substituição de vários dirigentes sindicais, na Região de Ribeirão Preto, tanto através do mecanismo de desmembramento de bases sindicais, quanto através de eleições. O desmembramento de base foi a forma mais frequente de rotação de dirigentes, foram poucos os casos em que estes foram substituídos através de eleições, por oposições sindicais comprometidas com a luta dos trabalhadores assalariados.

A greve de Guariba e as greves nos anos subsequentes demonstrou, basicamente, que os trabalhadores assalariados volantes podem ter nos sindicatos sua instância de organização e atuação política por melhoria nas suas condições de vida e trabalho. A forma de trabalhar politicamente, assim como o instrumento de luta, os sindicatos, é que tiveram que ser transformados em função das especificidades postas pelo processo

de modernização da agricultura e pelas demandas específicas deste novo contingente de trabalhadores. A prática de greves anuais, demonstrou, por exemplo, que não basta parar os trabalhadores em uma única cidade, é necessário um movimento articulado em várias cidades ao mesmo tempo. Para parar a moagem numa grande usina de cana é necessário mobilizar trabalhadores de até 12 cidades diferentes.

Com as greves, foi necessário todo um processo de mudança da prática sindical: o aumento da articulação entre os dirigentes e maior ênfase no trabalho de base, diretamente com os trabalhadores assalariados rurais, tanto nos locais de moradia, quanto, fundamentalmente, nos locais de trabalho. Para parar os trabalhadores, numa greve, não basta que o dirigente da sede do sindicato, decrete a paralisacão. O que demonstra, a necessidade de trabalho de base com os trabalhadores, com discussão prévia; elaboração cuidadosa da pauta de reivindicações; organização de piquetes e articulação entre vários sindicatos. Neste período, foi necessário que o MSTR, da região, desenvolvesse toda uma nova prática sindical adequada às características dos trabalhadores assalariados volantes e à etapa do processo de modernização da agricultura. Prática esta sem correspondência inclusive com a desenvolvida em outras greves de canavieiros do país; tais como, por exemplo, os canavieiros do Nordeste. Isto significa que não só o movimento sindical da Região não tinha experiência acumulada de luta e trabalho com os assalariados, mas esta era uma deficiência do conjunto do MSTR a nível nacional. Neste sentido, basta ver, por exemplo, que o modelo de greve legal utilizado nas greves anuais de canavieiros do Nordeste, basicamente de Pernambuco, conhecido como modelo CONTAG, pela sua preocupação legalista, não teve, como dissemos, aceitação na Região.

Desta nova prática sindical que emergiu na Região a partir da greve de Guariba, em 84, prática esta que foi se transformando ao longo do tempo, nas greves anuais, assumindo uma dinâmica própria, é que surgiu a proposta de criação de sindicatos exclusivos de trabalhadores assalariados; e, a nível do Estado de São Paulo, com a necessidade, posta pelos dirigentes, de criação

de uma nova Federação, também exclusiva dos novos sindicatos de trabalhadores assalariados.

A necessidade de criação de uma Federação de sindicatos de trabalhadores assalariados na agricultura, surge da constatação, por parte dos dirigentes, de que não é mais compatível o encaminhamento das negociações coletivas de trabalho através da FETAESP. Como foi posto no capítulo 3, a FETAESP após a morte de Roberto Horigutti, se afasta bastante da luta dos trabalhadores assalariados e sistemáticamente passou a ter uma postura de condução do movimento para sucessivos acordos lesivos aos trabalhadores.

A proposta de criação de sindicatos de trabalhadores assalariados e de uma Federação, decorre também, como já foi dito, do processo de modernização, o qual não se interrompe com a criação nas cidades de um contingente de trabalhadores para servir às grandes propriedades. Ele avança continuamente no sentido da subordinação real do trabalho ao capital (vide capítulo 2). Isto é, de um lado, no sentido de tornar os trabalhadores cada vez mais dependentes do capital para se reproduzirem; e, de outro, no sentido de tornar o capital cada vez menos dependente do conhecimento específico do trabalhador, dependente apenas da força-de-trabalho, posta a venda pelo trabalhador.

Na produção de cana, por exemplo, a subordinação real do trabalho ao capital completa mais uma fase com a mecanização do corte. A introdução das colheitadeiras mecânicas de cana, além do desemprego de parcela dos trabalhadores, está tornando os remanescentes mais adaptados, do ponto de vista dos capitalistas, ao novo processo de produção,conforme foi mostrado no capítulo 2.

A introdução das colheitadeiras provocou não apenas perda do poder de barganha dos trabalhadores como também impôs ao movimento sindical novos desafios. Dentre estes, está a capacidade de o MSTR se articular com os demais trabalhadores do setor canavieiro que, embora assalariados do complexo agroindustrial, não estão dentro dos sindicatos de trabalhadores

rurais, como os operadores de máquinas agrícolas, os tratoristas, os motoristas e os trabalhadores das usinas.

O MSTR tem demonstrado uma outra dificuldade, além do trabalho sistemático com os assalariados rurais, que está em organizar os novos trabalhadores rurais criados pelo processo de modernização da agricultura. Predomina no MSTR a concepção de que trabalhador rural é só aquele que utiliza podão ou enchada, a utilização de trator ou colhedeira, ou qualquer máquina agrícola é um complemento que retira, segundo essa concepção, a especificidade do trabalhador rural, afastando-o da categoria. Desta concepção, ainda presente em vários setores do MSTR, é possível, no limite, extrair que a categoria trabalhador rural está em extinsão, dado o contínuo processo de substituição do trabalho manual, de simples utilização de ferramentas, pelo trabalho mecanizado (substituição de trabalho vivo por trabalho morto), em que o trabalhador opera uma máquina ferramenta, típico do progresso técnico.

Por outro lado, é necessário ter claro, que a realidade da agricultura, em função do processo de modernização, mudou o tipo de propriedade em que os trabalhadores trabalham. Em boa parte elas hoje estão organizadas na forma de empresas rurais modernas, componentes de grandes complexos agroindustriais com interesses cruzados em diferentes setores da economia. Neste novo quadro, os dirigentes sindicais começam a ter claro que

"é necessário cortar o patrão na veia que corre mais sangue: para apertar os patrões é necessário que o movimento dos trabalhadores atinja a cozinha, enquanto ficar na periferia os patrões não sentem."[17]

Diante disto, a criação do sindicato de trabalhadores assalariados na agricultura emerge da constatação que a relação de trabalho assalariada tende a se perpetuar, que não há mais retorno, para o conjunto dos assalariados, às relações de trabalho anteriores. O que tem se modificado e deve continuar se transformando é a natureza do processo de trabalho, de trabalho simples à trabalho complexo; de trabalho individual para

17 - Fala de líderes sindicais ao autor em dezembro de1988

cooperação. Neste sentido, os trabalhadores assalariados na agricultura passam a se defrontar e a ter novas contradições com os capitalistas, que são bastante próximas das contradições e enfrentamentos vividos e experienciados pelos demais trabalhadores urbanos, fabris. A luta pelo controle do processo de trabalho é nitidamente uma bandeira de luta operária.

Esta aproximação das lutas dos trabalhadores assalariados rurais às lutas dos trabalhadores fabris demonstra que o instrumento de luta dos trabalhadores tem que passar por um processo de mudança profundo, que o aproxime mais do instrumento de luta do conjunto dos trabalhadores assalariados, tanto urbanos quanto rurais. Neste sentido, é necessário criar novas organizações sindicais mais aptas e mais ágeis a acompanhar esse processo, que, na nossa forma de ver, é inexorável.

Os dirigentes sindicais perceberam também, que para tornar a organização sindical mais apta e mais ágil para enfrentar os novos desafios postos pelo processo de modernização da agricultura e pelo estágio das lutas dos trabalhadores assalariados rurais, não basta, simplesmente, mudar os estatutos dos atuais sindicatos de trabalhadores rurais, mudando apenas o nome da entidade para sindicato dos trabalhadores assalariados na agricultura, ou Sindicato dos Empregados Rurais. Para isto, são necessárias mudanças mais profundas na máquina sindical, para torná-la de fato um instrumento da classe trabalhadora e não um mero aparelho burocrático para a perpetuação de dirigentes.

Na proposta de estatuto padrão para os novos Sindicatos de Empregados Rurais, há uma série de artigos que tratam do aumento da abrangência horizontal dos sindicatos. Como já foi tratado anteriormente, os sindicatos de trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, criados pela legislação trabalhista até então vigente, têm como uma de suas características básicas, além da subordinação ao Estado, a verticalidade e hierarquia. O presidente do sindicato é a principal figura na organização sindical, ele só está submetido á Assembléia Geral que é por ele convocada.

Na nova estrutura proposta, o presidente e a diretoria têm

várias de suas atribuições subordinadas a um conselho superior, formado por trabalhadores eleitos nos locais de trabalho, em seções sindicais, que devem funcionar como sindicatos por local de trabalho, ou comissões de fábrica. Na ausência de assembléia é este conselho que dirige o sindicato e prioriza o trabalho a ser executado pela diretoria. Um membro deste Conselho, eleito pelos seus pares, tem assento nas reuniões de diretoria, para passar as principais deliberações do Conselho. Os trabalhadores eleitos para o conselho, devem gozar de estabilidade no emprego assim como qualquer dirigente sindical.

Estes conselhos, funcionando permanentemente, são um meio para ampliar o número de trabalhadores participando das deliberações sindicais. As Assembléias gerais, com um conselho funcionando, podem vir a se tornar mais ágeis e mais participativas, porque os trabalhadores já discutiram, a maior parte dos temas, nas assembléias realizadas nos locais de trabalho ou de moradia, as quais subordinam a atuação do representante. A criação deste conselho, além disto, permite que os trabalhadores mais destacados e com representatividade nos locais de trabalho continuem a atuar no sindicato, o que multiplica e amplia a capacidade de mobilização e politização dos trabalhadores, assim como põe o sindicato mais próximo dos trabalhadores. A tendência do moderno sindicalismo é criar sindicatos por local de trabalho articulados por poderosas centrais sindicais.

Um dos problemas que esta nova estrutura interna de organização dos sindicatos cria, para as velhas lideranças, é, além de reduzir o poder do presidente, o de tornar possível a emergência de novas lideranças vindas da base.

Em decorrência do processo de modernização da agricultura a pequena propriedade também se modificou. Não se trata só, pelo menos na Região Centro-Sul, exclusivamente, do pequeno camponês descapitalizado e empobrecido pelos grandes proprietários e atravessadores. Se trata também de uma pequena produção capitalizada, interessada numa política agrícola voltada para os seus interesses, enquanto pequeno produtor, que quer, além de se

reproduzir em condições aceitáveis como pequeno produtor, crescer. Para isto, é necessário superar a visão idílica da pequena propriedade. É necessário vê-la como uma entidade pertencente à realidade capitalista.

A criação de sindicatos de assalariados na agricultura, não significa, que os pequenos proprietários passem a ser representados pelos sindicatos patronais. Significa, por outro lado, que o MSTR precisa avançar mais para passar a representar a pequena propriedade no seu conjunto. Embora os pequenos proprietários sejam a categoria hegemônica no MSTR, estes não tem conseguido apresentar uma proposta satisfatória e concreta de política agrícola para os pequenos produtores, de uma política tecnológica. É necessário, nesta direção, deixar de confundir pequenos proprietários com miseráveis. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, representando os pequenos proprietários devem representar o conjunto de pequenos proprietários e não apenas os mais pobres, caso contrário continuará perdendo, para os sindicatos e associações patronais, uma parcela de seus representados.

A criação de sindicatos de trabalhadores assalariados, separando, ao nível das entidades de base, os trabalhadores sem nenhum acesso ao meio de produção fundamental da agricultura; a terra, dos demais segmentos dos trabalhadores rurais com algum acesso à terra, coloca para ser discutido não a divisão da categoria dos trabalhadores rurais, mas a necessidade de pensar a unidade na ação. A unidade não deve se colocar no abstrato, mas com base em questões concretas que captem e dêem conta não apenas do específico, mas também do geral. De novo, volta à cena principal a questão da necessidade de construção da unidade baseada na diversidade. Na medida em que cada segmento de trabalhadores rurais aprofunde e lute pelo que lhe é específico, mais próximo o movimento, como um todo, estará da construção do seu projeto. Um projeto político construído de baixo para cima e não um projeto construído apenas para manter uma unidade aparente.

Será do aprofundamento destas questões que surgirá um novo

projeto para o MSTR. Um projeto que contemple novas reivindicações, capazes de dar unidade à diversidade e aí está incluída a necessidade de rediscutir a bandeira da reforma agrária. Esta sempre foi pensada como capaz de unificar os distintos interesses dos diferentes segmentos que compõem a categoria trabalhador rural. Porém, na medida que novos atores emergem no cenário político, os assalariados rurais, o que surge como bandeira é o controle do processo de trabalho, que aponta não para a posse ou propriedade da terra, mas para a autogestão. A emergência de novos atores sociais explicitando a sua forma de organização e suas demandas específicas, põe em discussão inúmeras outras possibilidades de expressão da unidade na diversidade.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES: PARA ONDE AVANÇA A LUTA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS

Introdução

Neste capítulo, a título de conclusões, iremos verificar que a criação dos sindicatos de trabalhadores assalariados na agricultura aponta exatamente na direção da hipótese básica da tese: os trabalhadores assalariados rurais, na medida em que as suas reivindicações apontam para o controle do processo de trabalho, não reivindicam o acesso ou o retorno a terra como produtores independentes, mas a permanência nas cidades como trabalhadores assalariados rurais, desfrutando de melhores condições de vida e trabalho.

No sentido da verificação desta hipótese, observamos, nos capítulos precedentes, que o processo de modernização da agricultura, na Região de Ribeirão Preto, teve como um de seus principais desdobramentos a generalização da relação de trabalho assalariada na produção de cana. A produção de mais-valia, através da compra da força-de-trabalho por meio de salário, passa a ser, nestas condições, a forma de reprodução básica do capital no complexo agroindustrial sucro-alcoleiro, na Região. Para isto foi necessário que o capital concentrasse trabalhadores livres nas cidades da Região: livres da propriedade ou posse dos meios de produção e livres porque que para se reproduzirem como trabalhadores têm que vender a sua força-de- trabalho.

Até aí não tem nada de novo, pois o capital transformou a relação de trabalho assalariada na relação básica da produção capitalista. Porém, na agricultura e em determinadas regiões do país a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo preservou ou reproduziu a pequena propriedade e a pequena produção ou mesmo deixou intactas as formas anteriores de reprodução da força-de-trabalho. Quando se dissemina, no Bra-

sil, a relação de trabalho assalariada, a partir da década de 1960, havia a crença de que no Brasil não haveria mais espaço para a produção independente, ou para o campesinato. Pelo contrário, após mais de 20 anos da disseminação do trabalho assalariado na agricultura, percebeu-se que a pequena produção independente não desapareceu, mas conseguiu adaptar-se às novas necessidades impostas pela modernização da agricultura. Porém, em determinados lugares e regiões a modernização da agricultura praticamente eliminou a pequena produção e generalizou a relação de trabalho assalariada e, neste processo, São Paulo e especificamente a Região de Ribeirão Preto foi exemplar.

As regiões produtoras de cana de açúcar são, no geral, em que pese algumas exceções,-como o Norte Fluminense, por exemplo-, características deste processo de generalização do trabalho assalariado. Dentre estas regiões destaca-se a Região Canavieira de Ribeirão Preto, onde a produção de cana é concentrada em terra e capital e onde a relação de trabalho fundamental é a assalariada.

Na Região Canavieira de Ribeirão Preto, os trabalhadores rurais são exclusivamente assalariados, isto é, não existe, ou não é significativo, na Região, tanto a pequena propriedade agrícola, de característica familiar, como os trabalhadores que se assalariam somente por uma parte do tempo, se dedicando, no tempo restante, à sua própria produção, quer em terras próprias quer em terras arrendadas ou em terras fornecidas pela grande produção comercial, como ainda existem em outras partes do país; como no Nordeste, por exemplo. Na Região de Ribeirão Preto já existe um contingente significativo de trabalhadores assalariados que se reproduz exclusivamente da venda de sua força de trabalho, são o que aqui denominamos de assalariados rurais.

Existe, também, um outro contingente de trabalhadores, que aflue à Região apenas na safra dos principais produtos: cana, café e laranja. Estes trabalhadores migrantes vêm fundamentalmente do Norte de Minas Gerais, Sul da Bahia e Norte do Paraná, e nas regiões de origem, mantém roçados ou produções de subsistência e que, portanto, apenas se assalariam parte do ano, ou têm no

assalariamento de parte dos membros da família a estratégia de sobrevivência. Porém, são pequenos produtores apenas na região de origem. Na Região Canavieira de Ribeirão Preto, durante os 8 ou mais meses, em que aqui residem, são trabalhadores assalariados rurais como os demais. Com a diferença que uma parcela do salário é remetida para a região de origem. Ou seja, o salário recebido na cultura da cana é utilizado para a sua reprodução na Região, bem como para complementar ou manter a reprodução dos membros da família que permaneceram na região de origem.

Uma grande parcela destes trabalhadores migrantes acaba trazendo a família, passando a ser moradores permanentes da Região. Dentre os trabalhadores assalariados rurais da Região, é difícil encontrar trabalhadores "paulistas quatrocentões", apesar do exagero, a maior parte nasceu em outros Estados. São "andantes de outras caminhadas", que para cá afluiram dado a impossibilidade de se reproduzirem nas suas Regiões de origem como produtores independentes, devido à impossibilidade de acesso à terra e devido também ao processo de modernização conservadora também nestas Regiões, que cria continuamente superpopulação relativa na agricultura.

Durante as lutas travadas pelos trabalhadores assalariados rurais, observadas no Capítulo 3, esses trabalhadores emigrantes têm, ainda que pese dificuldades, assumido sua identidade enquanto assalariados rurais e participam do processo de luta empreendido na Região. É verdade que a participação destes trabalhadores nas lutas e nas greves da categoria tem se dado com limitações. Estas limitações são muito mais decorrentes da pressão e estratégia dos patrões sobre estes trabalhadores do que devido ao seu não reconhecimento enquanto assalariados rurais, porque são ou foram pequenos produtores.

Por outro lado, mas no mesmo sentido, a participação política e social dos trabalhadores assalariados é resultado do processo histórico de construção da identidade social, como foi mostrado. A luta empreendida pelos trabalhadores assalariados é decorrente do processo de construção da identidade. Os trabalhadores emigrantes ao se incorporarem ao cotidiano dos tra-

balhadores assalariados passam a construir também o processo de identidade do conjunto para tornarem-se sujeito coletivo. A grande parcela de trabalhadores assalariadas da região é composta, como foi dito, por mineiros, nordestinos, paranaenses etc., apenas uma pequena parcela é oriunda da própria região, portanto todos são migrantes. O termo migrante é utilizado apenas para diferenciar os trabalhadores que já estão fixados na Região, daqueles que só vêm na safra da cana e mantém a família no local de origem.

A pressão a que estes trabalhadores estão submetidas podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos:a) a contratação, algumas vezes, é feita através de empreiteiros, que atuam também na região de origem destes trabalhadores a mando das usinas; b) moram em alojamentos das usinas ou dos gatos, que na maioria das vezes está localizado fora das cidades, onde residem os demais trabalhadores; c) são dispostos em frentes de trabalho, algumas vezes diferentes das frentes de trabalho dos demais, como estratégia dos usineiros de evitar o "contágio" com os trabalhadores assalariados da Região.

Por conta destes aspectos, estes trabalhadores têm reivindicações específicas quanto a: qualidade e preço cobrado pelos alojamentos; qualidade e preço da comida fornecida e jornadas de trabalho abusivas. Todos estes fatores tornam estes trabalhadores mais submetidos ao poder dos usineiros do que os demais, que já residem nas cidades e, por conta, já desenvolveram laços de solidariedade mútua nos bairros onde residem.

As reivindicações específicas dos trabalhadores emigrantes colocam alguns complicadores no movimento dos assalariados rurais. Os sindicatos consideram que lutar pela melhoria dos alojamentos nas usinas, significa o reconhecimento por parte do movimento da contratação de trabalhadores migrantes sazonais, quando o movimento reivindica o contrato de trabalho o ano inteiro e não apenas na safra e a contratação prioritária de trabalhadores radicados na Região.

5.1 - Processo de Luta e a Construção da Identidade dos Trabalhadores Assalariados da Agricultura

O processo de modernização da agricultura, na Região de Ribeirão Preto, se articula com o processo de criação da identidade dos trabalhadores assalariados. O assalariamento da força-de-trabalho é decorrente do processo de modernização da agricultura, estes trabalhadores assalariados concentrados na Região e convivendo num mesmo espaço de reprodução, as cidades, e o mesmo espaço de produção, as plantações de cana e laranja, -passam a se organizar em sindicatos, criam os seus próprios sindicatos e encaminham lutas. É na luta empreendida pelos trabalhadores assalariados é que se forja a identidade destes trabalhadores enquanto assalariados rurais. O processo de luta dos trabalhadores assalariados, por melhoria de suas condições de vida e trabalho, combinado com a forma e velocidade do processo de modernização da agricultura na região, está constituindo um contingente de trabalhadores assalariados na agricultura com uma identidade econômica e política nova, diferente das demais categorias de trabalhadores rurais, que ainda têm na terra, na produção própria, o seu modo sobrevivência.

A criação dos sindicatos dos trabalhadores assalariados da agricultura é, acima de tudo, o desdobramento de um processo de luta e de construção de identidade; identidade como trabalhadores assalariados, que através da venda de sua força-de-trabalho se reproduzem enquanto trabalhadores ao mesmo tempo em que reproduzem também o capital.

A identidade dos trabalhadores assalariados, que está se forjando no processo de luta, pode ser explicitada a partir das seguintes características, mostradas nos Capítulos 2 e 3:

a) certa homogeneidade dos trabalhadores, decorrente do fato de serem assalariados puros;

b) por já se encontrarem afastados, há décadas, do processo de produção, como produtores independentes e gestores do processo de produção da agricultura;

c) pelas lutas empreendidas nos últimos anos, onde enfrentam

diretamente os patrões, sem mediações do Estado, ou partidos políticos, onde enfrentam também diretamente à agroindústria da cana, da laranja ou fazendeiros, capitalistas agrícolas, articulados ao complexo agroindustrial sem diferenciação de pequeno ou grande produtor;

d) a inexistência, nas pautas de reivindicação, de qualquer menção de volta à terra, ou mesmo de Reforma Agrária, reivindicação básica e comum a todos os trabalhadores rurais;

e) o conjunto de suas reivindicações, como observado, apontam para o controle do processo de trabalho, tais como, pagamento por cana cortada em metro e não em tonelada; comprovante diário de produção; reconhecimento e pagamento do tempo de transporte (hora in itinere), como horas dispendidas no trabalho; não utilização de máquinas colhedeiras e herbicidas.

Além disto, a pauta de reivindicações, como foi visto, é a mesma, tanto para as usinas quanto para os fornecedores e, dentre estes, não há distinção entre grandes e pequenos, são todos igualmente patrões.

Este conjunto de características são, ao nosso ver, suficientes para nos darmos conta que estamos diante de novos atores sociais, diferentes e com especificidades que os separa, em um nível, e os unifica em outro, do conjunto dos trabalhadores rurais, que detêm diretamente ou de forma subordinada a posse do meio de produção básico da agricultura, a terra. A identidade própria dos trabalhadores assalariados, na Região de Ribeirão Preto, já não permite a existência numa mesma entidade de base, os sindicatos, de distintas categorias de trabalhadores rurais.

De outro lado, a nível nacional, na construção de um projeto de luta geral do conjunto dos trabalhadores, é possível e necessário a unificação dos assalariados rurais com os demais trabalhadores rurais, pequenos produtores, proprietários ou não de terras.

Várias destas características dos trabalhadores assalariados

já foram exploradas nas seções precedentes. Desta forma, aqui tentaremos mostrar como a criação de sindicatos exclusivos de trabalhadores assalariados na agricultura, separando, ao nível da organização de base, estes trabalhadores dos demais segmentos de trabalhadores rurais com algum acesso à terra, coloca, na prática, um novo patamar de lutas para os trabalhadores assalariados. Patamar este de enfrentamento mais direto aos capitalistas do complexo agroindustrial.

As reivindicações por melhoria das condições de vida e trabalho, aí incluídas o controle do processo de trabalho, implicam em perdas para os capitalistas: caso não sejam repassadas ao preço do produto, ou porque retiram dos capitalistas algo que lhes é caro: o controle do processo de trabalho. Os capitalistas, por outro lado, buscam, continuamente, aumentar os seus lucros, através da redução no custo de produção, via aumento da produtividade do trabalho, o que requer mudanças no processo de produção. Isto impõe aos sindicatos, a elaboração das formas de enfrentamento aos patrões, para alcançar as reivindicações postas pela categoria, se aparelhando para enfrentar uma classe patronal que opera mudanças, que é dinâmica, que introduz continuamente mudanças no processo de trabalho, que ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho contrarresta o aumento de custos provocados pelo crescimento da organização dos trabalhadores.

Estas mudanças na prática capitalista, decorrentes do processo de modernização da agricultura, impõem novos enfrentamentos aos trabalhadores e aos sindicatos da Região, o que aponta mais claramente para a identidade destes com os demais trabalhadores urbanos, que têm sua atuação pautada também para o enfrentamento cotidiano da relação capital/trabalho, pelo controle do processo de trabalho, com uma classe capitalista que também opera mudanças. Isto significa, que a identidade que o processo de luta dos trabalhadores assalariados da agricultura vai gestando, aproxima mais estes trabalhadores do conjunto dos trabalhadores urbanos, que também não reivindicam a propriedade individual do meio de produção, mas o controle do processo de trabalho e, no limite, o

fim da contradição capital/trabalho.

Esta constatação, nos põe diante de um movimento sindical diferente do movimento sindical de trabalhadores rurais, que por serem produtores independentes se defrontam com um oponente diferente, com o Estado, com os intermediários, com os grandes produtores e, portanto, têm reivindicações próprias. Dentre elas tem papel destacado o acesso à terra, uma política agrícola, uma política tecnológica, etc.

A construção da identidade dos demais segmentos de trabalhadores rurais tem se dado também no processo de luta, mas voltado para a propriedade do meio de produção básico na agricultura, que é a terra, ou voltado para o preço, para crédito subsidiado, para os demais ítens que afetam a continuidade, em condições dignas, da pequena produção.

Como já foi visto, até recentemente, mais precisamente até a greve de Guariba em maio de 1984, o MSTR via os trabalhadores assalariados rurais apenas como uma consequência perversa do processo de modernização da agricultura. Esta visão do MSTR sobre o processo de modernização da agricultura só lhe permitia idealizar e lutar pelo fim desta relação de trabalho. A visão, particular, do MSTR sobre o processo de modernização da agricultura, como um processo de características perversas para os trabalhadores rurais, não é, obviamente, desprovida de fundamento. A face aparente do processo de modernização da agricultura é o caráter altamente perverso e concentracionista de terra e do próprio capital, que teve como resultante, clara e imediatamente visível, a mudança das relações de trabalho, que levou um amplo contingente de trabalhadores a ter que vender diretamente sua força-de-trabalho para sobreviver. Levou, também, a que um grande número de pequenos proprietários, pequenos arrendatários, posseiros, parceiros e colonos, perdessem suas terras ou tivessem que utilizar, como estratégia de reprodução, a venda de sua força de trabalho ao grande capital agrícola, às agroindústrias, ou ainda passaram de produtores independentes a produtores integrados. Em decorrência disto, uma grande parcela de trabalhadores rurais passou a morar nas cidades e, assim, pas-

sou a compor um novo contingente de trabalhadores, que têm nas cidades o espaço de reprodução de sua força-de-trabalho, mas ainda têm no campo o espaço de produção.

Diante disto, o MSTR passa, obviamente, a utilizar a degradação das condições de vida e trabalho deste contingente como mote de denúncia e de reivindicação de uma Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores, para inverter o processo.

Por outro lado, a face menos visível do processo de modernização da agricultura é que, ao mesmo tempo em que ele destruiu a forma de reprodução anterior dos trabalhadores,- dentro das propriedades ou produzindo diretamente os produtos de subsistência etc.-, ele impôs uma outra forma de reprodução dos trabalhadores; agora urbana e assalariada, que para se realizar em níveis adequados de subsistência, necessita que os trabalhadores se organizem enquanto tal e lutem. Neste sentido, o processo de luta, para consecução da reprodução em níveis adequados, passa a ser o elemento fundamental para a construção de uma nova identidade como trabalhadores. Esta nova identidade, não têm como expectativa coletiva a volta terra, à produção independente, mas sim a permanência nas cidades em condições dígnas de vida e trabalho.

Um outro fato que deve ser considerado, que as novas condições de produção e reprodução dos trabalhadores, agora assalariada e urbana, não são necessariamente piores do que as anteriores. Existem inúmeros trabalhos, de reconstituição histórica e mais a memória dos próprios trabalhadores que nos dão o testemunho de que as condiçõs de vida anteriores eram também duras e difíceis. É evidente, que uma análise do tipo "perde ganha" ou de curvas de indiferença, por exemplo, não são pertinentes para a comparação se houve, ou não, degradação das condições de vida e trabalho dos trabalhadores com o processo de modernização da agricultura. Ao mesmo tempo, a comparação das mesmas não é relevante para o que se quer demonstrar, que é o fato dos trabalhadores, agora urbanos e assalariados, estarem em processo de construção de uma nova identidade, a qual não se encontra pronta e acabada; é no processo de produção, reprodução

e principalmente na luta que os trabalhadores coletivamente a tecem.

As lutas dos trabalhadores frente a modernização da agricultura, ao mesmo tempo em que constrói a identidade da categoria, alimenta novas lutas e novas formas de organização dos trabalhadores. Na medida em que os trabalhadores se identificam como trabalhadores assalariados e vêem, nesta relação, a sua condição de vida, tanto no presente, quanto no futuro, -pois o capital bloqueou tanto na região de origem quanto na de destino a sua reprodução independente e lhe retirou o saber específico de produtor rural-, isto alimenta novas lutas. Estas novas lutas se dão guiadas por novas reivindicaçõs, as quais, para serem conquistadas, requerem novas formas de luta e de organização.

A compreensão da necessidade de mudança da prática política do movimento sindical só se deu partir da deflagração das greves. Este foi marco do movimento sindical na Região de Ribeirão Preto e dele decorreu uma sequência de transformações ou de "passos e descompassos", que levaram à mudança no norte de luta; a criação de novos sindicatos e substituíção de diretorias sindicais. impuseram uma nova estrutura sindical, baseada em sindicatos exclusivos de trabalhadores assalariados rurais.

Os trabalhadores assalariados da agricultura, estão hoje já de tal forma afastados do processo de produção na agricultura, realizando tarefas específicas e orientadas e gerenciadas pelos capitalistas, que já perderam o saber específico do produtor rural independente (pequenos proprietários, posseiros, etc). O processo de trabalho empreendido pelos trabalhadores assalariados também contribuiu para diferenciá-los e separá-los de todo aquele outro contingente de trabalhadores rurais que ainda permanecem como produtores plenos: que detêem a gestão do processo produtivo, que controlam a produção agrícola em todas as suas fases, que detêem o saber específico do trabalhador rural. Os trabalhadores assalariados rurais tornaram-se especializados em determinadas tarefas, cuja a realização e decisão estão na órbita de atuação dos capitalistas, ou dos técnicos agrícolas,

devido ao processo de subordinação real do trabalho ao capital, que embasa a modernização da agricultura.

Embora o trabalhador saiba plantar, tratar e colher a cana, por exemplo, ele não determina mais o tempo de realização destas atividades. Estas são determinadas pelos capitalistas: que determinam o momento de realização de cada uma destas atividades e a forma de fazê-las, de executá-las. Estas se dão, agora, sob novas condições, com a utilização de novos implementos, com maior utilização de trabalho morto, manejado por outros trabalhadores incorporados ao processo de produção pela divisão social do trabalho, que se ampliou com o processo de modernização da agricultura.

Os sindicatos de trabalhadores assalariados são decorrência deste conjunto de transformações. Foram criados para aprimorar o instrumento de luta dos trabalhadores assalariados. Nesta medida, estes sindicatos estão direcionados para atuar sobre as novas situações de exploração, impostas aos trabalhadores em decorrência do processo de modernização da agricultura. Não se trata de uma forma de organização dos trabalhadores preocupada em resgatar o passado, mas sim preocupada e disposta a atuar, no fundamental, contra a exploração imposta no processo de trabalho.

Isto não significa que os trabalhadores estejam interessados em inverter, ou de fazer retroagir, o desenvolvimento do processo de modernização da agricultura ao período anterior, no qual tinham acesso, quer de forma direta, quer de forma subordinada, ao meio de produção básico da agricultura, a terra. Pelo contrário, os trabalhadores assalariados rurais, através de seus sindicatos, reivindicam melhoria de suas condições de vida e trabalho, dado o processo de modernização da agricultura.

5.2 - Os Novos Caminhos da Luta Sindical

Um dos grandes avanços da nova estrutura sindical, com a criação dos sindicatos de trabalhadores assalariados, é a preocupação em atuar junto aos trabalhadores, diretamente nos

locais de trabalho. Esta postura é uma mudança radical na forma de atuação tradicional do MSTR com os assalariados rurais, que priorizava a organização dos trabalhadores a partir do local de moradia.

O conjunto do Movimento Sindical de trabalhadores, não apenas o MSTR, sempre teve dificuldade em organizar os trabalhadores a partir dos locais de trabalho, nas fábricas, nas fazendas, nas usinas, nas colônias, etc. Estes locais sempre foram espaço dos capitalistas, do seu controle, de sua direção. A atuação sindical sempre se deu nas cidades fora das vistas do patrão e distante do espaço de reprodução do capital. Foi exatamente devido a esta limitação que os sindicatos de trabalhadores rurais, quando surgiram, tiveram maior participação daqueles segmentos de trabalhadores libertos do jugo dos patrões: pequenos proprietários, pequenos arrendatários, posseiros etc., e não dos trabalhadores moradores nas propriedades.

Com a generalização da relação de trabalho assalariada e a concentração destes trabalhadores nas cidades, estas se transformaram no espaço por excelência de atuação sindical. Os dirigentes sindicais tinham e ainda têm dificuldade em atuar e ter acesso aos locais de trabalho, quer pela repressão existente nas fazendas e usinas, ou quer pelo risco de comprometer e prejudicar os trabalhadores. Por isto, a forma encontrada pelos dirigentes sindicais para fiscalizar o cumprimento dos acordos e as condições de trabalho nos locais de produção, por exemplo, é se fazerem acompanhar de fiscais da Delegacia do Trabalho.

A estes fatos, deve ser acrescentada a dificuldade adicional que tem o MSTR, provocada pela existência de rígidos limites de base sindical, completamente anacrônica e inadequada à organização dos trabalhadores assalariados na agricultura, onde não há coincidência necessária entre o local de moradia do trabalhador com o local de venda da força-de-trabalho.

Devido a estes fatores, quase todas as greves foram organizadas e deflagradas á partir das cidades. Poucas foram as que tiveram como espaço de luta, de organização dos trabalhadores, as unidades de produção. As exceções, como vimos,

são aquelas que se dão ao pé do eito, ou seja, no momento da produção, quando os trabalhadores resolvem não trabalhar devido a discordâncias quanto ao pagamento, forma de contagem do trabalho, ou seja, devido aos inúmeros problemas existentes entre os trabalhadores e os patrões, ou seus prepostos, quer diretamente, quer intermediados pelos fiscais e "gatos". Estes movimentos são em geral expontâneos e não chegam a ser considerados pelos trabalhadores como greve, são chamados de parada. Ao mesmo tempo foram poucos movimentos que se iniciaram ao pé do eito e se generalizaram, a exceção é exatamente a primeira greve de Guariba em 1984.

A deflagração das greves, após 1984, é, em geral, deliberadas em assembléias, realizadas nas cidades. Os piquetes também são organizados nas cidades, nos locais de embarque dos trabalhadores nos caminhões de turma, ou nas saídas. Estes visam impedir que os trabalhadores daquela cidade e das demais, que se utilizam da mesma estrada, cheguem até aos locais de trabalho. É desta forma que o movimento consegue impedir a produção, o corte de cana ou a colheita da laranja. Quando os sindicatos não conseguem organizar piquetes em todas as cidades fornecedoras de mão-de-obra ou de matéria-prima para uma dada usina, ou para um conjunto de usinas e a produção destas unidades continua a ocorrer, os piquetes se deslocam para a entrada das usinas e das fábricas e lá tentam interromper o fornecimento, dependendo da ação sempre presente da polícia pública e privada.

A necessidade do movimento sindical de trabalhadores atuar junto aos trabalhadores nos locais de trabalho se impõe pela própria dinâmica do capitalismo, ao introduzir continuamente modificações no processo de trabalho, que visam aumentar a produtividade do trabalho e, por conta, aumentar a taxa de exploração da força-de-trabalho. Neste sentido, isto é, contra os aumentos da taxa de exploração da forca de trabalho, é que o foco de atuação do Movimento Sindical tem se dirigido para o chão da fábrica. Porque é aí que o capital domina os trabalhadores e é onde se situam as contradições específicas dos trabalhadores com os capitalistas. Os movimentos e a organizaçao dos trabalhadores

por local de trabalho, as comissões de fábrica ou as seções sindicais são as formas encontradas pelos trabalhadores para colocar a entidade de representação no cotidiano da vida do trabalhador, para no local de trabalho fiscalizar e ao mesmo tempo conquistar soluções em benefício dos trabalhadores.

A organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho e não apenas nas cidades, na sede sindical, tem sido a tendência do sindicalismo moderno, ou do chamado novo sindicalismo. Este nasceu durante os duros anos da ditadura militar, na década de 70. Várias greves e mobilizações importantes dos trabalhadores, que redundaram em conquistas, se deram a partir da organização dos trabalhadores nas fábricas.[1]

Para atuar junto aos trabalhadores nos locais de trabalho, os sindicatos de assalariados rurais estão criando seções sindicais. Estas são pensadas e começam a ser criadas como instâncias de organização dos trabalhadores por locais de trabalho. As seções sindicais são também instâncias autônomas de deliberação e execução da política sindical na sua base de atuação. É claro que as seções são autônomas para a deliberação e execução de políticas, as quais se subordinam à orientação geral do sindicato. Isto quer dizer, que a deliberação tomada em cada seção não pode contrariar a orientação do sindicato como um todo, porém é possível a execução de determinada luta política, com uma dada tática adaptada à determinada seção, diferente da travada por outras seções: há espaço para lutas específicas.

A base de atuação de cada seção sindical é definida livremente pelos trabalhadores de acordo com as especificidades locais. Isto significa, que há aumento da autonomia dos trabalhadores para a deflagração de lutas específicas, de acordo com as peculiaridades de cada usina. Por outro lado, cria uma nova configuração de base sindical, que deixa de ter como referência a base territorial, de característica municipal ou distrital, e passa a ter como referência também a unidade de produção. Na estrutura atual a base sindical é o município, ou um certo número de municípios, o que leva à dificuldade em se

1 - SADER (1988). op. cit.

organizar os trabalhadores para o enfrentamento de uma certa usina ou de um conjunto de usinas, pois estas têm trabalhadores filiados a diferentes sindicatos, porque moram em cidades distintas. Com a criação das seções sindicais, os trabalhadores se filiarão à seção atuante no seu local de trabalho, independentemente desta ser parte de um sindicato diferente daquele do seu local de moradia.

O movimento, com esta nova configuração, começa a tomar consciência da necessidade de dar um passo adiante na compreensão de luta sindical, como luta de enfrentamento aos capitalistas, e esta se dá, primeiramente, no local de exploração da força-de-trabalho, nas fazendas, nas usinas, na agroindústria. Desta forma, a preocupação fundamental dos sindicatos dos empregados rurais está na implementação desta nova estrutura, que está fortemente apoiada nas seções sindicais por local de trabalho, que coordena a organização e as lutas dos trabalhadores.

Embora o processo de modernização da agricultura seja um processo geral, na Região de Ribeirão Preto, seu ritmo e seus desdobramentos, não se dão na mesma velocidade em todas as usinas, em todas as fazendas etc. Portanto, os trabalhadores em determinados locais estão submetidos a determinadas pressões e a determinadas relações, que não são gerais. Dessa forma, existem um conjunto de reivindicações afeitas aos trabalhadores de uma dada usina do que de outra, ou uma determinada seção de uma usina do que a outra seção pertencente a mesma empresa. Estas lutas visam homogeneizar as condições de trabalho para o conjunto da agroindústria, tendo em vista, inclusive, a concretização do contrato coletivo de trabalho, reivindicação básica do conjunto dos trabalhadores, na atual etapa do sindicalismo brasileiro. Neste sentido, para o encaminhamento de lutas específicas, a atual organização sindical, baseada no local de moradia, não tem se mostrado eficaz.

A necessidade de organização dos trabalhadores por local de trabalho não é nova, tem se colocado como a alternativa mais eficiente dos sindicatos modernos, onde algumas seções são quase um sindicato, tanto em número de filiados quanto em poder

político.

Outro fator determinante da criação das seções sindicais, está no fato de uma grande parte das usinas da região, pelo menos as mais modernas e mais capitalizadas, estarem mudando a sua forma de contratação da força-de-trabalho, como foi mostrado no Capítulo 2. A figura do volante, contratado através do agenciador de mão de obra, o "gato", algumas vezes até através de leilão, está sendo substituída pela figura do trabalhador permanente, ou do permanente com contrato de trabalho por safra. Os antigos agenciadores de força de trabalho, "gatos", estão se convertendo em empregados das usinas, supervisores de turmas de trabalho.

As usinas estão também modernizando os seus departamentos de pessoal, que agora se chamam de Departamento de Recursos Humanos, cuja a função é, basicamente, de selecionar trabalhadores. A questão da adequação da força-de-trabalho passou a ser considerada como um fator importante para o aumento da produtividade agrícola e para a redução dos custos de produção, bem como, importante para melhor atender às novas necessidades da organização interna do trabalho, fundamentalmente depois que a mecanização do corte de cana deixou de ser uma possibilidade apenas e remota e passou a ser efetivamente implementada pelas usinas da Região, como foi mostrado no capítulo 2.

A estabilização da demanda de trabalhadores ao nível da entre-safra, decorrente da mecanização do corte, colocou para os sindicatos três novos problemas: 1) o crescimento da importância dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas para a produção modernizada; 2) a importância de se articular com os demais sindicatos representante dos demais trabalhadores da agroindústria; 3) a necessidade de atuar dentro das unidades produtivas, organizando os trabalhadores, por local de trabalho, para lutar por reivindicações específicas, visando homogeneizar as condições de trabalho.

Para enfrentar o primeiro problema, os sindicatos da Região estão não apenas desenvolvendo campanhas para a sindicalização dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas, bem como atuando efetivamente para representá-los. Esta representação

passa por uma etapa básica e indispensável, que é conhecer estes novos trabalhadores incorporados à produção moderna: conhecer suas condições de trabalho, suas espectativas quanto trabalhador e suas reivindicações. Só a partir deste processo é que os tratoristas, operadores de máquinas agrícolas poderão participar da prática sindical.

Na campanha salarial de 1989 os SERs da região apresentaram, pela primeira vez, uma pauta de reivindicações para o conjunto da categoria, englobando demandas específicas dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas. Até recentemente, as reivindicações econômicas e trabalhistas dos tratoristas e operadores de máquinas agrícolas eram desconsideradas pelo MSTR. Os salários pagos a estes trabalhadores eram, na maior parte das vezes, mera extensão do acordo efetuado entre a Federação dos Trabalhadores em Transporte de Carga do Estado de São Paulo com a Federação das Empresas em Transporte de Carga.

Em alguns sindicatos, inclusive, começa a se discutir a organização dos motoristas, dado que estes, algumas vezes, também operam também máquinas agrícolas ou executam trabalhos específicos dos assalariados rurais, tais como: abertura de sulcos ou picação de cana no plantio. As próprias usinas, de acordo com suas necessidades, dispensam a qualificação anterior do trabalhador. Embora, para efeitos legais, os motoristas pertençam a outro sindicato é ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, ou ao Sindicato dos Empregados Rurais, que eles levam as suas reivindicações específicas e é nestes sindicatos que começa a ser discutida a organização desta categoria. Os trabalhadores tendem a buscar as entidades de classe de acordo com a disposição de luta e a confiança no trabalho, do que devido ao enquadramento legal.

Para o enfrentamento da segunda questão, a articulação com o conjunto dos trabalhadores da agroindústria, a proposta dos SER e da FERAESP é fazer esta relação ocorrer através da Central Sindical, a CUT. A deliberação sobre a filiação a uma Central Sindical se deu no 1º Congresso da FERAESP, a partir do seguinte entendimento:

"A FERAESP entende que a CUT, enquanto Central Sindical

classista, de massa e democrática é o espaço adequado para promover a unidade política da classe trabalhadora, através de uma ação sindical unificada, que avance na organização das diferentes categorias de trabalhadores articulando seus interesses específicos com a defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora.

Para enfrentar os grandes grupos econômicos que atuam no campo, através de complexos agroindustriais, a FERAESP entende que a CUT deve ser a instância articuladora das diferentes categorias deste setor. Portanto torna-se imprescindível a filiação da FERAESP à CUT".[2]

Nesta deliberação, ficam esclarecidos dois problemas fundamentais: o primeiro, é que a FERAESP e os SERs consideram básico a ação unitária com o conjunto dos trabalhadores, através da CUT, e não apenas com os demais segmentos de trabalhadores rurais. O segundo é que se entende que a CUT deve ser a instância articuladora com as demais categorias de trabalhadores do complexo agroindustrial e que esta tarefa não cabe à CONTAG.

No primeiro problema posto por esta deliberação do congresso, fica evidenciado o distanciamento dos trabalhadores assalariados rurais das demais categorias de trabalhadores rurais, pequenos produtores, e a sua identificação com o conjunto de trabalhadores, não apenas e não mais fortemente os rurais. Este distanciamento é resultado, como foi posto nos capítulos anteriores, do processo de constituição da identidade dos trabalhadores assalariados rurais, em suas lutas específicas que apontam o controle do processo de trabalho e não a reforma agrária. A própria concepção de reforma agrária, aprovada no Congresso, não reivindica a propriedade da terra, mas o controle do processo de trabalho.

"Os assalariados rurais consideram que a reforma agrária não é um problema exclusivo dos trabalhadores rurais, porque reforma agrária significa reforma das relações de produção no campo, reformar o papel de cada agente social, que é de interesse do conjunto da classe trabalhadora brasileira. Os assalariados rurais, sobretudo nos complexos agroindustriais, axercem as mais variadas funções, desde o plantio, tratos culturais e colheita, até a transformação industrial dos produtos agrícolas. A grande parte dos trabalhadores destes setores vivem nas cidades, exercem funções específicas e dependem do emprego para viver.

Para estes trabalhadores não interessa acabar com os complexos agroindustriais, mas sim, iniciar um processo que os capacite entender todo o processo de produção, tendo em vista exercer

---

2 - FERAESP (1990). Anais do I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Jaboticabal, 07 e 08 de abril de 1990, pag. 15

o seu controle"[3].

Ao filiar-se a CUT, a FERAESP e os SERs puseram em discussão uma problemática de estrutura sindical e de política de articulação com outros trabalhadores que a Central ainda não havia se preparado para enfrentar. A CUT ao fazer a sua estruturação vertical por Departamentos Nacionais, no 2º CONCUT, se preparou para o enfrentamento aos grandes setores econômicos (financeiro; metalúrgico; químico; transportes; educação etc.), para unificar nacionalmente na luta os diferentes sindicatos submetidos ao mesmo patronato. Para o campo, a CUT definiu um departamento, Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), que reproduz, na Central, a estrutura existente na CONTAG, a qual não está direcionada para a articulação com os demais trabalhadores urbanos, mas para a unificação das lutas dos trabalhadores rurais[4].

Em relação à CONTAG, os SER e a FERAESP deliberaram que esta deve ser utilizada apenas como espaço de discussão da estrutura sindical e das formas de organização dos trabalhadores e não como espaço de unificação de lutas, o qual deve se dar na CUT:

"Desde a sua fundação a FERAESP colocou a necessidade do movimento sindical promover discussões sobre a estrutura sindical",...

"A FERAESP, enquanto organização que surgiu a partir do exercício desta liberdade, por entender que o movimento sindical deve repensar sua forma de organização é que propõe a sua filiação à CONTAG a fim de possibilitar o encaminhamento dessas discussões."

Para o enfrentamento da terceira questão, dos novos problemas criados pelo processo de modernização da agricultura, os sindicatos estão respondendo, como foi mostrado, com uma nova configuração da estrutura sindical, organizando os trabalhadores por seções sindicais, por local de trabalho e até por tipo de função executada.

5.3 - A Luta pela Terra

---

3 - idem, pag. 28 e 29

4 - ALVES, Francisco J.C.(1990)."Crise do Modelo Sindical de Trabalhadores Rurais: Uma avaliação". 30 pgs., Cadernos do CEDI, 22, no prelo.

Ao longo deste trabalho, fomos construindo toda uma linha de argumentação, no sentido de demonstrar que os trabalhadores assalariados da agricultura estão construindo, no processo de luta por melhoria de suas condições de vida e trabalho, uma nova identidade quanto trabalhadores rurais e que nesta não há mais a reivindicação pela volta à terra. Neste sentido, surge a seguinte indagação: se a luta pela terra não é mais reivindicada pelos trabalhadores assalariados da agricultura na Região de Ribeirão Preto, como se explica a existência de 4 assentamentos, em terras públicas, na Região? Como se explica a forte participação do movimento sindical da Região, através do STR de Araraquara (depois de 1989 SER), tanto na luta pelo assentamento, quanto nas lutas decorrentes pelo fornecimento da infraestrutura para a sobrevivência dos mesmos assentamentos? Somente a existência destes assentamentos não demonstra a fragilidade da hipótese do trabalho?

O início do processo de luta pelos assentamentos na região e especificamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara está diretamente ligado a três questões que envolvem a conjuntura política e econômica do período: 1º) período de forte desemprego na Região, provocado pela própria crise recessiva da economia brasileira e pala seca; 2º) período de grande concentração de trabalhadores migrantes de outras regiões do país na Região, em função da seca no Vale do Jequitinhonha e no Nordeste como um todo; 3º) início do Governo Montoro, que tinha como meta regularizar a situação fundiária do Estado de São Paulo, promovendo a distribuição ocupação de terras públicas ociosas.

Devido ao desemprego, os STRs da Região iniciaram um trabalho de organização destes desempregados. Neste trabalho, os sindicatos procuravam tornar o espaço sindical aberto a discussão e organização do desempregados. Segundo Élio Neves:

"o sindicato é o espaço de organização de todos os trabalhadores, inclusive dos desempregados, não é pelo fato do trabalhador estar desempregado que ele deixa de ser trabalhador e pertencer ao sindicato, o sindicato deve buscar formas de organizar

estes trabalhadores para lutar contra o desemprego".[5]

O assentamento passou a ser uma luta dos desempregados, organizados pelos sindicatos da Região. Isto é, não era e nunca foi uma luta do conjunto dos trabalhadores assalariados da Região, mas apenas dos desempregados, num período de elevado desemprego, provocado pela seca e pela crise econômica. Participaram destas discussões sobre assentamento e ocupação das terras públicas não apenas assalariados rurais como também outros desempregados de outros setores de atividade (trabalhadores metalúrgicos, têxteis, motoristas etc.). Isto significa que a existência de assentamentos e o fato de alguns sindicatos terem se incorporado nesta luta não significa que esta luta seja dos assalariados rurais.

Nos períodos de crise econômica com elevado desemprego, a questão da organização dos desempregados, de criação de formas alternativas de sobrevivência, enquanto dura a crise, são questões que atingem não apenas os sindicatos de trabalhadores da área rural como também os sindicatos de trabalhadores urbanos. Dentre as formas alternativas de reprodução dos trabalhadores proliferam os pequenos negócios, os camelôs, os vendedores ambulantes e a pequena produção rural. Foram assentados na Região não apenas trabalhadores assalariados rurais, inclusive com participação nas greves, como também trabalhadores urbanos desempregados.

Tiveram participação ativa nesta discussão sobre assentamentos também trabalhadores assalariados rurais, não necessariamente desempregados, recém saídos da terra. Isto é, trabalhadores ainda próximos da forma de reprodução anterior onde o cultivo de lavouras de subsistência, ou da gestão de uma pequena propriedade rural era a forma de reprodução básica da unidade familiar. Na decisão de lutar por assentamento está muito presente, também, a espectativa de recompor uma unidade familiar fragmentada pelas condições de vida e trabalho como assalariados.

Assim, ficam postas duas questões importantes de serem pensadas e analisadas na questão das formas que a luta pela terra assume numa Região de predomínio de trabalhadores assalariados

5 - Élio Neves, entrevista ao autor em dezembro de 1988

Rurais: 1) O assentamento como uma reivindicação de uma parcela dos assalariados rurais recém egressos de uma situação de reprodução baseada na terra e aí é necessário levar em consideração a existência de trabalhadores assalariados rurais com distintas experiências anteriores e trabalhadores assalariados rurais já nesta condição de reprodução há pelo menos três gerações; 2) o assentamento como uma decisão de recomposição do núcleo e da unidade familiar.

Dado estas questões, no nosso entendimento os assentamentos e o envolvimento de alguns poucos sindicatos de assalariados na luta pela terra não significa elegê-la como unificadora da luta dos assalariados rurais. É claro que estas questões têm desdobramentos, mas que escapam da problemática aqui apresentada.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco J. C. (1978). "Fatores do Crescimento das Cidades do Sertão da Paraíba", Tese de Mestrado apresentada à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), UFRJ, mimeo.

ALVES, Francisco J. C. (1988). "A Mecanização do Corte de Cana e o Movimento dos Trabalhadores Assalariados Volantes Na Região de Ribeirão Preto: Algumas Reflexões", Anais do 13º Encontro de Grupos Temáticos do P.I.P.S.A., Volume 3, pag. 1165 a 1182, Rio de Janeiro.

ALVES, Francisco J.C. (1989). "Criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Assalariados Rurais: Uma Necessidade". 14º Encontro dos Grupos Temáticos, PIPSA, Belém.

ALVES, Francisco J.C.(1990)."Crise do Modelo Sindical de Trabalhadores Rurais: Uma avaliação". 30 pgs., Cadernos do CEDI, 22, no prelo.

ALVES, Francisco J.C. e GARCIA, Fernando(1979). "Conflitos de Terra na Paraíba", 29º Congresso da SBPC, Fortaleza, Ceará.

AMARAL, Ana E. P. (1982)" Aspectos do Movimento Sindical da Zona da Mata Sul de Pernambuco, PIPSA, Belo Horizonte.

ANJOS FILHO, Odonio (1985). "O Início da Organização Política dos Bóias-frias da Região de Ribeirão Preto, Jaboticabal, FCAV/UNESP, monografia de graduação, xerox.

ANTUNES, Ricardo (1980). "O que é Sindicalismo", São Paulo, Brasiliense.

ANTUNES, Ricardo e NOGUEIRA, Antonio (1981). "O que são Comissões de Fábrica". São Paulo, Brasiliense.

AZEVEDO, Fernando A. (1984). "Unicidade Sindical e Autonomia no Movimento Sindical Rural", Presença, São Paulo. 2: 79-88.

BACCARIN, J.G. e GEBARA, J.J. (1986). "Guariba e Bebedouro: Marcos na Luta dos Trabalhadores Volantes no Brasil", Reforma

Agrária, Campinas, 15(4): 82-88.

BACCARIN, J.G. e GEBARA, J.J.(1985). "Processo de Intermediação de Mão-de-Obra e a CooPerativa de Bóias Frias", Jaboticabal, FCVA/UNESP (xerox)

BACCARIN, José G. et alli (1982). "Cooperativas de Bóias-Frias: O Caso de Franca. Reforma Agrária, 12 (5): 13-21, Campinas, SP, 1982.

BARDAN, Vilma e BARROS, F.R. de (1986). "Breve Histórico dos Conflitos Trabalhistas no Meio Agrário Paulista, 1870-1985". Informações Econômicas do IEA, São Paulo. Nº 8.

BARREIRA, Cezar (1988). "Conflitos Sociais no Sertão: Trilhas e Atalhos do Poder", FFLCH/USP, Tese de Doutoramento".

BARROS, Fátima R. de (1987). "A Organização Sindical dos Trabalhadores Rurais": Contribuição ao Estudo de Caso de São Paulo entre 1954-1964. São Paulo, IEA (Relatório de Pesquisa).

BASTOS, Elide R. (1984). "As Ligas Camponesas", Petrópolis, Vozes, 144p.

BELIK, Walter.(1984) "Project Agricultural Organization and Performance", PROAGRO, Relatório de Pesquisa número 2. A Pesquisa Agrícola no Setor de Açúcar e Álcool em São Paulo. Instituto de Economia, UNICAMP, versão preliminar.

BERTOLLO, Evandro (1990). "Viabilidade Econômica da Mecanização do Corte de Cana", Relatório Parcial de Iniciação Científica, apresentado ao CNPQ em Junho de 1990, Departamento de Engenharia de Produção, UFSCar.

BOTTA FERRANTE, Vera Lucia (1985). "Bóias Frias em Greve no Estado de São Paulo: A Coletivização dos Espaços de Luta", Anais do 11º Encontro do P.I.P.S.A., 2, 3 e 4 de dezembro de 1985, Botucatu, São Paulo.

BOTTA FERRANTE, Vera Lucia (1979). "Algumas Questões à Respeito das Lideranças Sindicais Rurais do Estado de São Paulo". Araraquara, UNESP, (xerox).

BOTTA FERRANTE, Vera Lucia e MORAES, Maria Aparecida (1989). "Bóia-Fria: Vida Trabalho e Luta", Relatório de Pesquisa, UNESP, Araraquara, São Paulo, mimeo.

BRANDT, Vinícius C. (1980). "Do Colono ao "Bóia-Fria":

Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis, Estudos CEBRAP Nº 19.

CEDI (1985). "Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo", Cadernos do CEDI 14, Dezembro de 1985, São Paulo.

CEDI (1990)."Sindicalismo no Campo, Entrevistas, Avaliação, Perspectivas e Desafios", Cadernos do CEDI Nº20.

CEDI. Revista Tempo e Presença, Revista Mensal do CEDI, Ano 11, Número 243.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

CONTAG. Anais do 3o. Congresso da CONTAG, Brasília, 1979.

COPERSUCAR (1988). "Proálcool: fundamento e Perspectivas-Dezembro de 1988", Edição da COPERSUCAR, Piracicaba.

CRUZ, Dalci e ANDRADE, I. de (1984). "O Despertar do Campo: Aspectos da História das Lutas do Trabalhador Rural no RN, 1950/1983". Rio de Janeiro, PIPSA/UFRRJ. 117p. (xerox).

D'INCAO MELLO, Maria da Conceição (1985). "O Movimento de Guariba e o Papel Acelerador da Crise Econômica", Política e Admnistração, Rio de Janeiro, 1(2):201-222, jul/set.

D'Incao, M.C. (1985). "Bóias-Frias, Desafio para o Sindicato Rural", Lua Nova, São Paulo. 1(4): 73/78 (jan/mar).

D'INCAO, Maria Conceição(1984). "Bóia-Fria, Sangue Quente (II), Folha de São Paulo 02/06/1984.

D'INCAO, Maria da Conceição (1979). "Bóia-Fria: Acumulação e Miséria", 7ªed., Petrópolis.

D'INCAO, Maria da Conceição (1984). "Qual é a Questão do Bóia-Fria", São Paulo, Brasiliense.

DELGADO, Guilherme (1985)- "Capital Financeiro e Agricultur no Brasil", Tese de doutoramento em economia IFCH UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1985.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RUAL (1982). "A Mão-de-Obra Volante na Agricultura", Botucatu, FCA/UNESP - CNPq - Polis.

ESTERCI, Neide (1987). "Conflito no Araguaia. Peões e Posseiros contra as Grandes Empresas", Rio de Janeiro, Editora Vozes.

FAITA, Vidor (1986). "A Indústria da Seca em São Paulo", Reforma Agrária, Campinas. 15(4): 89-92

FASE (1985). "Assalariados Rurais, Novos Desafios". Revista Proposta, Rio de Janeiro nº 26 (jul).

FASE, (1990). "Movimento Sindical dos Assalariados Rurais da Região de Ribeirão Preto (um Enfoque Através das Campanhas Salariais), Equipe FASE Jaboticabal, maio, mimeo.

FASE. (1987)."Bóia-Fria, Sangue Quente. Mobilização e Resistência dos Assalariados Temporários Rurais", Equipe FASE Jaboticabal.

FERAESP (1990). Anais do I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Jaboticabal, 07 e 08 de abril de 1990,

FERREIRA, Rosa M. F. (1983)."A Política e as Políticas das Relações do Trabalho", FFLCH/USP, Tese de doutoramento.

FETAESP - 1º Encontro de Trabalhadores Rurais Volantes, Agudos, SP, 5 a 10 de dezembro de 1983, Relatório dos trabalhos, mimeo

FIGUEIREDO, Wilma (1984). "O Trabalhador Rural e a Modernização da Agricultura", Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, 15(4):12-18 (jul/ago)

FRANCO, Cícero Junqueira. Revista do Álcool, ano 6, no. 36 SOPRAL.

GATI, Elcio (1984). "A Política Agrícola e a Composição da Produção e Utilização de Mão-de-Obra na Agricultura Paulista ma década de 79. São Paulo, IEA, Relatório de Pesquisa.

GEBARA, J.J. e BACCARIN, J. G. (1983). "O Novo Sistema de Corte de Cana por Sete Ruas: Quem Ganha?", Jaboticabal, FCAV/UNESP/DER, Estudos 8.

GONTIJO, Cícero Ivan F. "Financiamento Agrícola - Urgente e Essencial" in Revista do Álcool, ano6, no. 36,SOPRAL, pag. 46.

GOODMAN, D.E.; SORJ, B. e WILKINSON, J. (1985). "Agroindústria, Políticas Públicas E Estruturas Sociais Rurais: Análises Recentes sobre a Agricultura Brasileira", Revista de Economia Política, São Paulo, 5(4): 31-56, out/dez.

GRAZIANO DA SILVA, José (1980). "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista", Tese de Doutoramento do Departamento de Economia e Planejamento Econômico do IFCH da UNICAMP, Campinas, 1980, pag. 90 a 109.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1982). "A Modernização Dolorosa: Estrutura

Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil", Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GRAZIANO DA SILVA, José (1980). "O que é Questão Agrária?", São Paulo Brasiliense, Primeiros Passos.

GRAZIANO DA SILVA, José (1985)."A Relação do Setor Público-Privado na Geração de Tecnologia Agrícola no Brasil" in Cadernos de Difusão de Tecnologia,EMBRAPA, Brasília, V.2, n. 2,pag. 185 a 232.

GRAZIANO DA SILVA, José (1986). "Canavieiros: O acordo Possível",Reforma Agrária, Campinas, 15(2): 73-85.

GRAZIANO DA SILVA, José (1987). "Mas, qual Reforma Agrária? Reforma Agrária, Campinas, 17(1):11-69 (abr/jul).

GRAZIANO DA SILVA, José (1989). "Sindicalismo, Tecnologia e Emprego: As Lutas dos Canavieiros em São Paulo", IE/UNICAMP, versão preliminar, mimeo.

GRAZIANO DA SILVA, José (org.) (1978). "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira". São Paulo, Hucitec.

GRAZIANO DA SIVA, José (1986). "Porque Só o Metro é de Confiança", Jornal Realidade Rural, FETAESP, Edição Especial sobre a Greve de 1986, Agosto de 1986, São Paulo.

GRZYBOWSKI, Cândido (1984). "A resistência no Campo", Cadernos do CEAS, Salvador, (94):37-45, nov/dez.

GRZYBOWSKI, Cândido (1987)."Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo", Petrópolis, Vozes, FASE.

GRZYBOWSKI, Cândido et alii (1981). "Trabalho Rural e Profissionalização: Estudo das Práticas e Representações dos Trabalhadores da Produção Canavieira de Campos - RJ", Rio de Janeiro, FGV (xerox).

GRZYBOWSKI, Cândido.(1989), "Questão Agrária, Estado e Democracia" entrevista a Leonilde Sérvulo Medeiros e Mariana Pantoja Franco, publicada em Tempo e Presença, Publicação do CEDI, número 243, ano 11, pag. 17 a 20.

GUEDES PINTO, Luzia (1978). "CONTAG: Uma Organização Contraditória:, Brasília, UNB, (dissertação de Mestrado).

IANNI, Octávio (1984). "Origens Agrárias do Estado Brasileiro",

São Paulo, Brasiliense.

KAGEYAMA, Ângela (1985). "Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - Uma Análise Regional", Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, mimeo.

KAGEYAMA, Ângela e GRAZIANO DA SILVA, José (1983). "Produtividade e Emprego na Agricultura Brasileira", in BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, R. , "Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaios sobre a Crise" nº 2, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, pg221.

KAGEYAMA, Ângela e GRAZIANO DA SILVA, José (1987). "Dinâmica da Agricultura Brasileira: dos Complexos Rurais aos Complexos Agroindustriais", UNICAMP, mimeo, pag. 15 a 25.

KAGEYAMA, Ângela et alli (1987) - "O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais", UNICAMP, mimeo.

LENIN, Vladimir I. (1973). "El Desarrollo del Capitalismo en Rusia", Buenos Aires, Estudio.

MARQUES, Samira Aoun et alli (1987). "Composição de Gastos da Agricultura Paulista, 1980/81", in Agricultura em São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, SAA, Ano XXIV - Tomos I e II.

MARTINE George.(1989) "Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira", Projet BRA/87/006-OIT/PNUD/IPLAN, mimeo, pag 5 a 13.

MARX, Karl (1971). "O Capital", Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MARX, Karl (1974)."El Capital" (Libro I, cap. VI, inédito), Buenos Aires, Siglo XXI, 3ª ed.

MARX, Karl (1980). "Capital y Tecnologia", manuscritos de 1861-1863 al cuidado de Piero Bolchini, Terra Nova, México, 1980.

MEDEIROS, Leonilde S. (1981). "Movimento Camponês e Reforma Agrária", Revista de Cultura Política, Rio de Janeiro, (4):31-39.

MEDEIROS, Leonilde S. (1982). "A Questão da Reforma Agrária no Brasil, 1955-1964", São Paulo, FFLCH/USP, (dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, Leonilde S. (1989). "Sindicalismo no Campo (entrevistas): Avaliação, Perspectivas e Desafios",

organizadora, Cadernos do CEDI nº 20.

MEDEIROS, Leonilde S. e SORIANO, J. (1984). "Reflexões sobre o Sindicalismo Rural Brasileiro: a CONTAG. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, (xerox).

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. "Histórico da CONTAG", Texto para discussão no grupo de Assessoria Sindical Rural do CEDI, Rio de Janeiro, 1988. mimeo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (1986). "Construindo o Caminho", São Paulo, Secretaria Nacional.

NEVES, Delma P. (1984). "Por Trás dos Verdes Canaviais, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, tese de Doutoramento.

NOVAES, José Roberto (1987). "Primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária: e o Sonho, Acabou?" - in Cadernos do CEAS Nº 109 -maio/junho.

NOVAES, José Roberto (1990)."Agricultura Brasileira: Dinâmica Capitalista e Transformações Atuais", in Forma e Conteúdo, Revista da Secretaria Nacional de Formação da CUT, Nº 3(1-10).

NOVAES, José Roberto P. (1989). "Cana de Açúcar e Estado: Novos Elementos de uma Velha Amizade", in Tempo e Presença, No. 243, ano 11, Revista Mensal do CEDI, pag 22.

NOVAES, Regina C. R. (1988). "De Corpo e Alma: Catolicismo; Classes Sociais e Conflitos no Campo na Paraíba". Tese de doutoramento, FFLCH/USP, xerox, 373p.

NOVAES, Regina R, (1985). "A Questão Agrária e o Papel da Igreja Na Paraíba", in PAIVA, Vanilda. "Igreja e Questão Agrária", São Paulo, Ed. Loyola.

OLIVEIRA, Francisco (1987). "O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe", São Paulo, Editora Brasiliense, pg 8.

OTANI, J.J. e YOSHIL, R.J. (1983). "Implicassões Sócio-econômicas do Sistema de Colheita de Cana-de-açúcar, de Cinco para Sete Ruas", Informações Econômicas do IEA/SAA, São Paulo, 13(9):25-28.

PAIVA, Vanilda (1985) (Org.). "Igreja e Questão Agrária", São Paulo, Edições Loyola.

PALMEIRA, Moacir (1985). "A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e diferenciaçõ do Campesinato", in "Igreja e Questão

Agrária", Vanilda Paiva (org.), São Paulo, Edições Loyola.

PANCOTTI, José A. (1986). "Convenção Coletiva de 1985 para o setor Canavieiro", Reforma Agrária, Campinas 15(4): 68-69.

PERANI, Cláudio (1984). "A Greve dos Bóias-frias em São Paulo", Caderno do CEAS, Salvador (93): 17-23, set/out.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (1984). "Os Bóias-Frias, seus Direitos e a Democracia", Folha de São Paulo, 22/05/1984.

PINTO, Luis Carlos Guedes e GRAZIANO DA SILVA, José (1988). "Questão Agrária, População e Emprego: Lições da Experiência Brasileira", Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, mimeo.

POSSAS, Mario L. (1985). "Estruturas de Mercado em Oligipólio", Hucitec, São Paulo.

Revista Quatro Rodas, abril de 1982, Editora Quatro Rodas, Teste dos Carros Fiat 147 à álcool e à gasolina.

SADER, Eder (1988), "Quando Novos Personagens Entram em Cena Experiências elutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980", Editora Paz e Terra, São Paulo.

SANTOS FILHO, José dos Reis (1985). "Movimento Sindical Rural: O Resgate de uma Tradição", Anais do 11ºEncontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, 2,3 e 4 de dezembro de 1985, Botucatu, São Paulo.

SGRECIA, Alexandre (1979). "O Assalariado da Cana: A Resistência do trabalhador Fichado à Dominação do Capital, PIPSA, Recife.

SIGAUD, Lygia (1980). "Greve nos Engenhos", Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

SIGAUD, Lygia (1981). "Congressos Camponeses (1953-1964)", in Reforma Agrária, revista da ABRA. Campinas, SP, nov/dez 1981.

SIGAUD, Lygia (1986). "A Luta de Classes em Dois Atos: Notas sobre um Ciclo de Greves Camponesas", Anais do 11º Encontro do PIPSA, Botucatu, pp. 520-567.

SILVA, J. Francisco da (1978). "Atuação dos Sindicatos Junto aos Trabalhadores Rurais", in Anais da IV Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA/UNESP, pp 11-18.

SILVA, Sergio (1976). "Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil". São Paulo, Alfa Omega.

SOPRAL, Revista do Álcool, maio e abril de 1987, ano 6 no. 36.

SOUZA, Paulo R. (1980). "Emprego Salários e Pobreza", São Paulo, Hucitec-FECAMP.

SZMRECSÁNYI, Támas,(1986) (coordenador) ."O mercado de Álcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo: Estudo das Políticas de Preços e de Incentivos, SICCT, Governo do Estado de São Paulo, mimeo.

SZMRECSÁNYI, Támas. (1979) " O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)", Hucitec-UNICAMP, Série Economia e Planejamento, São Paulo.

TAVARES, Maria da Conceição (1986). "Acumulação de Capital e Industrialização do Brasil", 2ª edição, Campinas: Editora da UNICAMP, pag.117.

THOMAZ JUNIOR, Antonio (1988). "A Territorialização do Monopólio: As Agro-indústrias Canavieiras em Jaboticabal", Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. da USP, xerox.

VICENTE, Maria Carlota Meloni e BAPTISTELA, Celma da Silva (1987). "trabalho Volante na Agricultura Paulista, 1975 a 1986", Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Relatório de Pesquisa 16/87, pag. 8 e segintes.

VILLARINHO, Carlyle Ramos de O..(1984) "um Estudo das Mudanças na Estrutura Agrária em Municípios "Monocultores" de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo. 1970/1980". Relatório de pesquisa de Iniciação Científica. Instituto de Economia, UNICAMP.

ANEXO 1

O objetivo deste anexo é, além da divulgação das pautas de reivindicações dos trabalhadores assalariados da cana e dos acordos coletivos de trabalho conquistados, mostrar o processo evolutivo de tais pautas. Não basta para a análise que empreendemos ao longo do trabalho fazer um balanço das lutas, do ponto de vista do seu saldo positivo ou negativo, mas fundamentalmente mostrar que é nas lutas que os trabalhadores assalariados constituem a sua identidade como trabalhadores e neste processo as suas reivindicações se modificam e ganham novos contornos. Algumas reivindicações desaparecem, ao passo que mesmo as que não são atendidas permanecem e passam a ser reivindicadas com mais força, ao mesmo tempo em que outras permanecem apenas formalmente na pauta, não são objeto de luta.

Desde já é importante deixar claro que quando empreendíamos este trabalho de análise das pautas de reivindicações, descobrimos que a Equipe da FASE Jaboticabal havia concluído um trabalho; "Movimento Sindical dos Assalariados Rurais da Região de Ribeirão Preto: Um enfoque através das Campanhas Salariais", no mesmo sentido. Dessa forma, este anexo é baseado neste trabalho da Equipe da FASE Jaboticabal, agradeço portanto, ao Moacyr Botelho; ao Luis da Silva; ao Vítor Kameyama; ao Marcos Peruzza; ao Raimundo Nonato e a Vitória.

CAMPANHA SALARIAL DA CANA - 1984

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES-	ACORDO CONQUISTADO-	COMENTÁRIOS
- Esta pauta, embora importante, perdeu-se e não conseguimos obter uma cópia. Dentre as principais reivindicações tem-se: -Volta ao sistema de 5 ruas - pagamento por metro - fornecimento de fer-	- Cláusulas Econômicas - preços em maio Cana de 18 meses: Cr$1.500,00/ton., totalizando Cr$2.100,00 c/ o descanço semanal remunerado (Cr$240,00)e parcela das férias,13º e indenização do término da safra.	- Embora as conquistas econômicas não tenham sido despresíveis em 1984, evidenciaram a importância da luta pelo pagamento por metro e não por tonelada. O pagamento por metro torna-se na principal reivindicação da pauta de

ramentas e EPIs - carteira assinada - contrato direto sem intemediação dos gatos - pagamento dos dias em que não houver cana para cortar ou falta de transporte, pela média de produção da semana - contrato de trabalho o ano inteiro e não apenas na safra - pagamento integral dos salários em caso de acidente e em caso de doença - condução gratuita e com segurança	Outros cortes: Cr$1.430,00/ton - medição em compasso fixo de 2m c/ ponta de ferro; - conversão de tonelada em metro; - comprovante diário de produção; - folha de pagamento c/ especificação da produção, preços e descontos; - proibição de dedução no pagamento para pagamento do 13º e indenização de fim de safra; - pagamento do 13º, das parcelas de férias ao término da safra; 2- Cláusulas Sociais - corte em 5 ruas - registro em carteira - garantia dos direitos trabalhistas nas rescisões sem justa causa - pagamento pela média da produção da semana nas faltas devido à chuva ou outros fatores - fornecimento gratuito dos instrumentos de trabalho - pagamento de salário por 30 dias em caso de doença - pagamento ao acidentado da diferença entre o salário médio e o previdenciário 3. Cláusulas sobre Saúde - fornecimento gratuito de equipamentos de proteção individual - condução gratuita com toldo, bancos fixos, guardas altas e grades de proteção - transporte de ferramentas separadas dos trabalhadores - caixa de primeiros socorros nos locais de trabalho	1985 - principal reivindicação e principal conquista da greve de 1984 - O contrato em carteira será o reconhecimento dos assalariados como trabalhadores, com direitos iguais aos urbanos e o fim dos gatos.

- cabines para necessidades fisiológicas

ENTRE-SAFRA DE 1985

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	ACORDO CONQUISTADO	COMENTÁRIOS
- Diária Mínima: Cr$20.000,00; - Estabilidade no emprego - Imediata contratação de todos os desempregados que trabalharam durante a safra	- Diária de Cr$12 mil - As Federações signatárias (FETAESP e FAESP) conclamam as autoridades estaduais e municipais acontribuírem para a redução do desemprego. Absorção da mão-de-obra disponível principalmente na entre-safra em frentes de trabalho.	-igual ao INPC entrec set-jan de 1985; - Este acordo foi uma Carta de Intenções, que descomprometeu os patrões com o desemprego e jogou o ônus para o Estado e Prefeituras. Além disto,explicitou que o desemprego não é problema dos capitalistas.. - Governo Montoro aceita o encargo e solta algumas verbas para municípios críticos e inicia sua política de assentamentos em terras públicas.
- pagamento dos dias parados durante a greve	- Não aceito	- os patrões não queriam se comprometer c/ as greves. Os trabalhadores estavam mais preocupados c/ o desemprego e esta foi uma greve de desempregados.
- atendimento médico gratuito nas próprias usinas, fazendas e nas cidades onde residem os trabalhadores rurais.	- A FAESP compromete-se a diligenciar aos seus filiados no sentido de obter o aprimoramento do atendimento médico-hospitalar a todos os trabalhadores rurais preservando o local mais adequado de atendimento, de acordo com as partes.	- Não houve comprometimento dos patrões, apenas a intensão de "diligenciar".
- Igualdade salarial para as mulheres	-Pela FAESP, pelos sindicatos patronais e pelos empregadores será dada atenção ao cumprimento dos dispositivos legais que impõem equiparação salarial entre mulheres e homens.	- Há a lei,mas os patrões, após uma greve não se propõem a cumpri-la, apenas "será dada atenção ao cumprimento".

- Garantia de emprego aos maiores de 50 anos	-Será evitada qualquer discriminação em razão de idade, oferecendo-se igual oportunidade de trabalho a mulheres e homens com mais de 50 anos, desde que não aposentados.	- Mais uma vez, não há compromisso dos patrões, apenas as discriminações serão evitadas.

CAMPANHA SALARIAL DA CANA 1985

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	ACORDO CONQUISTADO	OBSERVAÇÕES
1- Cláusulas Econômicas	1- Cláusulas Econômicas	
- Data Base: início da safra	- Data Base 1o de maio	- Já conquistado em Guariba em 1984
- Diária Cr$50.000,00	- Diária Mínima: Usinas e destilarias Cr$18.000,00 Fornecedores Cr$16.825,00	- As cláusulas econômicas ficaram muito abaixo do reivindicado. Os patrões deram o INPC +8%. O impasse ocorreu no pagamento por metro, onde não houve acordo. Os trabalhadores reduziram sua proposta p/ conquistar o pagto p/ metro, mesmo assim não houve acordo. Porém os patrões concordaram em fazer a conversão de Ton. p/ metro, o que é um grande avanço em relação ao talhão fechado.
- Cana em metro	- Cana em tonelada convertida em metro p/ amostragem	
18 meses:Cr$1.600,00	- 18 meses Cr$5.200/T	
12 meses: deitada:Cr$800,00 em pé: Cr$600,00		
2o corte: deitada:Cr$1.000,00 em pé: Cr$800,00		
outros cortes: deitada:Cr$800,00 em pé:Cr$600,00	- Outros cortes Cr$4.960,00 /Ton.	
- Reajuste trimestral c/ INPC completo	- Usinas e destil.: antecipação do reajuste semestral de 1o de novembro p/ 1o de agost.	- Antecipa e depois descontam em novembro. Grande vitória política dos fornecedores e produtores rurais, que ficaram desobrigados da antecipação.
- Medição em compasso fixo de 2m. c/ ponta de ferro.	- Concedido	- É uma vitória parcial, sem pagato p/metro, os trabalhadores só podem controlar a medição e não o pagto decorrente da medição.
- Comprovante diário de produção	- Concedido	- Não cumprido e pouco cobrado pelos Sind.
- Pagato durante a jornada.	- Concedido	
- Folha de pagato dis-	- Concedido	- Não é cobrado e não tem

criminada: prod., preços e descontos.		correspondência c/ o real mente produzido. Os tra-lhadores reclamam de divergências entre o que eles produzem e são pagos. Há reclamações de favorecimentos.
2. Cláusulas Sociais - Corte em 5 ruas: c/ cana esteirada, facultando corte de ponteiros no chão. - Contrato direto sem intermediação do gato	2. Cláusulas Sociais - Corte em 5 ruas: c/ cana despontada, amontoada ou esteirada segundo uso da Região - Evitar- se-á a contratação por intermediário de mão-de-obra, salvo empresas de trabalho temporário.	2. Cláusulas Sociais - Já havia sido conquistado em 1984, porém os patrões querem aumentar a intensidade do trabalho. - Os patrões não se comprometeram com o fim dos gatos, principalmente das empresas de contratação de m-o (gatões). Várias usinas da Região constituiram tais empresas. Foi uma vitória para a FAESP.
-	- Pesagem da amostragem da cana cortada na presença do interessado, sem ônus para o empregador	- Conquista falaciosa, porque os trabalhadores não po dem acompanhar a pesagem, porque se fazem não cortam e se não cortam não ganham.
- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento do salário integral - Fornecimento gratuito de instrumentos de traba-	- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento pela diária mínima - Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	- Conquista parcial, mas im portante, dado que antes, n havendo trabalho não havia gamento algum. - Os patrões quando fornece equipamento fornecem em qua dade insuficiente e de péss qualidade. Como o trabalhad corte recebe por produção, pende também da qualidade d dão, como o trabalhador que tar grande quantidade ele p rè comprar o seu próprio po lima.
- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	- Grande conquista para os catos, pois os atestados ac são fornecidos pelos médicos dos sindicatos
- Pagamento do salário durante período de doença	- Pagamento do salário até 30 dias em caso de doença	- Grande conquista
- Pagamento ao acidentado da diferença entre a remuneração devida e o previdenciário durante inatividade	- Pagamento ao acidentado da diferença entre a remuneração devida e o previdenciário até 60 dias	
- Estabilidade do aciden-	- Estabilidade do acidenta-	- Este ítem tem sido objet

tado quando resultar diminuição da capacidade laborativa	do até 60 dias após retorno ao trabalho	pendências judiciais, prin mente dos acidentados nos nhões de transporte.
- Gestante: 120 dias de licença - estabilidade de 60 dias após término da licença	- Gestante: estabilidade de 60 dias após término da licença legal	- Preferência à homens ou mulheres com atestado de. esterilidade.
- Direito à contratação sem limite de idade	- Igual oportunidade para homens e mulheres acima de 50 anos	- Sem efeito prático, dado ficuldade de cobrança.
- Multa de um salário mínimo por cláusula infringida por empregado em favor da parte prejudicada	- Multa de 10% do salário de referência por infração por empregado em favor da parte prejudicada	
- Contrato de 12 meses	- Não concedido	- Os patrões não abrem mão contrato de safrista.
- Não uso de colheitadeira	- Não concedido	- É também uma reivindicaç que avança na direção do c trole do processo de traba
- Salário família para filhos até 16 anos: 10% do salário	- Não concedido - Não concedido	
- Mulher menstruada: três dias de licença remunerada	- Não concedido	
3. Cláusulas sobre saúde	3. Cláusulas sobre saúde	
- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	
- Caixa de medicamentos para primeiros socorros nos locais de trabalho	- Caixa de medicamentos para primeiros socorros nos locais de trabalho	
- Construção de abrigos contra intempéries, com com sanitários e água potável	- Fornecimento de sanitários, água potável e abrigo contra intempéries (que pode ser a própria condução)	
- Condução gratuita satisfazendo condições técnicas de segurança (ônibus)	- Condução gratuita em condições de segurança e comodidade	- Esta conquista resultou nos caminhões adaptados ao transporte de pessoas: com bertura de madeira ou alumínio; bancos fixos etc., mas que são muito inferiores aos ônibus.
- Proibição do transporte de ferramentas no mesmo veículo	- Facultado transporte de ferramentas em compartimento separado	
- Não uso de herbicidas		- Outra cláusula que aponta para o controle do processo de trabalho.

4. Cláusulas sindicais	4. Cláusulas sindicais
- Desconto assistencial de Cr$ 5.000,00	- Desconto assistencial de Cr$ 5.000,00
- Estabilidade dos trabalhadores nas comissões de negociação	- Não concedido
- Homologação no sindicato de rescisões com menos de um ano de trabalho	- Não concedido
- Entrega mensal ao sindicato das listas de admissões e demissões	- Não concedido

CAMPANHA SALARIAL DA CANA 1987

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	ACORDO CONQUISTADO	OBSERVAÇÕES
1. Cláusulas econômicas	1. Cláusulas econômicas	
- Data-base: 1o. Maio	- Data-base: 1o. Maio	- Na greve de 1987 a reivindicação básica foi o pagamento por metro, mas não foi conquistado. Os patrões insistiram na conversão da tonelada em metro por amostragem.
- Diária mínima: Cz$ 200,00	- Diária mínima: Cz$ 117,36	
- Cana de 18 meses: Cz$ 6,00/metro	- Cana de 18 meses: Cz$ 29,59/tonelada	
Outros cortes: cana deitada: Cz$ 5,00/metro; cana em pé: Cz$ 4,00/metro	- Outros cortes: Cz$ 28,23/tonelada	
- Reajuste segundo legislação	- Reajuste em 1o. de julho: gatilho de 20%	
- Corte de cana palha só para plantio com acréscimo de 100%	- Não concedido	
- Cana suja (colonião, etc): corte com acréscimo de 100%	- Não concedido	
- Medição com compasso fixo de 2m	- Medição com compasso fixo de 2m	
	- Conversão de tonelada em metro	
- Bituqueiro: catador de de cana: pagamento pela diária	- Bituqueiro: pagamento pela diária com acréscimo de 20%	
- Comprovante diário de produção	- Comprovante diário de produção	
- Pagamento durante jorna de trabalho (até 2o. dia)	- Pagamento durante jornada de trabalho (até 5o. dia)	
- Hora extra: acréscimo de 100%	- Hora extra: acréscimo de 30% nas duas primeiras e de 75% nas outras	

- Folha de pagamento especificando produção, preço e descontos	- Folha de pagamento especificando produção, preço e descontos	
2. Cláusulas sociais	2. Cláusulas sociais	
- Corte de 5 ruas: cana esteirada, facultado o corte de ponteiros no chão	- Corte de 5 ruas: cana despontada, amontoada ou esteirada segundo uso da região	- o corte de ponteiros no chão permite maior produção, porém aumenta a quantidade de sujeira na cana. Isto não é admitido pelos patrões, o que provoca inúmeras punições: suspensões; descontos e demissões.
- Corte de 4 ruas nas margens de carreadores, curvas de nível e aceros	- Não concedido	- Outra reivindicação que aponta para o controle do proc. de trabalho.
	- Pesagem da amostragem da cana cortada na presença do interessado, sem ônus para o empregador	
- 2 horas rodoviária com acréscimo de 100%	- Uma hora rodoviária com acréscimo de 30%	- A conquista de 1 hora de transporte teve grande repercussão, porque significou o reconhecimento do percurso como tempo de trabalho, o que abriu caminho para inúmeras conquistas na justiça.
- Exclusão do intermediário de mão-de-obra	- Evitar-se-á contratação por intermediário de mão-de-obra, salvo empresas de trabalho temporário	
- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento do salário integral	- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento pela diária mínima	
- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	
- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	
- Pagamento do salário durante período de doença	- Pagamento do salário até 30 dias em caso de doença	
- Pagamento ao acidentado da diferença entre a remuneração devida e o previdenciário	- Pagamento ao acidentado da diferença entre a remuneração devida e o previdenciário até 60 dias	
- 40 horas semanais: sábado livre	- Não concedido	
- Estabilidade do acidentado quando resultar di-	- Estabilidade do acidentado de 60 dias após re-	

minuição da capacidade laborativa	torno ao trabalho	
- Gestante: licença de 8 semanas antes e 8 semanas depois do parto: estabilidade de 120 dias após término da licença	- Gestante: estabilidade de 60 dias após término da	
- Direito à contratação sem limite de idade	- Igual oportunidade para homens e mulheres acima de 50 anos	
- Multa de um salário mínimo por cláusula infringida por empregado em favor da parte prejudicada	- Multa de 10% do valor de referência por infração por empregado em favor da parte prejudicada	
- Obrigação de contratação de pessoal de safra anterior	- Preferência à contratação de pessoal da safra anterior	
- Contrato de 12 meses	- Não concedido	
- Não uso de colheitadeira	- Não concedido	
- Salário família para filhos até 16 anos: 10% do salário mínimo	- Não concedido	
- Salário do menor igual ao do adulto	- Não concedido	
- Morte do trabalhador: pagamento da remuneração devida e outras obrigações trabalhistas, garantindo a renda familiar	- Não concedido	
- Cessão de área para plantio de subsistência	- Não concedido	- Esta reivindicação embora conste da pauta, desde 1986, não é objeto de discussão entre os trabalhadores, entra na pauta por acordo de lideranças, por constar pauta de reivindicações canavieiros do NE.
- Estabilidade do trabalhador em idade de serviço militar	- Não concedido	
- Seguro de vida sem ônus para o trabalhador	- Não concedido	
- Convênio ou criação de creche	- Não concedido	
- Não desconto quando há fornecimento de habitação, medicamentos e alimentação	- Não concedido	
- Direito à percepção de férias e indenização nos pedidos de demissão com menos de um ano	- Não concedido	

3. Cláusulas sobre saúde	3. Cláusulas sobre saúde
- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção
- Caixa de medicamentos para primeiros socorros nos locais de trabalho	- Caixa de medicamentos para primeiros socorros nos locais de trabalho
- Construção de abrigo contra intempéries, com sanitários e água potável	- Fornecimento de sanitários, água potável e abrigo contra intempéries (que pode ser a própria condução)
- Condução gratuita satisfazendo condições técnicas e de segurança	- Condução gratuita em condições de segurança e comodidade
- Proibição do transporte de ferramentas no mesmo veículo	- Faculdade de transporte de ferramentas em compartimento separado
- Não uso de herbicidas	- Não concedido
- Condução no local de trabalho para socorro imediato do acidentado e doente	- Condução para socorro imediato ao acidentado
- Taxa de insalubridade no grau máximo	- Não concedido
4. Cláusulas sindicais	4. Cláusulas sindicais
- Desconto assistencial de uma diária	- Desconto assistencial de uma diária
- Estabilidade dos trabalhadores participantes das comissões de negociação	- Não concedido
- Acesso da diretoria, representantes dos trabalhadores ou pessoas credenciadas ao local de trabalho para garantir cumprimento, com estabilidade	- Não concedido
- Homologação no sindicato das rescisões com menos de um ano de trabalho	- Não concedido
- Ao menos duas vezes ao ano, cessão de local e meios para sindicalização nos locais de trabalho	- Não concedido

CAMPANHA SALARIAL DA CANA 1988

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	ACORDO CONQUISTADO	OBSERVAÇÕES
1. Cláusulas econômicas	1. Cláusulas econômicas	
- Data-base: 1o. maio	- Data-base: 1o. maio	
- Diária mínima: Cz$ 1.200,00	- Diária mínima: Cz$ 610,32	
- Cana de 18 meses: Cz$ 36,00/metro	- Cana de 18 meses: Cz$ 150,89/tonelada	
- Outros cortes: cana deitada - Cz$ 30,00/metro cana em pé - Cz$ 24,00/metro	- Outros cortes: Cz$ 144,23/tonelada	
- Cana extra: Cz$ 60,00/metro	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Reajuste mensal pela OTN	- URP em junho	
- Corte de cana palha só para plantio com acréscimo de 100%	- Cana queimada para moagem	
- Medição com compasso fixo de 2m	- Medição com compasso fixo de 2m	
-	- Conversão de tonelada em metros	
- Bituqueira: pagamento pela diária com acréscimo de 100%	- Bituqueira: pagamento pela diária com acréscimo de 20%	
- Comprovante diário de produção	- Comprovante diário de produção	
- Pagamento durante jornada de trabalho (até 3o. dia)	- Pagamento durante jornada de trabalho (até 5o. dia)	
- Hora-extra:acréscimo de 100%	- Hora-extra: acréscimo de 30% nas duas primeiras e de 75% nas outras	
- Folha de pagamento especificando produção, preços e descontos	- Folha de pagamento especificando produção, precos e descontos	
- Plantio de cana pela diária, com acréscimo de 100%: para os que jogam e os que picam cana no sulco	- Não concedido	- Primeira vez que é apresentada uma reivindicação para a etapa do plantio, até 1988 as reivindicações priorizavam a colheita.
2. Cláusulas sociais	2. Cláusulas sociais	
- Corte de 5 ruas: cana esteirada, facultado o corte de ponteiros no chão	- Corte de 5 ruas: cana despontada, amontoada ou esteirada segundo uso da região	
- Corte de 4 ruas nas margens de carreadores, curvas de nível e aceros	- Não concedido	

-	- Pesagem da amostragem da cana cortada na presença do interessado, sem ônus para o empregador
- 3 horas rodoviárias com acréscimo de 100%	- Uma hora rodoviária com acréscimo de 30%
- Exclusão de intermediário de mão-de-obra	- Evitar-se-á contratação por intermediário de mão-de-obra, salvo empresas de trabalho temporário
- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento do salário integral	- Falta de trabalho devido a chuvas ou outros fatores: pagamento pela diária mínima
- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho
- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	- Aceitação de atestados médicos e odontológicos
- Pagamento do salário durante período de doença	- Pagamento do salário até 30 dias em caso de doença
- Pagamento ao acidentado da diferença entre a remuneração devida e o previdenciário	- Pagamento ao acidentado da diferença entre a remuneração devida e o previdenciário
- Estabilidade do acidentado quando resultar diminuição da capacidade laborativa	- Estabilidade do acidentado de 60 dias após retorno ao trabalho
- Gestante: licença de 60 dias antes e 60 dias depois do parto: estabilidade de 120 dias após término da licença	- Gestante: estabilidade de 60 dias após término da licença legal
- Não discriminação de idade ou sexo	- Igual oportunidade para homens e mulheres
- Multa de um salário mínimo de referência por cláusula infringida por por empregado em favor da parte prejudicada	- Multa de 10% do valor de referência por infração por empregado em favor da parte prejudicada
- Obrigação de contratação de pessoal da safra anterior	- Preferência à contratação de pessoal da safra anterior
-	- Empregado admitido na função de outro despedido sem justa causa: salário igual
- Contrato de 12 meses	- Não concedido
- Não uso de colheitadeira	- Não concedido
- Salário família para filhos até 16 anos: 5% do	- Não concedido

salário		
- Salário do menor igual ao do adulto	- Não concedido	
- Morte do empregado: pagamento da indenização, remuneração devida e outras obrigações trabalhistas, garantindo renda familiar	- Morte do empregado: pagamento aos dependentes de uma só vez 3 salários normativos	
- Cessão de área para plantio de subsistência	- Não concedido	
- Estabilidade do trabalhador em idade de serviço militar	- Não concedido	
- Seguro de vida sem ônus para o trabalhador	- Não concedido	
- Convênio ou criação de creche	- Não concedido	
- Não desconto quando há fornecimento de habitação, medicamentos e alimentação	- Não concedido	
- Direito à percepção de férias e indenização nos pedidos de demissão com menos de um ano	- Não concedido	
- Transporte de mudas para plantio em carretas ou veículo apropriado (não o caminhão)	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Contratação de um substituto para a turma que joga cana e outro para a turma que pica cana no sulco no plantio	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Multa de 10% por dia de atraso sobre o pagamento das verbas rescisórias	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Pagamento de férias com acréscimo de 50%	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Nas dispensas, pagamento de um terço a mais nas verbas rescisórias	- Não concedido	- item de pauta novo.
- demissão após completados seis meses de trabalho: pagamento dos direitos trabalhistas de um ano	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Cadastramento no PIS e entrega da RAIS na CEF no prazo da lei sob pena de multa de um salário mínimo	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Estabilidade após 8	- Não concedido	- item de pauta novo.

anos de trabalho efetivo com mesmo empregador		
- Aviso prévio de 30 ou 45 dias quando houver dispensa sem justa causa	- Não concedido	- item de pauta novo.
- 40 horas semanais: sábado livre	- Não concedido	
3. Cláusulas sobre saúde	3. Cláusulas sobre saúde	
- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	
- Fornecimento de medicação para primeiros socorros nos locais de trabalho	- Caixa de mediamentos e materiais de primeiros socorros nos locais de trabalho	
- Construção de abrigo contra intempéries com sanitários e água potável	- Fornecimento de sanitários, água potável e abrigo contra intempéries (que pode ser o próprio veículo condutor)	
- Condução gratuita em ônibus: motorista com experiência de 2 anos no transporte de pessoas com anotação no CTPS	- Condução gratuita em veículo em condições de segurança e comodidade	
- Proibição do transporte de ferramentas no mesmo veículo	- Facultado transporde de ferramentas em compartimento separado	
- Ambulância de socorro imediato do acidentado no local de trabalho	- Condução para socorro imediato do acidentado no local de trabalho	
- Ambulância para prestação de assistência	- Não concedido	
- Não uso de herbicida	- Não concedido	
- Taxa de insalubridade no grau máximo	- Não concedido	
- Convênio médico e com farmácia nos locais de moradia, sem ônus para o trabalhador	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Fiscalização e vigilância sanitárias nos locais de trabalho	- Não concedido	- item de pauta novo.
4. Cláusulas sindicais	4. Cláusulas sindicais	
- Desconto assistencial de uma diária	- Desconto assistencial de uma diária	
- Estabilidade dos trabalhadores nas comissões de negociação e outras comissões sindicais	- Não concedido	
- Acesso da diretoria, representantes dos traba-	- Não concedido	

lhadores ou pessoas credenciadas ao local de trabalho para garantir cumprimento, com estabilidade		
- Homologação no sindicato das rescisões com menos de um ano de trabalho	- Não concedido	
- Cessão de local e meios para sindicalização nos meios de trabalho		
- Anotação da contribuição sindical na CTPS	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Acompanhamento de dirigente sindical na fiscalização e vigilância sanitária	- Não concedido	- item de pauta novo.

CAMPANHA SALARIAL DA CANA 1989

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	ACORDO CONQUISTADO	OBSERVAÇÕES
1. Cláusulas econômicas	1. Cláusulas econômicas	
- Data-base: 1o. maio	- Data-base: 1o. maio	
- Diária mínima: NCz$ 9,67	- Diária mínima: NCz$ 5,62	
- Cana de 18 meses: NCz$ 0,40/metro	- Cana de 18 meses: NCz$ 1,40/tonelada	
- Cana de 2o. corte: NCz$ 0,32/metro	- Não concedido	
- Outros cortes: NCz$ 0,27/metro	- Outros cortes: NCz$ 1,32/tonelada	
(Reajuste integral pelo IPC acumulado, mais 50% sobre o salário de 1o. maio de 1988)		
- Corte de cana palha só para plantio com acréscimo de 100%	- Cana queimada para moagem	
- Cana suja com acréscimo de 100%	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Medição com compasso fixo de 2m	- Medição com compasso fixo de 2m	
-	- Conversão de tonelada em metros	
- Bituqueiro: trabalhador	- Bituqueiro: pagamento pe-	- item de pauta novo.

da irrigação, o que joga cana e o que pica cana no sulco para plantio: pagamento pela diária com acréscimo de 50%	la diária com acréscimo de 20%	a inclusão dos trabalhadores da irrigação
- Operador de carregadeira, de colheitadeira e de máquina agrícola pesada: piso salarial de NCz$ 507,35	- Não concedido	-A grande modificação introduzida na campanha salarial de 1989 foi a introdução de itens de pauta específicos para os tratoristas e operadores de máquinas agrícolas
- Operador de máquina agrícola leve: piso salarial de NCz$ 477,35	- Não concedido	
- Reajustes mensais pelo INPC	- Reajustes pela lei	
- Comprovante diário de produção	- Comprovante diário de produção	
- Pagamento durante jornada de trabalho (até 3o. dia)	- Pagamento durante jornada de trabalho	
- Hora-extra:acréscimo de 100%	- Hora-extra: acréscimo de 50%	
- Folha de pagamento especificando produção, preços e descontos	- Folha de pagamento especificando produção, precos e descontos	
2. Cláusulas sociais	2. Cláusulas sociais	
- Corte de 5 ruas: cana esteirada, facultado o corte de ponteiros no chão	- Corte de 5 ruas: cana despontada, amontoada ou esteirada segundo uso da região	
- Corte de 4 ruas nas margens de carreadores, curvas de nível e aceros	- Não concedido	
-	- Pesagem da amostragem da cana cortada na presença do interessado, sem ônus para o empregador	
- Pagamento no mínimo de 3 horas rodoviárias	- Uma hora rodoviária com acréscimo de 50%	
- Exclusão de intermediário de mão-de-obra	- Evitar-se-á contratação por intermediário de mão-de-obra, salvo empresas de trabalho temporário	
- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento do salário integral	- Falta de trabalho devido a chuvas ou outros fatores: pagamento pela diária mínima	
- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	
- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	
- Pagamento do salário	- Pagamento do salário até	

integral durante período de doença	30 dias em caso de doença
- Pagamento ao acidentado da complementação da remuneração devida durante período de inatividade	- Pagamento ao acidentado da complementação da remuneração devida até 60 dias
- Estabilidade do acidentado quando resultar diminuição da capacidade laborativa	- Estabilidade do acidentado de 60 dias após retorno ao trabalho
- Gestante: 120 dias de licença - estabilidade de 120 dias após término da licença	- Gestante: estabilidade de 60 dias após término da licença legal
- Não discriminação de idade e sexo	- Igual oportunidade para homens e mulheres
Obrigação de contratação de pessoal da safra anterior	- Preferência à contratação de pessoal da safra anterior
- Garantia de igual salário ao empregado admitido para a função do outro	- Empregado admitido na função de outro despedido sem justa causa: salário igual ao menor salário na mesma função
- Contrato de 12 meses	- Não concedido
- Salário família para filhos até 16 anos: 5% do salário do empregado	- Não concedido
- Salário do menor igual ao do adulto	- Não concedido
- Morte do empregado: pagamento da indenização, remuneração devida e outras obrigações trabalhistas, garantindo renda familiar	- Morte do empregado: pagamento aos dependentes de uma só vez 3 salários normativos
- Cessão de área para plantio de subsistência	- Não concedido
- Estabilidade do trabalhador em idade de serviço militar	- Não concedido
- Seguro de vida sem ônus para o trabalhador	- Não concedido
- Convênio ou criação de creche	- Não concedido
- Não desconto quando há fornecimento de habitação	- Não concedido
- Direito à percepção de férias e indenização nos pedidos de demissão com menos de um ano	- Não concedido
- Transporte de mudas pa-	- Não concedido

ra plantio em carretas ou veículo apropriado (não o caminhão)		
- Contratação de um substituto para a turma que joga cana e outro para a turma que pica cana no sulco no plantio	- Não concedido	
- Multa de 10% por dia de atraso sobre o pagamento das verbas rescisórias	- Não concedido	
- Pagamento de férias com acréscimo de 50%	- Não concedido	
- Na dispensa, pagamento de 40% sobre a indenização e um terço a mais nas verbas rescisórias	- Não concedido	
- demissão com menos de um ano de trabalho: pagamento de salário e direitos trabalhistas equivalentes a um ano	- Não concedido	
- Cadastramento no PIS e entrega da RAIS na CEF no prazo da lei sob pena de multa de um piso nacional de salário	- Não concedido	
- Estabilidade após 8 anos de trabalho efetivo com mesmo empregador	- Não concedido	
- Aviso prévio de 45 dias quando houver dispensa sem justa causa	- Não concedido	
- 40 horas semanais: sábado livre	- Não concedido	
- Aplicação das regras do turno ininterrupto de 6 horas por operadores de máquinas	- Não concedido	
- Período de trabalho igual ou superior a 3 horas: fornecimento gratuito de refeição no local de trabalho	- Não concedido	- item de pauta novo.
- Duração da jornada: desde o embarque até o desembarque no ponto costumeiro		- item de pauta novo.
3. Cláusulas sobre saúde	3. Cláusulas sobre saúde	
- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	
- Fornecimento de medica-	- Caixa de mediamentos e	

ção nos locais de trabalho	materiais de primeiros socorros nos locais de trabalho
- Construção de abrigo contra intempéries com sanitários e água potável	- Fornecimento de sanitários, água potável e abrigo contra intempéries (que pode ser o próprio veículo condutor)
- Condução gratuita em ônibus: motorista com experiência de 2 anos no transporte de pessoas com anotação no CTPS	- Condução gratuita em veículo em condições de segurança e comodidade
- Proibição do transporte de ferramentas no mesmo veículo	- Facultado transporte de ferramentas em compartimento separado
- Ambulância para prestação de assistência nos locais de trabalho	- Condução para socorro imediato do acidentado nos locais de trabalho
- Não uso de herbicida	- Não concedido
- Taxa de insalubridade e periculosidade no grau máximo	- Não concedido
- Convênio médico e com farmácia nos locais de moradia, sem ônus para o trabalhador	- Não concedido
- Fiscalização e vigilância sanitárias nos locais de trabalho	- Não concedido
4. Cláusulas sindicais	4. Cláusulas sindicais
- Desconto assistencial de uma diária	- Desconto assistencial de uma diária
- Estabilidade dos trabalhadores nas comissões de negociação e outras comissões sindicais	- Não concedido
- Acesso da diretoria, representantes dos trabalhadores ou pessoas credenciadas ao local de trabalho para garantir cumprimento, com estabilidade	- Não concedido
- Homologação no sindicato das rescisões com menos de um ano de trabalho	- Não concedido
Anotação da contribuição sindical na CTPS	- Não concedido
- Acompanhamento de dirigente sindical na fiscalização	- Não concedido

- Multa de um salário mínimo de referência por cláusula infringida por empregado em favor do sindicato	- Multa de 10% do valor de referência por infração por empregado em favor da parte prejudicada	

CAMPANHA SALARIAL DA CANA 1990

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	ACORDO CONQUISTADO	OBSERVAÇÕES
1. Cláusulas econômicas	1. Cláusulas econômicas	
- Data-base: 1o. maio	- Data-base: 1o. maio	
- Diária mínima: Cr$ 878,57	- Diária mínima: Cr$ 176,20	
- Cana de 18 meses: Cr$ 36,37/metro	- Cana de 18 meses: Cr$ 44,00/tonelada	
- Cana de 2o. corte: Cr$ 29,11/metro	- Não concedido	
- Outros cortes: Cr$ 24,56/metro	- Outros cortes: Cr$ 41,00/tonelada	
(Aplicação integral do IPC acumulado e reposição de perdas: 25,69% em janeiro e 29,67% em junho de 1989 + 15% a título de produtividade		
- Corte de cana palha só para plantio com acréscimo de 100%	- Cana queimada para moagem	
- Cana suja com acréscimo de 100%	- Não concedido	
- Medição com compasso fixo de 2m	- Medição com compasso fixo de 2m	
-	- Conversão de tonelada em metros	
- Bituqueiro: trabalhador da irrigação, o que joga cana e o que pica cana no sulco para plantio: pagamento pela diária com acréscimo de 50%	- Bituqueiro: pagamento pela diária com acréscimo de 20%	
- Operador de carregadeira, de colheitadeira e de máquina agrícola pesada: piso salarial de Cr$ 502.679,20	- Não concedido	
- Operador de máquina agrícola leve: piso salarial de NCz$ 450.577,40	- Não concedido	
- Comprovante diário de produção	- Comprovante diário de produção	

- Pagamento semanal no local de trabalho	- Pagamento durante jornada de trabalho	- item de pauta novo.
- Hora-extra: acréscimo de 100%	- Hora-extra: acréscimo de 50%	
- Folha de pagamento especificando produção, preços e descontos	- Folha de pagamento especificando produção, precos e descontos	
2. Cláusulas sociais	2. Cláusulas sociais	
- Corte de 5 ruas: cana esteirada, facultado o corte de ponteiros	- Corte de 5 ruas: cana despontada, amontoada ou esteirada segundo uso da região	
- Corte de 4 ruas nas margens de carreadores, curvas de nível e aceros	- Não concedido	
-	- Pesagem da amostragem da cana cortada na presença do interessado, sem ônus para o empregador	
- Pagamento no mínmo de 3 horas rodoviárias	- Uma hora rodoviária com acréscimo de 50%	
- Exclusão de intermediário de mão-de-obra	- Evitar-se-á contratação por intermediário de mão-de-obra, salvo empresas de trabalho temporário	
- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento do salário integral	- Falta de trabalho devido a chuvas ou outros fatores: pagamento pela diária mínima	
- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho	
- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	- Aceitação de atestados médicos e odontológicos	
- Pagamento do salário integral durante período da doença	- Pagamento do salário até 30 dias em caso de doença	
- Pagamento ao acidentado da complementação da remuneração devida durante período de inatividade	- Pagamento ao acidentado da complementação da remuneração devida até 60 dias	
- Estabilidade do acidentado quando resultar diminuição da capacidade laborativa	- Estabilidade do acidentado de 60 dias após retorno ao trabalho	
- Gestante: 120 dias de licença - estabilidade de 120 dias após término da licença	- Gestante: estabilidade de 60 dias após término da licença legal	
- Não discriminação de idade e sexo	- Igual oportunidade para homens e mulheres	
Obrigação de contrata-	- Preferência à contratação	

ção de pessoal da safra anterior	de pessoal da safra anterior
- Garantia de igual salário ao empregado admitido para a função do outro	- Empregado admitido na função de outro despedido sem justa causa: salário igual ao menor salário na mesma função
- Contrato de 12 meses	- Não concedido
- Salário família para filhos até 16 anos: 5% do salário do empregado	- Não concedido
- Salário do menor igual ao do adulto	- Não concedido
- Morte do empregado: pagamento da indenização por tempo de serviço, remuneração e outras obrigações trabalhistas, garantindo renda familiar	- Morte do empregado: pagamento aos dependentes de uma só vez 3 salários normativos
- Cessão de área para plantio de subsistência	- Não concedido
- Estabilidade do trabalhador em idade de serviço militar	- Não concedido
- Seguro de vida sem ônus para o trabalhador	- Não concedido
- Convênio ou criação de creche	- Não concedido
- Não desconto quando há fornecimento de habitação	- Não concedido
- Direito à percepção de férias e indenização nos pedidos de demissão com menos de um ano	- Não concedido
- Uso de carretas (proibição do caminhão) no transporte de mudas para plantio	- Não concedido
- Contratação de um substituto para a turma que joga cana e outro para a turma que pica cana no sulco no plantio	- Não concedido
- Pagamento de férias com adicional de 50%	- Não concedido
- Na dispensa, pagamento de 40% sobre a indenização e um terço a mais nas verbas rescisórias	- Não concedido
- Demissão com menos de um ano de trabalho: pagamento de salário e direitos trabalhistas equi-	- Não concedido

valentes a um ano	
- Estabilidade após 8 anos de trabalho efetivo com mesmo empregador	- Não concedido
- Aviso prévio de 45 dias quando houver dispensa sem justa causa	- Não concedido
- 40 horas semanais: sábado livre	- Não concedido
- Aplicação das regras do turno ininterrupto de 6 horas por operadores de máquinas	- Não concedido
- Período de trabalho igual ou superior a 3 horas: fornecimento gratuito de refeição no local de trabalho	- Não concedido
- Duração da jornada: desde o embarque até o desembarque no ponto costumeiro	
3. Cláusulas sobre saúde	3. Cláusulas sobre saúde
- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção	- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção
- Fornecimento de medicação para primeiros socorros nos locais de trabalho	- Caixa de mediamentos e materiais de primeiros socorros nos locais de trabalho
- Construção de abrigo contra intempéries com sanitários e água potável	- Fornecimento de sanitários, água potável e abrigo contra intempéries (que pode ser o próprio veículo condutor)
- Transporte gratuito em ônibus dentro das normas de segurança	- Condução gratuita em veículo em condições de segurança e comodidade
- Proibição do transporte de ferramentas no mesmo veículo	- Facultado transporte de ferramentas em compartimento separado
- Ambulância para prestação de assistência nos locais de trabalho	- Condução para socorro imediato do acidentado nos locais de trabalho
- Não uso de herbicidas	- Não concedido
- Taxa de insalubridade e periculosidade no grau máximo	- Não concedido
- Convênio médico e com farmácia nos locais de moradia, sem ônus para o trabalhador	- Não concedido
- Fiscalização sanitária	- Não concedido

nos locais de trabalho

4. Cláusulas sindicais	4. Cláusulas sindicais
- Desconto assistencial de uma diária	- Desconto assistencial de uma diária
- Estabilidade dos trabalhadores nas comissões de negociação e outras comissões sindicais	- Não concedido
- Acesso da diretoria, representantes dos trabalhadores ou pessoas credenciadas ao local de trabalho para garantir cumprimento, com estabilidade	- Não concedido
- Homologação no sindicato das rescisões com menos de um ano de trabalho	- Não concedido
Anotação da contribuição sindical e assistencial na CTPS	- Não concedido
- Acompanhamento de dirigente sindical na fiscalização sanitária	- Não concedido
- Multa de um salário mínimo de referência por cláusula infringida por empregado em favor do sindicato	- Multa de 10% do valor de referência por infração por empregado em favor da parte prejudicada

CAMPANHA SALARIAL DA CANA 1991

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	ACORDO CONQUISTADO	OBSERVAÇÕES
1. Cláusulas econômicas		
- Data-base: 1o. maio		
- Salário normativo: Cr$ 154.856,88 mensais		
- Cana de 18 meses: Cr$ 213,69/metro		
- Cana de 2o. corte: Cr$ 171,03/metro		
- Outros cortes: Cr$ 144,30/metro		
(Aplicação integral do IPC acumulado + 15% a título de produtividade + 15% de participação nos aumentos dos preços		

- Corte de cana palha só para plantio com acréscimo de 100%
- Cana suja com acréscimo de 100%
- Medição com compasso fixo de 2m
- Bituqueiro: trabalhador da irrigação, o que joga cana e o que pica cana no sulco para plantio: pagamento pela diária com acréscimo de 50%
- Operador de carregadeira, de colheitadeira e de máquina agrícola pesada: salário nunca inferior a duas vezes o salário normativo
- Operador de máquina agrícola leve: salário nunca inferior ao salário normativo acrescido de 75%
- Comprovante diário de produção
- Hora-extra:acréscimo de 100%
- Folha de pagamento especificando produção, preços e descontos

2. Cláusulas sociais
- Corte de 5 ruas: cana esteirada, facultado o corte de ponteiros
- Corte de 4 ruas nas margens de carreadores, curvas de nível e aceros
- Pagamento no mínimo de 3 horas rodoviárias
- Exclusão de intermediário de mão-de-obra
- Falta de trabalho devido a chuva ou outros fatores: pagamento do salário integral
- Fornecimento gratuito de instrumentos de trabalho
- Aceitação de atestados médicos e odontológicos
- Pagamento do salário integral durante período

2. Cláusulas sociais

da doença
- Pagamento ao acidentado da complementação da remuneração devida durante período de inatividade
- Estabilidade do acidentado quando resultar diminuição da capacidade laborativa
- Gestante: 120 dias de licença - estabilidade de 120 dias após término da licença
- Não discriminação de idade e sexo
Obrigação de contratação de pessoal da safra anterior
- Garantia de igual salário ao empregado admitido para a função do outro
- Contrato de 12 meses
- Salário família para filhos até 16 anos: 5% do salário do empregado
- Salário do menor igual ao do adulto
- Morte do empregado: pagamento da indenização por tempo de serviço, remuneração e outras obrigações trabalhistas, garantindo renda familiar
- Cessão de área para plantio de subsistência
- Estabilidade do trabalhador em idade de serviço militar
- Seguro de vida sem ônus para o trabalhador
- Convênio ou criação de creche
- Direito à percepção de férias proporcionais nos pedidos de demissão com menos de um ano
- Uso de carreta (proibição do caminhão) no transporte de mudas para plantio
- Contratação de um substituto para a turma que

joga cana e outro para a turma que pica cana no sulco no plantio
- Pagamento de férias com adicional de 50%
- Na dispensa, pagamento de 40% sobre a indenização e um terço a mais nas verbas rescisórias
- Demissão (por iniciativa do empregador) com menos de um ano de trabalho: pagamento de salário e direitos trabalhistas equivalentes a um ano
- Estabilidade após 8 anos de trabalho efetivo com mesmo empregador
- Aviso prévio de 45 dias quando houver dispensa sem justa causa
- 40 horas semanais: sábado livre
- Aplicação das regras do turno ininterrupto de 6 horas por operadores de máquinas
- Período de trabalho igual ou superior a 3 horas: fornecimento gratuito de refeição no local de trabalho
- Duração da jornada: desde o embarque até o desembarque no ponto costumeiro
- No término do contrato de trabalho de prazo determinado: direito de aviso prévio, liberação de FGTS e indenização de 40% sobre os valores do FGTS
- Direitos dos migrantes em alojamentos: transporte gratuito para ir e voltar do local de trabalho; para ir a cidades mais próximas ao menos uma vez por semana; para regressar ao local de origem quando do término do contrato

- item de pauta novo.

- A inclusão de reivindicações específicas para os trabalhadores migrantes é a grande inovação da campanha salarial de 1991.

- Livre acesso de assistentes religiosos nos alojamentos de migrantes

3. Cláusulas sobre saúde
- Fornecimento gratuito de equipamentos de proteção
- Fornecimento de medicação para primeiros socorros nos locais de trabalho
- Construção de abrigo contra intempéries com sanitários e água potável
- Transporte gratuito em ônibus dentro das normas de segurança
- Proibição do transporte de ferramentas no mesmo veículo
- Ambulância para prestação de assistência nos locais de trabalho
- Não uso de herbicidas
- Taxa de insalubridade e periculosidade no grau máximo
- Convênio médico e com farmácia nos locais de moradia, sem ônus para o trabalhador
- Fiscalização sanitária nos locais de trabalho

3. Cláusulas sobre saúde

4. Cláusulas sindicais
- Desconto assistencial de uma diária
- Estabilidade dos trabalhadores nas comissões de negociação e outras comissões sindicais
- Acesso da diretoria, representantes dos trabalhadores ou pessoas credenciadas ao local de trabalho para garantir cumprimento, com estabilidade
- Homologação no sindicato das rescisões com menos de um ano de trabalho
Anotação da contribui-

4. Cláusulas sindicais

ção sindical e assistencial na CTPS
- Acompanhamento de dirigente sindical na fiscalização sanitária
- Multa de um salário mínimo de referência por cláusula infringida por empregado em favor do sindicato
- Acesso de dirigentes sindicais aos alojamentos de migrantes